



11

RELATÓRIO E CONTAS | 11

Índice

Redes de Distribuição do Banif - Grupo Financeiro	4
Diagrama de Participações do Banif - Grupo Financeiro em 31-12-2011	5
01. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	7
1. CONJUNTURA INTERNACIONAL	7
1.1 Desenvolvidos das Principais Economias	9
2. CONJUNTURA NACIONAL	12
2.1 Procura e oferta	13
2.2 Evolução dos preços	17
2.3 Necessidades de Financiamento da Economia	18
2.4 Política Orçamental	19
3. SISTEMA FINANCEIRO	21
3.1 Estabilidade Financeira	21
3.2 Mercados Monetário e Cambial	23
3.3 Mercado de Obrigações	24
3.4 Mercado de Acções	25
02. ACTIVIDADE DO BANIF – Banco Internacional do Funchal, SA em 2011	28
1. ACTIVIDADE COMERCIAL NA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	28
2. ACTIVIDADE COMERCIAL NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	29
3. ACTIVIDADE COMERCIAL NO CONTINENTE	31
3.1 Negócio no Segmento de Empresas e Particulares de Médio-Alto Rendimento	31
3.2 Negócio no Segmento de Retalho	33
4. NOVOS CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO E DE APOIO ÀS ÁREAS DE NEGÓCIO	34
4.1 Actividade de Call Center e Banca Electrónica	34
4.2 Canais e Meios de Pagamento Electrónicos	36
4.3 Marketing Estratégico	36
5. PRODUTOS DE CRÉDITO E DE POUPANÇA	39
5.1 Crédito Imobiliário	39
5.2 Crédito ao Consumo	40
5.3 Crédito Especializado – Crédito a Pequenos Negócios	42

5.4	Contas de Depósito e Produtos de Poupança	43
6.	RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO VENCIDO E EM CONTENCIOSO	44
7.	ACTIVIDADE FINANCEIRA	46
8.	ACTIVIDADE INTERNACIONAL	48
9.	COMUNICAÇÃO E IMAGEM	50
10.	RECURSOS HUMANOS	56
11.	OPERATIVA E TECNOLOGIA	57
12.	CONTROLO DOS RISCOS DE ACTIVIDADE	60
13.	COMPLIANCE	81
14.	AUDITORIA	83
15.	PROVEDORIA DO CLIENTE	85
03.	ANÁLISE ÀS CONTAS E PERSPECTIVAS FUTURAS	87
04.	APLICAÇÃO DE RESULTADOS	97
05.	NOTA FINAL	99
06.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	105
1.	BALANÇO	105
2.	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	106
3.	DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL	107
4.	DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES EM CAPITAIS PRÓPRIOS	108
5.	DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	109
6.	ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	110
07.	BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PRO-FORMA, EM BASE IAS/IFRS	204
08.	INFORMAÇÕES ADICIONAIS	208
1.	INFORMAÇÃO NOS TERMOS DO ART.º 447.º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS	208

2.	INFORMAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO Nº 5 DO ARTIGO 66º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS	231
3.	ACÇÕES PRÓPRIAS E PARTICIPAÇÕES SOCIAIS QUALIFICADAS	231
09. RECOMENDAÇÕES DO FSF E DO CEBS RELATIVAS À TRANSPARÊNCIA DE INFORMAÇÃO E À VALORIZAÇÃO DE ACTIVOS		233
10. RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE		234
1.	ESTRUTURA E PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO	240
2.	REMUNERAÇÕES	260
ANEXOS		
	Índice de Abreviaturas	283
	Nota Ambiental	285
	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	288
	Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria	290

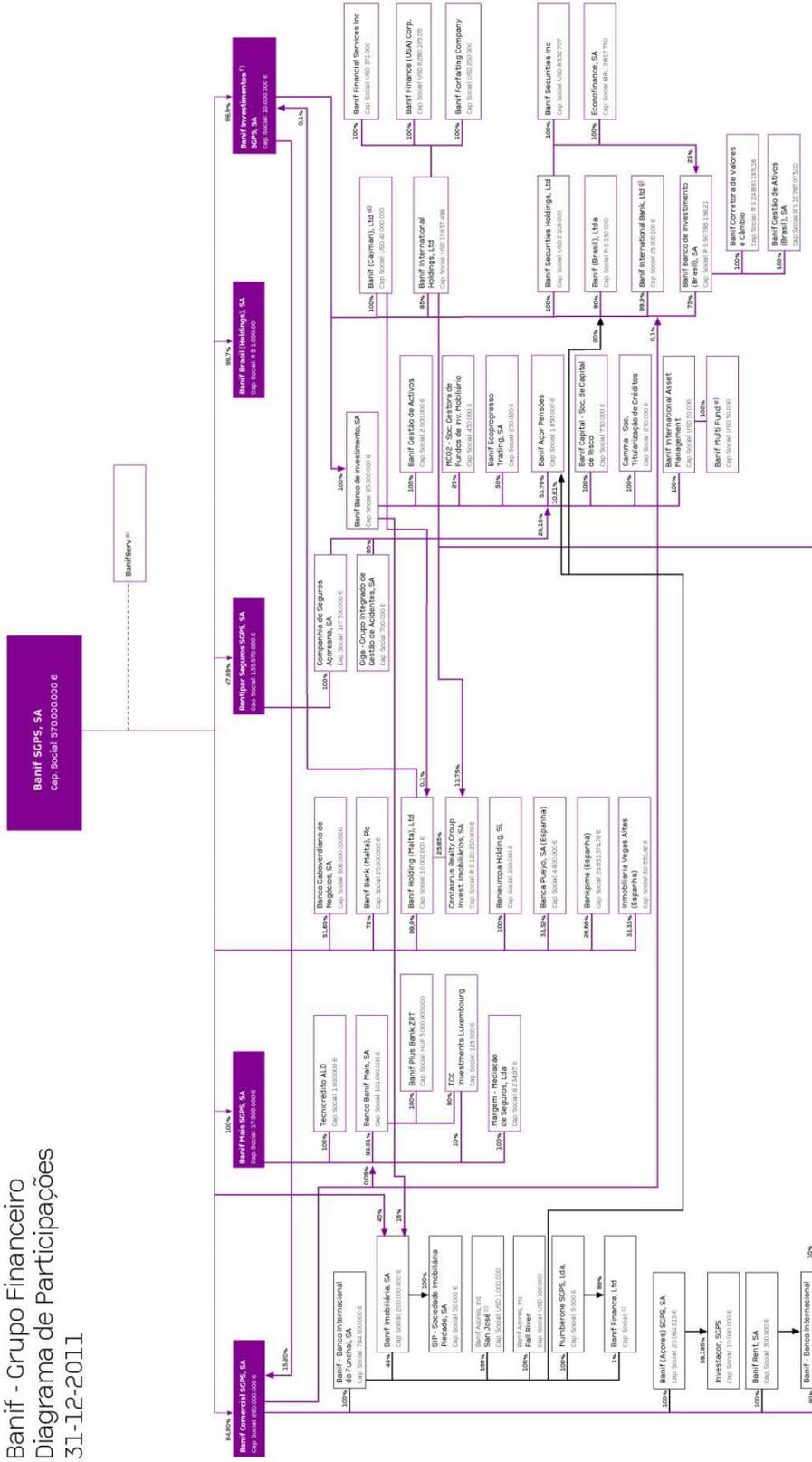
Redes de Distribuição do Banif - Grupo Financeiro

Postos de atendimento em 31 de Dezembro de 2011

	CONTINENTE	MADEIRA	AÇORES	ESTRANGEIRO	TOTAL
BANIF Comercial	314	42	57	156	569
1. BANIF	294	41	55	7	397
Agências	260	36	47	0	343
Centros de Empresas	19	1	4	0	24
Centros de Clientes Institucionais	0	0	1	0	1
BANIF Privado	14	1	1	0	16
Call Centre	1	0	0	0	1
S.F.E.	0	2	0	0	2
Lojas de Habitação	0	1	1	0	2
Escritórios de Representação/Outros	0	0	1	7	8
2. TECNICRÉDITO, SGPS	18	1	2	10	31
BANCO BANIF MAIS	16	1	2	4	23
Outros	2	0	0	6	8
3. Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil)	0	0	0	20	20
Agências	0	0	0	13	13
BANIF Financeira	0	0	0	6	6
Outros	0	0	0	1	1
4. BANIF BANK (Malta)	0	0	0	9	9
5. Banco Caboverdiano de Negócios	0	0	0	18	18
6. Banca Pueyo (Espanha)*	0	0	0	91	91
7. Outros	2	0	0	1	3
BANIF Investimentos	8	1	1	14	24
1. BANIF – Cayman	0	0	0	1	1
2. BANIF International Bank	0	0	0	1	1
3. BANIF Banco de Investimento	2	1	1	0	4
4. BANIF Banco de Investimento (Brasil)	0	0	0	5	5
5. Outros	6	0	0	7	13
Seguros	34	7	18	0	59
1. CSA/GLOBAL	34	7	18	0	59
Sucursais	34	1	18	0	53
Outros	0	6	0	0	6
TOTAL	356	50	76	170	652

* consolidada pelo método de equivalência patrimonial

Banif - Grupo Financeiro
Diagrama de Participações
31-12-2011



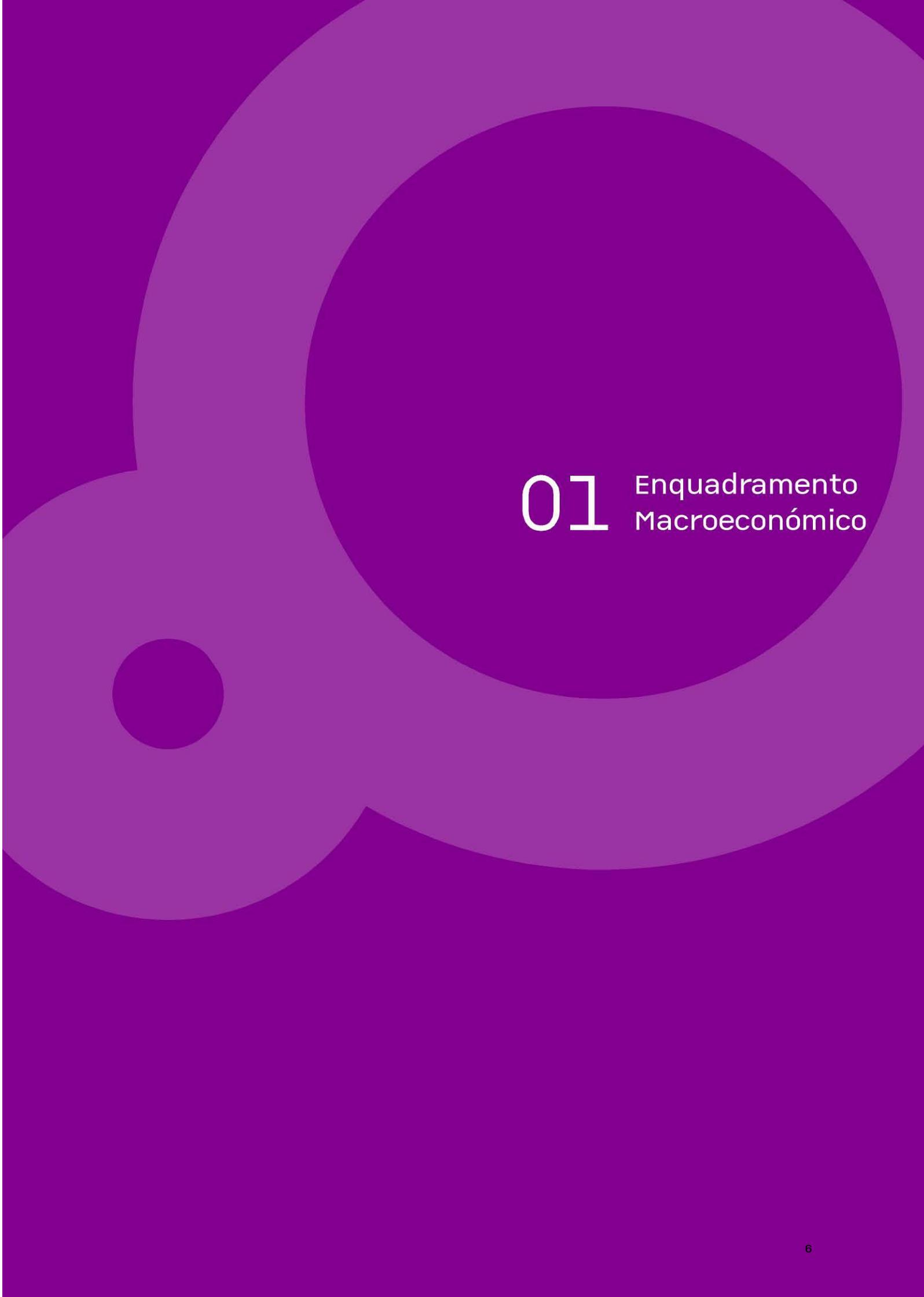
a) Em virtude de usar um ICFE, o balanço da entidade não pode ser recuperado fora da legislação da UE

b) Para fins de cálculo do ICFE

c) O ICFE é calculado sobre o valor nominal líquido do contrato de subscrição de ações, menos o valor nominal líquido de ações em circulação em 31 de dezembro de 2011 e o valor nominal líquido de ações em circulação em 31 de dezembro de 2010.

d) O ICFE é calculado sobre o valor nominal líquido do contrato de subscrição de ações, menos o valor nominal líquido de ações em circulação em 31 de dezembro de 2011 e o valor nominal líquido de ações em circulação em 31 de dezembro de 2010.

e) Os investimentos em ações são avaliados ao valor nominal líquido do contrato de subscrição de ações, menos o valor nominal líquido de ações em circulação em 31 de dezembro de 2011 e o valor nominal líquido de ações em circulação em 31 de dezembro de 2010.



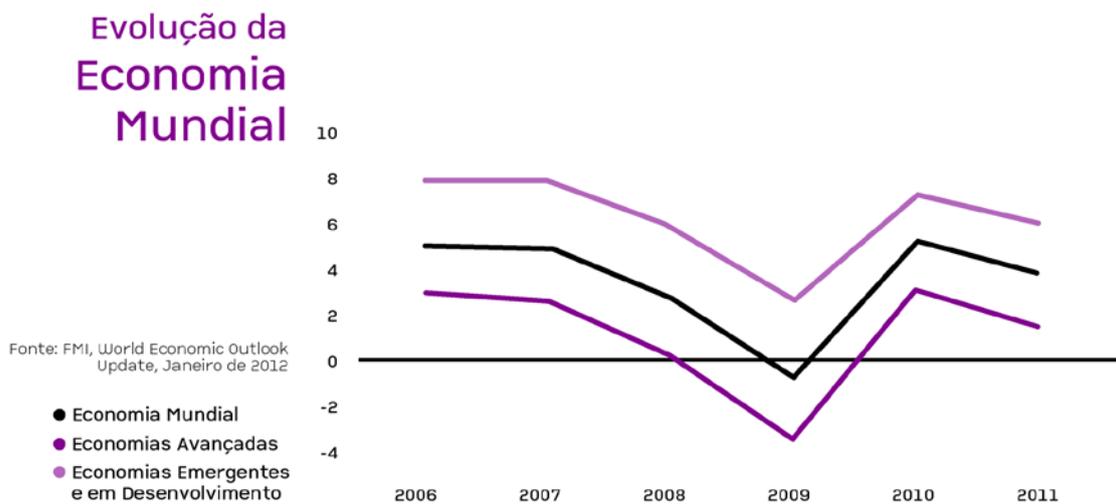
01 Enquadramento Macroeconómico

01

Enquadramento Macroeconómico

1. CONJUNTURA INTERNACIONAL

O ano de 2011 foi marcado pelo abrandamento do ritmo de expansão das principais economias mundiais, após a recuperação económica verificada em 2010. De acordo com o FMI, a economia global terá crescido 3,8% em 2011, face a um crescimento de 5,2% em 2010, tendo o crescimento sido mais acentuado nos países emergentes e mais moderado na generalidade das economias avançadas.



Apesar da redução do ritmo de crescimento, a sustentabilidade do ciclo de expansão foi ainda condicionada por um conjunto de factores temporários, de entre os quais: i) os efeitos do terremoto e conseqüente tsunami no Japão; ii) a crise política em países do Norte de África e Médio Oriente, em particular na Líbia, e os efeitos ao nível do preço do petróleo; e, iii) o agravamento da crise de dívida soberana ocorrida na Zona Euro, com o contágio para a economia portuguesa e, na segunda metade do ano, para as economias espanhola e italiana.

A crise de dívida soberana que afecta os países da Zona Euro começou no final do ano de 2009 na Grécia e propagou-se no início de 2011 para Portugal, depois de ter obrigado a Irlanda a um pedido de ajuda externa no final de 2010. A desconfiança dos mercados financeiros relativamente à dívida de Portugal conduziu ao aparecimento de dificuldades crescentes no financiamento dos agentes públicos e privados e conduziu o governo a um pedido de assistência financeira à União Europeia, aos países membros da área do euro e ao FMI no dia 7 de Abril de 2011. No âmbito deste pedido, foi elaborado um alargado programa de ajustamento económico e financeiro para o período de 2011-

14, o qual contempla um financiamento total de 78 mil milhões de euros. O programa centra a sua intervenção em 3 grandes áreas:

- Reformas estruturais para aumentar o crescimento potencial da economia;
- Estabelecimento de uma estratégia de consolidação orçamental credível;
- Desalavancagem ordenada do sector financeiro.

A crise na Zona Euro condicionou o acesso ao crédito por parte das famílias e das empresas, devido às dificuldades de refinanciamento da banca, e pressionou os governos a anunciar políticas orçamentais mais restritivas com vista a recolocar as finanças públicas em trajectória sustentável, caso da França, da Grécia, de Espanha, de Itália e Portugal. Estas medidas contraccionistas condicionam de forma significativa o processo de recuperação económica em curso. Paralelamente, os governos da Alemanha e França insistiram na necessidade de envolver os investidores privados nos programas de resgate financeiros dos países em dificuldade, o que veio agravar ainda mais o sentimento dos investidores.

O aumento da aversão ao risco sentido pelos investidores traduziu-se, em Agosto e Setembro de 2011, num contágio global em que a elevada volatilidade de mercado afectou igualmente os mercados da Zona Euro, demais mercados desenvolvidos e os mercados emergentes, com os fluxos de capital a caírem de forma pronunciada e as divisas a depreciarem face à moeda de refúgio, o dólar norte-americano.

Neste contexto, as economias avançadas registaram em 2011 um forte abrandamento no crescimento face ao registado em 2010, tendo passado, de acordo com o FMI, de um crescimento de 3,2% em 2010 para 1,6% em 2011. Neste bloco económico, a procura interna tem vindo a desacelerar, com o consumo privado a ser afectado pelas negativas condições do mercado de trabalho nas principais economias ao longo de 2011, com níveis de desemprego elevados e modesta criação de emprego. Paralelamente, regista-se na maioria destes países um processo de desalavancagem das famílias e das empresas, o que tem afectado tanto o comportamento do consumo privado como o do investimento residencial. O consumo público, por seu turno, tem sido afectado pela necessidade geral de consolidação das finanças públicas.

As economias emergentes e em desenvolvimento continuam a liderar o crescimento, apresentando uma dinâmica mais forte que as desenvolvidas, o que tem contribuído para o aumento do seu peso relativo na economia mundial. Esta dinâmica superior tem influenciado positivamente o preço de matérias-primas e a inflação a nível global. Adicionalmente estas economias permanecem com amplo espaço de manobra ao nível monetário e fiscal que permite compensar um abrandamento da actividade das economias desenvolvidas que se reflecta negativamente sobre as exportações das economias emergentes.

1.1 Desenvolvimentos das principais economias

A economia norte-americana perdeu dinâmica em 2011, com o crescimento a desacelerar de cerca de 3% em 2010 para 1,8% em 2011, tendo no entanto registado um desempenho distinto no primeiro e no segundo semestre do ano. Nos meses finais do ano, beneficiou dos efeitos técnicos positivos que resultaram da recuperação dos choques negativos sofridos na primeira metade de 2011, em particular em resultado da subida do preço do petróleo e das quebras do abastecimento da cadeia de produção, na sequência do terramoto do Japão. Esta recuperação permitiu alimentar um crescimento de cerca de 2,9% no último trimestre do ano e uma redução da taxa de desemprego, que passou de 9,1% no 3º trimestre para 8,7% no 4º trimestre. Ao longo do ano a confiança das empresas e das famílias deteriorou-se de forma marcada, afectada pela elevada volatilidade dos mercados financeiros e pelo *downgrade* do risco de crédito soberano.

A Reserva Federal Norte-Americana (FED) optou ao longo do ano pela manutenção das taxas de juro, tendo sinalizado que estas se iriam manter a níveis reduzidos por um período prolongado. Paralelamente, continuou com um processo de aquisição de dívida em mercado secundário (vulgarmente designado por *quantitative easing*), que havia sido iniciado em Novembro de 2010 e que se prolongou até Junho de 2011, envolvendo um montante aproximado de 600 mil milhões de dólares. Em Setembro, a FED anunciou a “operação twist”, que consiste na troca de dívida de curto prazo por dívida de médio longo prazo, com a qual pretende estimular a economia através da redução das taxas de juro de longo prazo. No final do ano, a Reserva Federal, numa alteração extremamente significativa, decidiu modificar a política de comunicação, com o objectivo de influenciar a formação de expectativas por parte dos agentes económicos, que assim poderão mais facilmente interpretar as próximas acções da FED e contribuir para o sucesso das suas políticas. Entre as principais novidades estão: i) a explicitação e publicação de um objectivo de médio prazo para a inflação, de 2%; ii) a publicação das projecções dos membros do comité de política monetária para trajectória das taxas de juro, que aponta para a manutenção das taxas próximo de zero até finais de 2014.

No continente asiático, a actividade económica permaneceu robusta, mas abrandou no primeiro semestre na sequência das disrupções na cadeia de produção, sobretudo nos sectores automóvel e de componentes electrónicos, causadas pelo terramoto e tsunami no Japão. Algumas economias registaram um abrandamento no crescimento das exportações, tendo embora a procura doméstica continuado a ser suportada pelo crescimento do crédito e da confiança empresarial e dos fortes mercados de trabalho.

Na economia japonesa, os dados mais recentes apontam para uma contracção do PIB em 2011 de -0,9%, em virtude da quebra das linhas de abastecimento de matérias-primas e bens intermédios às indústrias, após o terramoto de Março, e da queda das exportações. O abrandamento externo e a apreciação do iene têm contribuído para a deterioração da balança comercial, que apresentou em

Dezembro o 9º défice consecutivo em termos ajustados de sazonalidade. No último trimestre o volume de exportações aumentou para os EUA mas caiu fortemente para a EU e ligeiramente para a Ásia.

O ambiente externo, em particular as tensões financeiras provocadas pela crise na zona euro, está a afectar o sentimento empresarial japonês e as empresas estão a reportar o adiamento de decisões de investimento. Os consumidores, por seu turno, continuam a sustentar a economia, suportados pelo novo programa governamental para a aquisição de viaturas, assim como pelo aumento do poder de compra em termos reais, dada a expectativa de continuação da deflação. Paralelamente, o esforço de reconstrução das infra-estruturas pós-terramoto deverá sustentar a recuperação na primeira metade de 2012.

De acordo com o FMI, a China registou um abrandamento do crescimento em 2011, de 10,4% para 9,2%. Este abrandamento está relacionado com a envolvente externa, sobretudo uma menor procura por parte da UE, que está a afectar o comportamento das exportações e a uma redução do excedente comercial. Paralelamente, o investimento imobiliário começou a corrigir fortemente na segunda metade de 2011. No entanto, com a inflação a cair de forma consistente desde o máximo de 6,5% atingido em Julho, situando-se em 4,1% em Dezembro, a política monetária alterou-se, passando o foco do combate à inflação para a estabilização do crescimento. Neste sentido, o Banco da China baixou o rácio de reservas legais dos bancos e existe ampla margem de manobra para continuar a medidas de estímulo monetário, assim como a política orçamental, que deverá ser igualmente acomodatória, com cortes de impostos e mais despesa na habitação social, segurança social e agricultura.

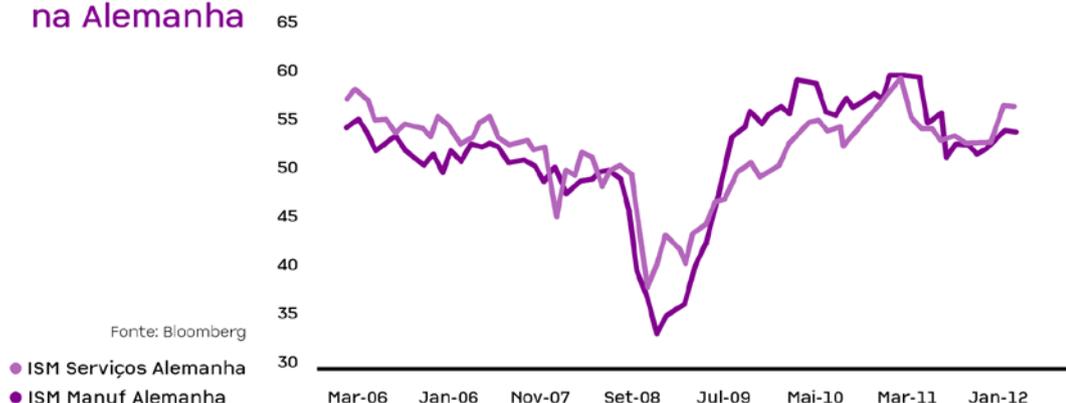
Os países da América Latina e Caraíbas registaram no seu conjunto um crescimento de 4,6% em 2011, o que configura um abrandamento face ao crescimento de 6,1% registado em 2010. O crescimento na região foi forte no primeiro semestre do ano, impulsionado pelas exportações de matérias-primas, mas onde a procura interna, suportada por políticas acomodatórias e forte influxo de capitais, também desempenhou papel relevante. Na segunda metade do ano, a dinâmica de crescimento, começou a moderar-se, com a necessidade de reverter o sentido das políticas económicas e com os efeitos da crise financeira na Zona Euro. O Brasil deverá ter crescido 2,9% em 2011, significativamente abaixo do crescimento registado em 2010 (7,5%). Este abrandamento está relacionado com a visível queda da economia no 2º semestre de 2011, em resultado do efeito desfasado do aumento dos juros na 1ª metade do ano, da imposição de medidas macro-prudenciais, da redução da oferta de crédito por parte do BNDES e da contenção dos gastos públicos. Adicionalmente, o impacto do ambiente externo sobre a confiança e da surpresa de inflação sobre o poder de compra real dos salários também tiveram efeito negativo.

A Zona Euro registou um ano marcado por elevada volatilidade dos mercados financeiros e riscos crescentes à estabilidade financeira. Os custos de financiamento dos Estados soberanos e dos bancos aumentaram nos países periféricos e a instabilidade propagou-se, por contágio, a países que até então tinham permanecido relativamente imunes, como Itália, Bélgica, Espanha, Áustria e até França.

Após um primeiro trimestre relativamente forte, a actividade económica desacelerou de forma significativa na segunda metade do ano, tendo a Zona Euro, no seu conjunto, registado um crescimento de 1,6% em 2011, após um crescimento de 1,9% em 2010. Este abrandamento, que se prolonga para 2012, fica a dever-se a uma combinação de factores, dentre os quais a subida das yields de dívida soberana, os efeitos sobre a economia real da desalavancagem bancária e os impactos da consolidação orçamental adicional anunciada pelos vários governos. Estes factores, em conjunto, tiveram impacto muito negativo sobre a confiança dos consumidores e dos empresários, que afectou também os países centrais da Zona Euro. A divergência de crescimento entre os vários países europeus acentuou-se em 2011, com alguns países a operarem a níveis próximos dos registados antes da crise (Dinamarca, Alemanha, Holanda, Polónia, Suécia, entre outros), e outros a níveis marcadamente inferiores, onde se incluem a periferia da Zona Euro (Grécia, Irlanda, Portugal).

Na Alemanha, apesar de um forte crescimento registado para o conjunto do ano de 2011, de 3%, o PIB já terá contraído no 4º trimestre do ano, apesar de a procura interna se manter relativamente resiliente e o nível de emprego continuar a aumentar. Em França, por seu turno, o crescimento situou-se em 1,6% em 2011, mas a economia finalizou o ano em clima recessivo, afectada pela crise da Zona Euro, pela perda do *rating* de AAA e pela incerteza política resultante da realização de eleições presidenciais (cuja primeira volta se realiza a 22 de Abril de 2012).

Confiança da Indústria e dos Serviços na Alemanha



A Espanha deverá ter registado em 2011 um crescimento moderado, que o FMI estima em 0,7%. A economia espanhola sofreu, após a cimeira europeia de 21 de Julho na qual se decidiu a participação do sector privado no novo pacote de resgate à Grécia, um forte ataque por parte dos mercados financeiros, que especularam sobre a sustentabilidade da trajectória das finanças públicas e sobre a necessidade de o país ter de recorrer a um pacote de ajuda externa. Esta instabilidade conduziu a eleições antecipadas e à mudança de Governo, tendo o novo governo anunciado, em Novembro, um novo pacote de medidas de austeridade com o objectivo de atingir

um défice público de 4,4% do PIB em 2012, que incluem medidas de corte de despesa e de aumento de impostos que, em conjunto, ascendem a 1,4% do PIB.

Neste contexto, o Banco Central Europeu (BCE) iniciou, durante o primeiro semestre de 2011, o processo de normalização das condições monetárias após as medidas excepcionais tomadas na sequência da crise financeira de 2008/09. Assim, o BCE procedeu à subida das taxas de juro directoras em Abril, de 1,00% para 1,25%, tendo no início de Julho procedido a um novo aumento para 1,50%. Paralelamente, o BCE continuou, nos primeiros 3 meses do semestre e no contexto da crise da dívida soberana, com o programa de compra em mercado secundário de dívida de países da Zona Euro com dificuldades de financiamento, através de operações esterilizadas.

No entanto, o agravamento das condições económicas e a instabilidade dos mercados financeiros durante os meses de Verão conduziram o BCE a inverter as subidas anteriores, tendo procedido ao corte das taxas de juro em 50 pontos base (25 pontos em Novembro e Dezembro), colocando-as no mesmo nível do início do ano, e ao anúncio de novas medidas não convencionais, que incluíram cedências de liquidez em quantidade ilimitada a taxa fixa pelo prazo de 3 anos (LTRO), a primeira das quais realizada em finais de Dezembro de 2011 (que envolveu a cedência de cerca de 489 mil milhões de euros por cerca de 523 instituições na Zona Euro), e novas regras de aceitação de colateral nas operações de refinanciamento dos bancos.

O abaixamento das notações de *rating* de um conjunto de países da Zona Euro por parte da agência Standard & Poors, que conduziu à perda do *rating* de AAA por parte da França e da Áustria implicou a perda por parte do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FEEF) de cerca de 180 mil milhões de euros de garantias AAA e a perda do seu próprio estatuto de AAA, o que pode dificultar ainda mais o apoio aos países sem acesso ao financiamento de mercado. As autoridades estão por isso focadas em aprovar as regras do Mecanismo de Estabilidade Europeu (MEE), que deverá entrar em funcionamento em Julho de 2012 (inicialmente previsto para 2013), requerendo para tal alterações aos tratados da UE. Em paralelo, continuam os avanços para o estabelecimento do chamado “fiscal compact”, que pretende estabelecer as regras de uma arquitectura institucional estável para a ZE e que inclui, entre outros aspectos, limites constitucionais (ou em leis de poder reforçado) aos défices e endividamento e o envolvimento do Tribunal Europeu de Justiça para garantir o seu cumprimento; submissão prévia, para validação, dos orçamentos nacionais a órgãos de supervisão multilaterais; sistema de sancionamento e penalização automática para os não cumpridores.

2. CONJUNTURA NACIONAL

A economia nacional encontra-se condicionada e enquadrada pelo cumprimento das metas acordadas no plano de financiamento com a UE, os países da zona euro e o FMI, e que pressupõe um processo de ajustamento que se deverá caracterizar, em traços gerais, pela conjugação dos processos de consolidação orçamental e de desalavancagem do sector privado. A sua concretização

será particularmente exigente, não só porque decorre num enquadramento económico e financeiro internacional adverso, mas também pela persistência de um conjunto de fragilidades estruturais que contribuem para um baixo crescimento da produtividade tendencial em Portugal.

2.1 Procura e Oferta

A conjuntura nacional caracterizou-se, em 2011, pela continuação do agravamento das condições económicas, que se verifica desde a segunda metade de 2010. Este agravamento é visível na evolução do PIB, que terá registado uma queda de -1,5% em 2011. A redução da variação anual do produto deveu-se a uma redução acentuada do investimento e das despesas de consumo final das famílias. Associado à queda do consumo, verificou-se uma diminuição das importações de bens e serviços, enquanto as exportações, por seu turno, mantiveram um ritmo elevado de crescimento, o que se reflectiu num contributo positivo da procura externa líquida. A taxa de desemprego estimada para o quarto trimestre situou-se em 14%, um nível historicamente elevado.

A forte quebra do consumo privado em 2011, que deverá apresentar pela primeira vez uma variação inferior à do PIB (diminuindo portanto o seu peso nesse agregado), e o fraco desempenho do investimento, reflectem o impacto das medidas de consolidação orçamental, a manutenção da situação adversa no mercado de trabalho, as condições restritivas de financiamento e o abrandamento significativo do ritmo de crescimento nos principais parceiros económicos.

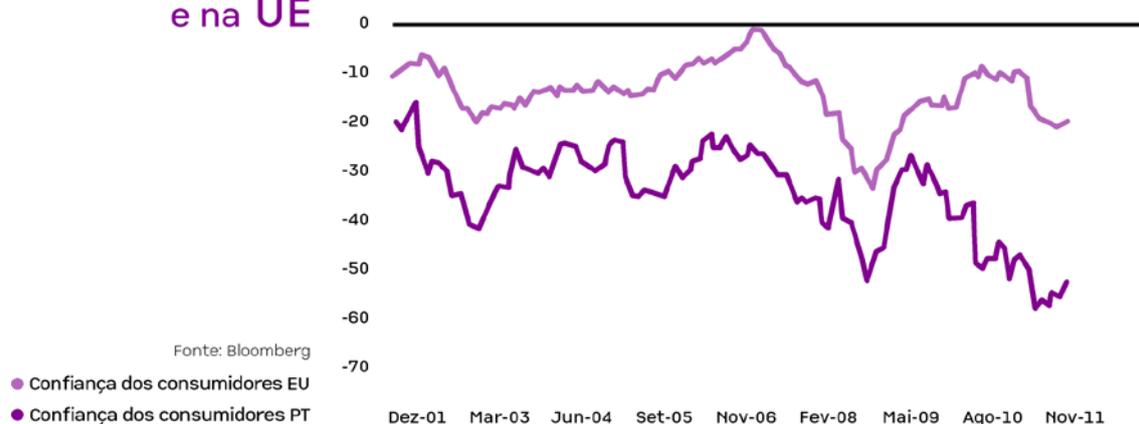
O desempenho económico em Portugal acentuou o diferencial negativo para o crescimento da zona euro, que se deverá intensificar nos próximos anos, no contexto do processo de correcção de desequilíbrios da economia portuguesa. Nos últimos 10 anos, o PIB em Portugal registou taxas de crescimento bastante reduzidas, que têm acentuado a divergência face à média dos países da Zona euro, sendo estas acompanhadas por taxas de poupança historicamente baixas e por um aumento do nível de endividamento da economia.

O consumo privado deverá ter contraído cerca de 3,8% em 2011. Esta evolução é consistente com a evolução do rendimento disponível real e com a expectativa de redução do rendimento permanente por parte das famílias. A redução muito acentuada do rendimento disponível real reflecte a redução das remunerações por trabalhador no conjunto da economia, num contexto em que o nível de emprego deverá voltar a apresentar uma queda, bem como o impacto das medidas de consolidação orçamental, onde se destacam a redução de 5% em termos médios das remunerações dos funcionários públicos, o agravamento dos impostos directos e indirectos e o aumento dos preços de bens e serviços sujeitos a regulação. A correcção do consumo privado deverá continuar nos próximos anos e deverá traduzir-se num processo de reestruturação dos balanços das famílias, num contexto de condições restritivas de financiamento. Os empréstimos bancários concedidos a particulares apresentam variações negativas desde meados de 2011, afectados, do lado da procura, pela deterioração das expectativas dos consumidores acerca da situação financeira futura e, do lado da oferta, pelas dificuldades de financiamento dos bancos nos mercados financeiros

internacionais, decorrente da crise da dívida soberana e da necessidade de desalavancagem dos respectivos balanços.

Os principais indicadores do consumo apontam claramente a tendência, com a confiança dos consumidores a atingir -56 em Dezembro e o índice do volume de negócios no comércio a retalho com uma variação de -10,3% em termos homólogos, em Dezembro. Por componentes, a variação negativa do consumo privado deverá ser explicada por reduções nos bens correntes e serviços e também, com particular relevo, na componente de bens duradouros. O consumo de bens duradouros deverá ter registado uma quebra de cerca de 20%, após um aumento de 10,6% em 2010, justificada pelas restrições ao financiamento das famílias, pelas alterações das expectativas dos consumidores, pelo impacto das medidas do programa de ajustamento económico e financeiro e, sobretudo, pela antecipação de compra no final de 2010 de alguns bens duradouros, em particular veículos automóveis, associada às alterações na tributação que entraram em vigor no início de 2011, bem como às alterações no programa do incentivo ao abate a veículos em fim de vida. Em 2011 as vendas de veículos ligeiros novos de passageiros caíram 60,1% e as importações de bens de consumo (excluindo material de transporte) caíram 6%. O consumo de bens correntes e serviços, apesar de ter um comportamento menos volátil, também deverá apresentar uma queda de cerca de 2%, após uma subida de 1,4% em 2010. O consumo público deverá ter registado uma queda em termos reais de 3,3% em 2011, em consequência da diminuição em volume das despesas com pessoal, do consumo intermédio e das prestações em espécie.

Confiança dos Consumidores em Portugal e na UE



A formação bruta de capital fixo registou em 2011 uma redução muito acentuada, que no 3º trimestre do ano se cifrava em 12,0%. Esta evolução está presente tanto na componente pública, em resultado do processo de consolidação orçamental, como na componente privada, em resultado da deterioração das expectativas quanto à evolução futura da procura, a elevada incerteza e as

condições restritivas de financiamento, num contexto em que as empresas apresentam um nível de endividamento muito elevado em comparação com as empresas na zona euro.

Não obstante o forte crescimento do crédito e os baixos custos de financiamento de que Portugal beneficiou desde o início da década anterior, a FBCF em Portugal registou uma queda acumulada de 31,9% entre 2001 e 2010. O desempenho da FBCF em 2011 prolonga esta tendência, que não estará associada a factores de natureza cíclica, mas de natureza estrutural. Entre os factores que condicionam as decisões de investimento por parte das empresas destaca-se o nível de qualificação da mão-de-obra, o quadro institucional existente, em particular ao nível da flexibilidade dos mercados, e a previsibilidade do sistema fiscal.

Nos próximos anos, não é de antecipar uma recuperação forte desta componente da procura, ao contrário do que é típico nos períodos pós-recessivos, já que se encontra em curso o processo de ajustamento dos balanços das empresas face ao seu elevado nível de endividamento. Paralelamente, a deterioração das expectativas de crescimento da procura para os próximos anos também condicionam a evolução da FBCF.

A queda da FBCF em 2011 é transversal a todas as suas componentes, mas assume particular destaque na FBCF em construção. O indicador de confiança no sector da construção regista os valores mais baixos desde que o inquérito foi iniciado (1989), as vendas de cimento caíram 19,1% em termos homólogos, em Dezembro, e a taxa de variação dos empréstimos bancários a empresas dos sectores da construção e actividades imobiliárias apresenta valores negativos desde o início de 2010. A FBCF em máquinas e equipamento também registou uma forte queda, visível nas importações de máquinas e outros bens de capital, que registaram uma queda homóloga de 23,6% em Dezembro, em linha com a evolução do indicador de confiança na indústria transformadora e nos serviços. No que respeita à FBCF em material de transporte, a evolução em 2011 reflecte a queda significativa de vendas de veículos comerciais ligeiros e pesados, com quebras de -4,1% e -68,2%, respectivamente e, em menor grau, a diminuição significativa de compras de automóveis pelas empresas de rent-a-car.

As exportações de bens e serviços apresentaram-se como a componente mais dinâmica da despesa total, se bem que se verificou um mercado abrandamento das mesmas no segundo semestre, reflectindo a evolução da procura externa. De acordo com a informação disponível, as exportações cresceram 6,5% até ao 3º trimestre (Contas Nacionais do INE). Em termos nominais, as exportações de bens verificaram uma desaceleração significativa em Dezembro, tendo passado de uma variação homóloga de 16,1% em Novembro para 4,4% em Dezembro. As exportações de bens para a UE passaram de uma variação positiva de 9,8% em Novembro para -1,1% em Dezembro, enquanto as exportações de bens extra-UE abrandaram de 36,8% para 19,2% no mesmo período, respectivamente. Também o índice de volume de negócios da indústria para o mercado externo revelou um comportamento similar, tendo registado uma subida homóloga de 4,4% em Dezembro. Em relação aos mercados de destino, destaca-se a desaceleração das exportações para Espanha (que representam

mais de ¼ das exportações nacionais), e o forte crescimento das exportações para a Alemanha, Itália e França. Relativamente aos mercados extra-comunitários, realça-se a recuperação da dinâmica das exportações para os PALOP, com destaque para Angola (o principal mercado extra-comunitário das exportações portuguesas), após as quedas registadas em 2009 e 2010.

No que respeita às exportações de serviços, estas apresentaram um dinamismo inferior às exportações de bens, mas ainda assim registaram um crescimento de 9,5% nos primeiros 7 meses de 2011. Dentro das exportações de serviços, destacam-se as receitas de turismo (que pesam cerca de 43% do total), e que registaram um crescimento de 8,6% até Julho, beneficiando da recuperação da procura mundial. Em particular, as receitas de turismo extra-comunitárias, em particular para o Brasil, revelaram um dinamismo superior ao das provenientes do conjunto dos países da UE. Por outro lado, a instabilidade no norte de África também poderá ter influenciado o crescimento das exportações de turismo para França (+10,3% até Julho).

As importações de bens e serviços, por seu turno, apresentaram uma queda de 2,8% até ao final do 3º trimestre e deverão ter registado uma queda superior para o final do ano, concomitante com a evolução das componentes da procura com maior conteúdo importado, como o consumo de bens duradouros e a FBCF em máquinas e material de transporte.

Na componente de bens, as importações caíram 16,9% em Dezembro, em termos homólogos, tendo a evolução sido dispar, com uma queda no caso das importações da UE (-22,8%) e uma subida das importações extra-UE (+6,2%). A queda das importações de bens foi particularmente evidente nos produtos de média-alta tecnologia, com destaque para a forte queda das aquisições de veículos automóveis e outro material de transporte. As importações de combustível mantiveram um elevado ritmo de crescimento ao longo da primeira metade do ano, o que se traduz na evolução das importações provenientes da Argélia e Nigéria, que registaram um forte crescimento.

Na componente de serviços, as importações registaram um crescimento em termos homólogos (5,7% até Julho) que reflecte largamente o forte crescimento da componente de serviços financeiros, associada ao pagamento de comissões e taxas de serviços na sequência do recebimento das tranches do programa de assistência financeira a Portugal. Nas componentes de serviços mais relevantes na estrutura das importações, a variação tem sido negativa, com destaque para o abrandamento das importações de turismo (que pesam 27,2% do total), que cresceram 8,9% em 2010 e apenas 1,1% até Julho de 2011.

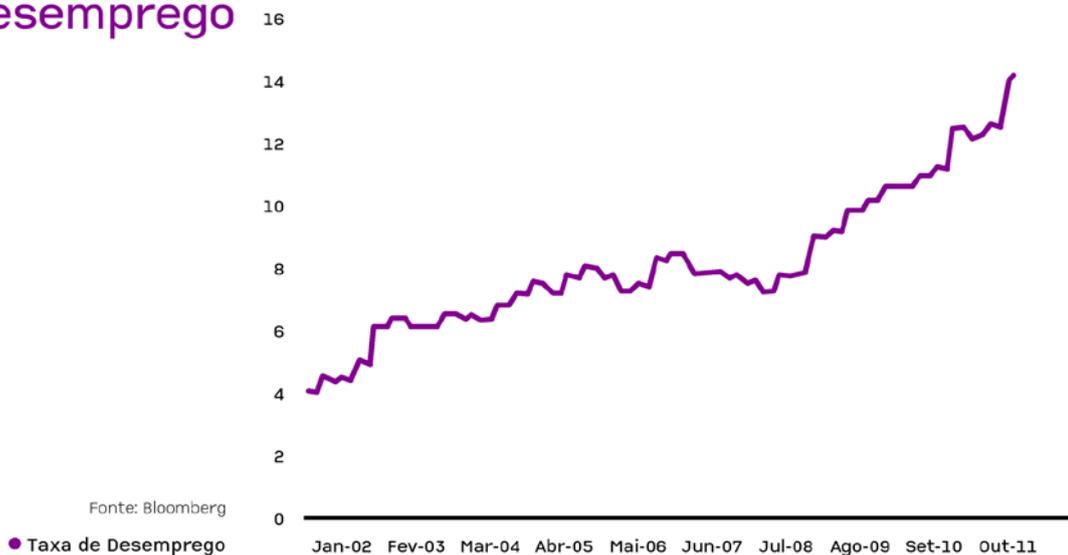
Do lado da oferta, os dados do INE até ao 3º trimestre de 2011 mostram uma evolução heterogénea do Valor Acrescentado Bruto (VAB) por sectores de actividade, com um crescimento do VAB da Agricultura, Silvicultura e Pescas (1,5%), uma quase estagnação do VAB da indústria, energia, água e saneamento (-0,1%), uma queda moderada dos serviços (-1,1%) e uma forte queda do VAB da construção (-11,6%). Em termos acumulados, a redução do VAB no sector da construção é particularmente forte, ascendendo a cerca de 20% desde 2008. Atendendo à evolução mais recente,

observa-se no conjunto de sectores de actividade alguma reorientação da actividade no sentido dos sectores mais transaccionáveis, o que decorre do processo de ajustamento da economia portuguesa.

Os indicadores de confiança dos vários sectores de actividade mostram uma evolução descendente para valores mínimos ao longo do ano, com o sector da construção a atingir níveis historicamente baixos. O sector da indústria transformadora apresenta uma leitura de -25 em Dezembro de 2011 (-12 em 2010), do comércio -25 (-5 em 2010), da construção -69 (-47 em 2010) e dos serviços -37 (-9 em 2010).

No que respeita ao mercado de trabalho, os dados do INE referentes ao 4º trimestre de 2011 situam a taxa de desemprego em 14% (11,1% no 4º trimestre de 2010), situando-se o número de desempregados em 771 mil, face a uma população empregada de 4.735,4 mil. Relativamente ao desemprego registado nos centros de emprego, os dados do IEFP mostram uma variação de 11,7% em 2011 face ao ano anterior, afectando um total de 605 mil pessoas (542 mil no final de 2010). O processo de correcção dos desequilíbrios macroeconómicos em curso na economia portuguesa e a restritividade das condições de financiamento da economia levam a perspectivar que a evolução do emprego continuará a ser desfavorável, com impactos negativos sobre a taxa de desemprego.

Evolução da Taxa de Desemprego



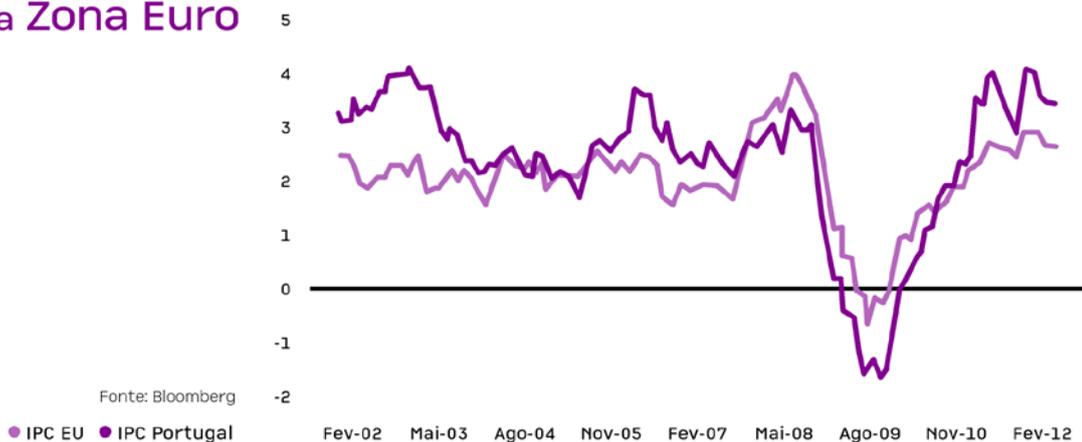
2.2 Evolução dos preços

A evolução da inflação em Portugal, nos últimos anos, tem sido explicada, fundamentalmente, pela evolução dos preços do petróleo e de outras matérias-primas nos mercados internacionais, em detrimento do impacto dos fundamentais da economia. Assim, após uma taxa de inflação média anual negativa em 2009 (facto inédito nas últimas 3 décadas em Portugal), a taxa de inflação voltou a apresentar valores positivos a partir de 2010, mantendo-se acima de 3 % desde Janeiro de 2011.

Em Dezembro de 2011, a inflação homóloga situou-se em 3,6% e a variação média dos 12 meses anteriores ascendeu a 3,7%. O índice harmonizado de preços no consumidor situou-se em 3,5%, enquanto o IPC subjacente ascendeu a 2,3%.

Os transportes e a habitação, água e electricidade foram as categorias que mais contribuíram para o aumento da inflação, dada a influência do preço dos produtos energéticos sobre estas. Adicionalmente, a aceleração dos preços no consumidor foi largamente condicionada pela entrada em vigor de diversas medidas associadas ao processo de consolidação orçamental, com destaque para o efeito do aumento em 1 p.p. de todas as taxas do IVA a partir de Julho de 2010 e um aumento adicional de 2 p.p. da taxa normal em Janeiro de 2011, bem como o preço de alguns bens e serviços sujeitos a regulação.

Evolução da Inflação em Portugal e na Zona Euro



2.3 Necessidades de Financiamento da Economia

Desde o início da crise financeira que as necessidades de financiamento da economia portuguesa têm vindo a diminuir, incluindo o primeiro semestre de 2011. De facto, depois do agravamento verificado em 2008, fortemente condicionado pelas sociedades não financeiras, a gradual desalavancagem que se tem vindo a verificar desde então, especialmente no sector privado, conduziu à diminuição das necessidades de financiamento nos anos de 2009 e 2010. Porém, este comportamento não terá sido uniforme quando analisado por sector institucional: à redução das necessidades de financiamento das sociedades não financeiras e ao aumento da capacidade de financiamento das sociedades financeiras e famílias, contrapôs-se um forte agravamento das necessidades de financiamento das Administrações Públicas.

O grau de dependência energética de Portugal face ao exterior, e o conseqüente elevado défice da balança energética, tem contribuído para o agravamento das necessidades de financiamento da economia, sendo que estas se reduzem de forma significativa quando se exclui esta componente.

As condições de financiamento da economia portuguesa deterioraram-se de forma significativa ao longo de 2011, com a crescente diferenciação do risco soberano na área do euro. Esta diferenciação conduziu a fortes tensões nos mercados financeiros internacionais e à restrição no acesso do sistema financeiro português ao mercado de dívida por grosso. Esta situação traduziu-se na subida das taxas de rendibilidade das obrigações do tesouro para níveis economicamente insustentáveis e em acrescidas dificuldades no acesso ao financiamento por parte do sector público. Esta situação colocou pressão adicional sobre os bancos domésticos, o que tornou ainda mais complexa a sua situação.

O financiamento das administrações públicas foi, assim, particularmente problemático, sobretudo no primeiro trimestre de 2011, onde o fluxo de crédito líquido representou uma pequena fracção do total das necessidades de financiamento do Estado para 2011. A assinatura do programa de assistência financeira dominou o fluxo de crédito líquido nos trimestres subsequentes, tendo os desembolsos ao abrigo do programa ascendido a 38.500 milhões de euros.

Neste contexto, o aumento dos depósitos de clientes e o recurso às operações de refinanciamento do BCE, que permaneceram a um nível elevado, permitiram mitigar o impacto do encarecimento do “funding” dos bancos sobre o preço e a quantidade do crédito. De facto, em 2011 o financiamento do sector bancário dependeu em grande medida do aumento da captação de depósitos junto do sector não monetário residente, que cresceu em termos homólogos 14,7%, enquanto os depósitos de não residentes registaram uma redução de 13,9% no mesmo período. As responsabilidades representadas por títulos mantiveram um contributo negativo, algo que é verificado desde o 4º trimestre de 2010. O recurso às operações de cedência de liquidez do BCE permaneceu relativamente estável, se bem que a nível elevado, representando cerca de 9% do financiamento do sistema.

O aumento dos depósitos bancários contrasta com a diminuição verificada na generalidade dos outros instrumentos de poupança desde o início de 2010, nomeadamente a diminuição dos títulos de dívida de instituições financeiras colocados junto de clientes, a diminuição das subscrições líquidas de unidades de participação de fundos de investimento e o aumento dos resgates de certificados de aforro.

2.4 Política Orçamental

A política orçamental foi condicionada em 2011 pela execução de um Orçamento do Estado virado para a redução do défice orçamental e, posteriormente, pela trajectória de ajustamento das variáveis orçamentais definida no Programa de Assistência Económica e Financeira, acordado em Maio com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o FMI.

Como ponto de partida, os valores do défice para 2010 foram sucessivamente revistos em alta de um valor inicialmente reportado de 7,3% do PIB, devido à inclusão na órbita das administrações públicas de um conjunto de empresas do sector dos transportes. Adicionalmente, foi também incluído no défice desse ano a assunção de imparidades do Banco Português de Negócios e a execução de uma garantia concedida ao Banco Privado Português. Paralelamente, o Eurostat procedeu a uma alteração metodológica sobre o tratamento de 3 contratos de construção e exploração de infra-estruturas rodoviárias, até então classificadas como parcerias público-privadas com impactos nos défices e dívida dos períodos de 2007 a 2010. Por último, os valores finais sofreram nova alteração, após a identificação de um conjunto de dívidas contraídas desde 2004 pelas administrações e empresas públicas da Madeira e não comunicadas antes às autoridades estatísticas nacionais. Os valores finais para o défice e dívida em percentagem do PIB para o ano de 2010 estabilizaram finalmente em 9,8% e 93,3%, respectivamente.

O OE2011 definiu inicialmente os objectivos para o défice e dívida de, respectivamente, 4,6% e 86,6%. Na sequência do pedido de assistência financeira, foram definidos novas metas que tiveram em consideração as revisões acima referidas e ainda as perspectivas menos favoráveis de evolução do cenário macroeconómico. Os objectivos foram então revistos em alta para 5,9% e 101,7%, respectivamente para o défice e dívida pública. No entanto, a execução do OE2011 apresentou desvios significativos que, de acordo com o Ministério das Finanças (MF), se cifravam em cerca de 2 pontos percentuais do PIB (cerca de 3.400 milhões de euros). Estes desvios são explicados, do lado da despesa, por uma redução menor que o esperado nas “remunerações certas e permanentes” (em cerca de 300 milhões de euros), por um acréscimo de 560 milhões de euros em consumos intermédios (dos quais 335 milhões em comissões pagas pelos empréstimos associados à ajuda internacional). Do lado da receita, o MF estimou um desvio de cerca de 800 milhões de euros em outras receitas correntes, resultantes de menores contribuições para a Segurança Social, receitas próprias do Ministério da Justiça e dividendos de participações do Estado. Para além destes desvios, existiram custos associados com a recapitalização do BPN, uma deterioração maior do que o esperado do sector empresarial do Estado e a não execução de vendas previstas de participações e património. Em conjunto estes desvios ascenderam a 2.800 milhões de euros, sendo o restante explicado por operações ligadas a responsabilidades do sector empresarial da Região Autónoma da Madeira.

O desvio apurado foi colmatado com o recurso a medidas transitórias, de entre as quais a sobretaxa de IRS cobrada junto do subsídio de natal dos trabalhadores por conta de outrem com vínculo permanente, o aumento do IVA sobre os bens energéticos e a integração dos Fundos de Pensões da Banca na Segurança Social.

Com o conjunto destas medidas o défice público para 2011 ter-se-á situado em 4% do PIB, se bem que o défice subjacente, excluindo as medidas de carácter pontual, se teria situado próximo de 7% do PIB.

3. SISTEMA FINANCEIRO

No quadro de crise no mercado de dívida soberana, as condições de financiamento do sector público e do sector bancário nos mercados internacionais deterioraram-se significativamente desde o início 2010. As medidas não convencionais de política monetária do BCE, com destaque para as operações de cedência de liquidez, permitiram assegurar o financiamento do sistema bancário português, substituindo em parte o financiamento de médio e longo prazo nos mercados internacionais de dívida por grosso. Em 2010 e em 2011, o enquadramento do sistema bancário foi particularmente adverso e implicou um ajustamento do balanço da maioria dos bancos, que incluiu reforços de capital, vendas de activos, e uma intensificação da captação de recursos de clientes.

Este enquadramento tem naturalmente repercussões sobre o volume de crédito concedido pelo sector bancário. Refira-se, a título de exemplo, o crédito destinado às empresas não financeiras em Portugal, que após ter mantido um crescimento de 2 dígitos em 2008, iniciou uma trajectória de descida em 2009, tendo atingido uma variação negativa de 0,4% em Julho de 2011. Para esta evolução contribuem não apenas as condições mais restritivas aplicadas pelos bancos na concessão de empréstimos, como também um efeito de procura por parte das empresas num contexto de clara desaceleração da actividade económica.

Quanto à materialização do risco de crédito, é de salientar que o crédito à habitação continuou a apresentar níveis de incumprimento baixos, para o qual tem contribuído o nível das taxas de juro, que conduziu a reduções substanciais da prestação média nos contratos deste segmento. Pelo contrário, o crédito de cobrança duvidosa respeitante aos empréstimos dirigidos ao consumo e às empresas continuou a acelerar nos últimos meses, tendo assumido níveis historicamente elevados, para o primeiro caso e valores relativamente altos, para o segundo.

A grande volatilidade e incerteza nos mercados financeiros repercutiu-se igualmente no mercado accionista, tendo o índice PSI-20 registado desde finais de 2010 quebras significativas, à semelhança das registadas nos índices bolsistas internacionais.

3.1 Estabilidade Financeira

A preocupação com a estabilidade financeira num contexto de agudização da crise da dívida soberana foi particularmente marcada, sendo uma parte fundamental do programa de assistência financeira. O principal objectivo desta estratégia é o de obter uma desalavancagem gradual e ordeira do sistema financeiro que não prejudique o financiamento dos sectores produtivos da economia.

Neste sentido, a estratégia anunciada baseia-se em 4 pilares fundamentais:

- (i) O reforço da base de capital dos bancos;

- (ii) A protecção da liquidez do sistema;
- (iii) A melhoria da monitorização e supervisão do sistema bancário, e;
- (iv) Melhoria do enquadramento regulamentar.

Relativamente ao primeiro aspecto, o Banco de Portugal introduziu desde o final de 2010 um conjunto de medidas destinadas a melhorar a solvência do sistema, de entre as quais a recomendação, realizada em Janeiro de 2011 para os bancos não distribuírem dividendos, de forma a melhorar os capitais de base; o estabelecimento, em Abril de 2011, de um objectivo para o rácio de “core tier 1” de 8% para o final de 2011, objectivo esse que foi alterado em Maio, sob a égide do programa de assistência financeira, para 9%. No programa foi igualmente estabelecido um rácio mínimo de “core tier 1” de 10% para o final de 2012. Também no programa de assistência financeira ficou definida uma facilidade de suporte à solvência dos bancos, de 12.000 milhões de euros, destinada a providenciar aos bancos uma fonte de capital público na circunstância em que não for possível atingir os objectivos de capital através de fontes de mercado.

A protecção da liquidez do sistema financeiro está relacionada com o processo de desalavancagem em curso, que se pretende ordeiro. Nesse sentido, o BP recomendou aos bancos, em Setembro de 2010, a desalavancagem através da venda de activos não-core ou não estratégicos, e começou a monitorar os rácios de alavancagem mais activamente. Em particular, pretende-se reduzir a dependência elevada do financiamento nos mercados grossistas, passando de um rácio de crédito sobre depósitos de cerca de 170% em Junho de 2010 para 120% até 2014 (no final do programa de ajustamento). Até ao final de Setembro de 2011, o rácio de crédito sobre depósitos já tinha descido para 146%, uma queda de mais de 20 pontos percentuais face ao máximo atingido em Junho do ano anterior. Esta queda foi obtida através da combinação de aumento do volume de depósitos e de venda de activos, tanto domésticos como externos.

A monitorização e supervisão do sistema bancário foram reforçadas através de um programa de inspecções “on-site” sobre a qualidade dos activos dos bancos, compreendendo os 8 maiores grupos financeiros e 83% dos activos do sector bancário. As correcções às imparidades reportadas pelos bancos ascenderam a menos de 0,5% das exposições creditícias analisadas. Os impactos dessas revisões sobre os rácios de capital, à data de 30 de Junho de 2011, foram pouco significativas, tendo o rácio de “core tier 1” agregado passado de 9,1% para 8,8%, acima do mínimo de 8% exigível para aquela data.

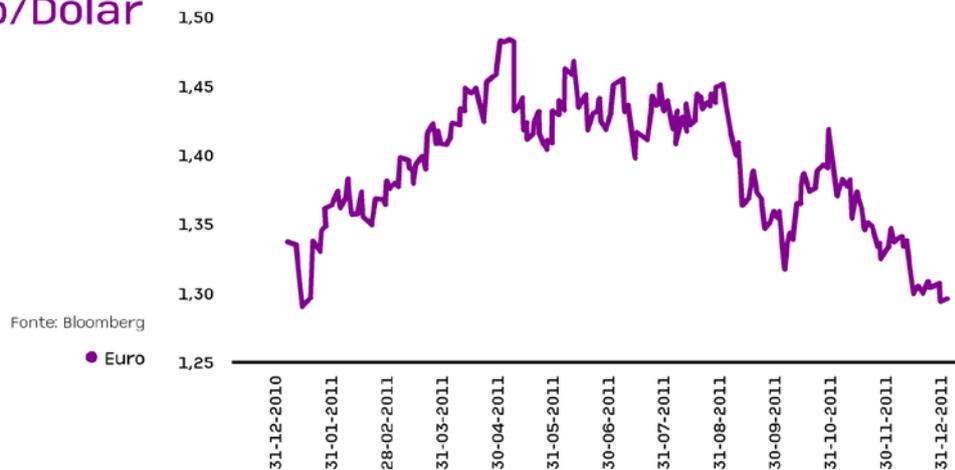
Paralelamente, os bancos passaram a reportar um novo rácio de crédito vencido, alinhado com as práticas internacionais e publicado pelo BP a partir de Setembro de 2011.

No que respeita ao enquadramento regulamentar, merecem particular destaque os diplomas já apresentados no início de 2012, que respeitam ao acesso dos bancos ao capital público (DL N°4/2012 de 11 de Janeiro), e ao reforço de poderes do BP para intervenção preventiva, resolução e protecção de depósitos, que está nas fases finais de aprovação.

3.2 Mercados Monetário e Cambial

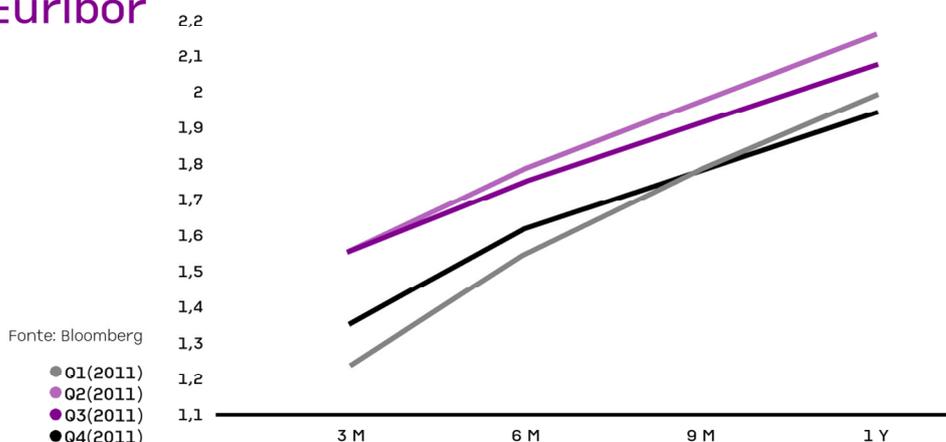
Em 2011, os mercados cambiais voltaram a mostrar uma elevada volatilidade, com as moedas que habitualmente são procuradas pelos investidores por motivo de refúgio a terem desempenhos muito fortes, sobretudo face ao euro, na sequência da agudização da crise da dívida soberana, em Agosto e Setembro. Assim, no início do ano e até finais de Abril, o euro apreciou-se face ao iene e face ao dólar em, respectivamente 13% e 12%, na sequência da incorporação da expectativa de subida das taxas de juro por parte do BCE, para depois encetar um processo de queda que proporcionou uma depreciação anual de cerca de 8,8% e 4%, respectivamente. O Euro foi particularmente afectado pelas perspectivas que se criaram em torno de eventual incumprimento por parte de um país da Zona Euro e da inevitabilidade que essa situação criaria de abandono da zona euro por parte desse país. Também as menores perspectivas de crescimento económico da Zona euro pesaram negativamente no sentimento dos investidores, conduzindo em baixa o valor externo da moeda.

Evolução cambial do Euro/Dólar



Ao longo de 2011, verificou-se um clima de aversão ao risco elevado que foi particularmente agudo durante os meses de Verão. Nesse período, os mercados interbancários deixaram de funcionar, com consequências negativas nos fluxos de financiamento intra-comunitários. As taxas euribor subiram durante os primeiros três trimestres, acompanhando o andamento da política monetária por parte do BCE, para depois caírem no 4º trimestre, na sequência dos cortes de taxas de juro oficiais. Com efeito, a autoridade monetária da Zona Euro continuou a praticar medidas extraordinárias de cedência de liquidez e as taxas de juro oficiais fecharam o ano a níveis mínimos, se bem que na primeira metade do ano houve um período de subida de taxas (entre Abril e Julho) que foi posteriormente revertido (em Novembro e Dezembro).

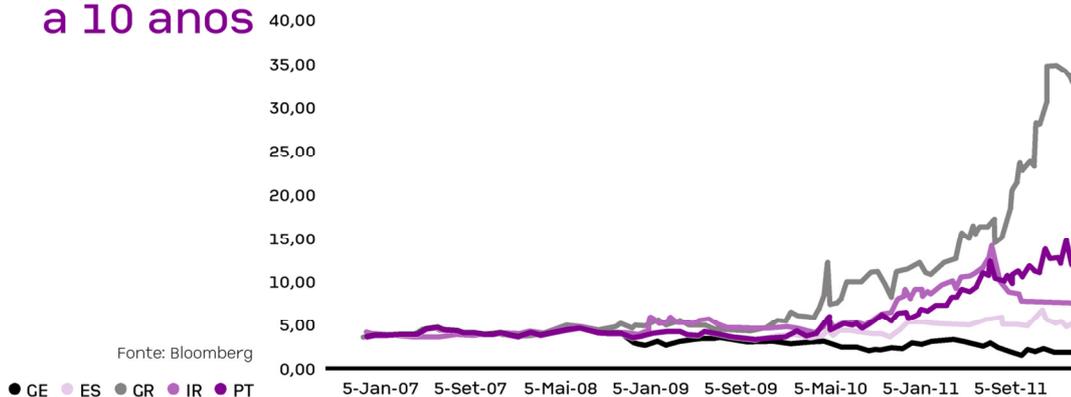
Evolução das Taxas Euribor



3.3 Mercado de Obrigações

Os mercados obrigacionistas foram condicionados, ao longo de 2011, pelo agudizar da crise das dívidas soberanas na Zona Euro, o que provocou variações muito diferenciadas no desempenho das dívidas dos vários países. Neste contexto, a forte valorização da dívida alemã deveu-se ao aumento de procura por activos de refúgio, enquanto a dívida de países sob planos de assistência financeira, como Grécia e Portugal, apresentaram desvalorizações sem precedentes, de -61,8% e -24,2%, respectivamente. A Irlanda registou o melhor desempenho no seio da Zona Euro (+11,2%), com o bom desempenho económico e o sucesso na implementação do respectivo programa de assistência a impactar positivamente no sentimento dos investidores. Nos restantes mercados, destaca-se a valorização da dívida de Espanha (+7,0%) e a tendência inversa em Itália (-5,7%). No mercado de crédito, após um 1º semestre positivo, o índice iBoxx Corporate sofreu uma desvalorização no segundo semestre, tendo encerrado o ano com um ganho modesto de 1,71%.

Evolução das Yields da Dívida a 10 anos



3.4 Mercado de Acções

Os mercados de acções registaram comportamentos díspares ao longo do ano. O índice S&P (EUA) terminou o ano inalterado, enquanto na Europa (índice MSCI Europe), no Japão (índice Nikkei) e nos Emergentes (índice MSCI Emerging Markets) os mercados apresentaram fortes quedas, de -10,94%, -17,05% e -20,41%, respectivamente.

No que respeita à Zona Euro, o índice DJ Euro Stoxx 50, representativo das maiores capitalizações desta região, desvalorizou 17,05% em 2011, penalizado pelas questões em torno do agravamento da crise da Zona Euro atrás referidas. Ao nível sectorial, observou-se uma divergência significativa de desempenhos. Pela positiva, destacaram-se sectores mais defensivos, como farmacêuticas (+11,84%) e Alimentação e Bebidas (+5,39%), que conjugam uma maior estabilidade nos resultados com uma exposição mais elevada a mercados fora da Europa. Pela negativa, destacou-se o sector bancário (-32,48%), um dos mais directamente afectados pela crise das dívidas soberanas, mas também sectores mais expostos ao ciclo económico, como materiais básicos (-30,12%) e o sector automóvel (-24,08%) foram penalizados, em parte devido a receios de um abrandamento económico mais forte na China.

Em Portugal, o índice PSI-20 encerrou o ano de 2011 nos 5.494,27 pontos, menos 27,6% do que no final de 2010. A capitalização bolsista da Euronext Lisbon totalizou 170.551,6 milhões de euros em Dezembro, 11,7% inferior à do período homólogo de 2010.

O segmento de obrigações foi o que mais contribuiu para o aumento da capitalização bolsista do mercado regulamentado da Euronext Lisbon no final do ano de 2011, ao subir 16,6% em relação ao mesmo período de 2010. O segmento de acções acumulou uma queda de 23,6% no ano, encerrando 2011 com uma capitalização bolsista de 102.693,8 milhões de euros.

A volatilidade do índice PSI-20 foi de 20,77% em Dezembro, acima dos 16,08% fixados no período homólogo de 2010. A EDP (18,92%), a Jerónimo Martins (17,90%) e a Galp (16,27%) foram os emittentes com maior representatividade no índice no final do ano.

O valor das transacções efectuadas no mercado secundário a contado totalizou 2.083,8 milhões de euros em Dezembro, menos 1.796,2 milhões (46,3%) do que em igual período de 2010.

No mercado regulamentado Euronext Lisbon, o volume de transacções caiu em 2011 46,5% face ao registado até Dezembro do ano anterior, para 2.054,9 milhões de euros. No mercado regulamentado de dívida (MEDIP), o valor transaccionado recuou 77,6% em relação ao final de 2010, para 246 milhões.

Em Dezembro de 2011, o valor sob gestão dos organismos de investimento colectivo em valores mobiliários (OICVM) totalizou 6.017,9 milhões de euros, menos 2.741,5 milhões de euros (-31,3%) do que no final de 2010. Recorde-se que, nesta indústria, os volumes sob gestão já haviam caído 25%

em 2010 face a 2009. Nos fundos especiais de investimento (FEI) o valor sob gestão caiu para 4.817,5 milhões de euros, menos 12% do que no ano anterior, cujo montante ascendeu a 5.477,7 milhões de euros.



02 Actividade do Banif
- Banco Internacional
do Funchal, SA em 2011

02

Actividade do BANIF – Banco Internacional do Funchal, SA em 2011

1. Actividade Comercial na Região Autónoma da Madeira

A actividade do Banif na RAM, desenvolveu-se num contexto marcado pelo agravamento da conjuntura macro e micro-económica e pela evolução política associada a essa conjuntura.

Este factor, transversal a todas as áreas de actividade do país, implicou uma actuação estratégica de permanente adaptação, no sentido do Banco se manter como líder do sector na Região.

Neste contexto, emergiram como prioridades, paralelamente ao crescimento da captação de recursos, a recuperação do crédito vencido e o controlo de custos.

Desta forma, durante 2011, registou-se o aumento da base de Clientes, com um crescimento de 5.102 novos Clientes. Apesar deste crescimento, o número médio de produtos por Cliente teve uma evolução negativa, penalizada sobretudo, pela carteira de produtos do passivo.

Durante o exercício, as rubricas de crédito concedido a Clientes e recursos de Clientes, registaram evoluções negativas, respectivamente, 4,9% e 2,1%.

Na rubrica crédito concedido a Clientes, a DCRAM adoptou a estratégia global do Banco, desacelerando a concessão de crédito. Sublinhe-se, contudo, o evidente abrandamento do investimento público, factor que se repercutiu em toda a economia regional e, colateralmente, nesta rubrica.

Relativamente à rubrica de recursos de Clientes, o desempenho registado deveu-se sobretudo à crescente falta de capacidade de aforro dos Clientes, resultante da situação económica e social do país.

Como forma de otimizar a estrutura física e humana do Banif na RAM, a actividade das micro-agências do Madeira Tecnopólo e Livramento foi descontinuada e procedeu-se à revisão dos horários de funcionamento de algumas Unidades de Negócio.

A emigração continuou a ser um dos vectores estratégicos de actuação para a DCRAM. Neste campo foi realizado um plano de visitas bastante ambicioso aos mercados com forte implementação da emigração portuguesa – Venezuela e África do Sul. Este plano de trabalho teve a particularidade de conferir às visitas a estes países uma maior cobertura geográfica, assim como segmentar o

mercado por tipo de Cliente – Retailho, Privado e *Corporate* – e ainda continuar o reforço do canal promotor.

Durante todo o ano realizou-se um trabalho de análise e acompanhamento pormenorizado de todas as Unidades de Negócio da DCRAM, envolvendo a estrutura directiva da DCRAM e algumas das estruturas de trabalho internas. Foi explorado o potencial de cada Concelho e Área de Negócio, e delineado um plano de acção das Unidades de Negócio envolvidas.

RUBRICA	VARIAÇÃO 2010/2011
Recursos	-2,1%
Crédito	-4,9%
Base de Clientes Activos	-0,2%
Base de Clientes	2, 0%

2. Actividade Comercial na Região Autónoma dos Açores

A actividade do Banif na Região Autónoma dos Açores, ficou marcada pelos condicionalismos resultantes de um contexto económico adverso, que impuseram a necessidade de reorientação das principais estratégias e prioridades para a captação de recursos, manutenção da qualidade no crédito e redução de custos de estrutura, com vista ao objectivo último de incremento da rentabilidade.

Não obstante as dificuldades decorrentes da conjuntura económica, a Direcção Comercial do Banif na RAA (DCRAA) prosseguiu os objectivos de crescimento de negócio, com a responsabilidade de consolidar a posição de liderança que o Banco mantém no mercado regional.

Esta estratégia esteve presente em qualquer uma das duas Redes de Negócio que integram actualmente a DCRAA: a RPI (Rede de Particulares e Institucionais) e a RCE (Rede de Centros de Empresas), após a reestruturação que entrou em vigor no início de 2011. Na RPI passaram a estar, em paralelo, as áreas comerciais que incluem as agências dedicadas ao negócio de retalho, com o Centro de Privado e Institucionais.

Assim, a base de Clientes da DCRAA cresceu 3.726 Clientes, no seio de uma carteira total de 134.300 Clientes. O empenho na prestação de um serviço de qualidade traduziu-se também no crescimento do número médio de produtos por Cliente no retalho, de 3,46 para 3,48.

Num cenário de racionalização do crédito concedido, sem prejuízo dos compromissos assumidos, foi possível reduzir em 3,3% a carteira de crédito por desembolso, a qual ascendia a 1.613 milhões de euros no final de 2011.

Todavia, no que respeita aos Recursos de Balanço, cujo valor, no final de 2011, se cifrava em 955 milhões de euros, muito embora ao nível da Rede de Retalho se tenha conseguido crescer, este incremento foi absorvido pela variação negativa de recursos nos segmentos das Empresas, Privado e Institucionais, com especial incidência ao nível da rubrica Depósitos à Ordem, que ditou, no seu todo, uma variação homóloga negativa de 2,8%.

Um dos motores utilizados para a estratégia de defesa dos recursos passou pela aposta nos mercados da emigração, para os quais foi implementado um mais amplo plano de visitas, com deslocações comerciais periódicas aos Escritórios de Representação, de carácter comercial e institucional.

Foi também em 2011 que se iniciou um plano com maior relevo de campanhas de índole regional, dedicadas a temas diversos, mas com enfoque especial na captação de recursos, abrangendo, quer a rede doméstica, quer os mercados da emigração.

Fruto do envolvimento de todos os colaboradores das áreas comerciais, a DCRAA deu, uma vez mais, um contributo positivo para a renovação da certificação da qualidade no banco, atendendo ao número de não conformidades registado.

No âmbito da descentralização da gestão de imóveis para venda e arrendamento, foi criado um Comité na Região Autónoma dos Açores, que passou a ser responsável pela gestão local dos imóveis não afectos à exploração, com a centralização de todos os processos, permitindo uma nova dinâmica e uma actuação mais célere na gestão dos mesmos.

Foi reactivado, no início deste ano, o Comité de Clientes Açores, que reúne periodicamente as Direcções Comerciais do Banif e da Açoreana, como objectivo de potenciar o negócio de ambas as empresas na Região, o qual permitiu já o desenvolvimento de várias iniciativas em parceria.

A necessidade de actualização de todos os NIB's para o Código do Banif ("0038") levou ao desencadeamento de um conjunto de iniciativas, para a sensibilização de Clientes, colaboradores e instituições diversas, a par de trabalhos técnicos específicos, por forma a garantir a substituição do anterior NIB em todos os canais e meios de pagamento em uso, nomeadamente cheques, transferências e sistema de débitos directos.

Destaque especial para a celebração de novos protocolos de colaboração institucional com o Governo Regional dos Açores, que visam assegurar o apoio às empresas dos Açores, no contexto da actual conjuntura económico-financeira.

RUBRICA	VARIAÇÃO 2010/2011
Recursos	-2,8%
Crédito	-3,3%
Base de Clientes Activos	-1,7%
Base de Clientes	2,9%

3. Actividade Comercial no Continente

3.1 Negócio no Segmento de Empresas e de Particulares de Médio - Alto Rendimento

A Direcção de Empresas e Banca Privada (DEP) é o órgão responsável pela coordenação e desenvolvimento das áreas de negócio de pequenas e médias empresas, institucionais e particulares de médio - alto rendimento em Portugal Continental. Integra ainda o Núcleo de Factoring, órgão que gere o negócio de Factoring e Confirming do Banco.

A actividade da DEP foi direccionada para o cumprimento das metas estabelecidas no programa de desalavancagem e financiamento, com grande enfoque no estreitamento do GAP Comercial. A imposição de condições mais restritivas na concessão de crédito, com os *spreads* a reflectirem quer o agravamento das condições de acesso do sector bancário aos mercados financeiros, quer o risco associado aos clientes em geral e às operações em especial, permitiram uma diminuição da carteira de crédito. Tendo sempre presente os rácios de solvabilidade do Banco, a solidez do negócio e a qualidade da carteira de crédito, continuou-se a utilizar o *repricing* e, adicionalmente, o reforço de garantias associadas às operações de crédito como ferramentas de gestão. Por outro lado e tendo presente o aumento da aversão ao risco por parte dos clientes aforradores, manteve-se o ênfase na captação e manutenção de recursos de clientes. Fruto desta estratégia, conseguiu-se uma melhoria do GAP comercial, que passou a ser de 227% em 2011, e uma melhoria de 0,80 pp na margem financeira do crédito, que ascendeu a 4,54% em 2011.

O agravamento da situação económica, com degradação dos riscos actuais e consequente deterioração da carteira de crédito, impôs um acompanhamento estrito e sempre actualizado dos clientes e dos respectivos negócios, permitindo, nomeadamente, antecipar situações de incumprimento. Continuou-se, assim, a efectuar Comitês de Vigilância, que funcionam como um importante instrumento na efectivação deste controlo.

Ao nível dos custos operacionais e de estrutura, prosseguiu-se a política de controlo anteriormente implementada. Continuou-se a apostar na racionalização e optimização das unidades de negócio, com constante ajustamento da estrutura ao volume de negócios. No segmento de empresas, a DEP encerrou o ano com 13 Centros de Empresas e 40 Gestores. No segmento de particulares, continuou-se a apostar na área de institucionais, como estratégia para aumento da capacidade de

captação e diversificação de recursos. Pretendeu-se, assim, assegurar uma gestão de liquidez activa, com os recursos de clientes a representarem uma fonte crescente de financiamento. O segmento privado encontra-se actualmente estruturado em 22 Gestores.

Desta forma e relativamente a 2010, a DEP registou uma variação positiva nos Recursos de Balanço de 451 milhões de euros (+36%), tendo atingido o montante de 1.697 milhões de euros no final de 2011. Relativamente ao Crédito Total (incluindo Programas de Papel Comercial e Crédito Vencido) concedido a Clientes, verificou-se um decréscimo de cerca de 264 milhões de euros (-6%), ascendendo o valor a 3.851 milhões de euros, no final do ano.

Ao nível da Carteira de Clientes Activos, a DEP registou uma diminuição de 4% face ao final ao ano anterior. Esta variação reflecte o esforço de desalavancagem efectuada no decurso do ano de 2011, no segmento Empresas.

RUBRICA	VARIAÇÃO 2010/2011
Recursos	36%
Crédito	-6%
Base de Clientes Activos	-4%

Actividade do Nucleo de *Factoring*

Em 2011, a actividade desenvolvida pela área de *factoring* e gestão de pagamentos a fornecedores, registou uma contracção assinalável.

As variações negativas anuais registadas ao nível do volume de cedências realizadas e saldo médio de antecipações cifraram-se em 33% e 12%, respectivamente, atingindo, no final de 2011, 398 milhões de euros e 151 milhões de euros.

Em linha com a evolução do volume de negócio gerido por esta área, as comissões apresentaram uma evolução negativa de 11%, relativamente ao ano anterior, atingindo 1,3 milhões de euros. A margem financeira atingiu os 7,4 milhões de euros, traduzindo um incremento positivo de 32%. Desta forma, em 2011, o produto bancário apresentou uma evolução positiva de 23%, atingindo 8,7 milhões de euros

O sector da construção continuou a ser o mais significativo na estrutura da carteira de créditos sobre clientes (74% em 2011), seguido da fabricação de produtos metálicos e do comércio por grosso, com 11% e 5%, respectivamente.

3.2 Negócio no Segmento de Retalho

A Rede de Agências no Continente, através da respectiva Direcção (DRA) desenvolveu a sua actividade com particular enfoque nos seguintes grandes objectivos:

- Captação de recursos estáveis, contribuindo decisivamente para o reforço da carteira de depósitos do Banco;
- Controle do Crédito vencido ou com sinais de alerta;
- Redução de custos;
- Reforço do comissionamento;
- Aumento da carteira de Clientes Activos;

O processo gradual de racionalização da Rede, iniciado em 2010, reforçou-se em 2011, tendo sido encerradas algumas Agências com menor potencial de crescimento e adaptados os quadros de pessoal à dimensão dos negócios. Os encerramentos verificados não provocaram redução do negócio existente, dado que os Clientes foram alocados a outras Agências de proximidade.

A DRA terminou o ano com 260 Agências e um rácio de 3,93 empregados por Agência, dos mais baixos da Banca em Portugal, tendo-se:

- Encerrado 17 Agências
- Abertas 4 novas Agências
- Transformado 3 Agências Standard em Associadas
- Reduzido o número total em 14 unidades.

As referidas medidas permitiram reduzir o quadro global da DRA em 63 empregados.

No 1º trimestre, foram introduzidas duas importantes medidas de racionalização:

- A criação das Direcções Regionais, DRA/Norte e DRA/Sul;
- A integração da Direcção de Canais Agenciados, extinta e substituída pela nova Rede de Canais Agenciados.

Estas duas importantes medidas vieram reforçar a capacidade de gestão da DRA, aproximando as várias Estruturas da Direcção às Unidades de Negócio.

Ao longo do ano, manteve-se o dinamismo de 3 grandes projectos estruturantes, iniciados há 3 anos, a saber:

- A Rede de Empresas e Empresários, com uma oferta de qualidade para as pequenas empresas e respectivos empresários, com produtos inovadores e Gestores de Negócio dedicados,

instalados nas Agências do Banco com maior dimensão. Esta Rede terminou o ano com 51 Gestores de Negócios.

- Os Promotores Assurfinance, Rede de Promotores de Negócio assente em Agentes da Açoreana previamente seleccionados, canalizadores de Clientes e negócio para as Agências.
- Agências Associadas: das 260 Agências em funcionamento, 41 são Agências Associadas, mais pequenas e com um quadro de pessoal mais reduzido. São Agências universais, quanto aos serviços prestados e produtos vendidos, e estão dependentes do Gerente de uma Agência maior, do tipo Standard. Destas, 10 têm apenas 1 empregado.

Comparando 2010 e 2011, a Direcção da Rede de Agências registou uma variação positiva nos recursos de 450 milhões de euros (+ 15%), tendo atingido o montante total de 3.381 milhões de euros. Relativamente ao crédito total, o valor global da carteira de crédito da DRA ascendeu a 2.922 milhões de euros, correspondendo a uma redução de cerca de 95 milhões de euros (-3%), conforme resulta dos dados indicados, a DRA teve um contributo essencial na redução da relação Crédito/Recursos, do Banco.

RUBRICA	VARIAÇÃO 2010/2011
Recursos	15%
Crédito	-3%
Base de Clientes Activos	6%
Base de Clientes	7%

4. Novos Canais de Distribuição e de Apoio às Áreas de Negócio

4.1 Actividade de *Call Center* e Banca Electrónica

Banca Telefónica

No período em análise e ao nível da captação de recursos realizou-se uma acção permanente - "Soluções Poupança 2011" - tendo sido atingida uma taxa de subscrição (percentagem dos Clientes que, tendo declarado a sua intenção de subscrever o produto no âmbito da campanha, vêm efectivamente a subscrevê-lo) na ordem dos 94%, valor que se encontra em linha com os 93% alcançados em 2010.

Decorreram duas campanhas de crédito pessoal pré-concedido, as quais permitiram alcançar uma taxa de subscrição que se situou nos 81%, em linha com o valor apurado no ano de 2010. Os contactos comerciais de Conta Gestão de Tesouraria sobre Não Clientes resultaram numa taxa de

subscrição que ascendeu aos 43%, registando-se, assim, um acréscimo de 3 p.p. face ao ano anterior.

No âmbito do programa de aferição do nível de satisfação dos Clientes foi reforçada, em articulação com a DME, a promoção de inquéritos de satisfação. Realizaram-se cerca de 14.000 inquéritos, o que representa um acréscimo homólogo de cerca de 16%. Em 2011 voltaram, também, a concretizar-se campanhas dirigidas à promoção/colocação de cartões Banif, bem como iniciativas dirigidas aos Clientes Banif Mais.

No que concerne ao núcleo de "Contact Center", o número de chamadas atendidas na Linha Banif registou uma quebra de 18% face a 2010.

A avaliação externa da qualidade de serviço no atendimento telefónico, confirmou a liderança do Banif nas vertentes avaliadas, nomeadamente, nos domínios da banca comercial e banca operacional. A destacar o facto de, face a igual período de 2010, continuarem a registar-se evoluções positivas nos diversos itens avaliados.

Na componente de recuperação de crédito não contenciosa, foram obtidas as seguintes taxas globais de recuperação (rácio entre o número total de processos regularizados e o número total de processos entrados/trabalhados): crédito pessoal e crédito imobiliário - 86%, contas correntes caucionadas e recuperação de juros e descobertos DO das Contas Gestão de Tesouraria - 84%, letras e livranças 87% e cartões 50%.

Refira-se ainda que o número de processos trabalhados teve um incremento de 8% face a 2010. Os contactos registados ao nível desta actividade sofreram um acréscimo homólogo de 48%. Esta variação reflecte as melhorias de produtividade resultantes da redefinição do modelo de recuperação de crédito, iniciado em meados de 2010.

Banca Electrónica

Os principais objectivos estabelecidos para o ano de 2011 foram, na sua globalidade, alcançados.

Sendo uma preocupação constante do Banco, proporcionar mecanismos que permitam garantir aos Clientes uma utilização segura do *Banif@st*, face aos frequentes ataques que são alvo na utilização da Internet, ao longo do ano 2011 foi colocado, de uma forma gradual, o sistema de autenticação forte, *Banif@st SAFE Bank*, nos Clientes com utilização frequente do serviço. No final do ano, aproximadamente 40% destes Clientes já tinham aderido ao sistema.

Desta forma, o grau de confiança aumentou significativamente, tendo, como consequência, o incremento da utilização do serviço nas suas diversas funcionalidades.

Outro objectivo alcançado, e com impacto na utilização do *Banif@st*, foi a optimização dos conteúdos, através da melhoria na navegação e na informação disponibilizada.

Novas funcionalidades foram, igualmente, colocadas à disposição dos Clientes, com destaque para os débitos directos e os novos carregamentos para operadoras móveis.

Por fim, a dinamização das soluções de poupança, através dos canais electrónicos, teve como consequência um alargamento dos produtos disponibilizados por este meio, sendo que alguns destes são comercializados em exclusivo pelo *Banif@st*. Assim, é possível, face à redução dos custos operacionais, oferecer taxas mais atractivas em benefício dos Clientes que procuram as melhores soluções para as suas poupanças. Muito significativo foi o crescimento verificado na utilização das funcionalidades que permitem entregas pontuais e programadas nas poupanças que os Clientes já detêm no Banco - mais de 35% comparativamente a 2010.

No que respeita aos resultados quantitativos, no final do ano 84% dos Clientes do Banco já tinham aderido ao *Banif@st*. Destes, 21% utilizam regularmente o serviço, com particular incidência no canal Internet.

O número de entradas nos diversos canais cresceu 15% face a 2010, traduzindo um aumento de 18% nas transacções de negócio realizadas pelos Clientes. Em linha com estes crescimentos, os proveitos gerados pelas operações sujeitas a preçário aumentaram 22%.

No final do ano, o serviço de Banca Electrónica do Banco – *Banif@st*, renovou o Certificado de Qualidade, mantendo o cumprimento dos requisitos da norma NP EN ISO 9001.

4.2 Canais e Meios de Pagamento Electrónicos

No que se refere a Terminais de Pagamento Automático, no final do ano registava-se um total de 6.679 equipamentos apoiados pelo Banco, face a 6.665 no mês homólogo do ano anterior.

Relativamente a Caixas Automáticos, o Banif manteve, no ano, a sua política de limitar o número de instalações de Caixas Automáticos fora de loja, concentrando esforços na melhoria da rentabilidade dos actuais equipamentos e na optimização dos seus processos operativos. No final do ano, o número de Caixas existentes era de 543, face a 558 em Dezembro de 2010.

4.3 Marketing Estratégico

No ano de 2011 o Gabinete de Gestão de Informação de Negócio prosseguiu a sua acção focando-se quer na optimização das soluções de informação de gestão já disponíveis, quer no desenho de novas soluções que permitam uma gestão dos Clientes mais eficiente e a oferta de uma superior

qualidade de serviço. Das principais actividades desenvolvidas e concluídas no ano de 2011, merecem relevo as seguintes:

- Lançamento do software *Planning* na área da Banca Privada. Esta é uma solução de planeamento automático e inteligente das actividades relacionadas com a gestão dos Clientes. Esta solução será alargada a todas as áreas comerciais do Banco no primeiro trimestre de 2012;
- Integração do Banif Mais na aplicação na aplicação de *workflow* de crédito;
- Alargamento da nova versão do *workflow* de crédito a toda a rede da Banca Privada;
- Disponibilização de uma solução de Informação de Gestão para o Banif Malta e para a Emigração;
- Lançamento de uma nova versão do Dossier do Cliente com um aumento significativo de novas funcionalidades e completamente sincronizada com as restantes aplicações de informação de gestão.

Gabinete de Protocolos e *Cross-Selling*

Durante o ano de 2011 a actividade de *Cross-Selling* continuou a dar primazia à satisfação integral das necessidades dos Clientes do Banco, pela disponibilização de um leque alargado de Produtos do Banif – Grupo Financeiro. Políticas de Produto atentas à conjuntura actual adversa, com enfoque primordial no Cliente, conduziram as Redes Comerciais do Banif a um esforço na crescente fidelização dos seus Clientes.

Da actividade anual dos produtos de *Cross-Selling* destaca-se:

- A colocação integral de 4 Emissões Obrigacionistas de Empresas do Grupo na base de Clientes Banif, no valor global de 220 milhões de euros;
- A aposta bem sucedida nos Seguros Não Financeiros, que comparam positivamente (5%) com a produção do ano de 2010, com especial enfoque no Seguro Automóvel e no Seguro de Saúde e Assistência, cujas produções anuais evoluem em 13% e 8%, respectivamente, também relativamente ao ano anterior.

A carteira de produtos de *Cross-Selling* representa, no final do ano, 12% da carteira de produtos detida pelos Clientes Banif. Atendendo à variação líquida de produtos registada entre 2011 e o ano anterior, o contributo dos produtos de *Cross-Selling* é de 12,4%.

Os Protocolos Comerciais continuaram a representar uma fatia significativa do total de Clientes captados pelo Banco durante todo o ano – cerca de 7% (3 300 novos Clientes) da globalidade das contas activas.

Para além da captação de novos Clientes, é essência dos Protocolos Comerciais a fidelização da base já existente. Essa ancoragem deriva não só da domicilição de ordenados, que os Protocolos com mais expressão pressupõem, mas também da oferta integrada de soluções financeiras em condições ainda mais apelativas, que os Protocolos integram.

Esta aposta possibilitou a obtenção de resultados apreciáveis, porquanto o número médio de produtos registados no universo de Clientes beneficiários dos 3 Protocolos Ordenado com mais expressão foi de 5, tendo-se superiorizado em 55% ao rácio médio verificado no universo composto pelos restantes Clientes das 3 Redes de Retalho, que foi de 3,25.

Núcleo de Planeamento e Estratégia de Marketing (NPEM)

Durante o ano de 2011 as actividades do NPEM ajustaram-se à conjuntura económica, com maior impacto ao nível do aumento da oferta de produtos de Poupança e Depósitos a Prazo e da Gestão das Campanhas.

A análise de novos mercados, novos segmentos, foi igualmente uma das áreas com grande impacto nas actividades do NPEM, com especial destaque para os segmentos: Emigrantes e Novos Residentes.

Um outro projecto com grande destaque e com forte intervenção do NPEM, foi o Programa Comercial de Recursos 2012.

Em síntese, foram desenvolvidas as seguintes actividades:

- Com vista ao ajuste regular da oferta de valor, foram produzidos estudos de benchmarking regulares e pontuais, a nível nacional e internacional, e de análise comparada do portfolio de produtos e serviços do Banco face ao mercado. Foram realizadas análises a campanhas da concorrência (frequência semanal), disponibilização do Boletim Semanal da Concorrência (frequência semanal). Procedeu-se à introdução da análise de Produtos e Serviços da Concorrência, retratando toda a oferta disponível em outras instituições de crédito para cada segmento de Mercado: Jovem, Universitário, Sénior, Mulher, Privado, *Corporate*, Pequenos Negócios (análise trimestral);
- Foram realizados o acompanhamento e os ajustes precipitados pela actual conjuntura económica, ao plano global de campanhas comerciais do Banco, em estreita articulação com as Direcções de Produto e Direcções Comerciais;
- Ao nível do Catálogo de Produtos e Serviços, efectuou-se a parametrização de novos produtos de Depósitos a Prazo e Poupanças;
- No que respeita ao Precário, foi realizada a maior Revisão Geral do Precário, com efeitos em Abril de 2011;

- Ao nível da aferição da satisfação dos Clientes particulares e empresa do Banco (inquéritos), foi realizado, pela primeira vez, o inquérito de satisfação dos Clientes da Rede de Empresas e Empresários. Iniciou-se um ciclo de reuniões com as Direcções de Produto com vista à detecção de melhorias e à implementação de novas acções benéficas ao processo de aferição do nível de Satisfação da Qualidade de Serviço.
- Procedeu-se à monitorização e divulgação de informação relativa ao processo de *Mystery Shopping*, no âmbito do projecto da “Qualidade de Serviço” das Agências Banif, assim como relativa aos *Mystery Calls* (*call-center*);
- Passou a fase de preparação técnica a inclusão de nova informação sobre reclamações de clientes, essencial ao contacto comercial e à gestão da segmentação de clientes para campanhas comerciais;
- Foram estudados os mercados do segmento Emigrantes e Novos residentes, tendo sido impulsionada a aposta comercial que deverá decorrer em 2012 no segmento Emigrantes, numa primeira fase na Suíça e no Luxemburgo.
- O Programa Comercial de Recursos 2012 foi um dos grandes projectos do NPEM ao longo do 2º Semestre de 2011, tanto na sua vertente estratégica como na extrapolação das possíveis abordagens comerciais.

5. Produtos de Crédito e de Poupança

5.1 Crédito Imobiliário

O ano de 2011 confirmou a tendência negativa registada em 2010 no sector da construção. O mercado de construção continuou fortemente marcado pela redução do número de pedidos de novos licenciamentos, pela retracção da procura, traduzida numa quebra de preços e redução do número de transacções.

Esta conjuntura aliada às imposições resultantes das negociações com a “Troika”, condicionaram toda a actividade do Banco que, através da Direcção de Crédito Imobiliário (DCRI), se viu obrigado a monitorizar de forma sistemática as carteiras e o mercado, com o objectivo controlar o risco de crédito e adaptar a oferta às tendências do mercado.

Como consequência desta monitorização, foram introduzidas alterações diversas à oferta de produtos disponibilizada, com o objectivo de reduzir o risco dos produtos, bem como de adequar a sua rentabilidade às novas exigências do mercado.

Resultado da redução da procura (quebra de 55% face a 2010) e da maior exigência na concessão do crédito, a carteira de crédito imobiliário, incluindo os créditos securitizados, decresceu cerca 1%,

atingindo, no final de 2011, um valor de 3.338 milhões de euros (Continente: 2.200 milhões de euros; Madeira: 486 milhões de euros e Açores: 652 milhões de euros), o que, em termos absolutos, representa um decréscimo de 19,4 milhões de euros face ao final de 2010.

A produção realizada atingiu um valor de 176 milhões de euros, com um spread médio de 2,91%, o que teve um reflexo positivo no spread médio da carteira, que atingiu um valor de 1,18% (face a 1,07% verificado em Dezembro de 2010).

Em termos de originação, a rede comercial do Banco representou 77% do negócio, sendo o canal agenciado responsável por 23% da produção em 2011.

Relativamente ao crédito a Não Residentes, a carteira praticamente não registou variação, tendo-se mantido o saldo de 380 milhões de euros, não obstante o decréscimo de 65% na produção de novos contratos neste segmento.

Leasing Imobiliário

Consequência da reestruturação da actividade de locação financeira imobiliária do Grupo, anteriormente desenvolvida exclusivamente pela Banif CO, o Banif integrou a carteira de Leasing Imobiliário daquela instituição através de uma operação de cisão-fusão, ampliando assim a oferta de produtos de financiamento imobiliário disponibilizada pelo Banco.

A produção de novos contratos de leasing imobiliário, no exercício de 2011, foi de 16,4 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 22% face ao período homólogo anterior, o qual se explica pela contínua degradação da conjuntura económica, com reflexo nas políticas de maior contenção e restrição na concessão de crédito.

A carteira de crédito de leasing imobiliário no final de 2011 ascendia a 192,9 milhões de euros.

5.2 Crédito ao Consumo

No final de 2011, o Banif procedeu à fusão da Direcção de Meios de Pagamento com a de Produtos de Retalho, dando origem à Direcção de Retalho e Meios de Pagamento (DRMP), a qual tem como objectivo a gestão integrada de produtos e serviços, nomeadamente: depósitos à ordem, a prazo e de poupança, crédito ao consumo, crédito a pequenos negócios, meios de pagamento, designadamente Cartões, Caixas Automáticos, Terminais de Pagamentos Automáticos, Débitos Directos, Transferências e Pagamentos de Serviços. Assim, a DRMP, resulta do ajustamento da estrutura organizacional do Banco, no sentido de potenciar uma maior articulação na gestão de produtos de retalho, com a manutenção da especificidade das áreas de actuação.

Meios de Pagamento

A Carteira de Cartões está consolidada na Operativa do Banco, o que permitiu o foco no aumento da qualidade de serviço ao Cliente, através de novas funcionalidades disponibilizadas nos Cartões, e da taxa de penetração junto de Clientes, através de Campanhas de Colocação e Acções de Divulgação. Destacam-se algumas das principais actividades desenvolvidas no decurso do exercício de 2011:

Relativamente a cartões, foram desenvolvidas as funcionalidades de “*Cash Advance*”, de devolução de saldo credor para as contas DO e de pré-atribuição de Cartas PIN. Estas funcionalidades, alinhadas com a tendência de mercado, visam tornar o Cartão num meio de pagamento cada vez mais flexível e cómodo para o Cliente.

Destaca-se, no 1º Semestre, o lançamento da *Newsletter* de Cartões do Banif - monofolha, com periodicidade mensal, para divulgação e promoção de Cartões – e o arranque dos desenvolvimentos para suportar a migração da carteira de Cartões de Crédito do Banif Mais para o Banif.

Durante o 2º Semestre estiveram em curso desenvolvimentos com vista ao lançamento, planeado para o início de 2012, de dois novos produtos Cartão: o Cartão *Simple* e o Cartão Pré-Pago.

Em termos promocionais, foram realizadas duas campanhas de colocação (Débito e Crédito), tendo sido registada uma colocação de 5.200 novos Cartões de Crédito e de 10.100 novos Cartões de Débito. Os titulares do Cartão de Crédito *Hello Kitty* beneficiaram de um programa de fidelização, através do qual foram atribuídos prémios mediante a utilização destes Cartões.

Análise da Carteira

Resultante da migração da carteira de Cartões de Crédito da Unicre para o Banif, ocorrida no 2º Semestre de 2010, tem-se vindo a registar um reajustamento da carteira.

Assim, apesar de se ter registado, nos primeiros meses do ano de 2011, um pequeno decréscimo no total de Cartões existentes em Carteira, verificou-se no fecho do exercício de 2011, um aumento de 4,30%, face a Dezembro de 2010.

	2011	2010	VARIAÇÃO %
Cartões de Crédito	72.050	66.892	7,7
Cartões de Débito	321.405	310.312	3,6
Total de Cartões	393.455	377.204	4,3

- Relativamente a Terminais de Pagamento Automático, no final do ano registava-se um total de 6.679 equipamentos apoiados pelo Banco, face a 6.665 no final de 2010.

- No que respeita a Caixas Automáticos, o Banif manteve a sua política de limitar o número de instalações de Caixas Automáticos fora de loja, concentrando esforços na melhoria da rentabilidade dos actuais equipamentos e na optimização dos seus processos operativos. No final do ano, o número de Caixas existentes era de 543, face a 558 em Dezembro de 2010.

Foi iniciado o desenvolvimento de uma aplicação de suporte à gestão e controlo de Terminais de Pagamento Automático e de Caixas Automáticos.

Crédito Pessoal

No âmbito da concessão de Crédito ao Consumo, na modalidade de Crédito Pessoal, o ano de 2011 caracterizou-se pelos seguintes factos:

- Contracção do crédito concedido a Clientes, para a qual foi decisivo o agravamento da conjuntura económica e o conseqüente endividamento das famílias;
- Dinamização de iniciativas comerciais - Crédito Pessoal *Revolving* e Crédito Pessoal Multimédia com enfoque na concessão de empréstimos de pequeno montante a Clientes fidelizados e com experiência positiva na contratação desta modalidade de financiamento;
- Ajustamento das condições de financiamento praticadas na generalidade dos produtos de Crédito Pessoal;
- Revalidação do Certificado de Qualidade, atribuído ao processo de Crédito Pessoal em 2008, pela norma internacional NP EN ISO 9001:2008.

A carteira de Crédito Pessoal atingiu, no final de 2011, 54.700 contratos de empréstimo e 259,3 milhões de euros, correspondendo a um crescimento de 3% em número de contratos e a um decréscimo de 19% em saldo, face ao exercício anterior.

Apesar das condicionantes económicas, registou-se uma produção acumulada de 60,6 milhões de euros, representativa de 8.967 novos contratos.

5.3 Crédito Especializado – Crédito a Pequenos Negócios

No âmbito da gestão de produtos para Clientes do segmento Pequenos Negócios, destacam-se os seguintes factos:

- Adopção de critérios mais restritivos, na concessão de crédito, ao abrigo das Soluções CGT;

- Revisão em alta das taxas de juro praticadas na concessão de crédito, por força do aumento do custo do *funding*;
- Aposta nas Soluções *Business* sectoriais, com o lançamento de um novo *bundling* de produtos e serviços para Pequenos Negócios com actividade no sector do comércio;
- Dinamização de campanhas dirigidas a Clientes do segmento, em Carteira, para colocação e reforço de serviços de apoio ao transaccional;
- Revalidação do Certificado de Qualidade, atribuído ao processo da Conta Gestão Tesouraria em 2010, pela norma internacional NP EN ISO 9001:2008.

No final de 2011, a carteira de crédito concedido ao abrigo da Conta Gestão Tesouraria cifrou-se em 17.508 contratos e 273,9 milhões de euros, correspondendo a um decréscimo de 10% e de 7%, respectivamente, face ao exercício anterior que registava 19.386 contratos, representativos de uma Carteira de 295,3 milhões de euros.

5.4 Contas de Depósitos e Produtos de Poupança

Na sequência da reestruturação das Soluções de Depósitos à Ordem, em que foram disponibilizados produtos diferenciados por segmento, prosseguiu-se, na segmentação de Clientes, de acordo com o seu perfil e envolvimento financeiro.

No âmbito da gestão do portfólio de produtos para captação e aplicação de recursos de Clientes, destacam-se as seguintes acções implementadas em 2011:

- Reestruturação da oferta de produtos de passivo para aplicação de poupanças das Famílias;
- Campanha anual Soluções Poupança, ao abrigo da qual foram desenvolvidas iniciativas de incentivo à criação de poupança, com especial enfoque em Contas Poupança com definição de planos de entregas programadas;
- Lançamento de novos produtos de Depósito a Prazo, com o atributo de não mobilização de capital, com o intuito de promover a aplicação de recursos de Clientes por períodos mais alargados e remunerações mais atractivas;
- Campanha semanal Poupe Hoje, para captação de poupanças a partir do serviço de banca electrónica Banif@st;

- Dinamização de iniciativas de captação de recursos, associadas a eventos patrocinados pelo Banco – 21ª Meia Maratona de Lisboa, e em datas comemorativas – Dia Mundial da Criança e Dia Mundial da Poupança;
- Desenvolvimento de acções promocionais com vista à captação de recursos e de novos Clientes do segmento jovem;
- Concessão do Certificado de Qualidade ao processo de Aplicações a Prazo, pela norma internacional NP EN ISO 9001:2008.

O ano de 2011 caracterizou-se ainda pela subida das taxas de juro praticadas no mercado para Depósitos de Clientes, pela entrada em vigor de medidas regulamentares relativas aos níveis de remuneração praticados em depósitos e pelo reforço do posicionamento do Banif na disponibilização de uma oferta consolidada e competitiva de Soluções Poupança, com o objectivo de assegurar e incentivar as diferentes capacidades de aforro dos Clientes. A oferta de produtos regista, para além dos tradicionais depósitos a prazo, contas poupança (com a possibilidade de entregas pontuais e/ou programadas), depósitos crescentes e depósitos a prazo não mobilizáveis antecipadamente. Os produtos são ainda diferenciados por segmento alvo.

6. Recuperação de Crédito Vencido e em Contencioso

No final de Dezembro de 2011, o montante total de crédito em incumprimento, não considerando a carteira titularizada, ascendia a 423,6 milhões de euros dos quais 326,0 milhões de euros estavam afectos à Direcção de Recuperação de Créditos (DRC).

As transferências de capital para recuperação central (DRC), no exercício de 2011, totalizaram 343,5 milhões de euros (face a 276,2 milhões de euros no ano anterior, o que se traduz num acréscimo de 24%), das quais 157,7 milhões de euros provenientes das redes de “Retail”, 181,2 milhões de euros das redes de “Empresas”, 4,6 milhões de euros das redes de “Private”.

A actividade desenvolvida no âmbito da recuperação central de créditos materializou-se num montante acumulado de recebimentos (capital, juros, despesas e comissões) de 217,0 milhões de euros (que reflecte um acréscimo de 70% face a 2011), e na reformulação de créditos num montante total de 22,3 milhões de euros (que traduz um decréscimo de 3% relativamente a 2011).

No seguimento da abordagem seguida nos últimos anos, prosseguiu-se o reforço dos recursos, meios e modelos na recuperação dos créditos, com o objectivo de se promover o seu ajustamento às exigências decorrentes do aumento acentuado do crédito vencido.

Nesse contexto, o plano de actividades desenvolvido em 2011 privilegiou os seguintes vectores de actuação:

-
- O ajustamento do Modelo de Recuperação de Retalho, tendo em vista uma melhoria de eficiência, produtividade e controlo no seu desempenho;
 - A consolidação do Modelo de Recuperação de Empresas, e o reforço dos recursos e meios afectos a esse segmento;
 - O reforço dos processos transversais aos Modelos de Recuperação, particularmente, no que concerne às seguintes 2 áreas:
 - O aprofundamento e reforço da sistematização de práticas no acompanhamento técnico-jurídico dos processos;
 - A melhoria dos processos, qualidade da informação de suporte e ferramentas no acompanhamento da carteira.

No contexto das principais iniciativas desenvolvidas no âmbito do Modelo de Recuperação de Retalho assumiram particular relevância:

- A melhoria dos procedimentos no acompanhamento dos Clientes em recuperação central, por via da introdução de novos controlos sistemáticos, endereçando as variáveis mais relevantes, com particular enfoque nos processos com maior materialidade e cuja situação recomenda uma maior proactividade na actuação;
- O aumento da capacidade instalada e a melhoria da produtividade na gestão dos processos.

O Modelo de Recuperação de Empresas foi objecto de monitorização e ajustamento numa base sistemática ao longo de 2011. Nesse âmbito, foi desenvolvido um conjunto de iniciativas, das quais importa destacar:

- O redimensionamento e estabilização das estruturas da DRC afectas a este segmento, em função da evolução do crédito em recuperação central;
- A introdução de uma maior sistematização de procedimentos e o reforço da frequência no acompanhamento dos Clientes / processos sob gestão;
- O aprofundamento e consolidação dos procedimentos na cooperação com as Redes Comerciais, ao nível do acompanhamento dos Clientes sob a sua gestão.

No decorrer de 2011 foi ainda concretizado um conjunto de iniciativas orientado à melhoria dos Processos Transversais e Ferramentas de Suporte aos Modelos de Recuperação, em que assumiram maior relevância:

- A consolidação e aprofundamento da actividade desenvolvida pela Unidade especializada no apoio técnico-jurídico às estruturas de recuperação, através da dinamização de uma maior proactividade e sistematização de processos na sua actuação;

- A revisão dos procedimentos na articulação das estruturas de recuperação com os Mandatários dos processos, suportada numa aplicação informática que centraliza a troca da informação necessária à gestão dos processos;
- O reforço do grau de sistematização e eficiência no desempenho dos procedimentos no âmbito do acompanhamento dos processos, estimativa de taxas de recuperabilidade / imparidade e reporte de informação, suportados numa nova aplicação informática específica para o efeito.

7. Actividade Financeira

O ano de 2011 continuou marcado por um agravamento generalizado das condições de mercado, com repercussões ao nível da confiança no sistema financeiro, que afectaram a liquidez das instituições bancárias. Neste sentido, continuou a assistir-se a um aumento do recurso a operações de refinanciamento junto do BCE e a uma forte procura por recursos de Clientes particulares. A Direcção Financeira desempenhou um papel importante na gestão integrada dos activos e passivos financeiros do Grupo, assegurando uma intervenção dinâmica ao nível dos mercados monetário e cambial e desenvolvendo todo o relacionamento institucional com contrapartes nacionais e internacionais, necessário ao bom funcionamento desta actividade. Foi também relevante o apoio prestado às Direcções Comerciais na conceptualização e desenvolvimento de produtos para venda nas redes comerciais.

A política de investimentos em activos financeiros de elevada liquidez foi conduzida com o apoio das equipas de análise do Banco de Investimento, seguindo um perfil conservador na selecção dos emitentes e privilegiando uma diversificação sectorial consistente com o enquadramento macroeconómico. Tendo por base as condições adversas de mercado, o Banif manteve uma política de diversificação nas suas áreas de actuação, limitando os investimentos nas suas carteiras de acções e obrigações e privilegiando um elevado nível de liquidez do seu balanço.

Os resultados líquidos globais em operações financeiras cifraram-se num lucro de 21.6 milhões de euros em 2011, contra um resultado de 2.8 milhões de euros em 2010.

Os valores apurados resultam principalmente de ganhos com a recompra privada e pública de obrigações do Banif.

O mercado cambial continuou marcado por uma grande volatilidade durante 2011. A grave situação financeira na Crécia e o seu contágio aos restantes países periféricos criaram um forte clima de instabilidade e nem a aprovação pelos responsáveis europeus da aplicação do pacote de ajuda financeira com o envolvimento do sector privado nessas medidas foram suficientes para acalmarem os mercados. As estimativas de um abrandamento do crescimento económico e as incertezas quanto à recuperação do mercado de trabalho e o imobiliário nos EUA e a entrada num

período recessivo moderado na Europa foram factores que também provocaram instabilidade no mercado

As autoridades monetárias prosseguiram as suas políticas expansionistas, com o FED a manter as suas taxas directoras na banda entre 0% e 0,25%, e o BCE após ter procedido ao aumento da sua taxa directora no 1º semestre, alterou a sua política monetária e retornou de novo a taxa para 1% no mês de Dezembro. De salientar que o BCE foi obrigado a reforçar os instrumentos de cedência de liquidez, para além de manter a compra de dívida pública da Zona Euro, a fim de restaurar a confiança dos mercados.

A conjugação destes factores contribuiu para uma valorização do Dólar Americano face ao Euro, cotando-se nos 1,2939 no final de Dezembro de 2011.

Uma gestão conservadora nas operações de risco do Banco originou um aumento nos resultados cambiais, que ascenderam a 976 milhares de euros, contra os 783 milhares de euros em 2010.

O Banif manteve uma política equilibrada de gestão da liquidez, com o intuito de minimizar os riscos de mercado, apostando em aplicações de menor risco, fazendo a cobertura de risco nos activos mais voláteis, reduzindo os *mismatches* das taxas de juro e fazendo uma avaliação permanente desta abordagem.

A estabilidade da liquidez foi conseguida através do *funding* de Clientes, do recurso ao mercado monetário e às operações de refinanciamento do BCE. Durante o ano de 2011, os Clientes do Banco continuaram a privilegiar os depósitos a prazo, certificados de depósito e em as aplicações de títulos de curto prazo, em virtude da instabilidade verificada nos mercados financeiros.

A este nível, destacam-se os recursos captados directamente pela Direcção Financeira junto de determinados clientes institucionais, os quais ascendia, no final de 2011, a 230 milhões de euros.

O total de activos elegíveis para desconto no BCE, existente na carteira no final de 2011, ascendia a 4,25 mil milhões de euros, com um valor total líquido de "haircuts" no montante de 2,2 mil milhões de euros, contra 3 mil milhões de euros e 1,9 mil milhões de euros, respectivamente, em 2010. O recurso a financiamento via BCE ascendeu a 2,13 milhões de euros, contra os 1,65 milhões de euros em 2010. No total dos activos elegíveis o Banco tinha em carteira 332,8 milhões de euros em Bilhetes do Tesouro.

Como consequência da revisão em baixa dos *ratings* do Banif devido ao corte das notações de *rating* da República Portuguesa, o Banif, teve que proceder à liquidação antecipada em Maio, de três empréstimos de médio-longo prazo, no montante de 419 milhões de euros, que se venciam em Julho 2011, Abril 2012 e Julho 2013.

No âmbito dos mercados de capitais a Direcção Financeira participou na preparação e montagem de uma operação de Titularização de Crédito Corporativo (Atlantes nº1 SME's – Classe A), no montante de 555,3 milhões de euros e, que foi finalizada em Abril, e de duas operações de Obrigações Hipotecárias, "Covered Bonds", no montante de 85 milhões de euros e 50 milhões de euros e que foram finalizadas em Julho e Outubro, respectivamente.

Em Dezembro foi finalizada a montagem de uma operação de Titularização de Crédito ao Consumo (Atlantes Finance nº4 – Classe A) no montante de 110 milhões de euros.

Durante 2011 o Banif procedeu ao processo de estruturação de duas novas emissões de Obrigações, com o prazo de 3 anos, com a garantia do Estado, no montante de 200 milhões de euros, finalizada em Julho, e 500 milhões de euros, finalizada em Dezembro, para inclusão na pool de activos elegíveis para operações de refinanciamento junto do BCE.

No que diz respeito ao mercado de risco de crédito português, durante 2011 as principais agências de *rating* procederam a novo corte das notações de *rating* da República Portuguesa. As razões apresentadas pelas agências centraram-se pelo aumento da incerteza política, orçamental e económica que aumentam o risco de o Governo não ser capaz de atingir as metas de redução do défice previstas no Programa de Estabilidade e Crescimento.

Neste contexto, e como seria de esperar, os bancos portugueses viram as suas notações de *rating* serem cortadas com a mesma amplitude da República. Assim, também os *ratings* de longo e curtos prazo, do Banif – Banco Internacional do Funchal S.A, foram revistos em baixa.

As notações de *rating* do Banif são, actualmente:

	Longo prazo	Curto prazo	Outlook
Moody's (22/06/2011)	Ba2	NP	Negativo
Fitch (23/12/2011)	BB	B	Negativo

8. Actividade Internacional

Durante o ano de 2011, a actividade internacional do Banif – Grupo Financeiro continuou a pautar-se pela presença estratégica em mercados com potencial de negócios e com sinergias para o Grupo no seu todo, contando para tal com presença e actividade no Brasil, EUA, Malta, Espanha e Reino Unido, Hungria, Eslováquia e Polónia.

Em paralelo, o Banif manteve o enfoque em mercados onde a comunidade emigrante portuguesa (em especial, a proveniente da Madeira e Açores) detém uma forte presença, nomeadamente, Estados Unidos, Canadá, Venezuela e África do Sul.

Destaca-se a aposta em mercados de expressão portuguesa, como Cabo Verde, porta de entrada do Grupo para o continente africano.

Durante o ano de 2011 - e mais concretamente durante o segundo trimestre do ano – assistiu-se a um agravamento crescente, por parte da generalidade da banca nacional, no acesso aos mercados interbancários e financeiros internacionais, em resultado das preocupações relacionadas com a dívida soberana de Portugal, descida do *rating*-país (e subsequentemente do *rating* da generalidade da banca portuguesa), que culminou com a entrada da Troika no país.

Não obstante e no final de Dezembro de 2011, o Banif SA emitiu, com sucesso, um “3Y Floating Rate Guaranteed Note”, no valor de 500.000.000,00 euros garantido pela República Portuguesa, tendo com “Paying Agent” o Citibank e como “Lead Manager & Bookrunner” o Banco de Investimento.

Apesar do contexto actual acima referido, o Banif continuou a contar com uma regular relação de negócios com as suas contrapartes bancárias, com as quais mantém limites de trabalho recíprocos e opera no mercado, embora com volumes mais reduzidos e em prazos mais curtos, comparativamente com um passado recente. O Banco, por via de parcerias com outros bancos, tem realizado, numa base regular, operações comerciais, nomeadamente, Pagamentos, Remessas, Cartas de Crédito e Garantias.

O Banif conta, actualmente, com um universo de cerca de 1.500 bancos correspondentes em todo o mundo e também com 34 contas directas de correspondentes aos respectivos livros (Vostro) e 30 contas de correspondentes, nas várias moedas, no mundo, em livros de bancos de primeira grandeza (Nostro).

Em termos de negócio internacional, não obstante as políticas creditícias internas mais restritivas, o Banif manteve a aposta no *trade finance* internacional, com destaque para as operações *pure trade related* com risco *corporate*, essencialmente brasileiro, numa parceria entre Banif Brasil, Banif Londres e Banif Finance USA.

O Banif tem, também, concentrado esforços no *Trade Finance* internacional puro, no *Structured Trade Finance*, e no apoio às empresas portuguesas através de equipas de especialistas, com enfoque no vector Direcção Internacional (Lisboa e Londres) e Direcção de Empresas e Particulares, em Portugal.

Como resultado da estratégia adoptada, obteve-se um incremento das receitas com comissões no Negócio Interbancário e de Unfunded Trade Finance, de 116,7%, em relação ao período homólogo.

Para tal, o Banco tem disponível uma carteira de produtos e serviços de comércio exterior (importação e exportação) destinados a apoiar os seus clientes empresas no incremento dos seus negócios no mercado internacional.

Na sua actividade de Comércio Exterior, o Banco conta ainda com linhas comerciais junto dos seus bancos correspondentes na Europa e EUA numa base *funded* e *unfunded*. Esta base *funded* tem sido trabalhada pela Direcção Internacional como uma via alternativa aos tradicionais meios de financiamento de mercado.

Para além do Trade Finance, o Banco tem também apoiado a expansão do negócio dos seus clientes no estrangeiro através da coordenação entre a Direcção Internacional e as Estruturas do Grupo Banif no exterior.

O Grupo Banif conta com presença física internacional em 16 países e 4 Continentes tendo, durante o ano de 2011, apostado na consolidação do negócio das suas estruturas no estrangeiro, com excepção da região da Ásia, onde, considerando as prioridades estratégicas estabelecidas para os próximos anos, o Banco decidiu encerrar o Escritório de Representação de Hong Kong, aberto em 2009.

No Reino Unido e durante o ano de 2011, o Banif alargou a sua oferta de produtos e serviços aos clientes da Sucursal, numa abordagem plena de banca comercial. Como consequência natural das mudanças verificadas nos mercados internacionais, o direccionamento estratégico naquele importante mercado foi também revisto, privilegiando o relacionamento com empresas (Wholesale Banking, Project Finance, Corporate Banking e Pure Trade Finance), particulares (Private Banking e negócios com Não-Residentes), com ênfase para clientes com origem e/ou com relações de negócios em países nos quais o Banif – Grupo Financeiro está presente; e ainda, Real Estate com foco em Property Development no Reino Unido, com developers locais e 2nd Home Mortgage para Clientes affluent residentes naquele país ou com interesse em adquirir imóveis em Portugal, assim como em outros países onde o Banif está presente (Cabo Verde, Malta, Brasil, etc.).

De referir, adicionalmente, que o Banif mantém a sua posição como membro de pleno direito no Grupo Bancário Internacional C.E.B. (Groupement Européen de Banques) e com cujos demais membros temos procurado estreitar relações em diversas áreas de interesse comum. A reunião anual deste ano decorreu em Junho p.p., em Malmö, na Suécia.

9. Comunicação e Imagem

A Direcção de Marketing e Comunicação (DMC) deu continuidade a um dos seus principais objectivos estratégicos – a consolidação da Marca – numa perspectiva de manutenção dos índices de notoriedade.

De acordo com resultados publicados no início do corrente ano, o Banif integrou, pelo terceiro ano consecutivo, o “*Global 500 Banking Brands Index*”, um ranking de empresas do sector financeiro, elaborado pela Brand Finance e publicado pela “*The Banker Magazine*”, que posiciona a marca “Banif” entre as 500 mais valiosas do mundo, ocupando a 487ª posição, sendo uma das 5 instituições financeiras nacionais presentes no ranking.

A marca “Banif” atingiu, durante o ano passado, um valor (*brand value*) de 174 milhões de dólares (120 milhões de euros).

O posicionamento entre as 500 marcas mais valiosas do mundo ganha especial importância numa altura em que a crise financeira tem prejudicado a imagem e o valor de algumas das principais marcas. A avaliação da *Brand Finance* vem confirmar que o Banco mantém a força da sua marca, mesmo num período bastante conturbado.

De assinalar, ainda em 2011, a conclusão do processo de implementação do projecto *Brand Center* da marca, que constitui uma ferramenta fundamental que permitirá disponibilizar a marca de forma transparente, normalizada e facilitadora, junto dos vários *stakeholders*.

Em termos de eventos, destaque para a participação do Banco, pelo segundo ano consecutivo, no SISAB - Salão Internacional do Vinho, Pescado e Agro-Alimentar, que decorreu no Pavilhão Atlântico, em Lisboa, certame exclusivamente dedicado à promoção de produtos e marcas portuguesas junto de empresários portugueses, a maioria dos quais residentes no estrangeiro.

Ainda nesta área, o Golfe voltou a fazer parte dos principais eventos organizados pelo Banco. Os torneios dos Campos de Golfe *Ocean Course* de Vale do Lobo, no Algarve, da Batalha, nos Açores e do Santo da Serra, na Madeira, contribuíram mais uma vez para um melhor e mais estreito contacto com os respectivos Clientes.

A necessidade permanente de inovação, segmentação e diferenciação dos produtos e serviços do Banif, com o objectivo de fidelização e captação de Clientes e de recursos, levou ao lançamento de várias campanhas promocionais, salientando-se a campanha Soluções Poupança, que arrancou no 2º semestre sob o tema: “A SOLUÇÃO ESTAVA NO BANCO”, que teve por objectivo alavancar o Patrocínio à Liga Portuguesa de Futebol Profissional, assente num conceito criativo arrojado e muito interessante, pela sua aplicabilidade à vertente comercial/produto.

Assim, o conceito criativo da campanha e dos filmes publicitários assentou em histórias verídicas de conhecidos ex-jogadores de futebol que, em determinado jogo das suas carreiras, saltaram do banco, entraram em campo e resolveram o jogo. É o caso do César Brito (ex-jogador do Benfica), Jorge Couto (ex-jogador do Porto) e Paulo Alves (ex-jogador do Sporting) que relatam histórias na primeira pessoa de como aconteceu determinado episódio com cada um deles. A encerrar cada um dos respectivos relatos, a conclusão e o respectivo conceito base da comunicação: “A SOLUÇÃO

ESTAVA NO BANCO”. Esta frase chave vai permitir, de uma forma muito versátil, ir adaptando a oferta comercial de cada momento à comunicação publicitária do Banco. Nesta primeira fase, e porque o foco estratégico continua a ser a Poupança, a comunicação continuará a incidir sobre as Soluções Poupança.

Ainda no âmbito das Campanhas Publicitárias, destaque para a do Dia Mundial da Poupança, a do Depósito Crescente, Conta Nova Geração, Campanha Novos Clientes – Açores, e a do cartão de Crédito *Hello Kitty* para não Clientes. Refira-se que o Banif e a *Hello Kitty* mantêm a parceria iniciada em 2010 com a Liga Portuguesa Contra o Cancro – Núcleo Regional do Sul, ao doarem 5 euros da anuidade de cada cartão para o Programa de Prevenção do Cancro da Mama.

Procedeu-se à execução, em formato digital, do Relatório e Contas de 2010 do Banif.

Em termos de patrocínios, destaque para a assinatura do contrato de patrocínio do Banco com a Liga Portuguesa de Futebol Profissional. Com este acordo, válido para as próximas três épocas desportivas - 2011/2012, 2012/2013 e 2013/2014, o Banif assume a designação de Patrocinador Oficial da Liga Zon Sagres (Primeira Liga) e da Liga Orangina (Liga de Honra).

Para além da designação de Patrocinador Oficial, a publicidade do Banif será visível nos estádios em todos as jornadas de ambas as competições, o que representa, anualmente, a presença da marca em 512 jogos, nos quais se estima alcançar 2.800.000 adeptos que assistem aos jogos nos estádios. A marca “Banif” integrará também os painéis de flash interview dos mais de 200 jogos anuais, com transmissão televisiva prevista na TVI e na Sport TV.

Ainda nesta área, o Banco deu continuidade à sua estratégia de apoio às actividades desportivas, com especial enfoque à renovação dos patrocínios do Clube Sport Marítimo e do Clube Desportivo Nacional, e patrocinou, pela quinta vez consecutiva, as Meias Maratonas de Lisboa e de Portugal, que constituem uma referência no panorama dos eventos desportivos realizados no nosso país.

Em termos de Responsabilidade Social Empresarial, refira-se o apoio, pelo sexto ano consecutivo, à Corrida da Mulher “Lisboa a Mulher e a Vida”, prova organizada pelo Maratona Clube de Portugal e que contou com a participação de cerca de 15.000 mulheres, destinando-se a verba angariada à aquisição de aparelhos de rastreio do cancro da mama. Destaca-se ainda o patrocínio, através da Associação Nacional do Desporto para Deficientes Intelectuais, ao atleta Lenine Cunha, recordista nacional e mundial em várias modalidades de atletismo adaptado.

Tal como nos anos anteriores, o Banco apoiou, no final do ano, 14 Instituições de Solidariedade Social, das quais 4 da Região Autónoma dos Açores e 4 da Região Autónoma da Madeira, distribuindo, nesta acção específica, 70.000 euros.

No âmbito da sua Política Ambiental, o Banif apadrinhou o Rinoceronte-branco do Jardim Zoológico de Lisboa. Consciente de que deve compatibilizar o desenvolvimento económico e financeiro e acções que permitam a salvaguarda dos recursos naturais do nosso planeta, o Banif reforça o seu compromisso com a preservação da biodiversidade, partilhando a sua “Força de Acreditar” com uma das espécies mais ameaçadas de extinção no mundo animal.

O Banif, no âmbito da sua associação à Cultura, deu continuidade à parceria estabelecida com a Casa da América Latina, que tem por objectivo estimular a edição e leitura, em Portugal, de obras de autores latino-americanos, distinguindo anualmente uma vertente da literatura. Após a distinção da melhor Criação Literária, em 2010, o Prémio de Literatura Casa da América Latina / Banif distinguiu, em 2011, a melhor Tradução.

De uma forma mais abrangente, o Banif – Grupo Financeiro decidiu incorporar o Desenvolvimento Sustentável como uma componente estratégica e transversal a todas as suas actividades. O Banif é parte integrante de uma estrutura criada para a gestão da sustentabilidade ao nível do Grupo Financeiro, integrando 6 *task forces*.

Nesse âmbito, foram desenvolvidas várias actividades como a coordenação do 4º Relatório de Sustentabilidade do Grupo em Português e em Inglês, incluindo uma brochura síntese e uma aplicação multimédia. O Relatório de Sustentabilidade atingiu, este ano, o nível de aplicação “A” definido pela organização internacional Global Reporting Initiative.

A integração da sustentabilidade no *core business* do Banco foi incrementada com o aprofundamento do estudo dos riscos ambientais e sociais da carteira de crédito, em parceria com a Direcção de Gestão Global de Risco do Banif, e a aprovação de um pacote de medidas internas para operacionalizar esta matéria.

Destaca-se ainda a implementação do 1º Programa de Voluntariado para o Banif, iniciativa desenvolvida em parceria entre as Direcções de Recursos Humanos e Marketing e Comunicação, e coordenada pela área de Sustentabilidade Corporativa. Este programa de Voluntariado incide em duas áreas: “literacia financeira”, em colaboração com a Associação Junior Achievement, e “ambiente”, em colaboração com a Agência Cascais Natura. A comunicação deste programa envolveu a adaptação da identidade corporativa criada para a área de Sustentabilidade – o VAMOS - Valores Mais Humanos -, um micro-*site* que funciona como peça central da comunicação interna, o envio de e-mails e *newsletters* dedicadas ao tema e a realização de um filme. Em termos de resultados, o VAMOS Educar abrangeu 77 voluntários, 539 horas de voluntariado, que chegaram a mais de 798 alunos do 3º ciclo, perfazendo 5.985 horas de formação em literacia financeira. O VAMOS Plantar contou com duas acções de requalificação ambiental de uma área de 1 hectare no Parque Natural Sintra-Cascais, envolvendo 26 voluntários Banif, os quais despenderam 143 horas de trabalho nestas acções. Todo o tempo empreendido nos Programas de Voluntariado do Banif é em horário laboral.

Ainda na área da literacia financeira, o Banif integra, de uma forma participativa, o Grupo de Trabalho da Associação Portuguesa de Bancos criado para esta matéria, o qual tem por objectivo desenvolver um conjunto de iniciativas de sensibilização/informação da população portuguesa para apoiar o incremento do conhecimento de matérias financeiras/económicas, conforme preconizado no Plano Nacional de Formação Financeira.

Em relação ao pilar ambiental, destaque ainda para a adesão à iniciativa internacional “Hora do Planeta”, e para a implementação de uma acção de sensibilização ambiental: VAMOS Preservar - “O nosso Planeta - o clima – o meio ambiente – a natureza”. Esta acção envolveu o desenvolvimento de autocolantes com recurso a imagens e mensagens ambientais que foram colocados em vários locais dos edifícios centrais do Banco e o envio de dicas de comportamentos ambientais a adoptar no local de trabalho, com vista à redução de consumos e emissões poluentes.

Em termos de responsabilidade climática, destaque para as neutralizações de carbono emitidas pelas seguintes actividades: Relatório e Contas 2010, torneios de golfe de Vale de Lobo (Algarve), Batalha (Açores) e Santo da Serra (Madeira) e agenda de secretária 2012.

Foram ainda promovidas várias acções de comunicação interna e externa de temáticas relacionadas com a Sustentabilidade.

Relativamente ao site, foi reformulada a área de contactos do Banco, disponibilizando agora uma aplicação de georeferenciação que permite, entre outras funcionalidades, obter a localização das moradas mais próximas de determinado local e visualizar os próprios edifícios através da funcionalidade *street viewer* (Google Maps).

Foram actualizadas e desenvolvidas novas áreas de forma a acompanhar todas as campanhas desenvolvidas pelo Banif, acções e novos produtos disponibilizados e promovidos junto dos Clientes e utilizadores deste canal de comunicação. Foi igualmente efectuada a actualização da área institucional e de relação com os investidores.

De registar a continuidade dos bons resultados em termos de “Desempenho e Disponibilidade” do site Banif, relativamente a alguns dos principais *players* do mercado. O “Banif.pt” encontra-se entre as 30 páginas nacionais de referência, monitorizadas, semanalmente, pela empresa MarketWare, posicionando habitualmente no top10 dos dois índices.

Durante o ano de 2011, o Banif continuou a apostar nas redes sociais, designadamente no Youtube, Sapo Vídeos, Facebook e Twitter. Na rede mais popular da actualidade, o Banif chegou a mais de 20.000 pessoas e instituições, representando num aumento de mais de 700% face a 2010. Esta presença revelou-se uma boa aposta enquanto canal de comunicação e interacção com Clientes e utilizadores. De destacar ainda diversas iniciativas levadas a cabo nestas redes, que

proporcionaram uma maior dinâmica na ligação do Banco ao Futebol, no âmbito do patrocínio à LPFP. Também no *Facebook*, e no âmbito da parceria estabelecida com o Jardim Zoológico de Lisboa, foi desenvolvida uma iniciativa para premiar os fãs da página.

Em termos internos, e em parceria com a Direcção de Organização e Qualidade, foi desenvolvida uma nova Intranet tendo como objectivos melhorar a comunicação interna, a partilha de informação e o aumento da eficiência dos processos de negócio, através de um único canal de comunicação com toda a rede comercial.

Quanto ao Canal *Corporate TV*, para além da transmissão de toda a oferta de produtos e serviços, campanhas e informação institucional e de lazer, foi dada continuidade à aposta do Banif no apoio ao desporto e a vida saudável, através do apelo à participação nas Meias Maratonas de Lisboa, de Portugal e Corrida da Mulher, as quais são patrocinadas pelo Banco. No âmbito do Patrocínio à Liga Portuguesa de Futebol Profissional e ao Rinoceronte-branco do Zoo de Lisboa, foram desenvolvidos filmes de promoção aos passatempos relativos a estes projectos.

Relativamente à DCRAA (Direcção Comercial da Região Autónoma dos Açores), foi também repetida a muito bem sucedida experiência Cabazes de Natal, através da qual o Banif disponibiliza, aos seus clientes emigrantes, a hipótese, de oferta dos Cabazes aos seus familiares residentes em qualquer uma das ilhas do Açores. Ainda em 2011, nos meses de Maio e Junho, o Banif homenageou os seus emigrantes com a realização de exposição intitulada “em Busca de um Sonho – Memórias da Emigração” patente ao público no átrio do seu edifício principal em Ponta Delgada.

A presença institucional na Região, ao lado das principais entidades açorianas, continuou a ser uma aposta da DCRAA, comprovada pelo estabelecimento e renovação de diversas parcerias, de entre as quais se destacam o protocolo com a empresa Atlânticoline, de onde resultam benefícios para os clientes Banif na utilização dos serviços desta transportadora; a parceria com a SATA, na atribuição de milhas pela utilização de Cartões de Crédito Banif; a renovação do protocolo de cooperação com o Coliseu Micaelense, no âmbito da política cultural e a parceria com a Universidade dos Açores, através da qual se premeia o melhor aluno do Mestrado em Gestão / MBA desta universidade.

Ao nível desportivo, de assinalar a realização do 5.º Torneio de Golfe do Banif Açores, que decorreu no Campo de Golfe da Batalha, no dia 18 de Junho, e que contou com cerca de 100 participantes, 20 dos quais provenientes do Canadá e ainda o patrocínio à Fundação Pauleta, que tem organizado diversas iniciativas associadas à prática do futebol.

No âmbito das preocupações solidárias, continuou a decorrer o Projecto Banif Açores Solidário que tem por objectivo prestar ajuda financeira a Instituições Particulares de Solidariedade Social Açorianas, em especial as que se dedicam a apoiar crianças e jovens em risco.

Na DCRAM (Direcção Comercial da Região Autónoma da Madeira), neste âmbito, é de salientar a realização do X Encontro de Gerações, que decorreu na Venezuela e para dois eventos bastante abrangentes na África do Sul: um na Cidade do Cabo e outro em Joanesburgo.

Nota para a política de responsabilidade social assumida pela direcção, uma política que abrangeu diversas acções de valorização do empreendedorismo, nomeadamente o Prémio de Empreendedorismo da AJEM, a iniciativa “*rs4e – road show for entrepreneurship*” e o programa de voluntariado “Aprender a Empreender”. Ainda no campo da responsabilidade social, o Banif apoiou a Semana do Desporto Escolar e atribuiu o prémio “Banif – *Fair Play*”, ao aluno que mais se destacou pela sua atitude e respeito pelo jogo e adversário.

10. Recursos Humanos

O Plano de Acção da Direcção de Recursos Humanos (DRH) do Banif, compreendeu as actividades de recrutamento e selecção, movimentação de pessoal, gestão administrativa, as relações laborais, a formação e o desenvolvimento.

No final de 2011, o quadro de pessoal do Banco era composto por 2.548 empregados, menos 121 que na mesma data no ano transacto, ou seja, verificaram-se 15 admissões temporárias e 136 saídas do Banco. A nível etário, houve um aumento da idade média para 40 anos, enquanto ao nível das habilitações literárias, houve um aumento de 1 ponto percentual nos licenciados, pelo que, actualmente, 50% dos empregados possui formação superior.

Apesar do contexto económico não ser propício a significativos investimentos, a formação teve um elevado desempenho. Foi desenvolvido o plano anual de formação, de que se destaca o enfoque na elaboração de novos cursos para serem disponibilizados na plataforma “Evoluir”, tais como, Crédito Imobiliário, Cartões, CGT – Conta Gestão Tesouraria e Segurança de Pessoas e Bens. Foram também lançados novos cursos de *e-Learning* como Conhecimento da Moeda Metálica Euro e Certificação de Agentes de Seguros, formações certificantes e obrigatórias para quem manipula numerário e comercializa seguros, respectivamente. Durante o ano, foram ainda lançados novos cursos presenciais, entre os quais se destaca um Workshop sobre Sociedades Offshore, Legislação Laboral e Novo Regime de Segurança Social e Instrumentos Financeiros Derivados. Na Região Autónoma da Madeira, foi lançado o percurso formativo para o desenvolvimento de comerciais na Banca, um programa bastante alargado que engloba um conjunto de 14 módulos formativos, a maioria em *e-Learning*. O programa de formação *English for Banking - Upgrade Yourself* envolve actualmente 13 turmas de inglês, em diferentes níveis.

Com o objectivo de dinamizar a formação interna, foi lançado o projecto Formadores Evoluir que consistiu na identificação de colaboradores internos que foram preparados, com recurso a Formação Pedagógica Inicial de Formadores para a obtenção do Certificado de Aptidão (CAP) de Formador. Os Formadores Evoluir têm como responsabilidade desenvolver conteúdos de formação

presencial e de *e-Learning* que, pela sua especificidade, não são passíveis de serem adquiridos no mercado.

No total, foram realizadas 81.051 horas de formação, o que equivale a 32 horas de formação por empregado. Estes valores demonstram um aumento de 2 horas por empregado, por comparação com o ano 2010. Esta evolução deve-se, em grande parte, ao incremento da formação interna no Banco, particularmente a formação via *e-Learning*.

Para incrementar o envolvimento com as instituições académicas, foi criado um programa de estágios – Estágios Evoluir - com o objectivo de promover o contacto dos estudantes com o mundo do trabalho, experiência que pode ser determinante para a carreira ou para a actividade que estes vierem a desenvolver. Estes estágios curriculares destinam-se a alunos finalistas do ensino secundário profissionalizante ou ensino superior e têm uma duração entre as 300 e as 600 horas.

No âmbito da resposta aos resultados obtidos no Estudo de Satisfação no Trabalho foi realizado um workshop com todos os Directores de 1ª Linha para elaboração do Plano de Acção do Banif em relação aos indicadores com maiores necessidades de desenvolvimento.

No âmbito do Prémio Comendador Horácio Roque, o prémio do Banif – Grupo Financeiro que visa destacar os empregados que mais se distinguiram pelo seu desempenho e conduta na vivência dos ValoresCentauro, o Banif atribui-o a 15 empregados.

11. Operativa e Tecnologia

Durante o ano de 2011, os projectos de infra-estruturas tecnológicas mantiveram a aposta no reforço qualitativo das condições de suporte ao Negócio, com enfoque na optimização de processos e de custos, melhorando, sempre que possível, os níveis de serviço prestados, a segurança, a robustez e a disponibilidade das aplicações.

Igual atenção continuou a merecer a componente de ergonomia, normalização e simplificação dos postos de trabalho, através do projecto de alargamento da solução de *single sign-on*, já em utilização nos balcões, aos utilizadores dos edifícios centrais do Banif.

Neste âmbito, merecem ainda referência as seguintes realizações:

- Reestruturação da infra-estrutura de suporte à Banca Electrónica do Banif e aos sites do Grupo, disponibilizando novos patamares de qualidade de serviço, estabilidade e performance;
- Reestruturação da infra-estrutura intermédia de armazenamento e de espaço em disco, destinada a suportar o crescimento vegetativo dos servidores distribuídos (Windows e Linux);

- Normalização dos postos de trabalho dos balcões do Banif, incluindo a actualização de sistema operativo e de ferramentas de apoio, como forma de aumentar a ergonomia e a produtividade individual;
- Instalação de uma nova infra-estrutura de suporte ao correio electrónico do Banif, migração dos respectivos utilizadores e disponibilização de novas funcionalidades de acesso por intermédio de equipamentos móveis (em curso);
- Disponibilização de uma nova solução de gravação de chamadas para a Direcção de Rede Directa do Banif, reforçando o controlo e a qualidade da solução ao dispor dos clientes e do serviço de atendimento telefónico;
- Estudo e implementação de projecto de optimização da utilização das impressoras da rede comercial do Banif e de redução dos respectivos custos de impressão;
- Estudo e implementação de solução de controlo de acessos à rede interna do Banif, reforçando, por essa via, o nível de segurança contra acessos não autorizados;
- Normalização da numeração telefónica interna utilizada entre empresas do Grupo e respectiva interligação de voz, com chamadas a custo zero, entre Banif, BBI, Banif Mais, Banif Malta, Sucursal do Banif no Reino Unido, BanifServ e Genius.
- Integração dos sistemas de informação da BanifRent e da Banif Imobiliária na infra-estrutura central (CPD) de suporte do Grupo Banif;
- Lançamento do projecto de estudo e implementação de uma solução de controlo, escalonamento e automatização das tarefas da Operação de Sistema Central;
- Reforço da abrangência das ferramentas de monitorização de sistemas e redes, permitindo reforçar a pro-actividade na detecção e resolução de ocorrências.

Durante o exercício de 2011 foram realizados os testes semestrais à efectividade do Plano de Continuidade de Operações do Banif, envolvendo as direcções DRA, DCRAM, DCRAA, DEO, DOO, DGR, DAI, DF e DRD, com elementos em todos os edifícios centrais e em cinco agências do Continente (Norte, Centro e Sul), Açores e Madeira e três equipas técnicas (BanifServ, IBM e PT). No 2º semestre de 2011, a abrangência dos testes foi alargada, passando a contar, pela primeira vez, com a Banif Rent, a Rentipar e a Banif Imobiliária.

À semelhança de exercícios anteriores, foram igualmente realizados os testes de intrusão da infra-estrutura de comunicações e sistemas distribuídos.

No exercício de 2011, a Direcção de Organização e Qualidade (DOO) executou um vasto plano de acção, composto por 119 actividades e projectos, dos quais 79 foram concluídos e 40 continuaram em curso para além do final do ano.

Durante o período em análise, foi dada continuidade à análise crítica dos circuitos e processos implementados, tendo como objectivo melhorar o serviço, reduzir os custos de operação, garantir as melhores práticas e acautelar a segurança, o rigor e a transparência que caracterizam a actividade bancária.

A D00 garantiu a elaboração, publicação e divulgação de todo o normativo do Banco, monitorizou sistematicamente e melhorou o Sistema de Gestão da Qualidade do Banif, conseguindo alargar o seu âmbito aos Depósitos a Prazo e Poupanças, aumentando assim, o número de processos e produtos do Banco que já se encontram Certificados.

Num clima de forte contenção, o principal enfoque incidiu no reforço dos critérios de análise custo/benefício, na priorização de projectos no âmbito da recuperação de crédito, monitorização e antecipação de riscos, ajustamento fiscal e regulatório, “funding” e reengenharia de processos, em termos susceptíveis de gerarem ganhos inequívocos de eficiência e de sustentabilidade.

Destacam-se, pela sua relevância e impacto, os seguintes projectos:

- Reengenharia ao processo de gestão de arquivo documental do Banco.
- Optimização do “front office”, com a disponibilização à rede comercial de uma nova solução informática integrada, facilitadora da concretização de negócios, nomeadamente, através da geração de alertas em “real time”.
- Análise e optimização dos processos nos Serviços Centrais, reflectindo o empenhamento na mitigação dos custos operativos e a melhoria da eficácia operativa subjacente.
- Desenvolvimento do projecto transversal de desmaterialização de processos documentais e respectiva automatização, focado no processo de abertura de conta D.O..

No final do 4º Trimestre de 2011, continuaram em curso os trabalhos de reengenharia do processo do Correio Interno do Banco, visando a sua gestão integrada através de aplicação específica, tendo como principal objectivo a diminuição de custos e o incremento do controlo sobre os pedidos de operações.

A Direcção do Executivo de Operações assegurou a execução diária das operações que consubstanciam a actividade do Banif, colaborou nas campanhas realizadas pelo Banco e participou em diversos projectos. O ano de 2011 caracterizou-se por um ligeiro decréscimo no volume das operações, sobretudo no crédito ao consumo e habitação, a par de um acréscimo nas reestruturações, nas penhoras e nas passagens para contencioso.

Foi dada continuidade aos processos de racionalização/normalização e de centralização em Lisboa do tratamento de seguros, da emissão de minutas e contratos, das ordens de pagamento emitidas e recebidas e das renovações/alterações das contas correntes.

Merecem ainda referência a correcção da base de dados, a recuperação e actualização de garantias, a digitalização dos principais documentos de suporte das operações de crédito, e a participação na certificação da qualidade dos produtos e serviços certificados pelo Banco.

O exercício de 2011 caracterizou-se ainda por uma aposta forte, na formação, envolvendo um significativo número de empregados, em formação "on-job", *e-learning* e específica/externa, contribuindo, desta forma, para uma melhoria na gestão e controlo das operações.

Ao nível das aplicações informáticas evoluiu-se para a nova versão do Trade Innovation e para a utilização de novas aplicações, para gerir e controlar os registos de hipoteca e a aplicação de garantias bancárias, as quais vieram permitir reduzir o risco operacional. Foram ainda realizados alguns levantamentos de processos operativos que permitiram remediar deficiências identificadas e melhorar fluxos operativos.

12. Controlo dos Riscos da Actividade

12.1 Função de gestão de riscos

A gestão dos riscos no Banco assenta na identificação, análise e monitorização da exposição aos diversos riscos da actividade, em função da sua relevância e materialidade – risco de crédito, liquidez, mercado, estrutural e operacional, entre outros – e no controlo e adopção de estratégias e políticas que asseguram a prevenção e mitigação dos mesmos, mantendo-os dentro dos limites previamente estabelecidos.

As políticas adoptadas para cada um dos principais riscos identificados são da competência da Comissão Executiva, sendo revistas sempre que tal se justifique, permitindo o desenvolvimento de acções preventivas, por forma a salvaguardar a solvabilidade e a sustentabilidade da Instituição numa lógica de longo prazo.

12.2 Organização da Função de Gestão de Risco

A função de gestão de risco do Banco é conduzida de acordo com estratégias e políticas definidas pela Comissão Executiva, estando a sua implementação a cargo de um órgão de primeira linha do Banco e especificamente dedicado a esta função: a Direcção de Gestão Global de Risco (DGR). A DGR depende hierarquicamente da Comissão Executiva, através do Administrador do Pelouro, o qual na sua esfera de competências não assume responsabilidade por Direcções Comerciais. Em complemento, está consagrado o reporte da DGR directamente ao Conselho de Administração nas matérias que se considerem relevantes, assegurando a este Órgão o conhecimento da actividade desenvolvida e o acesso à informação.

A DGR assume-se como uma unidade centralizada e independente responsável pela análise e controlo de riscos, exercendo esta função de forma autónoma das restantes áreas funcionais que

assumem risco, estando, porém, todas as áreas do Banco conscientes das suas responsabilidades no sistema de gestão de risco em vigor.

No âmbito das suas funções, a DGR participa nos seguintes comités compostos por elementos de diversas Unidades Orgânicas:

Comité	Periodicidade	Descritivo
Comité de Crédito	Diário/semanal	Participação colegial no processo de decisão de operações não padronizadas, quer no processo de admissão quer no de renovação.
Comité de Vigilância de Crédito	Mensal	No âmbito das medidas de prevenção de crédito vencido, participa mensalmente nos Comités de Vigilância promovidos pelas Direcções Comerciais para avaliar as acções a tomar face à melhor actuação para a gestão do risco de crédito, em função dos sistemas de alerta existentes.
Comissão Executiva de Crédito Vencido	Mensal	Análise dos processos mais relevantes em situação de incumprimento, por forma a avaliar e tomar decisões relativamente a estratégias de recuperação de crédito.

12.3 Enquadramento sobre a actividade realizada em 2011

Em virtude da relevância do Banco no contexto do Grupo, relativamente às actividades realizadas em 2011 assumem especial destaque, pela sua dimensão, complexidade e recursos alocados, os trabalhos efectuados relativos ao Programa Especial de Inspeções realizado como parte das medidas e acções acordadas pelas autoridades portuguesas, relativamente ao sistema financeiro, no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira estabelecido com o FMI/EU/BCE em Maio de 2011.

Este Programa de Inspeções abrangeu os 8 maiores grupos bancários portugueses, incluindo o Grupo Rentipar Financeira (Banif - Grupo Financeiro), e teve por objectivo validar: i) os dados sobre risco de crédito utilizados na avaliação da sua solidez financeira, através de uma avaliação independente das suas carteiras de crédito e da adequação das suas políticas e procedimentos de gestão de risco, ii) o cálculo dos requisitos de capital para risco de crédito e iii) a adequação dos parâmetros e das metodologias utilizados na realização das projecções financeiras que suportam a avaliação da sua solvabilidade futura, no quadro dos exercícios de *stress test*.

12.4 Aspectos transversais aos vários riscos

Para além da descrição que é efectuada nas páginas seguintes sobre cada um dos riscos a nível individual, existem algumas vertentes do modelo de gestão que englobam simultaneamente diversas tipologias de risco:

- Informação de gestão: para além da vertente de divulgação externa, no exercício de 2011 consolidou-se o trabalho desenvolvido nos anos anteriores, tendo-se procedido a uma actualização dos indicadores e das análises que compõem a informação de gestão periodicamente produzida para efeitos de reporte interno, possibilitando uma visão mais abrangente e efectiva da gestão de risco por parte dos órgãos de gestão. A informação produzida permite, regularmente, uma avaliação do desempenho dos principais riscos, do seu enquadramento nos limites definidos e, bem assim, o desenvolvimento de acções que levam à correcção ou mitigação dos riscos identificados;

- Testes de Esforço: a realização e a análise dos resultados dos Testes de Esforço são actividades que se revestem de especial interesse, designadamente em situações inesperadas e de anormal funcionamento dos mercados em que as Instituições operam, tal como sucede actualmente. Nestes casos, apresentam a virtude de poder alertar para eventuais situações de risco que possam ter impactos relevantes nas condições financeiras do Banco, propiciando a definição de planos de contingência e um adequado apoio à tomada de decisão, mais adequados a situações extremas;

- Adequação de Capital Interno (ICAAP): o Grupo dispõe de um modelo interno de avaliação dos seus recursos financeiros disponíveis – Modelo de *Risk Taking Capacity* – que garante a adequação dos níveis de capital e recursos financeiros existentes para fazer face aos riscos actuais e a assumir no futuro, sem afectar a sua solvabilidade, respeitando os objectivos estratégicos definidos. O modelo existente considera os principais riscos a que o Grupo se encontra exposto, dos quais se salienta o risco de crédito, o risco de liquidez, o risco cambial, o risco de negócio/estratégia, o risco imobiliário e o risco operacional, de sistemas de informação, de *compliance* e de reputação.

Relativamente às duas últimas, importa referir que o Banif, enquanto entidade principal integrada num grupo financeiro, beneficia de um conjunto de instrumentos de gestão, de carácter transversal, desenvolvidos ao nível consolidado.

12.5 Risco de Crédito

O risco de crédito é a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou capital, devido à incapacidade de uma contraparte cumprir os seus compromissos financeiros perante o Banco, incluindo possíveis restrições à transferência de pagamentos do exterior.

A gestão e monitorização do risco de crédito desenvolvem-se de acordo com os princípios e as regras de concessão e manutenção de créditos concedidos a Clientes, definidos no Manual de Crédito do Banco, o qual apresenta um conjunto de normas de aplicação genérica, complementado por normas específicas e regulamentos aplicáveis a cada uma das áreas de negócio e das suas redes de comercialização, assim como regras para preparação, análise e acompanhamento do crédito concedido aos Clientes.

No âmbito da política de qualidade e eficiência sobre as quais o Banco se rege, no exercício de 2011, todos os regulamentos de crédito aplicáveis às áreas de negócio foram actualizados, designadamente para reflectir novos critérios de aprovação de crédito e para incorporar a nova realidade decorrente da integração, no Banco, da produção de crédito relativa a *leasing* imobiliário.

12.5.1 Gestão do Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito no Banif assenta no acompanhamento permanente das carteiras de crédito, atendendo aos objectivos qualitativos estabelecidos anualmente. Neste contexto, a gestão avalia, de forma continuada, se os vectores de risco definidos se mantêm consistentes com a estratégia definida para o crédito.

As actividades assumidas pela gestão definem objectivos em termos de:

- Notação de risco da carteira;
- Nível de concentração de exposições, em termos geográficos, sectoriais e de grandes riscos;
- Crau de cobertura das operações, através de garantias,

monitorizando as carteiras para avaliar se se mantêm alinhadas, ao longo do período, com as políticas definidas.

De forma a tornar mais efectiva esta linha de actuação, o Banif dispõe de um Sistema de Gestão de Alertas, que permite a toda a estrutura comercial conhecer quais os clientes e/ou operações que evidenciam indícios de incumprimento, hierarquizados em alertas moderados, graves e muito graves, que possibilitam – e, em alguns casos, determinam – o desencadear de acções preventivas, por forma a antecipar e mitigar o impacto de situações de incumprimento, designadamente, através da redução de responsabilidades, do reforço de garantias ou da manutenção de uma vigilância mais rigorosa.

Para as exposições de maior montante, são efectuados regularmente Comitês de Vigilância de Crédito, onde têm assento diversos órgãos com valências distintas, contribuindo para uma abordagem integrada do processo de acompanhamento, designadamente, ao nível das funções de risco, de recuperação de créditos, jurídica e comercial, que orientam as acções a desencadear para uma recuperação extrajudicial mais eficiente.

a) Sistemas Internos de Notação de Risco

Considerando as particularidades da carteira de crédito do Banco, os modelos internos de notação de risco atendem às características específicas dos Clientes, a variáveis históricas e de relacionamento e às características das operações, quer qualitativas quer quantitativas.

Os sistemas internos de notação de risco subdividem-se nas seguintes categorias:

Segmentos	Momento da Utilização	
	Concessão	Acompanhamento
Retalho		
Crédito à Habitação	<i>Scoring</i> de concessão CH	<i>Scoring</i> comportamental CH
Crédito Pessoal	<i>Scoring</i> de concessão CP	<i>Scoring</i> comportamental CP
Pequenos Negócios	<i>Scoring</i> de concessão PN	<i>Scoring</i> comportamental PN
Cartões de Crédito	<i>Scoring</i> de concessão CC	-
Empresas		
PME's	<i>Rating</i> de PMEs	

Modelos Internos de *Scoring* – Admissão e Comportamental

Os modelos de *Scoring* de Concessão, utilizados no momento da concessão do crédito, permitem associar a cada proposta de crédito uma probabilidade de incumprimento (*Probability of Default* – PD), bem como classificar cada operação, em termos de exposição ao risco, até esta perfazer um ano de vida.

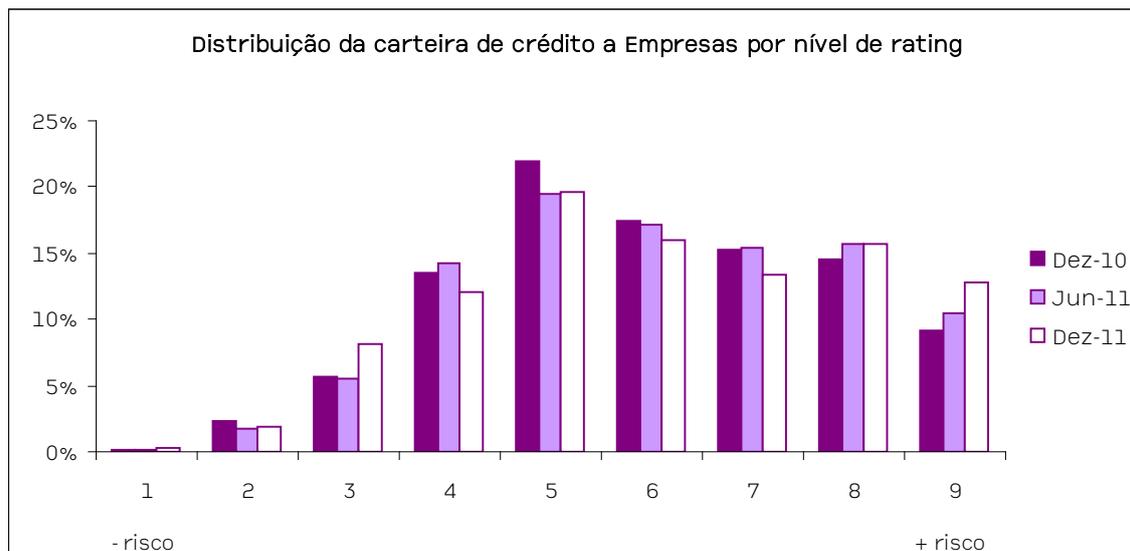
Os modelos de *Scoring* Comportamental têm como objectivo medir o risco das operações de crédito de retalho ao longo da sua vida útil, através da análise do comportamento, irregular ou não, das operações com mais de um ano de vida e do respectivo mutuário.

Modelo Interno de *Rating* para carteiras de Empresas

O modelo de *Rating* em utilização no Banco atribui a cada Cliente (Empresa) uma classificação de risco de acordo com a sua probabilidade de incumprimento, medindo assim o risco de *default* da contraparte.

Actualmente, o Banif dispõe de um Modelo de *Rating* estatístico para carteiras de pequenas e médias empresas, o qual combina informação financeira com dados de natureza qualitativa, nomeadamente, variáveis de relação e envolvimento comercial.

A decomposição, por nível de risco, da carteira notada com o modelo de *Rating* em 31 de Dezembro de 2011 é a seguinte:



b) Modelos de factores de risco

No âmbito das orientações da IAS 39, o Banif tem implementado uma metodologia de cálculo de perdas por imparidade do crédito, que estabelece que a avaliação da carteira seja efectuada considerando dois métodos de análise: individual e colectiva.

Os créditos que não são objecto de uma análise individual são avaliados numa base colectiva, tendo para este efeito sido incorporados em segmentos que reúnam condições de homogeneidade, permitindo assim agrupar activos com características e risco similares, com vista à implementação de um modelo de análise de imparidade baseado na análise histórica de incumprimento (PD - *Probability of Default*) e perdas históricas incorridas e estimadas no futuro (LGD - *Loss Given Default*).

O processo de actualização dos parâmetros de risco utilizados para estimar as perdas na análise colectiva é efectuada com periodicidade anual, tendo por base dados internos que reflectem os efeitos decorrentes das evoluções mais recentes da carteira, bem como, a experiência histórica do Banco. O apuramento da PD decorre de uma análise de entrada em incumprimento de toda a população, considerando os dados históricos de um horizonte alargado de períodos anuais, e o cálculo das LCDs decorre de uma análise sobre recuperações, perdas efectivas e estimativas de recuperação, apurados com referência ao final do exercício de 2011.

c) Processo de avaliação do risco de crédito

A avaliação das operações de crédito não padronizado e dos respectivos Clientes é realizada pelo Gabinete de Análise de Risco de Crédito, através dos seus Núcleos de Análise de Risco, de acordo com metodologias estabelecidas pelo Banco.

Estas metodologias visam promover a adequada segurança na admissão, no acompanhamento e no controlo do risco da carteira e baseiam-se, designadamente, na análise da:

- Qualidade da informação económico-financeira disponibilizada pelos Clientes;
- Aferição da qualidade e experiência de gestão da estrutura directiva dos Clientes, posicionamento no sector de actividade, capacidade de reembolso e grau de envolvimento com o sistema financeiro;
- Qualidade e consistência da operação proposta;
- Relação existente com o Banco e com o mercado;
- Informações comerciais externas;
- Avaliação dos resultados obtidos, nomeadamente pela utilização do modelo de *rating* para o segmento Empresas.

Na quase totalidade das operações, a respectiva avaliação de crédito é efectuada através de formulários electrónicos, os quais, para o segmento de empresas, foram reformulados para reorganizar o seu conteúdo e incluir nova informação, nomeadamente, para permitir um maior alinhamento entre os objectivos de alto nível que foram traçados para o perfil de risco do Banco e as acções que os seus colaboradores diariamente executam.

O Banif avalia as exposições agregadas dos Clientes, para efeitos de avaliação de risco de crédito, através da exposição global ao Grupo Económico. Em termos de avaliação dos Grupos Económicos, são ainda considerados para efeitos de avaliação de risco:

- A ponderação de notações externas de risco, quando existem;
- A ponderação do risco de crédito das diversas entidades que compõem o Grupo Económico;
- O limite regulamentar de exposição do Grupo Económico no âmbito dos Grandes Riscos, do seu peso nos Fundos Próprios e na sua contribuição para o rácio de solvabilidade.

No que concerne ao risco de crédito, após a fase de contratação das operações, há um acompanhamento regular e periódico, designadamente ao nível do processo de renovação das linhas de crédito que, em média, não excedem os seis meses, e das suas condições particulares.

Importa mencionar ainda que, enquadradas no objectivo de robustecer o modelo de gestão de risco de crédito, encontram-se em curso diversas iniciativas relevantes:

- Revisão do modelo operativo de crédito, de forma a torná-lo mais robusto;
- Igualmente com o objectivo de disponibilizar aos diversos intervenientes no processo de crédito mais informação relevante para uma correcta tomada de decisão, encontra-se em

implementação um modelo de *rating* de operação, a aplicar a propostas de crédito não padronizado de Empresas e ENIS;

- Divulgação, pelas áreas comerciais, de uma aplicação que permite simular o consumo de capital regulamentar para novas operações de crédito, face à crescente importância de uma utilização criteriosa de recursos estratégicos para a actividade do Banco, como são os seus Fundos Próprios;
- Revisão do Modelo de Imparidade.

d) Monitorização do Risco de Crédito

A monitorização do risco de crédito assenta no acompanhamento e controlo da evolução da exposição ao risco de crédito das carteiras e na implementação de acções de mitigação para preservação da qualidade do crédito e dos limites de risco definidos, a qual é concretizada através da preparação regular de indicadores da qualidade do crédito, da produção automatizada de sinais de alerta e da execução de acções a desenvolver em função da classificação dos referidos sinais. Desta forma, é possível antecipar acções de recuperação e actuar na gestão preventiva do incumprimento.

Através da preparação regular de indicadores da qualidade do crédito e das respectivas carteiras segmentadas é efectuada a monitorização do risco de crédito, avaliando-se a eficácia das políticas instituídas e a eventual aplicação de medidas correctivas.

12.5.2 Análise do Risco de Crédito

A exposição ao risco de crédito, em 31 de Dezembro de 2011, enquadrada nas várias rubricas contabilísticas, face ao ano anterior, é apresentada como segue:

(valores Expressos em milhares de Euros)

	2011		2010	
	Exposição máxima *	Exposição líquida **	Exposição máxima *	Exposição líquida **
Activos financeiros detidos para negociação	8.140	8.140	3.911	3.911
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	69.198	69.198	293.126	293.126
Activos financeiros disponíveis para venda	3.918.021	3.918.021	3.154.997	3.154.997
Crédito a clientes	9.509.759	4.396.843	10.027.912	4.881.292
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda	223.192	223.192	96.161	96.161
Outros activos	2.997.549	2.997.549	1.484.947	1.484.947
Sub-total	16.725.859	11.612.943	15.061.054	9.914.434
Passivos contingentes	5.568.393	5.568.393	4.093.020	4.093.020
Compromissos assumidos	898.201	898.201	1.299.935	1.299.935
Sub-total	6.466.594	6.466.594	5.392.955	5.392.955
Total de exposição a riscos de crédito	23.192.453	18.079.537	20.454.009	15.307.389

* **Exposição máxima:** respeita ao valor líquido de balanço

** **Exposição líquida:** respeita à exposição máxima deduzida do efeito da mitigação por colaterais relevantes, não se considerando assim avals/fianças e outros colaterais de fraco valor.

Relativamente à exposição ao risco de crédito por segmentos, de acordo com Basileia II, os valores à data de 31 de Dezembro de 2011, apresentam a seguinte distribuição:

(valores expressos em milhares de Euros)

Segmento		2011	2010
		Exposição	Exposição
Administrações regionais ou autoridades locais		200.211	137.242
Administrações Centrais e Bancos Centrais		515.926	288.617
Carteira de retalho		1.366.258	1.667.914
Empresas	Corporate	414.515	457.550
	PMEs	2.505.333	3.161.045
Instituições		2.236.775	1.710.254
Organismos de investimento colectivo		75.805	220.637
Organismos administrativos e empresas sem fins lucrativos		8.234	151.645
Outros elementos		927.377	584.905
Posições garantidas por bens imóveis	Comercial	328.739	27.959
	Residencial	3.300.504	3.278.031
Elementos vencidos*		1.178.097	776.340
Total de Exposição Bruta a riscos de crédito		13.057.774	12.462.140

Nota: reflecte a exposição, numa óptica prudencial, dos elementos do activo. Para permitir a comparabilidade entre os dois períodos, os valores de 2010 incluem a carteira de leasing imobiliário da Banif Co, a qual foi integrada em 2011 no Banif.

* - De acordo com a definição de Basileia II, considerando o montante total das operações que estejam total ou parcialmente vencidas há mais de 90 dias

Os segmentos “PMEs” e “Posições garantidas por bens imóveis residenciais” apresentam-se como os mais representativos, com 19% e 25%, respectivamente, face ao total da exposição ao risco de crédito.

O valor apresentado para o segmento Instituições engloba cerca de 91% de crédito concedido a entidades do Banif – Grupo Financeiro.

a) Estrutura sectorial da carteira de crédito

Considerando a política de diversificação da carteira, à data de 31 de Dezembro de 2011, o crédito a Clientes apresenta a seguinte distribuição sectorial:

(valores expressos em milhares de Euros)

	2011				2010			
	Exposição máxima		Exposição líquida		Exposição máxima		Exposição líquida	
Serviços	2.124.346	22%	1.310.001	30%	2.282.125	23%	1.376.575	28%
Construção	1.015.217	11%	545.112	12%	1.160.171	12%	705.082	14%
Instituições financeiras e seguradoras	813.252	9%	804.555	18%	882.465	9%	873.678	18%
Indústria	590.684	6%	417.418	9%	666.671	7%	506.139	10%
Vendas a retalho	425.884	4%	239.403	5%	424.482	4%	265.887	5%
Sector público	240.818	3%	222.269	5%	158.061	2%	155.760	3%
Outros sectores	531.962	6%	356.517	8%	561.288	6%	398.759	8%
Particulares	3.767.596	40%	501.568	11%	3.892.649	39%	599.412	12%
Total de Exposição a riscos de crédito	9.509.759		4.396.843		10.027.912		4.881.292	

Nota: Serviços inclui Actividades Imobiliárias e outros serviços prestados às empresas.

b) Estrutura geográfica da carteira de crédito

Em 31 de Dezembro de 2011, a exposição do risco de crédito por áreas geográficas encontra-se detalhada no mapa seguinte, sendo a sua expressão mais significativa no mercado português, com uma representatividade de 93%:

(valores expressos em milhares de Euros)

	2011		2010	
	Exposição máxima	Exposição líquida	Exposição máxima	Exposição líquida
Portugal Continental	5.936.680 62%	3.023.566 69%	6.346.264 63%	3.353.097 69%
Regiões Autónomas	2.966.267 31%	1.221.823 28%	3.059.266 31%	1.354.097 28%
União Europeia	444.481 5%	81.337 2%	486.991 5%	121.465 2%
Resto da Europa	25.724 <1%	8.478 <1%	30.933 <1%	15.408 <1%
América do Norte	74.246 <1%	48.608 1%	41.942 <1%	16.897 <1%
América Latina	44.076 <1%	11.376 <1%	41.078 <1%	15.839 <1%
Resto do Mundo	18.285 <1%	1.655 <1%	21.438 <1%	4.489 <1%
Total de Exposição a riscos de crédito	9.509.759	4.396.843	10.027.912	4.881.292

c) Estrutura sectorial e geográfica da carteira de crédito

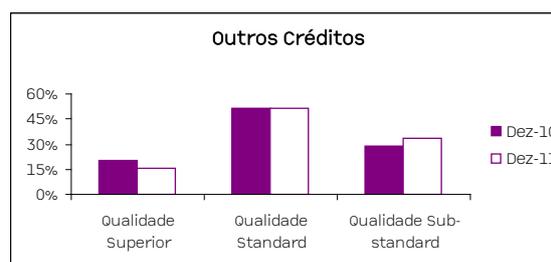
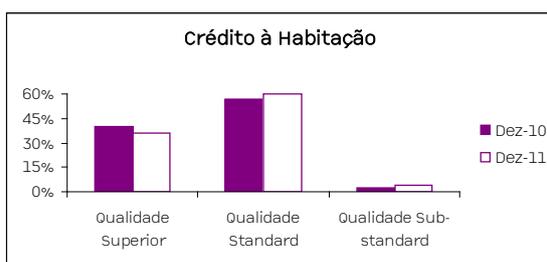
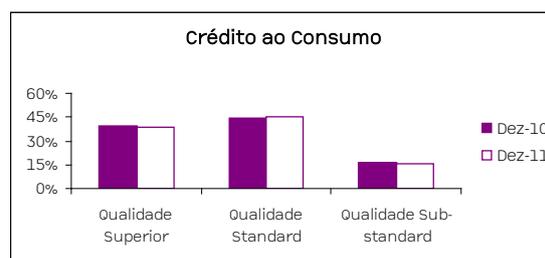
Em 31 de Dezembro de 2011, o mercado Europeu, face aos restantes mercados, tem uma representatividade quase exclusiva no crédito concedido a Particulares e a Instituições Financeiras e Seguradoras.

(valores expressos em milhares de Euros)

	2011						Total
	Portugal	União Europeia	Resto da Europa	América do Norte	América Latina	Resto do Mundo	
Serviços	2.063.822	50.948	1.173	7.806	2	595	2.124.346
Construção	991.738	21.236	6	1.721	516	0	1.015.217
Instituições financeiras e seguradoras	775.136	403	6.611	31.102	0	0	813.252
Indústria	581.725	0	0	211	8.748	0	590.684
Vendas a retalho	421.826	0	20	30	4.008	0	425.884
Sector público	240.818	0	0	0	0	0	240.818
Outros sectores	526.946	481	625	2.962	585	363	531.962
Particulares (sem ENI's)	3.300.936	371.413	17.289	30.414	30.217	17.327	3.767.596
Total Exposição por Sector de Actividade /Áreas Geográficas	8.902.947	444.481	25.724	74.246	44.076	18.285	9.509.759
Peso de cada área geográfica	94%	5%	<1%	<1%	<1%	<1%	

d) Qualidade da carteira de crédito

A repartição das carteiras para os principais segmentos de negócio do Banco, a 31 de Dezembro de 2011, apresenta a seguinte estrutura ao nível da qualidade do crédito:



O crédito a Clientes encontra-se desagregado pelos segmentos mais significativos e qualificado em três níveis de risco. As carteiras foram objecto de avaliação interna de risco baseada nas Probabilidades de *Default* (PD) aplicáveis aos principais produtos e segmentos de negócio. As PDs foram agregadas por níveis de risco, de modo a serem classificadas nas categorias de Risco de Qualidade Superior, de Qualidade Standard e de Qualidade Sub-standard.

O montante global de crédito vencido, no final de 2011, considerando capital e juros (incluindo o securitizado), ascendia a 500.519 milhares de euros, dos quais 445.781 milhares de euros há mais de 90 dias (2010: 355.841 milhares de euros).

A distribuição dos saldos de crédito vencido pelos vários segmentos é apresentada de seguida:

2011						(Milhares de euros)
	<3 meses	3 - 6 meses	6 - 12 meses	1 - 3 anos	>3 anos	Total
Empresas	43.836	63.667	89.393	117.176	49.885	363.957
Particulares Consumo	5.379	946	3.645	22.869	11.473	44.313
Particulares Imobiliário	2.570	1.144	2.782	11.510	4.085	22.091
Particulares Outros	2.952	2.506	8.969	35.139	20.592	70.158
Total	54.737	68.263	104.789	186.694	86.035	500.518

2010						(Milhares de euros)
	<3 meses	3 - 6 meses	6 - 12 meses	1 - 3 anos	>3 anos	Total
Empresas	15.884	22.456	77.572	127.287	43.877	287.075
Particulares Consumo	1.331	379	2.188	18.005	2.793	24.697
Particulares Imobiliário	10.228	284	685	3.257	542	14.997
Particulares Outros	2.066	2.333	13.489	29.488	11.205	58.581
Total	29.509	25.453	93.933	178.037	58.418	385.350

No que respeita à qualidade do crédito, os indicadores de sinistralidade e de esforço de provisionamento apresentam, a 31 de Dezembro de 2011, os seguintes valores:

(valores expressos em milhares de Euros)

	2011	2010
Crédito a Clientes	9.380.916	9.948.391
Crédito e Juros Vencidos	500.519	385.350
dos quais, Crédito e Juros Vencidos >90 dias	445.781	355.841
Total do Crédito	9.881.435	10.333.741
Provisões para Crédito e Juros Vencidos	371.676	305.829
Variação de Provisões para Crédito Vencido	65.842	108.851

Indicadores (%)

Crédito e Juros Vencidos/Total do Crédito	5,1%	3,7%
Crédito e Juros Vencidos >90 dias/Total do Crédito	4,5%	3,4%
Crédito com Incumprimento/Crédito Total	4,9%	4,0%
Crédito com Incumprimento, líquido/Crédito Total, líquido	1,2%	1,1%
Crédito em Risco/Crédito Total	10,3%	6,8%
Crédito em Risco, líquido/Crédito Total, líquido	6,8%	3,9%
Provisões para Crédito e Juros Vencidos/Crédito e Juros Vencidos	74,3%	79,4%
Provisões para Crédito e Juros Vencidos/Crédito e Juros Vencidos >90 dias	83,4%	85,9%
Provisões para Crédito e Juros Vencidos/Total do Crédito	3,8%	3,0%
Variação de Provisões Cred. e Juros Vencidos/Crédito e Juros Vencidos	13,2%	28,2%
Variação de Provisões Cred. e Juros Vencido/Total de Crédito	0,7%	1,1%

e) Gestão de colaterais

O valor e natureza dos colaterais – garantias do crédito concedido – bem como o grau de cobertura necessário, dependem do resultado da avaliação do risco de crédito da contraparte. O Banco avalia, em primeiro lugar, a capacidade de reembolso e a probabilidade de incumprimento da contraparte, considerando os colaterais como uma segunda via de pagamento e, por isso, não necessariamente como o atributo principal dos critérios de avaliação.

Sempre que se verifique qualquer agravamento do risco de crédito é, por regra, solicitado aos Clientes a prestação de colaterais adicionais. No caso do crédito concedido a empresas pertencentes a Grupos Económicos, é prática corrente o Banco mitigar o risco de crédito com colaterais prestados pela Empresa-mãe do Grupo.

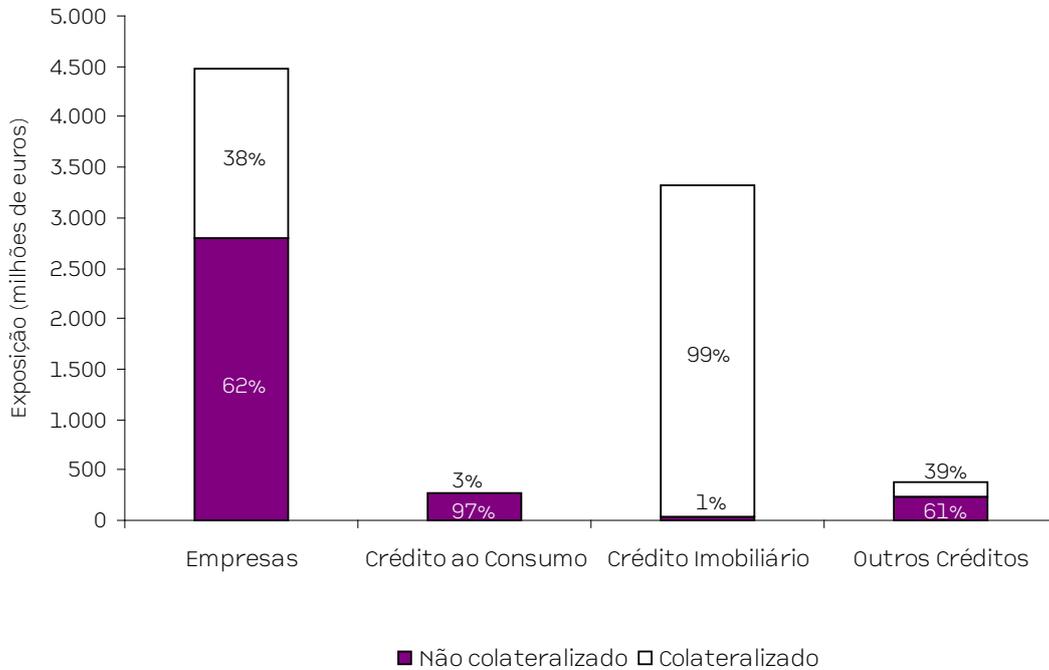
Os colaterais que, por incumprimento do Cliente, são executados e passam para a posse do Banco são, na sua generalidade, vendidos para o cumprimento total ou parcial da dívida.

A gestão dos colaterais é desenvolvida de forma contínua, promovendo assim a manutenção da cobertura dos colaterais ao crédito concedido.

À data de 31 de Dezembro de 2011, a carteira de crédito apresenta o seguinte grau de cobertura por mitigantes, considerando unicamente os que são elegíveis para efeitos do cálculo do rácio de

solvabilidade e outras garantias hipotecárias, existindo uma cobertura adicional relevante por outros tipos de mitigantes:

Grau de cobertura do Crédito por mitigantes



12.6 Risco de Mercado

Entende-se por risco de mercado a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou na situação líquida devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, provocados, nomeadamente, por flutuações em cotações de acções, preços de mercadorias, taxas de juro e taxas de câmbio.

A gestão do risco de mercado no Banif define-se como prudente e é monitorizada de forma contínua. Em base sistemática, os limites de actuação nos mercados são revistos e ajustados pelo Órgão de Gestão. A sua actuação assenta em regras de funcionamento e de controlo interno e nas normas emanadas pelos Órgãos de Supervisão.

12.6.1 Gestão do Risco de Mercado

A política de gestão do risco de mercado no Banif caracteriza-se pela cobertura de risco nos activos de maior volatilidade, nomeadamente, nos produtos de taxa fixa e nas operações com Clientes com taxa de câmbio contratada.

12.6.2 Análise do Risco de Mercado

a) Análise de sensibilidade à taxa de juro

O risco de taxa de juro é monitorizado em base sistemática em função dos períodos de *repricing* dos activos e dos passivos. A análise de sensibilidade do risco de taxa de juro tem como objectivo avaliar a exposição do Banco a este risco e inferir quanto à sua capacidade em absorver variações adversas nas taxas a que se encontra exposto.

Esta análise tem por base a determinação do nível de exposição efectuada de acordo com os métodos e pressupostos submetidos à aprovação da autoridade de supervisão, considerando um choque standard, positivo e negativo, de 200 pontos base na taxa de juro e o respectivo impacto na situação líquida e na margem financeira (a 12 meses). Contudo, o Banco determina o impacto, nos seus indicadores internos, de outras magnitudes de choque. A magnitude dos impactos simulados não é considerada significativa.

Desta análise foram excluídos todos os instrumentos financeiros patrimoniais e extra-patrimoniais que, por definição, não são afectados pelas variações ocorridas nas taxas de juro.

Análise de sensibilidade - impacto de uma variação de 200 pontos base na curva de taxas de juro por moedas relevantes

(valores Expressos em milhares de Euros)

Dez-2011	EUR	USD	TOTAL
Até 1 m	612	-163	448
1 - 3 m	-3.795	34	-3.761
3 - 6 m	-5.816	204	-5.611
6 - 12 m	4.152	-75	4.078
1 - 5 A	40.112	-367	39.745
> 5 A	-51.657	-3.710	-55.367
Impacto na Situação Líquida	-16.392	-4.077	-20.469
Impacto na Situação Líquida, em % dos Fundos Próprios	-2%	0%	-2%
	EUR	USD	TOTAL
Até 1 m	-14.236	3.921	-10.315
1 - 3 m	19.927	-170	19.757
3 - 6 m	6.253	-351	5.902
6 - 12 m	-1.965	52	-1.913
Impacto na Margem Financeira, a 12 meses	9.978	3.452	13.430
Impacto na Margem Financeira anual, em %	5%	2%	7%
Fundos Próprios			921.150
Margem Financeira			197.437

(valores Expressos em milhares de Euros)

Dez-2010	EUR	USD	TOTAL
Até 1 m	1.730	-92	1.638
1 - 3 m	-8.156	388	-7.768
3 - 6 m	-6.968	536	-6.432
6 - 12 m	-386	995	609
1 - 5 A	32.469	-112	32.356
> 5 A	-56.057	-3.853	-59.910
Impacto na Situação Líquida	-37.368	-2.138	-39.506
Impacto na Situação Líquida, em % dos Fundos Próprios	-3%	0%	-3%
	EUR	USD	TOTAL
Até 1 m	-41.444	2.210	-39.234
1 - 3 m	39.290	-1.996	37.294
3 - 6 m	8.631	-938	7.693
6 - 12 m	-2.067	-394	-2.460
Impacto na Margem Financeira, a 12 meses	4.410	-1.118	3.292
Impacto na Margem Financeira anual, em %	2%	-1%	2%
Fundos Próprios			1.203.910
Margem Financeira			214.628

Os resultados da análise de sensibilidade evidenciam que uma subida nas taxas de mercado terá um impacto negativo na Situação Líquida e um impacto positivo sobre a Margem Financeira. A principal variação ocorrida na sensibilidade à taxa de juro relativamente ao ano anterior, com impacto sobretudo na margem financeira, deveu-se, por um lado, ao aumento dos depósitos de clientes em euros com o objectivo de reforçar a liquidez e, por outro, à diminuição verificada nos depósitos de clientes em dólares americanos.

b) Análise de sensibilidade à taxa de câmbio

O risco cambial representa o risco de que o valor de posições financeiras expressas em moeda estrangeira apresente flutuações devido a alterações nas taxas de câmbio.

O Banif monitoriza a sua exposição ao risco cambial pelo controlo diário da exposição global das posições abertas assumidas perante as várias moedas e adopta estratégias globais de cobertura, de forma a assegurar que essas posições se mantêm dentro dos limites definidos superiormente.

A maior exposição resulta da carteira de crédito concedido a Clientes e centra-se em libras esterlinas e dólares americanos, conforme divulgado no quadro seguinte, donde constam as exposições de risco de crédito por Moeda:

(Valores expressos em milhares de Euros)

Moeda	2011
	Crédito
EUR	9.356.420
GBP	89.392
USD	59.520
JPY	2.296
CHF	2.128
DKK	2
SEK	0
CAD	0
Total	9.509.759

c) Análise de sensibilidade aos riscos de preços

Atendendo à pouca materialidade destes riscos no conjunto da actividade do Banco, o Banco está a fazer uso da disposição constante da regulamentação do Banco de Portugal (cf. DL 103/2007), que permite que os requisitos de capital relativos à carteira de negociação sejam calculados de acordo com os requisitos de capital para risco de crédito, caso se verifiquem cumulativamente as seguintes condições:

- A actividade da carteira de negociação não ser, normalmente, superior a 5% da actividade global;
- A exposição total da carteira de negociação ser, normalmente, inferior a 15 milhões de euros;
- A actividade da carteira de negociação não exceder 6% da actividade global e o valor não ultrapassar os 20 milhões de euros.

12.7 Risco de Liquidez

O risco de liquidez, definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital decorrentes da incapacidade da instituição dispor, sobretudo no curto prazo, de fundos líquidos para o cumprimento das suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem, é gerido de forma centralizada no Grupo.

Durante o ano de 2011, a política de gestão de tesouraria e a política de financiamento das Instituições Financeiras foi pautada pela necessidade de dar resposta as condições extraordinárias que emergiram da escassez de liquidez dos mercados financeiros, agravada pela crise de

endividamento soberano e dos *downgrades* consecutivos de países e instituições pelas agências de *rating*, o que ainda dificultou mais o acesso aos mercados.

12.7.1 Gestão do Risco de Liquidez

12.7.1.1. Estratégia de Financiamento em 2011

A situação complexa da economia portuguesa durante o ano de 2011, que viria a ditar o recurso ao Plano de Assistência Económica e Financeira (PAEF), teve implicações muito concretas para a gestão de *funding* do Banco, na medida em que os mercados de capitais permaneceram inactivos inviabilizando a rolagem de instrumentos de dívida. Este cenário foi ainda agravado pelas sucessivas revisões de notações de *rating* da República portuguesa e, conseqüentemente, dos bancos, para níveis inferiores a *Investment Grade*.

Por essa razão, o Banco enfrentou em Maio de 2011 o reembolso antecipado de Empréstimos Sindicados no montante total de 428 milhões de euros, devido à activação de cláusulas de *rating* associadas aos respectivos contratos, na sequência da revisão em baixa do *rating* de dívida atribuído pela Fitch Ratings no início de Abril. O Banco viria igualmente a reembolsar 114,7 milhões de euros, 100 dos quais em Dezembro, relativos a outros empréstimos sindicados.

As sucessivas revisões em baixa do *rating* da República e dos bancos ao longo do exercício afectaram igualmente a posição de liquidez do Banco por via da desvalorização dos activos que integram a *pool* de operações de refinanciamento junto do BCE, nomeadamente instrumentos de titularização, empréstimos com *rating* equiparado ao soberano e obrigações emitidas por outros bancos.

A estratégia seguida para acomodar os factores de pressão acima referidos passou, em primeiro lugar, por uma orientação clara de redução do *Cap* Comercial – essencial ao cumprimento do objectivo de desalavancagem no âmbito do Plano de Resgate implementado em conjunto pelo FMI / BCE / EU, quer por via do incremento expressivo dos depósitos, quer pela redução da carteira de crédito. Merecem ainda referência a colocação de instrumentos de titularização emitidos pelo Banco e originalmente retidos em balanço em mercado secundário, junto de investidores internacionais, e um maior recurso a financiamentos com acordos de recompra junto de contrapartes locais.

O recurso ao financiamento junto do Banco Central Europeu (BCE) revelou-se igualmente um pilar importante na gestão de liquidez do Banco, motivando por isso uma gestão bastante activa da *pool* de colaterais. Neste âmbito, o Banco iniciou um Programa de Emissão de Obrigações Hipotecárias ('Covered Bonds') no montante total de 3 mil milhões de euros, o qual obteve um *rating* de Baa3 pela agência Moody's Rating Services. A primeira emissão de Obrigações Hipotecárias, no montante de 85 milhões de euros, a vencer no prazo de 3 anos, ocorreu no fim de Julho, tendo o Banco voltado a lançar nova emissão já no último trimestre do ano, no montante de 50 milhões de euros a um prazo de 3 anos.

A *pool* de activos do BCE foi adicionalmente reforçada por via de duas novas Emissões com Garantia do Estado Português, ao abrigo da Lei n.º 60-A/2008, de 20 de Outubro, no montante nominal total de 700 milhões de euros. A primeira emissão ocorreu a 19 de Julho, no montante de 500 milhões de

euros, com maturidade a 3 anos e a segunda a 23 de Dezembro, no montante de 200 milhões de euros, pelo mesmo prazo.

Finalmente, o Banco participou activamente em leilões de Bilhetes do Tesouro ('BTS') ao longo do ano, igualmente utilizados como colateral junto do BCE, tendo essa exposição atingido um pico em Junho e vindo a reduzir-se gradualmente até Dezembro.

12.7.1.2. Plano de Vencimentos e Estratégia de Financiamento

O plano de vencimento de dívida do Banco tem um ponto importante no mês de Maio de 2012, momento em que deverão ser reembolsadas duas emissões: i) uma emissão de dívida garantida pelo Estado Português no montante nominal de 500 milhões de euros, mas cujo saldo actual se situa em 443 milhões de euros devido a recompras entretanto efectuadas por outras entidades do Banif – Grupo Financeiro e; ii) uma emissão de dívida sénior emitida pela Banif Finance Ltd., subsidiária do Banif – Grupo Financeiro que funciona como veículo de financiamento do Banif SA, no montante nominal de 300 milhões de euros mas cujo saldo actual se situa em cerca de 250 milhões de euros.

(valores expressos em milhares de Euros)

	Total	2012				2013				2014				2015			
		1º T	2º T	3º T	4º T	1º T	2º T	3º T	4º T	1º T	2º T	3º T	4º T	1º T	2º T	3º T	4º T
Dívida sénior	250.379	-	250.379 *	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida subordinada	32.371	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.625	-	-	-	20.746
Empréstimos sindicados	17.333	-	17.333	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida garantida pelo Estado	500.000	-	500.000 **	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	800.083	-	767.712	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.625	-	-	-	20.746

* Vencimento de emissão do veículo de dívida Banif Finance Ltd. que não consolida directamente no Balanço do Banif SA mas sim no do Banif – Grupo Financeiro.

** O montante de 500 milhões de Dívida garantida pelo Estado a vencer em Maio de 2012 inclui cerca de 57 milhões de euros comprados por entidades do Banif – Grupo Financeiro, pelo que o reembolso efectivo corresponde a 443 milhões de euros, a investidores institucionais.

O financiamento dos reembolsos esperados para Maio deverá ser feito em linha com a estratégia já seguida durante 2011: i) recurso a uma nova Emissão Garantida pelo Estado, no montante nominal de 300 milhões; ii) reforço da *pool* de colaterais a utilizar junto do BCE através de carteiras de crédito com direitos de crédito em resultado da revisão das regras de elegibilidade definidas em Fevereiro de 2012; iii) novas colocações em mercado secundário de instrumentos de titularização emitidos pelo Banco e financiamentos interbancários com acordos de recompra.

A partir de Maio, a estratégia de liquidez do Banco passará essencialmente por reduzir o recurso ao financiamento obtido junto do BCE através da redução do *Cap* comercial.

12.7.2 Análise do Risco de Liquidez

A avaliação do risco de liquidez do Banco baseia-se no cálculo e análise de indicadores regulamentares definidos pelas autoridades de supervisão, assim como outras métricas internas para as quais estão definidos limites de exposição.

Assim, é efectuado o apuramento regular da evolução da posição de liquidez do Banco, identificando-se todos os factores que justificam as variações ocorridas. Este controlo é reforçado com a execução de *stress tests* de forma a caracterizar o perfil de risco do Banco e a assegurar que são passíveis de ser cumpridas as suas obrigações num cenário de agravamento da crise de liquidez.

A política interna de gestão de liquidez atribui grande relevância à constante monitorização e revisão dos limites de exposição de forma a reflectirem a cada momento as condições de mercado. No âmbito da gestão da liquidez corrente, enquadradas no Plano de Financiamento de curto prazo do Banif, têm sido elaboradas regularmente análises quantitativas e qualitativas que permitem identificar eventuais debilidades e preconizar a tomada de medidas correctivas, que visam o restabelecimento das reservas mínimas de liquidez, sempre que se julgue necessário.

No cumprimento das regras prudenciais emanadas pelo Banco de Portugal, o Banco está obrigado a manter um equilíbrio adequado entre os fluxos financeiros associados às rubricas do balanço, de forma a assegurar que dispõem de fundos líquidos para cumprir, em condições razoáveis, as suas obrigações financeiras à medida que as mesmas vencem.

a) Concentração de risco por data de maturidade

As tabelas abaixo resumem o perfil de maturidade dos fluxos de caixa dos activos e passivos do Banco em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, respectivamente:

(valores expressos em milhares de Euros)

2011	Até 1m	1-3m	3-6m	6-12m	1-5 A	>5A	Total
Passivo	3.642.005	2.545.418	2.076.174	940.116	2.823.929	3.878.762	15.906.404
Recursos de Bancos Centrais e outras ICs	1.502.187	590.558	37.552	10.226	845.300	0	2.985.823
Débitos para com Clientes	1.972.947	1.859.371	1.498.605	869.761	1.717.470	2	7.918.156
Débitos representados por Títulos	24.790	43.649	529.845	9.496	3.581	0	611.361
Passivos Subordinados	0	19.400	0	27.158	130.439	185.231	362.228
Outros Passivos	142.081	32.440	10.172	23.475	50.351	3.693.529	3.952.048
Provisões	0	0	0	0	76.788	0	76.788
Capital e reservas	0	0	0	0	0	819.455	819.455
Total	3.642.005	2.545.418	2.076.174	940.116	2.823.929	4.698.217	16.725.859
Activo							
Crédito sobre Ic's	1.200.215	113.056	117.610	96.311	0	15.059	1.542.251
Crédito sobre Clientes	494.676	1.096.909	1.051.135	1.234.976	2.687.399	2.944.664	9.509.759
Títulos de Rend fixo e variável	179.806	7.125	83.650	46.980	66.948	3.610.850	3.995.359
Participações e Imobilizações	0	0	0	0	0	147.940	147.940
Outros Activos	303.042	2.457	317.071	391.365	0	516.615	1.530.550
Total	2.177.739	1.219.547	1.569.466	1.769.632	2.754.347	7.235.128	16.725.859

(valores expressos em milhares de Euros)

2010	Até 1m	1-3m	3-6m	6-12m	1-5 A	>5A	Total
Passivo	3.191.429	2.410.565	1.518.689	1.146.430	2.688.502	3.286.793	14.242.408
Recursos de Bancos Centrais e outras ICs	1.300.477	510.045	295	275.244	577.398	46	2.663.505
Débitos para com Clientes	1.800.063	1.870.390	1.361.300	834.757	1.291.783	2	7.158.295
Débitos representados por Títulos	34	118	151.733	16.924	578.929	7.602	755.340
Passivos Subordinados	0	0	0	553	150.540	277.850	428.943
Outros Passivos	90.855	30.012	5.361	18.952	0	3.001.293	3.146.473
Provisões	0	0	0	0	89.852	0	89.852
Capital e reservas	0	0	0	0	0	818.646	818.646
Total	3.191.429	2.410.565	1.518.689	1.146.430	2.688.502	4.105.439	15.061.054
Activo							
Crédito sobre Ic's	918.468	64.330	51.473	31.814	0	15.046	1.081.131
Crédito sobre Clientes	349.933	1.194.398	1.257.924	1.381.865	2.588.261	3.255.531	10.027.912
Títulos de Rend fixo e variável	0	0	18.718	191.109	70.365	3.171.842	3.452.034
Participações e Imobilizações	0	0	0	0	0	64.103	64.103
Outros Activos	264.244	0	0	171.630	0	0	435.874
Total	1.532.645	1.258.728	1.328.115	1.776.418	2.658.626	6.506.522	15.061.054

A análise dos desfasamentos (*gap*) verificados no perfil de vencimentos dos *cash-flows* futuros permite também verificar o nível de concentração de risco nos vários prazos:

2011

(valores Expressos em milhares de Euros)

	Cap	Cap Acumulado	% Cap/ Total Activo	% Cap Acumulado/ Total Activo
Até 1m	(1.464.266)	(1.464.266)	-8,8%	-8,8%
1-3m	(1.325.871)	(2.790.137)	-7,9%	-16,7%
3-6m	(506.708)	(3.296.845)	-3,0%	-19,7%
6-12m	829.516	(2.467.329)	5,0%	-14,8%
1-5A	(69.582)	(2.536.911)	-0,4%	-15,2%
>5A	2.536.911	-	15,2%	0,0%

2010

(valores Expressos em milhares de Euros)

	Cap	Cap Acumulado	% Cap/ Total Activo	% Cap Acumulado/ Total Activo
Até 1m	(1.658.784)	(1.658.784)	-9,9%	-9,9%
1-3m	(1.151.837)	(2.810.621)	-6,9%	-16,8%
3-6m	(190.574)	(3.001.195)	-1,1%	-17,9%
6-12m	629.988	(2.371.207)	3,8%	-14,2%
1-5A	(29.876)	(2.401.083)	-0,2%	-14,4%
>5A	2.401.083	-	14,4%	0,0%

Em 2011 prosseguiu o projecto para o desenvolvimento de um Modelo de ALM (*Asset and Liability Management*) que visa introduzir melhorias efectivas na actividade de gestão de activos e passivos no Banco. Este projecto permitirá aperfeiçoar as metodologias de medição e gestão dos vários

riscos de balanço e, bem assim, alinhar os procedimentos e estrutura organizacional de acordo com as melhores práticas de mercado.

Em 2011 foi criado o Comité de Tesouraria ao nível do Grupo, no qual o Banif, por ser a principal entidade, assume um papel de destaque. Este Comité assegurou o acompanhamento regular das posições de liquidez e principais métricas de risco das várias unidades de negócio, tendo como objectivo explícito a mitigação do risco de liquidez contingencial.

12.8 Risco Operacional

O risco operacional consiste no risco de perdas incorridas por inadequação ou deficiência de procedimentos, do pessoal ou dos sistemas internos ou de acontecimentos externos, incluindo os riscos jurídicos.

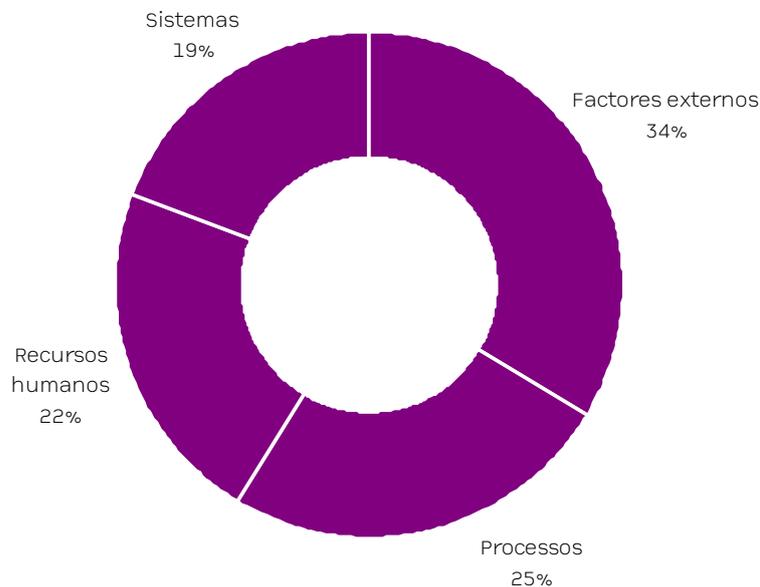
Enquanto a gestão diária do risco operacional é da responsabilidade das unidades de negócio e das demais direcções e órgãos do Banco, compreendidos como relevantes neste processo, a função de Gestão do Risco Operacional cabe à Direcção de Gestão Global de Risco que assegura a interacção interdepartamental do risco e garante a aplicação coerente de estratégia de gestão do risco operacional em todo o Banco. Com base neste modelo de “cooperação” interdepartamental, assegura-se uma estreita monitorização e um adequado nível de sensibilização ao Risco Operacional no seio do Banco.

Durante o ano de 2011 o Banco prosseguiu com as actividades para o desenvolvimento da gestão deste risco, mantendo o enfoque em:

1. Enriquecer continuamente a base de dados de eventos, mantendo informação relevante e completa dos mesmos;
2. Realizar *workshops* para levantamento dos riscos e controlos dos processos, identificando de forma imediata a qualidade dos controlos existentes e as acções de mitigação necessárias e adequadas;
3. Preparar o Portal de informação de risco do Banco com vista a um mais fácil acesso à informação pelos vários Órgãos, promovendo uma maior sensibilização na identificação de melhorias a incorporar nos processos;
4. Desenvolver actividades específicas com vista à preparação da candidatura ao Método Standard de gestão do risco operacional.

O ano de 2011 revelou a seguinte distribuição de eventos de risco operacional no Banco:

Distribuição do nº de eventos de Risco Operacional de 2011



O Banco mantém ainda em curso o processo de sistematização dos princípios e práticas de risco operacional, definindo-os e documentando-os no sentido de levar a toda a estrutura, orientações cada vez mais precisas que garantam uma mais eficiente gestão deste risco.

12.9 Outros Riscos

No âmbito do aprofundamento e melhoria da sua função de gestão de riscos, o Banif incorpora na sua gestão a monitorização de outras tipologias de risco, as quais, apesar de não serem tão expressivas como as tipologias mais “tradicionais”, permitem, através do seu acompanhamento, obter uma apreciação mais abrangente e completa do perfil de risco da instituição. Desta forma, são incorporados nas estruturas de reporte de informação sobre gestão de risco vários indicadores de avaliação para acompanhamento do “risco de reputação” e do “risco de estratégia”.

13. Compliance

A Direcção de *Compliance* (DCO) prosseguiu as suas actividades em linha com o plano de acção e prioridades estabelecidas no Programa de *Compliance* do Banif para 2010/ 2011.

A estrutura da DCO contempla três Gabinetes com missões específicas, o Gabinete de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo (GPBC-FT), responsável pela coordenação das actividades de prevenção nestas matérias e pela monitorização da observância das sanções internacionais; o Gabinete de Controlo de Cumprimento – Intermediação Financeira (CCC), órgão especializado em matérias de intermediação financeira e o Gabinete de *Compliance* (GC) com competências de *compliance* de espectro genérico.

Em matéria de prevenção do branqueamento de capitais, o GPBC-FT assegurou o processo de revisão de *guidelines* internos, que culminou com a aprovação, pela Comissão Executiva, do Programa de Prevenção do Branqueamento de Capitais – 2011, onde se sistematiza o conjunto de iniciativas e actividades que o Banif desenvolve, com carácter recorrente, neste domínio e se concretizam os referenciais de actuação do Banco no que respeita à prevenção deste tipo de ilícitos.

O GPBC-FT assegura a monitorização da transaccionalidade de Clientes e Contrapartes, recorrendo a aplicativos informáticos para o efeito. No exercício em análise, o Gabinete prosseguiu o diálogo e interação com a BanifServ e fornecedores, aprofundando os processos de aprimoramento dos circuitos e metodologias de análise e investigação nas áreas do Branqueamento de Capitais e das Sanções Internacionais, e de optimização das funcionalidades daquelas aplicações.

Por outro lado e na sequência da nova abordagem preconizada pelo Financial Action Task Force (FATF/GAFI) relativamente às jurisdições de risco, o GPBC-FT desencadeou um novo processo de revisão do normativo interno, que contemplará também diversos ajustamentos aos procedimentos de controlo interno decorrentes da experiência entretanto colhida e que deverá ficar concluído em 2012.

No segmento de intermediação financeira, deu-se continuidade ao Programa de *Compliance*, encetado em 2010 e estruturado com o objectivo de garantir a existência de regras de conduta e de *compliance* rigorosas e a implementação de mecanismos eficazes de monitorização do seu cumprimento.

As acções de natureza preventiva (controlos ex-ante) representaram parte significativa das actividades desenvolvidas pelo Gabinete, com destaque para a emissão de pareceres e recomendações, bem como para a divulgação interna de documentos com o objectivo de promover um maior alinhamento das práticas e da cultura organizacional com as regras e princípios de conduta existentes.

A divulgação, pela CMVM, das suas prioridades de acção para o biénio 2011-2012 e da sua política em matéria de supervisão de produtos financeiros complexos, tornou incontornável o desenvolvimento de uma estratégia de *compliance* para a comercialização de instrumentos financeiros, destinada a alinhar as práticas do Banco com as políticas daquela Autoridade de Supervisão. Neste contexto, foram lançadas as bases para a implementação da referida estratégia, tendo sido aprovadas regras internas reguladoras da comercialização de instrumentos financeiros, centradas na melhoria da “qualidade da venda” e abarcando as etapas fundamentais do processo de comercialização.

Ao nível das actividades de controlo e monitorização (controlos ex-post), prosseguiu o trabalho de sistematização dos procedimentos e rotinas de gestão dos riscos de *compliance*, a par do desenvolvimento dos controlos regulares às operações sobre instrumentos financeiros realizadas através do Banco, com a finalidade de detectar indícios de abuso de mercado e potenciais situações de conflitos de interesses.

Intensificou-se igualmente o controlo à implementação das medidas de mitigação das deficiências detectadas em Relatórios de *Compliance* anteriores e foi ainda possível realizar novas acções de controlo, de que se salientam as relativas à verificação do cumprimento dos requisitos legais aplicáveis aos contratos de prestação de serviços em regime de subcontratação sujeitos à disciplina da DMIF e à actividade de recepção de ordens de bolsa.

Refira-se finalmente a assessoria prestada pelo GC a outras Direcções do Banco, designadamente no processo de revisão e actualização do normativo interno, no tratamento de reclamações com maior grau de complexidade ou com origem na CMVM, bem como na prevenção de riscos de *compliance* associados ao cross-selling de serviços – comercialização de fundos de investimento e colocação de valores mobiliários em regime de oferta pública.

No que respeita à actividade do Gabinete de *Compliance* (GC), para além da regular monitorização de iniciativas legislativas e da actividade regulamentar do Banco de Portugal em matéria de supervisão comportamental, este órgão assegurou a elaboração de contributos e a participação em processos de consulta, no âmbito da APB, relativos à revisão do regime de prestação de serviços mínimos bancários, à adesão a entidades de resolução extrajudicial de conflitos, à comercialização à distância de serviços financeiros e à função de auditoria interna.

Na vertente de detecção e mitigação de riscos de *compliance*, o GC desenvolveu várias iniciativas em articulação com outras unidades orgânicas do banco, privilegiando uma intervenção preventiva, nomeadamente ao nível da elaboração de pareceres sobre normativo interno e a prestação de esclarecimentos de índole técnica sobre produtos e serviços do Banco.

No domínio das suas atribuições em matéria de protecção de dados pessoais, o GC concluiu a fase de levantamento e inventariação de bases de dados existentes no Banco e elaborou o respectivo relatório final, onde apresentou um conjunto de recomendações, no sentido de promover o desenvolvimento das actividades relevantes para implementar os procedimentos internos em matéria do exercício dos direitos conferidos pela lei aos titulares dos dados. Em colaboração com o Núcleo Jurídico da DCO, procedeu-se ainda à inventariação de todas as autorizações e registos do Banif junto da Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPD) e desencadearam-se as actividades relativas à respectiva actualização/regularização.

14. Auditoria

No âmbito das suas funções, a Direcção de Auditoria e Inspeção (DAI) assegurou a verificação e avaliação do controlo interno instituído, sobressaindo o aprimorar dos programas de trabalho para a auditoria operacional e de auditoria contínua, dirigidos às unidades de negócio.

A evolução da perspectiva do Banco de Portugal relativamente à eficácia e adequação do sistema de controlo interno, bem como às exigências reconhecidas e aceites ao nível internacional, levaram a uma revisão contínua dos processos de análise de prevenção de Fraude Interna assim como a

uma especialização da actividade de auditoria contínua, no âmbito da prevenção do risco operacional.

Em resultado da experiência acumulada, desenvolveu-se a planificação e estruturação das acções de auditoria interna, com enfoque no objectivo de desempenho, informação e compliance, aproveitando as sinergias advindas da implementação da “Matriz dos Riscos e Controlos Relevantes por Áreas Funcionais” ao nível do controlo interno. Além disso, foram estruturadas as verificações por tipos de risco, num esforço tendente a racionalizar os meios humanos disponíveis.

O Gabinete de Auditoria Operacional e Inspeção (GAOI) garantiu, através de acções de auditoria presencial e à distância, um suporte à monitorização do risco operacional nas estruturas comerciais e serviços centrais, reforçando a aferição do controlo interno e a verificação do cumprimento do Normativo Interno.

Este Gabinete também deu especial enfoque à actividade de auditoria contínua, com suporte na monitorização informática e em acções de âmbito transversal, reforçando a aferição do controlo interno e a verificação do cumprimento do Normativo Interno.

O Gabinete de Auditoria aos Sistemas de Informação (GASI) garantiu o acompanhamento do controlo e análise do funcionamento dos sistemas informáticos geridos pela BanifServ, focando, em especial, o serviço de meios de pagamento electrónicos, banca electrónica e Plano de Continuidade de Operações.

Este Gabinete integra dois grupos de trabalho, um primeiro ligado à Polícia Judiciária – Secção Central de Investigação da Criminalidade de Alta Tecnologia e um segundo Interbancário, ambos ligados ao combate à Fraude Electrónica.

Foram tomadas várias acções de formação em Auditoria Bancária com o objectivo de desenvolver competências no pessoal afecto à DAI.

Do plano anual de actividades, do qual constam acções como:

- Auditorias a Unidades de Negócio (Agências /Centros de Empresa);
- Auditoria aos Serviços Centrais;
- Auditorias aos Sistemas de Informação,

Foram realizadas, durante o ano de 2011, as seguintes auditorias:

Unidades de Negócio	347
Serviços Centrais	16
Sistemas de Informação	8
	371

Todas as acções executadas foram objecto de planeamento, revisão de papéis de trabalho e relatório. De acordo com o circuito de relatórios instituído, os mesmos foram alvo de despacho da Comissão Executiva do Conselho de Administração e obtiveram acompanhamento dos órgãos auditados e/ou dos órgãos que foram envolvidos nas recomendações, após o que foram devidamente arquivados.

Assim, a Direcção de Auditoria e Inspeção, através do conjunto de acções desenvolvidas pelo Gabinete de Auditoria Operacional e Inspeção (GAOI) e pelo Gabinete de Auditoria aos Sistemas de Informação (CASI), assegurou um adequado contributo para a revisão do controlo interno instituído.

15. Provedoria do Cliente

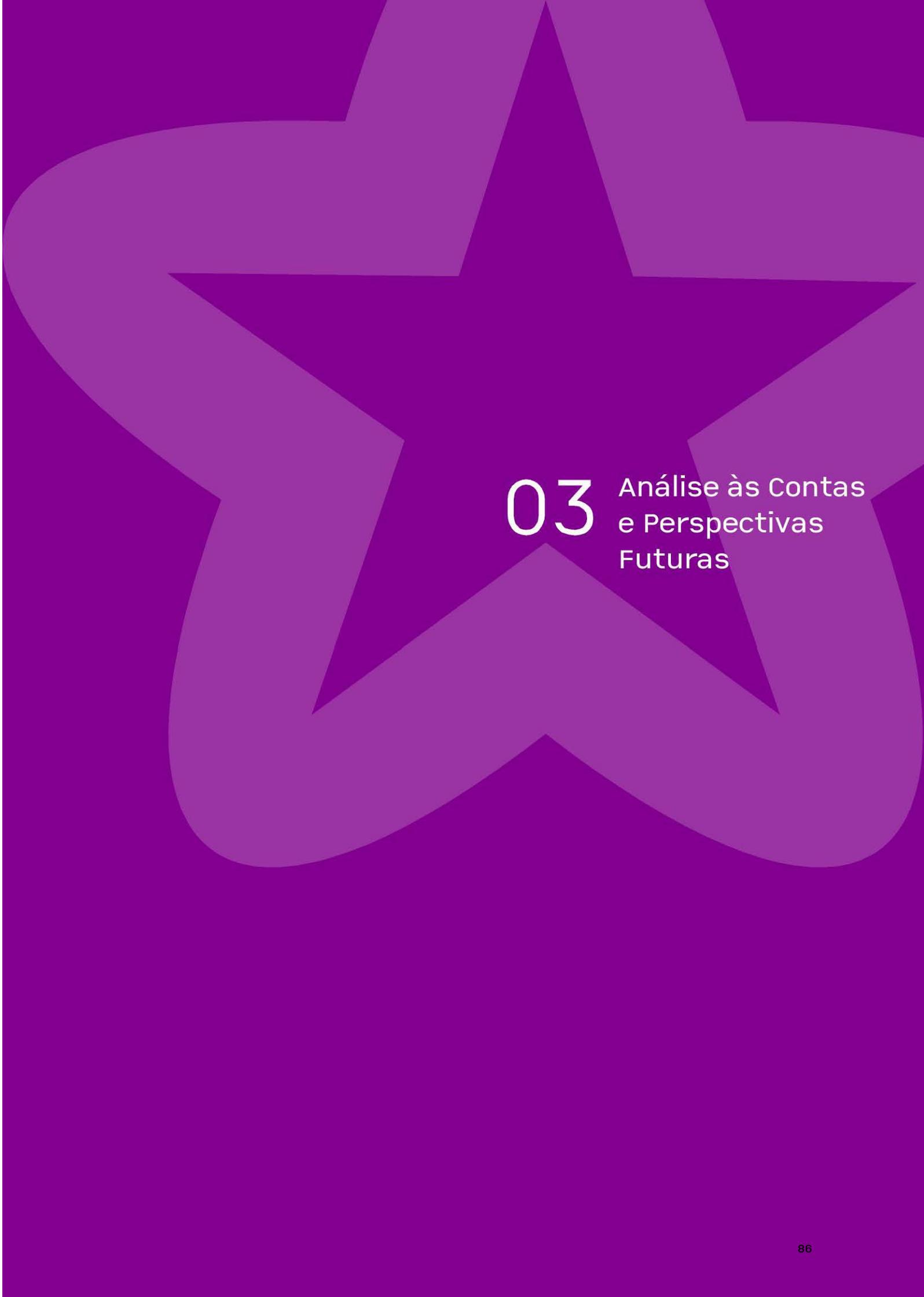
O Gabinete de Provedoria do Cliente tem como objectivo contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelo Banco, por via da recepção, análise e agilização na resolução das sugestões e das reclamações de Clientes e não Clientes, quer apresentadas directamente ao Banco, quer junto de entidades como a CMVM, Banco de Portugal, Mediador de Crédito e organizações de consumidores.

Este Gabinete acompanhou, em 2011, 2.628 processos, no âmbito dos quais foi considerada existir razão por parte dos Clientes em 89 situações (3% do total, quando em 2010 esta proporção fora de 6%). Por ordem decrescente indicam-se os temas mais abordados: Serviço Banifast, Contas, Preçário, Cartões e Cheques.

As reclamações tratadas determinaram a formulação de 9 propostas de medidas correctivas e/ou preventivas, de procedimentos ou decisões adoptados pelo Banco visando não só a melhoria dos serviços como a consequente redução das reclamações sobre as questões subjacentes.

A constante melhoria de procedimentos no Tratamento e Gestão de Reclamações, determinou uma substancial redução de prazos médios de resposta (de 21 dias em 2010 para 11 dias em 2011), a par da manutenção do stock de processos pendentes que, no final do ano, era de apenas 72, e, bem assim, do esforço contínuo na redução de custos.

O Gabinete de Provedoria do Cliente, objecto de Certificação da Qualidade, vem constituindo um canal privilegiado para o contacto dos Clientes com o seu Banco.



03 Análise às Contas e Perspectivas Futuras

03

Análise às Contas

As demonstrações financeiras do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA, (Banif) referentes aos períodos em análise, foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005. Contudo, tendo em vista a análise do desempenho económico e a respectiva comparabilidade a nível internacional, bem como o contributo que o Banif representa para o Grupo, considera-se mais adequado a utilização de elementos contabilísticos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), as quais são adoptadas pela Banif SCPS, empresa-mãe do Grupo, na apresentação das suas Demonstrações Financeiras consolidadas. Os dados de 2010 correspondem aos saldos reexpressos para assegurar a comparabilidade com as políticas e critérios aplicados em 2011.

No final de 2011 concretizou-se o processo de cisão-fusão da Banif CO, que resultou no aumento de 16.950 milhares de euros do Activo Líquido e num impacto de -11.703 milhares de euros nos resultados de 2011 do Banif, em base IAS/IFRS.

A análise das demonstrações financeiras e dos principais indicadores permite salientar o desempenho do Banco no exercício de 2011, do qual se destaca:

- O Resultado do Exercício de 2011 apresenta um prejuízo de 86.654 milhares de Euros no final de 2011, que compara com 37.108 milhares de euros de lucro em 2010;
- O *Cost to Income* evoluiu favoravelmente de 60,6% em 2010 para 57,1% em 2011, em consequência da subida do Produto da Actividade em 4,8% e da descida dos Custos de Funcionamento em 1,2%.
- O rácio de transformação de depósitos em crédito desceu de 140,7% para 119,5%, em resultado da diminuição do Crédito Líquido e do aumento dos Depósitos de Clientes, alcançando-se assim o rácio indicativo previsto no Programa de Assistência Financeira a Portugal.
- O rácio de capital *Core Tier 1* ascendeu a 10,1%, acima dos 9,0% de mínimo requerido para 31 de Dezembro de 2011, e o rácio total foi de 11,4%, calculados nos termos regulamentares do Banco de Portugal.

Demonstração de Resultados

A crise da dívida soberana que afectou Portugal e que conduziu a um pedido de ajuda externa ao Fundo Monetário Internacional, à Comissão Europeia e ao Banco Central Europeu, conjuntamente

designados por “Troika”, veio prolongar e agravar as dificuldades de acesso aos mercados monetários e de capitais internacionais por parte dos bancos nacionais, os quais continuam praticamente limitados ao recurso a operações de refinanciamento do BCE e à captação de depósitos junto dos seus clientes, com agravamento do seu custo, motivado por uma concorrência muito agressiva. Esta situação, aliada a uma progressiva deterioração da qualidade do crédito, condicionou fortemente a actividade e os resultados do Banco em 2011.

A Margem Financeira, incluindo o Rendimento de Instrumentos de Capital, apresentou uma descida de 3,5% face ao final de 2010, ascendendo a 223.710 milhares de euros. Os Rendimentos de Instrumentos de Capital incluem dividendos distribuídos antecipadamente pela sociedade Numberone, SGPS, Lda, veículo que gere participações sociais e a emissão de dívida das empresas do Banif - Grupo Financeiro, que passaram de 16,8 milhões de euros em 2010 para 26,0 milhões de euros em 2011. A evolução da margem financeira propriamente dita foi negativa, devido principalmente à subida das taxas de juro passivas, que foram superiores à progressão verificada nas taxas de juro activas, gerando uma diferença unitária negativa, estimada em 29 b.p.

Nas Operações Financeiras, registou-se em 2011 um prejuízo no valor de 7.251 milhares de euros, contra um lucro de 527 milhares de euros em 2010. O prejuízo de 2011 foi motivado pelos Resultados de Activos e Passivos Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados que, no cômputo geral, foram negativos em 8.163 milhares de euros, justificados principalmente por desvalorizações em unidades de participação de fundos de investimento. Os Resultados de Activos Financeiros Disponíveis para Venda também foram negativos em 64 milhares de euros, contra lucros de 7.513 milhares de euros no ano de 2010, ano em que se efectuou a alienação de uma participação na Rentipar Seguros, que gerou uma mais-valia de 7,5 milhões de euros. Em Resultados de Reavaliação Cambial foram alcançados ganhos de 976 milhares de euros, que comparam com 783 milhares de euros registados em 2010.

Os Outros Proveitos Líquidos, que incluem Rendimento de Serviços e Comissões, Resultados de Alienação de Outros Activos, e os Outros Resultados de Exploração, apresentaram uma subida de 32,7%, passando de 96.477 milhares de euros no exercício de 2010 para 128.071 milhares de euros em 2011. Os Rendimentos de Serviços e Comissões subiram 15,1%, o que evidencia o alargamento registado no relacionamento comercial com a base de clientes do Banco e a revisão das condições de preçário. Em Resultados de Alienação de Outros Activos registou-se um prejuízo de 1.808 milhares de euros, justificado principalmente por menos valias na venda de imóveis, que compara com ganhos de 2.286 milhares de euros, em 2010. Por último, neste agregado, os Outros Resultados de Exploração ascenderam a 47.954 milhares de euros em 2011, com uma subida de 108,2% face aos 23.031 milhares de euros registados em 2010. A principal causa desta evolução decorre do ganho de 25.612 milhares de euros com recompra de passivos emitidos, no âmbito da operação de oferta pública de troca de obrigações subordinadas.

Como corolário da evolução da Margem Financeira, Operações Financeiras e Outros Proveitos Líquidos, o Produto de Actividade subiu 4,8%, totalizando 344.530 milhares de euros.

Os custos de funcionamento, que incluem Custos com Pessoal, Custos Gerais Administrativos e Amortizações, ascenderam a 196.726 milhares de euros, menos 1,2% do que no exercício de 2010, conseguindo-se novamente uma redução neste conjunto de custos.

Os Custos com Pessoal apresentaram um aumento de 3,0%, justificados pelo impacto com a transferência parcial das responsabilidades com pensões para a Segurança Social, que ascendeu a 6.833 milhares de euros. O total das remunerações pagas apresenta uma descida de 3,2%.

Em 2011, os Custos Gerais Administrativos foram inferiores em 7,2% face a 2010, representa uma poupança de 5.254 milhares de euros. As maiores poupanças registaram-se em serviços informáticos, comunicações, rendas e alugueres e formação de pessoal. Nas amortizações verificou-se uma descida de 3,5%, menos 512 milhares de euros.

O desinvestimento na rede de distribuição do Banif em 2011, com o encerramento de 17 agências e a conseqüente libertação de meios humanos, que se traduziu na redução de 121 colaboradores, foram determinantes na obtenção das poupanças atrás referidas.

Como resultado da diminuição verificada nos custos de funcionamento e na expansão do Produto de Actividade, a evolução do rácio "Cost to Income" traduz o acréscimo de eficiência de alcançado, tendo passado de 60,6%, no final do de 2010, para 57,1%, no final do exercício em análise.

O *Cash Flow* de Exploração ascendeu a 161.726 milhares de euros, representando um crescimento de 12,2% quando comparado com o final do exercício anterior.

As Provisões e Imparidade, líquidas, calculadas de acordo com as IAS/IFRS ascenderam a 265.767 milhares de euros em 2011, mais 180.163 milhares de euros do que em 2010, situação demonstrativa da actual conjuntura económica adversa.

A carga fiscal suportada pelo Banco em 2010 e 2011 é influenciada pelo regime fiscal específico que incide sobre os dividendos recebidos de filiais no exterior. Por outro lado, os impostos correntes incluem o impacto com a Contribuição Extraordinária do Sector Bancário que ascendeu a 3.276 milhares de euros.

Em conseqüência da actual conjuntura, a actividade do Banco em 2011 gerou um resultado líquido negativo, em base IAS/IFRS, no montante de 86.654 milhares de euros, contra um lucro de 37.108 milhares de euros em 2010.

Relativamente aos resultados do exercício em base NCA's, que em 2011 se fixaram em -15.699 milhares de euros, a principal razão para a diferença resulta dos diferentes critérios entre as provisões constituídas nos termos do Aviso 3/95 do Banco de Portugal, que atingiram 167.763 milhares de euros (138.703 milhares de euros no final de 2010), e imparidade de crédito, em base IAS/IFRS, que ascendeu a 265.267 milhares de euros (85.604 milhares de euros no exercício de 2010), diferença que, líquida de impostos diferidos, ascendeu a 72.912 milhares de euros.

Balanço

No final de 2011, as principais variações ocorridas no Balanço, foram as seguintes:

- Activo Líquido aumentou 11,1%;
- Crédito sobre Clientes Bruto diminuiu 4,5%;
- Depósitos de Clientes subiram 10,6%;
- Capitais Próprios com uma redução de 75.139 milhares de euros, menos 8,3%.

O Activo Líquido do Banif ascendia em 31 de Dezembro de 2011 a 16.754 milhões de euros, mais 11,1%, como já referido, relativamente ao exercício de 2010. Este aumento decorre principalmente do aumento dos Activos disponíveis para venda, em consequência de aquisições de obrigações no âmbito de operações de securitização realizadas pelo Banco. Retirando este efeito, a variação do Activo Líquido seria de 6,8%.

No final do exercício de 2011, o saldo bruto do Crédito Concedido a clientes ascendia a 9.953 milhões de euros, representando uma diminuição de 4,5% relativamente ao exercício anterior.

No segmento de particulares, o crédito concedido bruto ascendia a 4.261 milhões de euros, menos 2,1% do que no período homólogo de 2010, representando 42,8% do total do crédito em balanço. O crédito imobiliário, que dentro do segmento de particulares representa 74,9%, ascendia em 31 de Dezembro de 2011 a 3.192 milhões de euros, dos quais, 2.661 milhões de euros estavam titularizados. Comparativamente ao ano anterior, o saldo do crédito imobiliário diminuiu na globalidade 1,0%, e o titularizado também diminuiu, 4,1%. O crédito ao consumo ascendia no final de 2011 a 345 milhões de euros, contra 375 milhões de euros um ano antes, ou seja, desceu 8,1%. O crédito ao consumo titularizado apresenta um aumento de 18,6%, devido à realização, no final de 2011, de uma nova operação de titularização de crédito ao consumo, a Atlantes Finance 4, que abrangeu 110 milhões de euros de créditos. O outro crédito a particulares ascendia no final de 2011 a cerca de 724 milhões de euros, menos 3,9% do que na mesma data de 2010.

O crédito a empresas ascendia, em 31 de Dezembro de 2011, a 5.611 milhões de euros, menos 6,7% do que na mesma data de 2010. O crédito ao segmento empresas representava no final do exercício em análise 56,4% do total do crédito bruto concedido.

(milhões de euros)	Dez-11	Dez-10	Variação
Particulares			
Crédito imobiliário	3.192	3.223	-1,0%
<i>do qual titularizado</i>	2.661	2.774	-4,1%
Crédito ao consumo	345	375	-8,1%
<i>do qual titularizado</i>	232	195	18,6%
Outro	724	754	-3,9%
Total Particulares	4.261	4.352	-2,1%
Empresas			
Desconto	193	293	-34,3%
Empréstimos	2.717	2.706	0,4%
<i>do qual titularizado</i>	863	0	-
Contas Correntes	1.913	2.260	-15,3%
Outros	788	755	4,4%
Total Empresas	5.611	6.014	-6,7%
Juros a receber e vencidos	81	54	51,8%
Total Crédito Bruto	9.953	10.419	-4,5%
Imparidade de Crédito	488	347	40,8%
Total Crédito Líquido	9.465	10.072	-6,0%

Em Abril de 2011 securitizaram-se 1.128 milhares de euros de créditos concedidos ao segmento empresas, sob a operação Atlantes SME 1.

Além das duas operações de titularização atrás referidas, o Banif SA realizou em 2011 cessões de crédito, desconhecidas do Balanço, no total de 142 milhões de euros, pelo preço de 133 milhões de euros.

Como já referido, a qualidade do crédito deteriorou-se em 2011, como demonstra a evolução do indicador "Imparidade / Crédito Total" que passou para 4,91% no final de 2011, contra 3,33% no final de 2010.

Os Activos Financeiros Disponíveis para Venda, líquidos de imparidade, ascendiam, em 31 de Dezembro de 2011, a 3.979 milhões de euros, mais 800 milhões de euros do que em 2010. Neste aumento, cerca de 501 milhões de euros correspondem a variações nas obrigações adquiridas no âmbito das operações de securitização, nomeadamente pela aquisição da totalidade das obrigações decorrentes das operações concretizadas em 2011, a Atlantes SME 1 e Atlantes Finance 4. O restante aumento, corresponde a aquisições de diversas obrigações e de dívida pública.

Relativamente à carteira de Activos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados, verificou-se uma diminuição de 224 milhões de euros, decorrente da venda de unidades de participação de fundos imobiliários e do vencimento de obrigações.

No lado do Passivo, o *funding* captado pelo Banif subiu 7,8%, correspondendo a um aumento de 858 milhões de euros, entre Dezembro de 2010 e Dezembro de 2011.

(milhões de euros)	Dez-11	Estr.	Dez-10	Estr.	Var.
Recursos de Bancos Centrais	2.127	17,9%	1.651	15,0%	28,8%
Recursos de Outras Instituições de Crédito	859	7,2%	1.013	9,2%	-15,2%
Recursos de Clientes	8.530	71,8%	7.919	71,8%	7,7%
Passivos Financeiros	8	0,1%	17	0,2%	-50,8%
Passivos Subordinados	362	3,0%	429	3,9%	-15,6%
Total do <i>Funding</i>	11.886	100,0%	11.028	100,0%	7,8%

Os Recursos de Clientes apresentaram uma forte subida, com um aumento de 611 milhões de euros, mais 7,7%, mantendo um peso de 71,8% no total do *funding*.

Os Recursos de Bancos Centrais, nomeadamente do Banco Central Europeu, apresentam um aumento de saldo de 476 milhões de euros, mais 28,8% face a 31 de Dezembro de 2010, passando a representar 17,9% do total do *funding*, contra 15,0% no ano anterior. O aumento verificado nestes recursos está associado ao aumento da disponibilidade de colaterais resultantes das operações de securitização efectuadas no ano.

Os Recursos de Outras Instituições de Crédito diminuíram 154 milhões de euros face a Dezembro de 2010, menos 15,2%, diminuindo o seu peso no total do *funding*, no final de 2011, para cerca de 7,2%, em comparação com 9,2% no final de 2010.

Dentro do *funding* merece destaque os Recursos de Clientes, que incluem Depósitos de Clientes, Responsabilidades representadas por Títulos e Passivos Financeiros ao Justo Valor e que apresentaram a seguinte evolução nos períodos em análise:

(milhões de euros)	Dez-11	Dez-10	Variação
Depósitos de Clientes	7.918	7.158	10,6%
À ordem	2.445	1.311	86,4%
A prazo	4.892	5.304	-7,8%
Poupança	512	503	1,7%
Outros	69	40	72,8%
Responsabilidades representadas por títulos	611	755	-19,1%
Passivos ao justo valor	0	5	-100,0%
Recursos de Clientes	8.530	7.919	7,7%

Os Depósitos de Clientes subiram 10,6%, no período em análise, representando um aumento de 760 milhões de euros. Por natureza, verifica-se que os Depósitos a Prazo diminuíram 411 milhões de euros, menos 7,8%, e os Depósitos à Ordem aumentaram 1.134 milhões de euros, uma subida de 86,4%. Estas variações resultam de uma reclassificação entre produtos, em curso, com um valor estimado em cerca de 975 milhões de euros. Retirando este efeito, a evolução de Depósitos a Prazo e Depósitos à Ordem seria de 10,6% e 12,1%, respectivamente. Os restantes tipos de depósitos, Poupança e Outros, aumentaram 8 milhões de euros e 29 milhões de euros, respectivamente.

A performance obtida nos Depósitos de Clientes foi determinante na evolução favorável do rácio de transformação de depósitos em crédito, que passou de 140,7% em 2010 para 119,5% no final do exercício em análise.

A variação ocorrida em Responsabilidades representadas por títulos, com menos 144 milhões de euros, decorre principalmente do vencimento do BANIF 2010 FLOAT EUROMEDIUM TERM PROGRAM, no montante de 150 milhões de euros, que foi substituído por um outro programa de maturidade trimestral e valor de 20 milhões de euros.

Em 2011, o Banco realizou um aumento de capital social de 14,5 milhões de euros, na sequência do processo de cisão-fusão da Banif CO. Contudo, em consequência dos resultados negativos, os Capitais Próprios, em base IAS/IFRS, apresentam uma diminuição de 75,1 milhões de euros, para 833,8 milhões de euros no final de 2011, contra 908,9 milhões no final de 2010.

O Rácio de Solvabilidade, calculado nos termos regulamentares do Banco de Portugal, passou de 14,1%, no final de 2010 para 11,4% no final de 2011. O rácio *Core Tier 1* apresenta 10,1% em 2011, o mesmo valor apresentado no final de 2010.

Análise Comparativa em base IAS/IFRS:

Expresso em milhares de Euros

Balço	31-12-2011	31-12-2010	Varição	Varição
		Reexpresso	absoluta	%
Activo Líquido	16.753.823	15.079.100	1.674.723	11,1%
Crédito Concedido (Bruto)	9.953.083	10.419.117	(466.034)	-4,5%
Depósitos de clientes	7.918.156	7.158.295	759.861	10,6%
Recursos totais de Clientes (balço)	8.529.517	7.918.592	610.925	7,7%
Capitais Próprios	833.778	908.918	(75.139)	-8,3%
Demonstração de resultados	31-12-2011	31-12-2010	Varição	Varição
		Reexpresso	absoluta	%
Margem Financeira (inclui Rendimentos de Instrumentos de Capital)	223.710	231.818	(8.108)	-3,5%
Lucros em Operações Financeiras (líq.)	(7.251)	527	(7.778)	-1475,9%
Outros Proveitos (líq.)	128.071	96.477	31.594	32,7%
Produto da Actividade	344.530	328.822	15.708	4,8%
Custos com Pessoal	115.337	112.018	3.319	3,0%
Gastos Gerais Administrativos	67.467	72.721	(5.254)	-7,2%
Cash Flow	161.726	144.083	17.643	12,2%
Amortizações do Exercício	13.922	14.434	(512)	-3,5%
Provisões e Imparidade (líq.)	265.767	85.604	180.163	210,5%
Resultado antes de Impostos	(117.963)	44.045	(162.008)	-367,8%
Impostos (correntes e diferidos)	(31.309)	6.937	(38.246)	-551,3%
Resultado do Exercício	(86.654)	37.108	(123.762)	-333,5%
Outros indicadores	31-12-2011	31-12-2010	Varição	Varição
		Reexpresso	absoluta	%
Imparidade de Crédito / Crédito Total	4,91%	3,33%	-	-
ROE *	-	5,04%	-	-
ROA *	-	0,25%	-	-
Resultado Antes de Impostos / Activo Líquido Médios*	-	0,30%	-	-
Produto da Actividade / Activo Líquido Médios*	2,12%	2,23%	-	-
Resultado Antes de Impostos / Capitais Próprios Médios*	-	5,98%	-	-
Custos de Funcionamento + Amortizações / Produto da Actividade	57,1%	60,6%	-	-
Custos Com Pessoal / Produto da Actividade	33,5%	34,1%	-	-
Rácio de Solvabilidade (base regulamentar Banco de Portugal)				
Total	11,4%	14,1%	-	-
Tier 1	10,4%	10,1%	-	-
Core Tier I	10,1%	10,1%	-	-
Rácio crédito líquido / depósitos	119,5%	140,7%	-	-
Nº de empregados	2.548	2.669	-121	-4,5%
Nº de Agências Bancárias	343	360	-17	-4,7%

Perspectivas Futuras

A 5 de Maio de 2011 o Governo Português assinou, com o apoio dos principais partidos políticos nacionais, um Programa de Estabilização liderado conjuntamente pelo FMI e pela UE, comprometendo-se a adoptar medidas de ajustamento no sentido de reduzir desequilíbrios macroeconómicos e implementar reformas estruturais que assegurem as condições necessárias à desalavancagem gradual da economia Portuguesa e fomentem um maior potencial de crescimento. Deste enquadramento emergiram implicações substanciais para a estratégia dos grupos bancários Portugueses, pela imposição de um processo de desalavancagem do sector – que deverá ter um carácter gradual e coerente com a estratégia de crescimento económico - e o reforço sustentado dos seus níveis de capital.

Por outro lado, o início de 2012 marca igualmente um ponto de viragem no percurso do Banif - Grupo Financeiro com a mudança das equipas de gestão bem como do modelo de governo do Grupo, no sentido de uma maior coesão e integração entre as principais unidades de negócio, sobretudo ao nível doméstico, processo no qual o Banif SA deverá desempenhar um papel central dada a sua materialidade para o conjunto do Grupo.

A nova equipa de gestão reafirma assim o compromisso do Grupo para com os objectivos estabelecidos no âmbito do Programa de Estabilização, nomeadamente quanto à estratégia de desalavancagem, através de uma gestão selectiva da concessão de crédito e da maximização do potencial de captação de recursos na sua rede de retalho, em especial em Portugal Continental, e quanto ao reforço dos níveis de capital do Grupo, quer por via de transacções de capital nos diversos níveis do seu organograma, quer pela adopção de medidas de optimização dos Activos Ponderados pelo Risco. O Grupo está igualmente a analisar a composição do portefólio de geografias onde está presente, com o objectivo de otimizar a gestão de consumo de capital mas também a capacidade de obtenção de *funding* nos respectivos mercados locais,

Em termos de rentabilidade, manter-se-á um enfoque determinado na melhoria dos níveis de eficiência operacional, através do recurso a medidas efectivas de redução de custos bem como de optimização dos procedimentos operacionais, quer nas unidades domésticas, em que o Banif SA tem especial relevância, quer nas estrangeiras.

Adicionalmente, e apesar das implicações decorrentes dos requisitos impostos pelo Programa de Assistência Financeira – que influenciam significativamente o desenvolvimento futuro do Banif SA – o Banco continua a fundamentar a sua actividade no objectivo de melhorar, continuamente, os níveis de qualidade dos serviços prestados, e de assegurar a satisfação dos seus Clientes.

04 Aplicação de Resultados

04

Aplicação de Resultados

Considerando que, no exercício de 2011, o Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. obteve, no âmbito da sua actividade, um resultado negativo de EUR 15.699.305,96;

O Conselho de Administração propõe, nos termos e para os efeitos da alínea b) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, que o resultado negativo de EUR 15.699.305,96 seja levado a Resultados Transitados.

05 Nota Final

05

Nota Final

No dia 31 de Março de 2011, em Assembleia Geral da Sociedade, foram aprovados o Relatório de Gestão e as contas do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A., referentes ao exercício de 2010, foi aprovada a proposta de aplicação de resultados do exercício apresentada pelo Conselho de Administração e foi aprovada uma declaração, apresentada pela Comissão de Remunerações, sobre a política de remuneração dos membros do órgão de administração e do órgão de fiscalização da sociedade. Na mesma data, foi ainda designada a sociedade de revisores oficiais de contas Ernst & Young Audit & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA (n.º 178), representada pela Sr.ª Dr.ª Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC 1230), para o exercício das funções previstas no artigo 446.º do Código das Sociedades Comerciais e no n.º 4 do artigo 27.º do Contrato de Sociedade, pelo período de um ano. Nesta mesma Assembleia Geral foi ainda deliberado proceder à ratificação da cooptação do vogal do Conselho de Administração, Sr. Dr. Nuno José Roquette Teixeira

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de Julho de 2011 foi deliberado aprovar uma proposta do Conselho de Administração para a aquisição da totalidade das obrigações do Empréstimo Obrigacionista no montante de 200.000.000,00 euros, emitido em 19 de Julho de 2011 e garantido pela República Portuguesa. Nesta Assembleia foi ainda deliberado autorizar o Conselho de Administração do banco a promover a aquisição e alienação de obrigações próprias da sociedade, por si própria ou através de sociedades dela dependentes, de acordo com critérios de oportunidade e mediante determinação do Conselho de Administração, em conformidade com determinadas contrapartidas.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 3 de Outubro de 2011 foi deliberado ajustar, em face da volatilidade dos mercados, a autorização conferida ao Conselho de Administração para a aquisição e alienação de obrigações próprias da sociedade deliberada em 25 de Julho de 2011, revogando-se e substituindo-se a deliberação tomada no âmbito do Ponto 2 da Ordem do Dia da reunião da Assembleia Geral de 25 de Julho de 2011.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de Outubro de 2011 foi deliberado aprovar o aumento de capital social do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA, a realizar, por uma ou mais vezes, num montante até 1.800.000.000 euros (mil e oitocentos milhões de euros) e na medida do necessário para a conversão em capital social de quaisquer créditos de que o Estado Português seja titular em virtude de accionamento de Garantia por si prestada, nos termos previstos na alínea a) do artigo 10.º da Portaria n.º 1219-A/2008 de 23-10, incluindo, no âmbito da deliberação, a autorização par a emissão, pela sociedade, do correspondente número de acções preferenciais e/ou ordinárias, nos termos que vierem a ser determinados pelo próprio Estado Português, bem como a alteração em conformidade do n.º 1 do artigo 5.º e do n.º1 do artigo 6.º do Contrato de Sociedade. Foi, também, deliberada a supressão do direito de

preferência dos accionistas na subscrição de novas acções (previsto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 5.º do Contrato de Sociedade) caso venha a ser efectuado qualquer aumento de capital com vista à incorporação de créditos do Estado Português, nos termos supra indicados, e, ainda, a aprovação de quaisquer medidas sobre a adopção de princípios de bom governo societário, sobre a política de distribuição de dividendos e de remuneração dos titulares dos órgãos de administração e de fiscalização, que o Estado Português venha a decidir em conformidade com o previsto na alínea c) do artigo 10.º da portaria n.º 1219-A/2008 de 23-10. Todas as aprovações e autorizações previstas: i) Ficaram condicionadas à verificação dos pressupostos previstos na alínea a) do artigo 10º da Portaria n.º 1219-A/2008 de 23-10, isto é, à existência de crédito(s) do Estado decorrente(s) do accionamento de uma ou mais Garantias e à respectiva manifestação de vontade para a efectivação da medida em questão; ii) Extinguir-se-iam assim que se encontrem extintas as Garantias e eventuais créditos do Estado decorrentes do respectivo accionamento. Nesta mesma Assembleia os membros do Conselho de Administração presentes, deram conhecimento à Assembleia Geral das operações de aquisição e alienação de obrigações próprias efectuadas até à presente data, em conformidade com o disposto no n.º 3 do art.º 319.º do Código das Sociedades Comerciais, tendo sido deliberada, pelo accionista único, a ratificação de todas as referidas operações.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 15 de Dezembro de 2011, foi deliberado, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º2 do artigo 100.º do Código das Sociedades Comerciais, sobre a aprovação do projecto de cisão-fusão subscrito pelos Conselhos de Administração das sociedades Banif – Banco Internacional do Funchal, SA, ('Banif'), Banif Co, Instituição Financeira de Crédito, SA ('Banif Co') e Banco Mais, SA, ('Banco Mais') datado de 25 de Junho de 2010, no âmbito do qual vem projectada a cisão da Banif Co em dois patrimónios distintos, o primeiro, 'Património A', constituído por todos os activos e passivos que consubstanciam os ramos de actividade "Leasing mobiliário" e "financiamento e aquisições a crédito", a incorporar por fusão no Banco Mais, e o segundo, 'Património B', constituído por todos os activos e passivos que consubstanciam o ramo de actividade "leasing imobiliário", a incorporar por fusão no Banif. Foi ainda deliberado o aumento de capital social do Banif, em virtude da fusão, de 780.000.000,00 euros para 794.500.000,00 euros, resultante da relação de troca das participações sociais da accionista única, Banif Comercial, SGPS, SA, no montante de 14.098.240,00 euros e da incorporação de reservas em montante equivalente a 431.760,00 euros.

Assim, à data de 31 de Dezembro de 2011, era a seguinte a composição dos órgãos sociais e estatutários:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: *lugar vago*
Secretário: Dr. Miguel José Luís de Sousa

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos
Vice-Presidente Dr. Carlos David Duarte de Almeida
Dr. António Manuel Rocha Moreira
Dr. Manuel Isidoro Martins Vaz

Dr. José Marques de Almeida
Dr. José António Machado de Andrade
Dr. João Manuel da Silva Machado dos Santos
Eng.º Diogo António Rodrigues da Silveira
Dr. João Paulo Pereira Marques de Almeida
Dr. Vítor Manuel Farinha Nunes
Dr. Nuno José Roquette Teixeira

CONSELHO FISCAL

Presidente: Prof. Doutor Fernando Mário Teixeira de Almeida
Vogais Efectivos: Dr. António Ernesto Neto da Silva
Dr. José Lino Tranquada Comes
Vogal Suplente: Dr. José Pedro Lopes Trindade

COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

Rentipar Financeira, SCPS, SA
representada pelo Dr. Fernando José Inverno da Piedade
Fundação Horácio Roque
representada pela Dr.ª Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque Dal Fabbro
Renticapital – Investimentos Financeiros, SA
representada pelo Sr. Vítor Hugo Simons

Em Assembleia Geral de Accionistas do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA, realizada em 23 de Março de 2012, foi deliberado eleger os seguintes elementos para os órgãos sociais e estatutários:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Dr. Miguel José Luís de Sousa
Secretário: Dr. Bruno Miguel dos Santos de Jesus

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Dr. Luís Filipe Marques Amado
Vice-Presidente Dr. Jorge Humberto Correia Tomé
Eng.º Diogo António Rodrigues da Silveira
Dr. Vítor Manuel Farinha Nunes
Dr. Nuno José Roquette Teixeira
Dr. João Paulo Pereira Marques de Almeida
Dr. Manuel Carlos de Carvalho Fernandes
Dr. Carlos Eduardo Pais e Jorge
Dr. João José Gonçalves de Sousa
Dr. Conçalo Vaz Cago da Câmara de Medeiros Botelho

CONSELHO FISCAL

Presidente: Prof. Doutor Fernando Mário Teixeira de Almeida
Vogais Efectivos: Dr. António Ernesto Neto da Silva
Dr. Thomaz de Mello Paes de Vasconcellos

Vogal Suplente: Dr. José Pedro Lopes Trindade

COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

Rentipar Financeira, SGPS, SA,
representada pela Dr.ª Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque Dal Fabbro
Renticapital – Investimentos Financeiros, SA,
representada pelo Dr. Fernando José Inverno da Piedade
Fundação Horácio Roque,
representada pelo Dr. José Marques de Almeida

A terminar o seu relatório sobre as actividades desenvolvidas em 2011, o Conselho de Administração manifesta ao Conselho Fiscal o seu agradecimento pelo apoio e colaboração que recebeu daquele órgão da Sociedade.

Declarações, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários

Cada um dos membros do Conselho de Administração, signatários do presente documento, infra identificados, declara, sob sua responsabilidade própria e individual, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou por regulamento, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A., e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A., e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defronta.

Lisboa, 30 de Março de 2012

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Luís Filipe Marques Amado
Dr. Jorge Humberto Correia Tomé

Eng. Diogo António Rodrigues da Silveira

Dr. Vítor Manuel Farinha Nunes

Dr. Nuno José Roquette Teixeira

Dr. João Paulo Pereira Marques de Almeida

Dr. Manuel Carlos de Carvalho Fernandes

Dr. Carlos Eduardo Pais e Jorge

Dr. João José Gonçalves de Sousa

Dr. Gonçalo Vaz Gago da Câmara de Medeiros Botelho



06 Demonstrações Financeiras

06

Demonstrações Financeiras

1 - Balanço

BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, S.A

BALANÇO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

Notas	31-12-2011			31-12-2010	31-12-2010	
	Valor antes de provisões e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido	Valor líquido Reexpresso	Valor líquido	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	6	265.319	-	265.319	92.612	92.612
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7	32.595	-	32.595	47.369	47.369
Activos financeiros detidos para negociação	8	8.140	-	8.140	3.911	3.911
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	9	69.198	-	69.198	293.126	293.126
Activos financeiros disponíveis para venda	10,21	3.987.625	(69.604)	3.918.021	3.154.997	426.866
Aplicações em instituições de crédito	11	1.509.669	(13)	1.509.656	1.033.764	1.033.764
Crédito a clientes	12	9.881.435	(371.676)	9.509.759	10.027.912	10.027.912
Investimentos detidos até à maturidade		-	-	-	-	-
Activos com acordo de recompra	13	310.962	-	310.962	-	-
Derivados de cobertura		-	-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda	14,21	234.861	(11.669)	223.192	96.161	96.161
Propriedades de investimento	15,21	61.564	(5.343)	56.221	28.924	28.924
Outros activos tangíveis	16	132.209	(84.121)	48.088	56.475	56.475
Activos intangíveis	17	54.222	(42.815)	11.407	7.186	7.186
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	18	88.445	-	88.445	442	442
Activos por impostos correntes	19	951	-	951	467	467
Activos por impostos diferidos	19	75.460	-	75.460	56.775	49.648
Outros activos	20,21	605.384	(6.939)	598.445	160.933	221.040
Total do Activo		17.318.039	(592.180)	16.725.859	15.061.054	12.385.903
Recursos de Bancos Centrais	22	-	-	2.127.193	1.650.965	1.650.965
Passivos financeiros detidos para negociação	8,23	-	-	8.361	16.990	16.990
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	24	-	-	-	4.957	4.957
Recursos de outras instituições de crédito	25	-	-	858.630	1.012.540	1.012.540
Recursos de clientes e outros empréstimos	26	-	-	7.918.156	7.158.295	7.158.295
Responsabilidades representadas por títulos	27	-	-	611.361	755.340	755.340
Passivos financeiros associados a activos transferidos	28	-	-	3.693.528	2.951.291	264.703
Derivados de cobertura		-	-	-	-	-
Passivos não correntes detidos para venda		-	-	-	-	-
Provisões	29	-	-	76.788	89.852	89.852
Passivos por impostos correntes	19	-	-	1.003	404	404
Passivos por impostos diferidos		-	-	-	-	-
Instrumentos representativos de capital	30	-	-	50.351	50.009	50.009
Outros passivos subordinados	30	-	-	362.228	428.943	428.943
Outros passivos	31	-	-	198.805	122.822	116.562
Total do Passivo		-	-	15.906.404	14.242.408	11.549.580
Capital	32	-	-	794.500	780.000	780.000
Prémios de emissão	32	-	-	451	451	451
Outros instrumentos de capital	32	-	-	10.000	-	-
Acções próprias		-	-	-	-	-
Reservas de reavaliação	32	-	-	(29.176)	(23.271)	(2.940)
Outras reservas e resultados transitados	32	-	-	59.379	60.175	58.268
Resultado do exercício	32	-	-	(15.699)	1.291	564
Dividendos antecipados		-	-	-	-	-
Total do Capital		-	-	819.455	818.646	836.343
Total do Passivo + Capital		-	-	16.725.859	15.061.054	12.385.903

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

2 – Demonstração de Resultados

BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, SA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

	Notas	31-12-2011	31-12-2010 Reexpresso	31-12-2010
Juros e rendimentos similares	33	762.753	533.899	526.953
Juros e encargos similares	33	(565.316)	(319.271)	(319.271)
Margem financeira		197.437	214.628	207.682
Rendimentos de instrumentos de capital	34	26.273	17.190	17.190
Rendimentos de serviços e comissões	35	98.315	84.083	84.083
Encargos com serviços e comissões	35	(16.390)	(12.923)	(12.923)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	36	(8.163)	(7.769)	(7.769)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	36	(64)	7.513	7.513
Resultados de reavaliação cambial	36	976	783	783
Resultados de alienação de outros activos	37	(1.808)	4.074	4.074
Outros resultados de exploração	37	43.448	21.508	21.508
Produto bancário		340.024	329.087	322.141
Custos com pessoal	38	(115.337)	(112.018)	(112.745)
Gastos gerais administrativos	39	(67.467)	(72.721)	(72.721)
Amortizações do exercício	15,16,17	(14.241)	(14.198)	(14.198)
Provisões líquidas de reposições e anulações	29	21.142	2.434	2.434
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	11,12	(133.557)	(123.176)	(123.176)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	11,21	(43.626)	(16.422)	(9.476)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	21	(11.722)	(1.539)	(1.539)
Resultado antes de impostos		(24.784)	(8.553)	(9.280)
Impostos		9.085	9.844	9.844
Correntes	19	(4.249)	(384)	(384)
Diferidos	19	13.334	10.228	10.228
Resultado após impostos		(15.699)	1.291	584
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		-	-	-
Resultado líquido do exercício		(15.699)	1.291	584
Número de acções em circulação	40	158.900.000	156.000.000	156.000.000
Resultados por acção (Euro / acção)	40	(0,10)	0,01	0,00

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

3 – Demonstração do Rendimento Integral

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

	Notas	31-12-2011	31-12-2010 Reexpresso	31-12-2010
Resultado Líquido	32	(15.699)	1.291	564
Ganhos / (perdas) de justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	32	(13.323)	(4.080)	(4.080)
- Variação no justo valor - Ganhos / (Perdas) no exercício		(13.412)	-	-
- Reclassificação para resultados por Imparidade		89	-	-
Impostos de justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	32	3.858	1.138	1.138
Ganhos / (perdas) actuariais	32	4.994	(2.397)	-
Impostos Ganhos / (perdas) actuariais	32	(1.434)	479	-
		(5.905)	(4.860)	(2.942)
Regime transitório Aviso nº 12/2001	3.13	(1.682)	(1.681)	(1.681)
Total ganhos e perdas reconhecidos no período		(23.286)	(5.250)	(4.059)

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

4 - Variações em Capital Próprio

BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, SA
 DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES EM CAPITAL PRÓPRIO
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(montantes expressos em milhares Eur)

Notas	Capital	Ações Próprias	Prémios de Emissão	Outros instrumentos de capital	Reservas de Reavaliação	Outras Reservas e Resultados Transitados	Resultado do Exercício	Total	
Saldos em 31-12-2010 Reexpresso	32	780.000	-	451	-	(23.271)	60.175	1.291	818.646
Aplicação do Resultado líquido do exercício anterior									
Transferência para reservas	32	-	-	-	-	-	1.291	(1.291)	-
Distribuição dividendos		-	-	-	-	-	-	-	-
Integração Banif Co	32	14.500	-	-	10.000	-	(405)	-	24.095
Rendimento integral	32	-	-	-	-	(5.905)	(1.682)	(15.699)	(23.286)
Saldos em 31-12-2011		794.500	-	451	10.000	(29.176)	59.379	(15.699)	819.455
Saldos em 31-12-2009	32	566.000	-	451	-	2	57.528	23.669	647.650
Aplicação do Resultado líquido do exercício anterior									
Transferência para reservas	32	-	-	-	-	-	2.421	(2.421)	-
Distribuição dividendos	32	-	-	-	-	-	-	(21.248)	(21.248)
Aumento de Capital	32	214.000	-	-	-	-	-	-	214.000
Rendimento integral	32	-	-	-	-	(2.942)	(1.681)	564	(4.059)
Saldos em 31-12-2010		780.000	-	451	-	(2.940)	58.288	564	836.343
Impacto alteração política contabilística ganhos e perdas actuariais anterior a 2010	32	-	-	-	-	(18.413)	1.907	-	(16.506)
Rendimento integral: ganhos e perdas actuariais 2010	32	-	-	-	-	(1.918)	-	727	(1.191)
Saldos em 31-12-2010 Reexpresso		780.000	-	451	-	(23.271)	60.175	1.291	818.646

O Técnico oficial de contas

O Conselho de Administração

5 - Demonstração de Fluxos de Caixa

BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, SA

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

		(montantes expressos em milhares Eur)		
	Notas	31-12-2011	31-12-2010 Reexpresso	31-12-2010
ACTIVIDADE OPERACIONAL				
<u>Resultados de Exploração:</u>				
Resultado líquido do exercício	32	(15.699)	1.291	564
Correcções de valor associadas ao crédito	12	133.557	123.176	123.176
Perdas por imparidade	21	55.348	11.015	11.015
Provisões do exercício	29	(21.142)	(2.434)	(2.434)
Amortizações do exercício	15,16,17	14.241	14.198	14.198
Dotação para impostos do exercício	19	(9.085)	(9.844)	(9.844)
Derivados (líquido)	8,36	(12.858)	6.037	6.037
Dividendos reconhecidos	34	(26.273)	(17.190)	(17.190)
Juros pagos de passivos subordinados	33	19.892	17.097	17.097
		<u>137.981</u>	<u>143.346</u>	<u>142.619</u>
<u>Variacão dos Activos e Passivos Operacionais:</u>				
(Aumento)/Diminuição de activos financeiros ao justo valor através de resultados	9	223.928	(69.968)	(69.968)
(Aumento)/Diminuição de activos financeiros disponíveis para venda	10	(816.457)	(353.352)	(353.352)
(Aumento)/Diminuição de aplicações em outras instituições de crédito	11	(475.899)	(278.057)	(278.057)
(Aumento)/Diminuição de empréstimos a clientes	12	404.327	(509.395)	(509.395)
(Aumento)/Diminuição de Activos com acordo de recompra	13	(310.962)	-	-
(Aumento)/Diminuição de activos não correntes detidos para venda	14	(116.810)	(43.750)	(43.750)
(Aumento)/Diminuição outros activos	20	(432.161)	94.853	94.853
Aumento/(Diminuição) de recursos de bancos centrais	22	476.228	547.541	547.541
Aumento/(Diminuição) de outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	24	(4.957)	(15.447)	(15.447)
Aumento/(Diminuição) de recursos de outras instituições de crédito	25	(153.907)	(608.488)	(608.488)
Aumento/(Diminuição) de recursos de clientes	26	759.861	551.901	551.901
Aumento/(Diminuição) de passivos financeiros associados a activos transferidos	28	742.237	(28.390)	(28.390)
Aumento/(Diminuição) de responsabilidades representadas por títulos	27	(143.979)	77.041	77.041
Aumento/(Diminuição) de outros passivos	29,31	80.701	(38.010)	(37.283)
Impostos sobre o rendimento	19	(6.130)	(1.513)	(1.513)
		<u>226.020</u>	<u>(675.034)</u>	<u>(674.307)</u>
Fluxos das actividades operacionais		<u>364.001</u>	<u>(531.688)</u>	<u>(531.688)</u>
ACTIVIDADE DE INVESTIMENTO				
Aquisição de subsidiárias	18	(88.000)	-	-
Alienação de participações financeiras	10	-	26.664	26.664
Aquisição de activos tangíveis	16	(3.166)	(5.615)	(5.615)
Alienação de activos tangíveis	16	-	-	-
Aquisição de activos intangíveis	17	(7.912)	(4.491)	(4.491)
Alienação de activos intangíveis	17	-	-	-
Aquisição de propriedades de investimento	15	(32.137)	(7.606)	(7.606)
Alienação de propriedades de investimento	15	486	5.833	5.833
Dividendos recebidos	34	26.273	7.790	7.790
Fluxos das actividades de investimento		<u>(104.456)</u>	<u>22.575</u>	<u>22.575</u>
ACTIVIDADE DE FINANCIAMENTO				
Aumento do capital social	32	-	214.000	214.000
Dividendos distribuídos no exercício	32	-	(21.248)	(21.248)
Reembolso de passivos subordinados	30	(81.720)	(5.480)	(5.480)
Juros pagos de passivos subordinados	33	(19.892)	(17.097)	(17.097)
Emissão de obrigações não subordinadas	30	-	150.000	150.000
Fluxos das actividades de financiamento		<u>(101.612)</u>	<u>320.175</u>	<u>320.175</u>
		<u>157.933</u>	<u>(188.938)</u>	<u>(188.938)</u>
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES				
Caixa e seus equivalentes no início do período	6,7	139.981	328.919	328.919
Efeito das diferenças de câmbio nas rubricas de caixa e seus equivalentes		-	-	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	6,7	297.914	139.981	139.981
		<u>157.933</u>	<u>188.938</u>	<u>188.938</u>
Valor de Balanço das rubricas de Caixa e Seus Equivalentes, em 31 de Dezembro				
Caixa	6	44.498	52.885	52.885
Depósitos à ordem em bancos centrais	6	220.821	39.727	39.727
Depósitos à ordem em outras instituições de crédito	7	10.304	22.488	22.488
Cheques a cobrar	7	22.291	24.881	24.881
		<u>297.914</u>	<u>139.981</u>	<u>139.981</u>
Caixa e Seus Equivalentes não disponíveis para utilização pela entidade		-	-	-

6 - Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

1. INFORMAÇÃO GERAL

O Banif – Banco Internacional do Funchal (“Sociedade”) é uma sociedade anónima, com sede em Rua João de Tavira, 30, 9004-509 Funchal, que tem por objecto o exercício da actividade bancária, podendo praticar todas as operações acessórias, conexas ou similares compatíveis com essa actividade que a lei permita.

As acções da Sociedade são 100% detidas pela Banif Comercial, SGPS, S.A., sub-holding do Banif - Grupo Financeiro (Grupo), cuja empresa-mãe é a Banif - SGPS, S.A., entidade que apresenta contas consolidadas para uso público⁷ e que cumpre com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adoptadas na União Europeia. Nestes termos, a Sociedade está dispensada de apresentar demonstrações financeiras consolidadas.

Em 30 de Março de 2012, o Conselho de Administração da Sociedade reviu o Balanço e a Demonstração de Resultados de 31 de Dezembro de 2011 e autorizou a sua emissão, as quais serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral Anual de Accionistas de 5 de Abril de 2012.

2. ADOÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO NOVAS OU REVISTAS

As políticas contabilísticas adoptadas no exercício são consistentes com as utilizadas nos exercícios anteriores, com excepção da alteração referida na Nota 3.2 e da adopção das seguintes novas normas e interpretações, alterações ou revisões de Normas e novas interpretações emitidas pelo IASB/IFRIC e endossadas pela União Europeia, e não tiveram efeitos na posição financeira ou performance da Sociedade.

IAS 24 (Revista) Transacções entre Partes Relacionadas

As principais alterações são as seguintes:

A definição de parte relacionada foi clarificada com o objectivo de simplificar a identificação das relações entre partes relacionadas, designadamente as resultantes de influência significativa e empreendimentos conjuntos.

Foi introduzida uma isenção parcial de divulgações de partes relacionadas quando existam transacções com entidades ligadas à administração pública. Estas entidades deverão divulgar o seguinte:

- nome da administração pública e natureza da sua relação com a entidade relatora (isto é, controlo, controlo conjunto ou influência significativa);
- natureza e quantia de cada transacção individualmente significativa;
- uma indicação qualitativa ou quantitativa da respectiva dimensão em relação a outras transacções que sejam no seu conjunto mas não individualmente significativas;

IAS 32 (Emenda) Instrumentos Financeiros: Apresentação – Classificação de direitos de emissão

A emenda altera a definição de passivos financeiros para passar a classificar os direitos de emissão (e certas opções e warrants) como instrumentos de capital próprio se:

- Os direitos forem atribuídos de forma proporcional a todos os proprietários da mesma classe de instrumentos de capital não derivados da entidade;
- Forem usados para adquirir um número fixo de instrumentos de capital próprio da própria entidade em contrapartida de uma quantia fixa de qualquer moeda.

Em consequência desta emenda:

- as entidades que emitem direitos (fixados numa moeda diferente da funcional) não são obrigadas a tratar os direitos como derivados com variações no justo valor a serem registadas em resultados;
- a sua aplicação retrospectiva leva a que direitos em moeda estrangeira anteriormente reconhecidos como derivados terão de ser reclassificados para instrumentos de capital e os correspondentes ganhos e perdas acumulados em resultados terão de ser reclassificados para capital próprio.

IFRS 1 (Alteração) Adopção pela primeira vez das IFRS – Isenções para algumas das divulgações exigidas pela IFRS 7

Esta alteração permite que as entidades que adoptem as IFRS pela primeira vez usufruam do mesmo regime transitório da IFRS 7 (Instrumentos financeiros – Divulgações), o qual não exige a apresentação de comparativos relativamente às divulgações exigidas pela IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações quando os exercícios comparativos iniciem numa data anterior a 31 de Dezembro de 2009.

IFRIC 14 (Emenda) Requisitos de Financiamento Mínimo

A emenda à IFRIC 14 estabelece mais orientações na determinação do valor recuperável de um activo de fundos de benefício definido. Adicionalmente, a emenda permite uma entidade registar como activo um pagamento antecipado relativamente a financiamentos mínimos de fundos de pensões.

IFRIC 19 – Extinção de passivos financeiros com instrumentos de Capital Próprio

A IFRIC 19 clarifica que instrumentos de capital emitidos para um credor com o objectivo de extinguir passivos financeiros são considerados pagamentos para efeitos do parágrafo 41 da IAS 39. Desta forma, instrumentos de capital emitidos num Equity Swap devem ser mensurados ao justo valor dos instrumentos de capital emitidos, se este puder ser determinado com fiabilidade, ou no caso de não ser possível determinar o justo valor com fiabilidade, ao justo valor do passivo financeiro extinto na data da sua extinção. Qualquer ganho ou perda é imediatamente reconhecida como ganhos ou perdas. Esta IFRIC não se aplica a situações em que o acordo original já previa a extinção de passivos por via da emissão de instrumentos de capital nem para situações que envolvam directa ou indirectamente proprietários actuando como tal.

Melhorias do Ano 2010:

IFRS 1 Adopção pela primeira vez das IFRS

A emenda:

- esclarece que um adoptante pela primeira vez das IFRS que decida alterar as suas políticas contabilísticas ou utilizar algumas das excepções previstas na IFRS 1 após a apresentação de um relatório financeiro intercalar de acordo com a IAS 34, deverá explicar as alterações efectuadas e actualizar as reconciliações entre o anterior PCCA e as IFRS.
- permite que um adoptante pela primeira vez das IFRS utilize um justo valor mensurado numa determinada data (subsequente à data de transição), devido a um acontecimento como uma privatização ou uma oferta pública inicial como o seu custo considerado, ainda que o evento ocorra após a data de transição mas antes das primeiras Demonstrações Financeiras em IFRS sejam emitidas. Os ajustamentos daí decorrentes devem ser reconhecidos directamente em resultados transitados (ou se apropriado, noutra rubrica do capital próprio).
- permite às entidades com actividades reguladas ou que detenham activos fixos tangíveis ou activos intangíveis que estão ou foram sujeitos a operações de taxas reguladas, utilizar como custo considerado uma quantia escriturada de anteriores PCCA, ainda que esta quantia inclua valores que não são elegíveis para capitalização de acordo com as IFRS. A excepção deverá ser aplicada individualmente a cada item. À data da transição para as IFRS, uma entidade deve testar a imparidade em conformidade com a IAS 36 para cada item em relação ao qual tenha usado esta isenção.

IFRS 3 Concentrações de actividades empresariais

Esta emenda:

- clarifica que alterações ocorridas à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações, IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação e IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração que eliminaram a excepção às retribuições contingentes decorrentes da revisão da IFRS 3 em 2008, não se aplicam às retribuições contingentes decorrentes de uma concentração de actividades empresariais cuja a data de aquisição seja anterior à aplicação da IFRS 3 (revista em 2008).
- limita o âmbito das opções de mensuração dos interesses não controlados. Para cada concentração de actividades empresariais, a adquirente deve mensurar à data de aquisição os componentes de interesses que não controlam na adquirida que constituem interesses de propriedade presentes e conferem aos seus detentores o direito a uma parte proporcional dos activos líquidos da entidade em caso de liquidação:
 - (a) pelo justo valor; ou
 - (b) pela parte proporcional que os interesses de propriedade presentes representam em relação às quantias reconhecidas para os activos líquidos identificáveis da adquirida.

Todas as outras componentes dos interesses que não controlam devem ser mensuradas pelo justo valor à data da aquisição, salvo se as IFRS exigirem outra base de mensuração.

- Requer que uma entidade numa concentração de actividades empresariais registre a troca de opções sobre acções ou de outros prémios de pagamento com base em acções no quadro de uma concentração de actividades empresariais como modificações dos prémios de pagamento com base em acções em conformidade com a IFRS 2 Pagamento com Base em Acções.

Se a adquirente substituir os prémios da adquirida, a totalidade ou parte da mensuração baseada no mercado dos prémios de substituição da adquirente deve ser incluída na mensuração da retribuição transferida na concentração de actividades empresariais.

Todavia, nas situações em que os prémios da adquirida caducariam em resultado dessa concentração de actividades empresariais e em que a adquirente substitui esses prémios sem que estivesse obrigada a fazê-lo, a totalidade da mensuração baseada no mercado dos prémios de substituição deve ser reconhecida como custo de remuneração nas demonstrações financeiras pós-concentração em conformidade com a IFRS 2.

Adicionalmente, a emenda especifica o tratamento contabilístico de pagamento com base em acções que o adquirente não troca por transacções de pagamento com base em acções da sua responsabilidade:

Se os respectivos direitos já tiverem sido adquiridos, essas transacções de pagamento com base em acções da adquirida fazem parte do interesse que não controla na adquirida e são mensuradas ao seu valor de mercado.

Se os respectivos direitos ainda não tiverem sido adquiridos, os mesmos são mensurados ao valor de mercado na data de aquisição e alocados aos interesses que não controlam e às despesas de pós-concentração.

IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações

A emenda:

- enfatiza a interacção que deverá existir entre as divulgações quantitativas e qualitativas e a natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros.
- clarifica que apenas os activos financeiros cuja quantia escriturada seja diferente da sua exposição máxima ao risco terão de providenciar mais divulgações sobre o montante máximo de exposição a esse risco.
- requer para todos os activos financeiros uma descrição das garantias detidas a título de caução e de outras melhorias da qualidade de crédito, bem como do respectivo efeito financeiro, no que diz respeito à quantia que melhor representa a exposição máxima ao risco de crédito.
- remove a necessidade de divulgar a quantia escriturada de activos financeiros cujos termos foram renegociados e que, caso contrário, estariam vencidos ou com imparidade.

- remove a divulgação da descrição das garantias colaterais detidas pela entidade a título de caução e outros aumentos de crédito e, salvo se impraticável, uma estimativa do seu justo valor quando os activos financeiros estejam vencidos à data de relato mas não com imparidade e activos financeiros individualmente considerados com imparidade à data do relato;

IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras

A emenda clarifica que para cada componente do capital próprio, uma entidade deve apresentar, na demonstração de alterações no capital próprio ou nas notas, uma análise por item dos outros rendimentos integrais.

IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas

Uma entidade deve aplicar as emendas aplicadas à IAS 21 Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio decorrentes das alterações à IAS 27 prospectivamente aos períodos anuais com início em ou após 1 de Julho de 2009. Se uma entidade aplicar a IAS 27 (emendada em 2008) a um período anterior, as emendas devem ser aplicadas a esse período anterior.

IAS 34 Relato Financeiro Intercalar

A emenda estabelece orientação sobre a aplicação dos princípios vertidos na IAS 34 e requer informação adicional sobre:

- as circunstâncias possíveis de afectar o justo valor dos instrumentos financeiros e a sua classificação;
- transferência de instrumentos financeiros entre os diferentes níveis de hierarquia do justo valor;
- alterações nas classificações de activos financeiros;
- alterações nos passivos contingentes e activos.

IFRIC 13 Programas de fidelização de clientes

A emenda clarifica que quando o justo valor dos créditos de prémio é mensurado por referência ao justo valor dos prémios pelos quais podem ser trocados, este deve ter em conta a quantia correspondente aos descontos ou incentivos que seriam oferecidos aos restantes clientes que não ganharam créditos de prémio.

IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações

A emenda à IFRS 7 requer novas divulgações qualitativas e quantitativas relativas a transferência de activos financeiros quando:

- uma entidade desreconhecer activos financeiros transferidos na sua totalidade, mas mantiver um envolvimento continuado nesses activos (opções ou garantias nos activos transferidos);
- uma entidade não desreconheça na totalidade os activos financeiros;

IFRS 1 (Emenda) Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro

Quando a data de transição para as IFRS ocorrer na data, ou após data, em que a moeda funcional cesse de ser uma moeda de uma economia hiperinflacionária, a entidade pode mensurar todos os activos e passivos detidos antes da data da cessação e que foram sujeitas aos efeitos de uma economia hiperinflacionária, ao seu justo valor na data da transição para IFRS. Este Justo valor pode ser utilizado como o custo considerado para esses activos e passivos na data de abertura da demonstração da posição financeira.

A emenda remove adicionalmente as datas fixas na IFRS 1 relativas ao desreconhecimento de activos e passivos financeiros e de ganhos e perdas em transacções no reconhecimento inicial, a nova data passa a ser considerada a data da transição para as IFRS.

As alterações à IFRS 1 serão aplicáveis para os exercícios iniciados após 30 de Junho de 2011. A aplicação antecipada é permitida desde que divulgada.

NORMAS EMITIDAS AINDA NÃO EFECTIVAS

IFRS 9 – Instrumentos financeiros (Introduz novos requisitos de classificação e mensuração de activos e passivos financeiros)

A primeira fase da IFRS 9 Instrumentos financeiros aborda a classificação e mensuração dos activos e passivos financeiros. O IASB continua a trabalhar e a discutir os temas de imparidade e contabilidade de cobertura com vista à revisão e substituição integral da IAS 39. A IFRS 9 aplica-se a todos os instrumentos financeiros que estão no âmbito de aplicação da IAS 39.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação antecipada das disposições relativamente aos activos é permitida, desde que devidamente divulgada. A aplicação das disposições relativas aos passivos financeiros pode ser também antecipada desde que em simultâneo com as disposições relativas aos activos financeiros.

O impacto da adopção desta norma depende dos instrumentos detidos na data da adopção, pelo que não é exequível a quantificação dos seus potenciais efeitos.

IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas

O IASB emitiu a IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas que substitui os requisitos de consolidação previstos na SIC 12 Consolidação e na IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais.

A IFRS estabelece um novo conceito de controlo que deverá ser aplicado para todas as entidades e veículos com finalidade especial. As mudanças introduzidas pela IFRS 10 irão requerer que a Gestão faça um julgamento significativo de forma a determinar que entidades são controladas e conseqüentemente ser incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da empresa-mãe.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 11, IFRS 12, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011).

O impacto da adopção desta norma depende da natureza das relações entre o Banco e outras entidades na data da adopção, pelo que não é exequível a quantificação dos seus potenciais efeitos.

IFRS 11 – Empreendimentos Conjuntos

A IFRS 11:

- substitui a IAS 31 Interesses em empreendimentos Conjuntos e a SIC 13 Entidades Conjuntamente Controladas – Contribuições Não Monetárias por Empreendedores.
- altera o conceito de controlo conjunto e remove a opção de contabilizar uma entidade conjuntamente controlada através da método da consolidação proporcional, passando uma entidade a contabilizar o seu interesse nestas entidades através do método da equivalência patrimonial.
- define ainda o conceito de operações conjuntas (combinando os conceitos existentes de activos controlados e operações controlados conjuntamente) e redefine o conceito de consolidação proporcional para estas operações, devendo cada entidade registar nas suas demonstrações financeiras os interesses absolutos ou relativos que possuem nos activos, passivos, rendimentos e custos.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 12, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011).

O impacto da adopção desta norma depende da natureza das relações entre o Banco e outras entidades na data da adopção, pelo que não é exequível a quantificação dos seus potenciais efeitos.

IFRS 12 – Divulgação de Participações em Outras Entidades

A IFRS 12 - Divulgação de Participações em Outras Entidades estabelece o nível mínimo de divulgações relativamente a empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos, empresas associadas e outras entidades não consolidadas.

Esta norma inclui, por isso, todas as divulgações que eram obrigatórias nas IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas referentes às contas consolidadas, bem como as divulgações obrigatórias incluídas na IAS 31 Interesses em Empreendimentos Conjuntos e na IAS 28 Investimentos em Associadas, para além de novas informações adicionais.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011).

O impacto da adopção desta norma depende da natureza das relações entre o Banco e outras entidades na data da adopção, pelo que não é exequível a quantificação dos seus potenciais efeitos.

IFRS 13 – Mensuração do Justo valor

A IFRS 13 estabelece uma fonte única de orientação para a mensuração do justo valor de acordo com as IFRS. A IFRS 13 não indica quando uma entidade deverá utilizar o justo valor, mas estabelece uma orientação de como o justo valor deve ser mensurado sempre que o mesmo é permitido ou requerido.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação antecipada é prospectiva permitida desde que divulgada.

O impacto da adopção desta norma depende dos activos e passivos detidos na data da adopção, pelo que não é exequível a quantificação dos seus potenciais efeitos.

IAS 1 (Emenda) Apresentação de Demonstrações Financeiras

A emenda à IAS 1 altera a agregação de itens apresentados na Demonstração do Rendimento Integral. Itens susceptíveis de serem reclassificados (ou “reciclados”) para lucros ou perdas no futuro (por exemplo na data de desreconhecimento ou liquidação) devem ser apresentados separados dos itens que não susceptíveis de serem para lucros ou perdas.

Esta emenda não altera a natureza dos itens que devem ser reconhecidos na Demonstração de Rendimento Integral, nem se os mesmos devem ou não ser susceptíveis de serem reclassificados em lucros ou perdas no futuro.

As alterações à IAS 1 serão aplicáveis para os exercícios iniciados após 30 de Junho de 2012. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada.

Esta alteração apenas é relativa a aspectos de apresentação pelo que não tem impacto na posição financeira ou resultados do Banco.

IAS 12 Impostos sobre o Rendimento

A emenda à IAS 12 clarifica que a determinação de imposto diferido relativo a Propriedades de Investimento mensuradas ao justo valor, ao abrigo da IAS 40, deverá ser calculada tendo em conta a sua recuperação através da sua alienação no futuro. Esta presunção pode ser no entanto rebatível caso a entidade tenha um plano de negócios que demonstre que a recuperação desse imposto será efectuada através do seu uso.

Adicionalmente, a emenda refere ainda que os impostos diferidos reconhecidos por activos fixos tangíveis não depreciáveis que sejam mensurados de acordo com o modelo de revalorização devem ser calculados no pressuposto de que a sua recuperação será efectuada através da venda destes activos.

As alterações à IAS 12 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2012. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada.

O Banco não detém activos classificados como Propriedades de Investimento mensurados ao justo valor, pelo que não espera que esta emenda tenha impactos na sua posição financeira ou resultados.

IAS 19 (Revista) Benefícios dos Empregados

A IAS 19 Benefícios de empregados (Revista), sendo as principais alterações as seguintes:

- a eliminação da opção de diferir o reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, conhecida pelo “método do corredor”; Ganhos e Perdas actuariais são reconhecidos na Demonstração do Rendimento Integral quando os mesmos ocorrem. Os valores reconhecidos nos lucros ou prejuízos são limitados: ao custo corrente e de serviços passados (que inclui os ganhos e perdas nos cortes), ganhos e perdas na liquidação e custos (proveitos) relativos a juros líquidos. Todas as restantes alterações no valor líquido do activo (passivo) decorrente do plano de benefício definido devem ser reconhecidas na Demonstração do Rendimento Integral, sem subsequente reclassificação para lucros ou perdas.
- os objectivos para as divulgações relativos a planos de benefício definido são explicitamente referidos na revisão da norma, bem como novas divulgações ou divulgações revistas. Nestas novas divulgações inclui-se informação quantitativa relativamente a análises de sensibilidade à responsabilidade dos benefícios definidos a possíveis alterações em cada um dos principais pressupostos actuariais.
- benefícios de cessação de emprego deverão ser reconhecidos no momento imediatamente anterior: (i) a que compromisso na sua atribuição não possa ser retirado e (ii) a provisão por reestruturação seja constituída de acordo com a IAS 37.
- A distinção entre benefícios de curto e longo prazo será baseado na tempestividade da liquidação do benefício independentemente do direito ao benefício do empregado já ter sido conferido.

As alterações à IAS 19 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada.

O Banco alterou a política do reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais neste exercício, passando a reconhecer estes efeitos na Demonstração do Rendimento Integral, pelo que não espera que esta emenda tenha impactos relevante na sua posição financeira ou resultados.

IAS 27 (revista em 2011) Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas

Com a introdução da IFRS 10 e IFRS12, a IAS 27 limita-se a estabelecer o tratamento contabilístico relativamente a subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas nas contas separadas.

As alterações à IAS 27 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12 e IAS 28 (revista em 2011).

IAS 28 Investimentos em Associadas e Empreendimentos conjuntos

Com as alterações à IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi renomeada e passa a descrever a aplicação do método de equivalência patrimonial também às entidades conjuntamente controladas à semelhança do que já acontecia com as associadas.

As alterações à IAS 27 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação é retrospectiva podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12 e IAS 27 (revista em 2011).

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 Bases de apresentação de contas

As demonstrações financeiras individuais da Sociedade foram preparadas de acordo com as políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal através do disposto no Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005, n.ºs 2.º e 3.º, designadas por Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA).

As NCA's baseiam-se nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adoptadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia, com excepção das seguintes áreas:

- valorimetria e provisionamento do crédito concedido;
- benefícios dos empregados, através do estabelecimento de um período de diferimento dos impactos de transição para IAS/IFRS e da alteração da tábua de mortalidade;
- eliminação da opção do justo valor para valorização de activos tangíveis.

As demonstrações financeiras foram preparadas numa base de custo histórico, com excepção da reavaliação de instrumentos financeiros. As principais políticas contabilísticas utilizadas são apresentadas abaixo.

3.2 Informação comparativa

Em geral, os valores apresentados são comparáveis, nos aspectos relevantes, com os do exercício anterior, com excepção das seguintes alterações:

Alteração de apresentação de obrigações de titularização emitidas sobre créditos originados na própria entidade

Conforme Nota 3.7.3, a Sociedade realizou diversas operações de titularização de créditos não desconhecidos, por não cumprirem os critérios de desconhecimento estabelecidos pela IAS 39, tendo adquirido parte ou a totalidade das obrigações emitidas em algumas dessas operações.

Nas demonstrações financeiras anteriormente apresentadas, as obrigações detidas relativamente a operações de titularização não desreconhecidas foram apresentadas no balanço a deduzir à rubrica de “Passivos financeiros associados a activos transferidos”.

Verificou-se no entanto que este não é o critério de apresentação seguido pela generalidade do sector bancário em Portugal nas respectivas contas individuais em base NCA.

Apesar de se tratar de uma matéria susceptível de interpretações diferentes, no quadro das NCA's, a Sociedade considerou ser mais relevante privilegiar a comparabilidade das suas demonstrações financeiras com o restante sector bancário em Portugal.

Neste contexto, a Sociedade alterou a apresentação no balanço de obrigações de titularização emitidas sobre créditos originados na própria entidade, conforme descrito na Nota 3.7.3 e, conseqüentemente, reexpressou os comparativos do período anterior.

Adicionalmente, a Sociedade alterou o critério de apresentação do rendimento residual de *Residual Certificates* relativos às operações de titularização, passando a ser classificado separadamente a parte do rendimento e a parte da imparidade de activos. Esta alteração implicou uma reclassificação de igual montante entre as rubricas de juros e rendimentos similares e imparidade de activos líquido de reversões e recuperações.

Alteração da política contabilística de reconhecimento de ganhos e perdas actuariais

Conforme referido na Nota 3.2, a Sociedade decidiu alterar a política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, deixando de utilizar o método do corredor (IAS 19 § 92ª) e passando a utilizar o método de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais em capitais próprio, na Demonstração do Rendimento Integral (OCI - Other Comprehensive Income (IAS 19 § 93ª)). Esta alteração justifica-se, porque a Sociedade considera que o reconhecimento dos ganhos e perdas actuarias de forma imediata proporciona uma informação mais fiável e relevante do que o método do corredor. Por outro lado, a emenda à IAS 19 aprovada pelo IASB em Junho de 2011, com aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciam em ou a partir de 1 de Janeiro de 2013, abandona o método do corredor.

Estas alterações tiveram impactos nas seguintes rubricas de balanço e demonstração de resultados a 31 de Dezembro de 2010:

Descrição	Notas	Valor líquido 31-12-2010	Alteração ganhos / perdas actuariais	Alteração Obrigações Titularização	Valor líquido reexpresso 31-12-2010
Balanco					
Activos financeiros disponíveis para venda	10	426.866	-	2.728.131	3.154.997
Activos por impostos diferidos	19	49.648	7.127	-	56.775
Outros Activos	20	221.040	(18.564)	(41.543)	160.933
Sub total do Activo		697.554	(11.437)	2.686.588	3.372.705
Passivos financeiros associados a activos transferidos	28	264.703	-	2.686.588	2.951.291
Outros Passivos	31	116.562	6.260	-	122.822
Sub total do Passivo		381.265	6.260	2.686.588	3.074.113
Reservas de Reavaliação	32	(2.940)	(20.331)	-	(23.271)
Outras reservas e resultados transitados	32	58.268	1.907	-	60.175
Resultado do exercicio	32	564	727	-	1.291
Sub total do Capital		55.892	(17.697)	-	38.195
Demonstração de Resultados					
Juros e rendimentos similares	33	-	-	6946	-
Custos com pessoal	38	(112.745)	727	-	(112.018)
Imparidade de outros activos financeiros liquida de reversões e recuperaçã	11,21	-	-	(6.946)	-
Sub total da Demonstração de Resultados		(112.745)	727	-	(112.018)

3.3 Uso de estimativas na preparação das Demonstrações Financeiras

A preparação das Demonstrações Financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos pela Gestão da Sociedade, os quais afectam o valor dos activos e passivos, réditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados. Na elaboração destas estimativas, a Gestão utilizou o seu julgamento, assim como a informação disponível na data da preparação das demonstrações financeiras. Consequentemente, os valores futuros efectivamente realizados poderão diferir das estimativas efectuadas.

O uso de estimativas e pressupostos por parte da gestão mais significativos são as seguintes:

Continuidade das operações

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, dado que a Gestão da Sociedade considera que a sociedade tem os meios e capacidade de continuar os negócios no futuro previsível. Para este julgamento, a Gestão da Sociedade teve em consideração as diversas informações que dispõe sobre as condições actuais e projecções futuras de rentabilidade, cash-flows e capital.

Justo valor dos instrumentos financeiros

Quando os justos valores dos instrumentos financeiros não podem ser determinados através de cotações (marked to market) nos mercados activos, são determinados através da utilização de técnicas de valorização que incluem modelos matemáticos (marked to model). Os dados de input nesses modelos são, sempre que possível, dados observáveis de mercado, mas quando tal não é possível um grau de

juízo é requerido para estabelecer os justos valores, nomeadamente ao nível da liquidez, correlação e volatilidade.

Imparidade em instrumentos de capital

Os activos financeiros disponíveis para venda são analisados quando existam indícios objectivos de imparidade, nomeadamente quando se verifica um significativo ou prolongado declínio nos justos valores, abaixo dos preços de custo. A determinação do nível de declínio em que se considera “significativo ou prolongado” requer julgamentos. Neste contexto a sociedade considera que um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 30% ou um declínio por mais de 1 ano pode ser considerado significativo ou prolongado.

Activos por impostos diferidos

São reconhecidos activos por impostos diferidos para prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que venham a existir no prazo futuro estabelecido por lei resultados fiscais positivos. Para o efeito são efectuados julgamentos para a determinação do montante de impostos diferidos activos que podem ser reconhecidos, baseados no nível de resultados fiscais futuros esperados de acordo com projecções económico-financeiras em condições de incerteza quanto aos pressupostos utilizados (Nota 19). Caso estas estimativas não se concretizem, existe o risco de causar ajustamento material no valor do activo por impostos diferidos em exercícios futuros.

Benefícios de reforma

O nível de responsabilidades relativas a benefícios de reforma é determinado através de avaliação actuarial, na qual se utilizam pressupostos e assumpções sobre taxas de desconto, taxa de retorno esperado dos activos do Fundo de Pensões, aumentos salariais e de pensões futuros e tábuas de mortalidade. Face à natureza de longo prazo dos planos de pensões, estas estimativas são sujeitas a incertezas significativas.

3.4 Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio contratadas na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Os itens não monetários, que sejam valorizados ao justo valor, são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários, que sejam mantidos ao custo histórico, são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na demonstração de resultados, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do activo.

3.5 Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes incluem moeda nacional e estrangeira, em caixa, depósitos à ordem junto de bancos centrais, depósitos à ordem junto de outros bancos no país e estrangeiro, cheques a cobrar sobre outros bancos.

3.6 Investimentos em filiais e associadas

A rubrica “Investimentos em filiais e associadas” corresponde às participações no capital social de empresas detidas pela Sociedade, com carácter duradouro, relativamente às quais detenha ou controle a maioria dos direitos de voto (filiais) ou exerça influência significativa (empresas associadas), que não sejam fundos de capital de risco ou de Bancos (seed capital), classificados como instrumentos ao justo valor através de resultados no reconhecimento inicial. Considera-se que existe influência significativa sempre que a Sociedade detenha, directa ou indirectamente, mais de 20% dos direitos de voto. Os investimentos em filiais e associadas encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

3.7 Instrumentos financeiros

3.7.1 Reconhecimento e mensuração inicial de instrumentos financeiros

As compras e vendas de activos financeiros que implicam a entrega de activos de acordo com os prazos estabelecidos, por regulamento ou convenção no mercado, são reconhecidos na data da transacção, isto é, na data em que é assumido o compromisso de compra ou venda. Os instrumentos financeiros derivados são igualmente reconhecidos na data da transacção.

A classificação dos instrumentos financeiros na data de reconhecimento inicial depende das suas características e da intenção de aquisição. Todos os instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao justo valor acrescido dos custos directamente atribuíveis à compra ou emissão, excepto no caso dos activos e passivos ao justo valor através de resultados em que tais custos são reconhecidos directamente em resultados.

3.7.2 Mensuração subsequente de instrumentos financeiros

Activos financeiros detidos para negociação

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação são os adquiridos com o propósito de venda no curto prazo e de realização de lucros a partir de flutuações no preço ou na margem do negociador, incluindo todos os instrumentos financeiros derivados que não sejam enquadrados como operações de cobertura.

Após o reconhecimento inicial, os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor são reflectidos em resultados do exercício. Nos derivados, os justos valores positivos são registados no activo e os justos valores negativos no passivo. Os juros e dividendos ou encargos são registados nas respectivas contas de resultados quando o direito ao seu pagamento é estabelecido.

Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Estas rubricas incluem os activos e passivos financeiros classificados pela Sociedade de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados, de acordo com a opção prevista no IAS 39 (fair value option), desde que satisfeitas as condições previstas para o seu reconhecimento, nomeadamente:

- i) a designação elimina ou reduz significativamente inconsistências de mensuração de activos e passivos financeiros e reconhecimento dos respectivos de ganhos ou perdas (accounting mismatch);
- ii) os activos e passivos financeiros são parte de um grupo de activos ou passivos ou ambos que é gerido e a sua performance avaliada numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia de investimento e gestão de risco devidamente documentada; ou
- iii) o instrumento financeiro integra um ou mais derivados embutidos, excepto quando os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa inerentes ao contrato, ou seja claro, com reduzida ou nenhuma análise, que a separação dos derivados embutidos não possa ser efectuada.

Após reconhecimento inicial os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor dos activos e passivos financeiros são reflectidos em resultados do exercício na rubrica “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”.

A Sociedade classifica em activos financeiros ao justo valor através de resultados a quase totalidade da carteira de títulos constituída no âmbito da actividade bancária, cuja gestão e avaliação da performance tem por base o justo valor, com excepção das participações estratégicas e de títulos para os quais não é possível a obtenção de valorizações fiáveis.

Os passivos financeiros foram designados como passivos ao justo valor através de resultados por se tratar de instrumentos de dívida (subordinada e não subordinada) com um ou mais derivados embutidos.

Activos financeiros disponíveis para venda

São classificados nesta rubrica instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação a necessidades de liquidez ou alterações de taxas de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado, e que a Sociedade não classificou em qualquer uma das outras categorias. Deste modo, à data de referência das presentes demonstrações financeiras,

esta rubrica inclui essencialmente participações consideradas estratégicas e títulos para os quais não é possível a obtenção de valorizações fiáveis.

Após o reconhecimento inicial são subsequentemente mensurados ao justo valor, ou mantendo o custo de aquisição caso de instrumentos de capital para os quais não seja possível apurar o justo valor com fiabilidade, sendo os respectivos ganhos e perdas reflectidos na rubrica “Reservas de Reavaliação” até à sua venda (ou ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica “Resultados de activos financeiros disponíveis para venda”.

Os juros inerentes aos activos financeiros são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. Os dividendos são reconhecidos em resultados, quando o direito ao seu recebimento é estabelecido, na rubrica “Rendimentos de instrumentos de capital”. Nos instrumentos de dívida emitidos em moeda estrangeira, as diferenças cambiais apuradas são reconhecidas em resultados do exercício na rubrica “Resultados de reavaliação cambial”.

É efectuada uma análise da existência de evidência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda em cada data de referência das demonstrações financeiras (Nota 3.3). As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”.

Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos concedidos e contas a receber são activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado activo, que não sejam activos adquiridos com intenção de alienação a curto prazo (detidos para negociação) ou classificados como activos financeiros ao justo valor através de resultados no seu reconhecimento inicial (fair value option). Esta rubrica inclui essencialmente crédito concedido a clientes da Sociedade.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu valor nominal, o qual corresponde normalmente ao valor desembolsado. Subsequentemente estes activos são reconhecidos em balanço pelo valor nominal deduzido de amortizações e sujeitos à constituição de provisões regulamentares de acordo com o Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal.

Os juros de activos classificados como empréstimos e contas a receber são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo as comissões e outros custos directos associados à originação da operação diferidos e amortizados durante a vida do empréstimo. Os juros vencidos e não cobrados são desreconhecidos ao fim de 3 meses, conforme disposto na Instrução nº 6/2005 do Banco de Portugal, com excepção dos juros sobre créditos ou com garantias abrangidas no nº 15 do Aviso nº 3/95.

Recursos de outras instituições de crédito, Recursos de clientes e outros empréstimos, Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos subordinados

Os restantes passivos financeiros, que incluem essencialmente recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e emissões de dívida não designadas como passivos financeiros ao justo valor através de resultados e cujos termos contratuais resultam na obrigação de entrega ao detentor de fundos ou activos financeiros, são reconhecidos inicialmente pela contraprestação recebida líquida dos custos de transacção directamente associados e subsequentemente valorizados ao custo amortizado, usando o método da taxa efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica “Juros e encargos similares”.

Justo valor

O justo valor utilizado na valorização de activos e passivos financeiros de negociação, classificados como ao justo valor por contrapartida de resultados e activos financeiros disponíveis para venda é determinado de acordo com os seguintes critérios:

- No caso de instrumentos transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com base na cotação de fecho, no preço da última transacção efectuada ou no valor da última oferta (“bid”) conhecida;
- No caso de activos não transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com recurso a técnicas de valorização, que incluem preços de transacções recentes de instrumentos equiparáveis e outros métodos de valorização normalmente utilizados pelo mercado (“discounted cash flow”, modelos de valorização de opções, etc.).

Os activos de rendimento variável (v.g. acções) e instrumentos derivados que os tenham como subjacente, para os quais não seja possível a obtenção de valorizações fiáveis, são mantidos ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Derivados

Na sua actividade corrente, a Sociedade utiliza alguns instrumentos financeiros derivados quer para satisfazer as necessidades dos seus clientes, quer para gerir as suas próprias posições de risco de taxa de juro ou outros riscos de mercado. Estes instrumentos envolvem graus variáveis de risco de crédito (máxima perda contabilística potencial devida a eventual incumprimento das contrapartes das respectivas obrigações contratuais) e de risco de mercado (máxima perda potencial devida à alteração de valor de um instrumento financeiro em resultado de variações de taxas de juro, câmbio e cotações).

Os montantes nocionais das operações de derivados, registados em rubricas extrapatrimoniais, são utilizados para calcular os fluxos a trocar nos termos contratuais, eventualmente em termos líquidos, mas, embora constituam a medida de volume mais usual nestes mercados, não correspondem a qualquer quantificação do risco de crédito ou de mercado das respectivas operações. Para derivados de taxa de juro ou de câmbio, o risco de crédito é medido pelo custo

de substituição a preços correntes de mercado dos contratos em que se detém uma posição potencial de ganho (valor positivo de mercado) no caso de a contraparte entrar em incumprimento.

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são separados do instrumento de acolhimento sempre que os seus riscos e características não estão intimamente relacionados com os do contrato de acolhimento e a totalidade do instrumento não é designado no reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados (“fair value option”).

Os instrumentos derivados utilizados pela Sociedade na sua gestão de exposição a riscos financeiros e de mercado são contabilizados como derivados de cobertura de acordo com os critérios definidos pela IAS 39, caso cumpram os requisitos de elegibilidade previstos pela norma, nomeadamente para o registo de coberturas da exposição à variação do justo valor de elementos cobertos (“Coberturas de justo valor”). Caso contrário, os derivados são considerados pelo seu justo valor como activos ou passivos financeiros de negociação, consoante tenham, respectivamente, justo valor positivo ou negativo.

Contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura são classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- À data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

À data das demonstrações financeiras são efectuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura de acordo com a IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efectuados testes de eficácia prospectivos, de forma a estimar a eficácia futura da cobertura.

Um activo ou passivo coberto pode ter apenas uma parte ou uma componente do justo valor coberto (risco de taxa de juro) desde que a eficácia da cobertura possa ser avaliada separadamente.

Cobertura de Justo Valor

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo, o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado de forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados, quando a operação coberta também afectar resultados.

3.7.3 Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

Activos financeiros

Um activo financeiro (ou quando aplicável uma parte de um activo financeiro ou parte de um grupo de activos financeiros) é desreconhecido quando:

- Os direitos de recebimento dos fluxos de caixa do activo expirem; ou
- Os direitos de recebimento dos fluxos de caixa tenham sido transferidos, ou foi assumida a obrigação de pagar na totalidade os fluxos de caixa a receber, sem demora significativa, a terceiros no âmbito de um acordo “pass-through”; e
- Os riscos e benefícios do activo foram substancialmente transferidos, ou os riscos e benefícios não foram transferidos nem retidos, mas foi transferido o controlo sobre o activo.

Quando os direitos de recebimento dos fluxos de caixa tenham sido transferidos ou tenha sido celebrado um acordo de “pass-through” e não tenham sido transferidos nem retidos substancialmente todos os riscos e benefícios do activo, nem transferido o controlo sobre o mesmo, o activo financeiro é reconhecido na extensão do envolvimento continuado, o qual é mensurado ao menor entre o valor original do activo e o máximo valor de pagamento que pode ser exigido à Sociedade.

Quando o envolvimento continuado toma a forma de opção de compra sobre o activo transferido, a extensão do envolvimento continuado é o montante do activo que pode ser recomprado, excepto no caso de opção de venda mensurável ao justo valor, em que o valor do

envolvimento continuado é limitado ao mais baixo entre o justo valor do activo e o preço de exercício da opção.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente expira ou é cancelada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro com a mesma contraparte em termos substancialmente diferentes dos inicialmente estabelecidos, ou os termos iniciais são substancialmente alterados, esta substituição ou alteração é tratada como um desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo e qualquer diferença entre os respectivos valores é reconhecida em resultados do exercício.

Operações de titularização

A Sociedade realizou operações de titularização de crédito hipotecário, através da alienação desses activos a entidades de finalidades especiais (veículos) constituídos para o efeito. As operações de titularização de créditos em curso à data de 31 de Dezembro de 2011, nas quais a Sociedade participou como cedente de créditos, são:

- Atlantes Mortgages N.º1, efectuada em 2003;
- Atlantes Mortgages N.º2, efectuada em 2008;
- Atlantes Mortgages N.º3, efectuada em 2008;
- Atlantes Mortgages N.º4, efectuada em 2009;
- Atlantes Mortgages N.º5, efectuada em 2009;
- Atlantes Mortgages N.º6, efectuada em 2010;
- Atlantes Mortgage N.º7, efectuada em 2010
- Azor Mortgages N.º1, efectuada em 2004;
- Azor Mortgages N.º2, efectuada em 2008;
- Atlantes Finance N.º3, efectuada em 2010;
- Atlantes N.º1, efectuada em 2011 e
- Atlantes Finance N.º4, efectuada em 2011.

Estas entidades, como forma de financiamento, emitiram instrumentos de dívida com diferentes níveis de subordinação e de remuneração. A Sociedade detém interesses residuais nos activos titularizados através da detenção de títulos de natureza residual, com excepção da Atlantes Mortgage N.º6.

No quadro da adopção das NCA, a partir de 1/1/2005, aquelas operações de titularização em curso foram analisadas e concluiu-se que as mesmas não cumprem os critérios de desreconhecimento estabelecidos pela IAS 39, com excepção da Atlantes Mortgage N.º6. Nestes termos, os créditos cedidos ao abrigo daquelas operações de titularização que não cumpram os critérios de desreconhecimento mantêm-se reconhecidos no balanço, na rubrica de “Crédito a clientes”.

Cessões de Crédito para Outras entidades do Grupo

A Sociedade realizou ainda cessões de crédito para outras entidades do Grupo, conforme Nota 12, tendo transmitido todos os riscos e benefícios associados a esses activos. A Sociedade continua a assegurar a gestão desses activos nos termos do respectivo contrato de cessão, que reúne as condições de um acordo de “pass-through”. Nestes termos, conclui-se que as cessões em causa cumpriam as condições para desreconhecimento.

3.7.4 Imparidade e correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores

A Sociedade avalia se existe evidência de imparidade num activo ou grupo de activos financeiros, conforme disposto na Instrução nº 7/2005 do Banco de Portugal. Um activo financeiro encontra-se em imparidade, se e só se, existir evidência de que a ocorrência de um evento (ou eventos) tiver um impacto mensurável nos fluxos de caixa futuros esperados desse activo ou grupo de activos. Perdas esperadas em resultado de eventos futuros, independentemente da sua probabilidade de ocorrência, não são reconhecidas.

As correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores são determinadas de acordo com o disposto nas alíneas e) e f) do nº 2 do art.º 3º do Aviso do Banco de Portugal nº 1/2005, conjugado com o Aviso nº 3/95, com a redacção do Aviso do Banco de Portugal nº 3/2005.

Sempre que num período subsequente se registre uma diminuição do montante das perdas por imparidade atribuída a um evento, o montante previamente reconhecido é revertido pelo ajustamento da conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração de resultados.

3.8 Activos com acordo de recompra

Considera-se acordo de recompra, um acordo para transferir um activo financeiro para uma outra parte em troca de dinheiro ou de outra retribuição e uma obrigação concorrente de adquirir o activo financeiro numa data futura por uma quantia igual ao dinheiro, ou a outra retribuição trocada incluindo juros.

Nesta rubrica, são classificadas as operações de venda de activos com acordo de recompra, as quais permanecem reconhecidas como activos da Sociedade. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições financeiras ou a clientes, conforme apropriado.

3.9 Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda sempre que se determine que o seu valor de balanço será recuperado através de venda. Esta condição apenas se verifica quando a

venda seja altamente provável e o activo esteja disponível para venda imediata no seu estado actual. A operação de venda deverá verificar-se até um período máximo de um ano após a classificação nesta rubrica. Uma extensão do período durante o qual se exige que a venda seja concluída não exclui que um activo (ou grupo para alienação) seja classificado como detido para venda se o atraso for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controlo da Sociedade e se mantiver o compromisso de venda do activo.

A Sociedade regista nesta rubrica essencialmente imóveis recebidos em dação em pagamento de dívidas referentes a crédito concedido. Estes activos são registados no momento inicial pelo valor acordado no contrato de dação, o qual corresponde ao menor dos valores da dívida existente ou da avaliação do bem, na data da dação.

Os activos registados nesta categoria são objecto de avaliações periódicas efectuadas por avaliadores independentes que dão lugar ao registo de perdas por imparidade, sempre que o valor decorrente dessas avaliações, líquido de custos a incorrer com a venda, seja inferior ao valor por que se encontram contabilizados.

3.10 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente pelo custo, incluindo custos de transacção. O montante escriturado inclui os custos de investimento adicionais nas propriedades de investimento existentes, se estiverem cumpridos os critérios de reconhecimento, mas exclui os custos correntes de manutenção.

A Sociedade classifica em propriedades de investimento os imóveis adquiridos em reembolso de crédito, quando estes não cumprem os requisitos para classificação em activos não correntes detidos para venda (IFRS 5), conforme disposto na Carta-Circular nº 1/11/DSPDR do Banco de Portugal, nomeadamente quando se encontrem arrendados ou se pretenda destes valorização (terrenos).

Subsequente ao reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são registadas de acordo com os requisitos da IAS 16, ou seja, pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade, apuradas na sequência de avaliações periódicas efectuadas por avaliadores independentes, sempre que o valor decorrente dessas avaliações, líquido de custos a incorrer com a venda, seja inferior ao valor por que se encontram contabilizados.

As propriedades de investimento são desreconhecidas quando forem alienadas ou quando deixam de ser esperados benefícios económicos futuros com a sua detenção. Na alienação a diferença entre o valor líquido da alienação e o montante do activo registado é reconhecido em resultados no período da alienação.

As transferências de e para propriedades de investimento são efectuadas quando se verifica uma alteração no uso. Na transferência de propriedades de investimento para imóveis de serviço próprio, o custo estimado para contabilização subsequente é o justo valor à data da alteração do uso. Se um imóvel de serviço próprio é classificado em propriedades de investimento, a Sociedade regista esse activo de acordo com a política aplicável a imóveis de serviço próprio até à data da sua transferência para propriedades de investimento.

3.11 Outros activos fixos tangíveis

A rubrica de activos fixos tangíveis inclui os imóveis de serviço próprio, veículos e outros equipamentos.

São classificados como imóveis de serviço próprio, os imóveis utilizados pela Sociedade no desenvolvimento das suas actividades no estrangeiro. Os imóveis de serviço próprio são valorizados ao custo histórico, reavaliados de acordo com as disposições legais aplicáveis, deduzidas de subsequentes amortizações.

Os restantes activos fixos tangíveis encontram-se registados pelo seu custo, deduzido de subsequentes amortizações e perdas por imparidade. Os custos de reparação e manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo quando ocorrem.

Os activos tangíveis são amortizados numa base linear, de acordo com a sua vida útil esperada, que é:

Imóveis	[10 – 50] anos
Veículos	4 anos
Outro equipamento	[2 – 15] anos

Um activo tangível é desreconhecido quando vendido ou quando não é expectável a existência de benefícios económicos futuros pelo seu uso ou venda. Na data do desreconhecimento o ganho ou perda calculado pela diferença entre o valor líquido de venda e o valor líquido contabilístico é reconhecido em resultados na rubrica “Outros Resultados de exploração”.

3.12 Activos intangíveis

Os activos intangíveis, que correspondem essencialmente a software, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são registadas numa base linear, ao longo da vida útil estimada dos activos, que actualmente se encontra entre 3 e 4 anos.

O período e o método de amortização para activos intangíveis são revistos no final de cada ano. As alterações no prazo de vida útil estimada ou no padrão de consumo dos benefícios económicos futuros são tratados como alterações de estimativas. As amortizações são reconhecidas na respectiva rubrica da demonstração de resultados.

Os activos intangíveis podem incluir valores de despesas internas capitalizadas, nomeadamente com o desenvolvimento interno de software. Para este efeito, as despesas apenas são capitalizadas a partir do momento em que estão reunidas as condições previstas na norma IAS 38, nomeadamente os requisitos inerentes à fase de desenvolvimento.

3.13 Impostos sobre o rendimento

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente é apurado com base na taxa de imposto em vigor.

A Sociedade regista ainda como impostos diferidos passivos ou activos os valores respeitantes ao reconhecimento de impostos a pagar/ recuperar no futuro, decorrentes de diferenças temporárias tributáveis/ dedutíveis, nomeadamente relacionadas com provisões temporariamente não dedutíveis para efeitos fiscais e outros benefícios dos empregados e mais-valias não tributadas por reinvestimento.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são sempre registados. Os activos por impostos diferidos apenas são registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam o seu aproveitamento.

Os impostos sobre o rendimento são registados por contrapartida de resultados do exercício, excepto em situações em que os eventos que os originaram tenham sido reflectidos em rubrica específica de capital próprio, nomeadamente, no que respeita à valorização de activos disponíveis para venda e imóveis de serviço próprio. Neste caso, o efeito fiscal associado às valorizações é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

3.14 Benefícios aos empregados

As responsabilidades com benefícios aos empregados são reconhecidas de acordo com as regras definidas pelo IAS 19 e regime transitório estabelecido no Aviso do Banco de Portugal nº 12/2001, alterado pelos Avisos do Banco de Portugal nº 7/2002, n.º 4/2005, n.º 12/2005 e nº 7/2008. Deste modo, as políticas reflectidas nas contas em 31 de Dezembro de 2011 são as seguintes:

Responsabilidades com pensões e assistência médica

Os empregados da Sociedade encontram-se integrados no Regime Geral da Segurança Social desde a admissão, com excepção dos empregados integrados na sequência fusão por incorporação do Banco

Banif e Comercial dos Açores, S.A. (BBCA), em 1 de Janeiro de 2009, que passaram a estar integrados no Regime Geral da Segurança Social a partir de 1 de Janeiro de 2011, conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 1-A/2011, de 3 de Janeiro.

Nos termos do referido diploma, o Regime Geral da Segurança Social passa a assegurar a protecção dos empregados do BBCA no activo nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade da Sociedade a protecção na doença, invalidez, sobrevivência e morte. A taxa contributiva é de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB), que foi extinta. Em consequência desta alteração, o direito à pensão dos empregados no activo do BBCA passa a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de Janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando a Sociedade a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT). De acordo com a orientação divulgada em Comunicado do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, anexo à Mensagem Fax nº 11/11/DSPDR, de 2011/01/26, do Banco de Portugal, atendendo que se manteve inalterado o plano do ACT e que não existiu redução de benefícios na perspectiva do beneficiário, as responsabilidades por serviços passados mantiveram-se inalteradas em 31 de Dezembro de 2010.

Em 31 de Dezembro de 2011, na sequência do Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro, foi efectuada a transferência para o âmbito da Segurança Social dos reformados e pensionistas do BBCA, que se encontravam no regime de segurança social substitutivo constante do ACT do sector bancário, quanto às responsabilidades pelos encargos com as pensões de reforma e sobrevivência, mantendo-se na responsabilidade das instituições de crédito, através dos respectivos fundos de pensões, o pagamento das actualizações do valor das pensões, dos benefícios de natureza complementar às pensões de reforma e sobrevivência assumidas pela Segurança Social, da contribuição para os Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS) sobre as pensões de reforma e sobrevivência, do subsídio por morte, da pensão de sobrevivência a filhos, da pensão de sobrevivência a filhos e cônjuge sobrevivente desde que referente ao mesmo trabalhador e da pensão de sobrevivência devida a familiar de actual reformado, cujas condições de atribuição ocorram a partir de 1 de Janeiro de 2012 (pensão de sobrevivência diferida).

A assistência médica dos empregados bancários é assegurada pelo Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS), entidade autónoma gerida pelo respectivo Sindicato. O SAMS proporciona aos seus beneficiários serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com regulamentação interna.

Em 2008, a Sociedade celebrou um Acordo de Empresa (AE) com os Sindicatos do Sector, que consagrou importantes alterações relativas à carreira profissional e à Segurança Social para os seus empregados,

com excepção dos integrados na sequência fusão por incorporação do BBKA, que não são abrangidos por este AE.

Na sequência da entrada em vigor do AE, em 1 de Outubro de 2008, o anterior Fundo do Banif foi transformado num fundo misto com três Planos de Pensões, designados Planos de Pensões I, II e III.

Assim, a Sociedade proporciona aos seus empregados os seguintes benefícios com pensões e assistência médica:

- Plano de Pensões I (benefício definido), ao abrigo do qual a Sociedade assume a responsabilidade (i) pelo pagamento de pensões de reforma por invalidez, invalidez presumível e sobrevivência conforme o Acordo de Empresa e o respectivo Plano de Pensões, em regime de complementaridade da Segurança Social e (ii) pelo pagamento futuro das contribuições obrigatórias relativas a cuidados médicos pós-emprego para o SAMS, entidade autónoma gerida pelos Sindicatos, nas seguintes condições:
 - para os empregados elegíveis para a pensão de reforma, a Sociedade efectua a contribuição de 6,5% sobre as respectivas pensões;
 - para os restantes empregados associados aos planos de contribuição definida, este benefício é alterado para um capital único no momento da reforma, correspondente a 6,50% do capital constituído, tendo por base a contribuição inicial adicionada do valor das contribuições definidas futuras.
- Plano de Pensões II (contribuição definida), ao abrigo do qual a Sociedade assume a obrigação de contribuir mensalmente com um montante equivalente a 4,5% da remuneração de incidência e de uma contribuição inicial realizada na data de constituição do Plano;
- Plano de Pensões III (contribuição definida), ao abrigo do qual a Sociedade assume a obrigação de contribuir mensalmente com um montante equivalente a 1,5% da remuneração de incidência;
- Plano de Pensões BBKA (benefício definido), fechado a novas adesões, em que a Sociedade assume a responsabilidade do pagamento de pensões de reforma, invalidez, invalidez presumível e sobrevivência aos empregados do BBKA e pensionistas à data da fusão por incorporação, ou às suas famílias, em conformidade com o ACT e os regimes introduzidas pelos Decreto-Lei nº 1-A/2011, de 3 de Janeiro, e Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro. Em complemento aos benefícios previstos no plano de pensões, a Sociedade assume a responsabilidade de liquidação das contribuições obrigatórias para o SAMS, com uma taxa de contribuição de 6,5%, e ainda do Subsídio por Morte, nos termos do ACTV.

As responsabilidades da Sociedade são financiadas através de dois Fundos de Pensões autónomos:

- Fundo de Pensões Banif, que financia os Planos de Pensões I, II e III;
- Fundo de Pensões BBKA, que financia o Plano de Pensões do BBKA.

O valor das responsabilidades é determinado numa base anual por actuários independentes, utilizando o método “Projected Unit Credit”, e pressupostos actuariais considerados adequados (Nota 44). A

actualização das responsabilidades é efectuada com base numa taxa de desconto que reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagáveis as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos de liquidação das responsabilidades com pensões.

Conforme referido na Nota 3.2, a Sociedade decidiu alterar a política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, deixando de utilizar o método do corredor (IAS 19 § 92) e passando a utilizar o método de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais em capitais próprio, na Demonstração do Rendimento Integral (OCI - Other Comprehensive Income (IAS 19 § 93ª).

De acordo com o método de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais de forma imediata no rendimento integral:

- o passivo ou activo reconhecido no balanço corresponde à diferença entre o valor actual das responsabilidades com pensões e o justo valor dos activos dos fundos de pensões;
- os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento do fundo de pensões são reconhecidos na íntegra em capital próprio, numa conta de Reservas por Ganhos e Perdas Actuariais.

De acordo com o método do corredor, anteriormente adoptado:

- o passivo ou activo reconhecido no balanço correspondia à diferença entre o valor actual das responsabilidades com pensões e o justo valor dos activos dos fundos de pensões, considerando os ajustamentos relativos a ganhos e perdas actuariais diferidos;
- os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento do fundo de pensões eram diferidos numa rubrica de activo ou passivo ("corredor"), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões, dos dois o maior, reportados ao final do ano, ajustado de acordo com o regime transitório estabelecido no n.º 13º-B do Aviso n.º 12/2001. O valor de ganhos e perdas actuariais acumulados, que excediam o corredor eram reconhecidos por contrapartida de resultados ao longo do período médio remanescente de serviço dos empregados abrangidos pelo plano.

O aumento de responsabilidades com reformas antecipadas, que correspondem ao acréscimo de responsabilidades por a reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade, são reconhecidos em custos do exercício.

Os encargos com os planos de contribuição definida são reconhecidos como custo do respectivo exercício.

Na data de transição, a Sociedade adoptou a possibilidade permitida pelo IFRS 1 de não recalcular os ganhos e perdas actuariais diferidos desde o início dos planos (opção normalmente designada de “reset”).

De acordo com o nº 13º-A do Aviso do Banco de Portugal nº 12/2001, o reconhecimento, em resultados transitados, do impacto, apurado com referência a 31 de Dezembro de 2004, decorrente da transição para as normas de contabilidade aplicáveis à Sociedade (NCA) pode ser atingido através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes até 31 de Dezembro de 2009 (5 anos), com excepção da parte referente a responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego, para a qual esse plano de amortização pode ir até 7 anos. Estes prazos foram posteriormente alargados em mais 3 anos pelo Aviso do Banco de Portugal nº 7/2008, ou seja, até 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2014, respectivamente.

A Sociedade avalia, para cada plano de benefício definido, a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em contribuições futuras necessárias.

Outros benefícios de longo prazo

Para além das pensões e assistência médica, a Sociedade tem ainda outras responsabilidades por benefícios dos trabalhadores relativas a prémios de antiguidade previstos no ACT.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações actuariais, de forma similar às responsabilidades com pensões e registados na rubrica de “Outros passivos” por contrapartida da rubrica de Resultados.

3.15 Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa da Sociedade de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

3.16 Dividendos atribuídos pela Sociedade

Os dividendos são reconhecidos como passivo e deduzidos da rubrica de Capital quando são aprovados pelos accionistas. Os dividendos relativos ao exercício aprovados pelo Conselho de Administração após a data de referência das demonstrações financeiras são divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras.

3.17 Reconhecimento de proveitos e custos

Em geral os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. Os proveitos são reconhecidos na medida em que seja provável que benefícios económicos associados à transacção fluam para a Sociedade e a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

Para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e para os instrumentos financeiros classificados como “Activos Financeiros disponíveis para venda” os juros são reconhecidos usando o método da taxa efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente o conjunto de recebimentos ou pagamentos de caixa futuros até à maturidade, ou até à próxima data de repricing, para o montante líquido actualmente registado do activo ou passivo financeiro. Quando calculada a taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando os termos contratuais e considerados todos os restantes rendimentos ou encargos directamente atribuíveis aos contratos.

3.18 Reconhecimento de dividendos

Os dividendos são reconhecidos quando o seu recebimento pela Sociedade é virtualmente certo, na medida em que já se encontram devida e formalmente reconhecidos pelos órgãos competentes das subsidiárias, conforme parágrafo 30 da IAS 18, corroborado pelo disposto no parágrafo 33 da IAS 37, sobre activos virtualmente certos, e pelo facto de não existirem disposições que contrariem este enquadramento na IAS 10 sobre eventos subsequentes. Adicionalmente, este tratamento não tem a oposição do Banco de Portugal nos termos das disposições da Circular n.º 18/2004/DSB.

3.19 Rendimentos e encargos por serviços e comissões

A Sociedade cobra comissões aos seus clientes pela prestação de um amplo conjunto de serviços. Estas incluem comissões pela prestação de serviços continuados, relativamente aos quais os clientes são usualmente debitados de forma periódica, ou comissões cobradas pela realização de um determinado acto significativo.

As comissões cobradas por serviços prestados durante um período determinado são reconhecidas ao longo do período de duração do serviço. As comissões relacionadas com a realização de um acto significativo são reconhecidas no momento em que ocorre o referido acto.

3.20 Garantias Financeiras

No decurso normal das suas actividades bancárias, a Sociedade presta garantias financeiras, tais como cartas de crédito, garantias bancárias, e créditos documentários.

As garantias financeiras são reconhecidas inicialmente como um passivo, pelo seu justo valor. Subsequentemente, o passivo é escriturado pelo montante da estimativa de gastos futuros para liquidar a obrigação, à data do balanço. As comissões obtidas pela prestação das garantias financeiras são reconhecidas de forma linear em resultados, na rubrica “Rendimentos de serviços e comissões”, durante o período de vigência das mesmas.

4. CISÃO – FUSÃO DA BANIF GO, INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, SA

Em 28 de Dezembro de 2011 foi formalizada a cisão-fusão da Banif GO, Instituição Financeira de Crédito, SA, nos termos da qual a Sociedade integrou a carteira de leasing imobiliário daquela instituição. A carteira do leasing mobiliário foi integrada no Banco Banif Mais, SA.

Esta operação de cisão-fusão produziu efeitos contabilísticos com referência a 1 de Janeiro de 2011, na sequência da qual a Sociedade integrou os seguintes activos e passivos:

	Valor Líquido Banif GO	Saldos Banif / Banif GO	Saldo Líquido
ACTIVOS			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3	3	-
Crédito a clientes			
Carteira leasing imobiliário	181.621	-	181.621
Financiamento do Banif à Banif GO	-	161.897	(161.897)
Aplicações em instituições de crédito	-	15.005	(15.005)
Activos não correntes detidos para venda	18.684	-	18.684
Outros activos tangíveis	468	-	468
Activos por impostos correntes	439	-	439
Activos por impostos diferidos	2.926	-	2.926
Outros activos	567	530	37
Total de Activos	204.708	177.435	27.273
PASSIVOS			
Recursos de outras instituições de crédito	161.897	161.900	(3)
Provisões	632	-	632
Passivos por impostos correntes	10	-	10
Outros passivos subordinados	15.005	15.005	-
Outros passivos	3.070	530	2.540
Total de Passivos	180.614	177.435	3.179

O património líquido transmitido, com referência à data de produção de efeitos contabilísticos, ascendeu a 24.094 milhares de euros, assim formado:

	Valor Líquido
PATRIMÓNIO LÍQUIDO	
Capital	14.068
Outros instrumentos de capital	10.000
Outras reservas e resultados transitados	26
Total Património Líquido	24.094

Ainda no âmbito deste processo de cisão-fusão, a Sociedade procedeu ao aumento de capital social de 14.500 milhares de euros (Nota 32), dos quais 14.094 milhares de euros correspondem ao património líquido transferido, com excepção das prestações suplementares contabilizadas em Outros Instrumentos de Capital, e o remanescente por incorporação de reservas no montante de 406 milhares de euros.

A integração operacional foi realizada em 29 de Dezembro de 2011. Após o processo de integração, os saldos recíprocos foram eliminados nas contas da Sociedade. Adicionalmente, foram efectuados os seguintes ajustamentos:

- desreconhecimento da parte dos activos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis anteriores a 2011, no montante de 2.761 milhares de euros, atendendo que os mesmos são praticamente irrecuperáveis;
- anulação de 183 milhares de euros de provisões para riscos gerais de crédito, na sequência da uniformização das bases de incidência.

Após as eliminações e ajustamentos acima referidos, a integração do segmento de leasing imobiliário da Banif Co teve os seguintes impactos no Balanço e Resultados de 2011:

- aumento do activo líquido em 18.144 milhares de euros;
- aumento do passivo em 3.716 milhares de euros;
- redução dos resultados líquidos em 9.666 milhares de euros.

Adicionalmente, verificou-se um aumento de 1.007 milhares de euros nas provisões específicas para crédito na sequência da junção das responsabilidades de clientes comuns.

5. RELATO POR SEGMENTOS

A Sociedade tem os seus negócios organizados pelas áreas de Banca de Retalho, Banca Comercial, Tesouraria e Funções de Grupo e Outros (rubrica residual).

Neste contexto e conforme requerido pela IFRS 8, as divulgações por segmentos operacionais da Sociedade, em 31 de Dezembro de 2011, correspondem à forma como a informação é analisada:

Banca de Retalho – Abrange a captação de recursos e produtos de crédito específicos para particulares, como sendo Crédito à Habitação e Crédito ao Consumo; e produtos para empresários em nome individual (ENI) e pequenas empresas, como sendo as Contas Correntes, as Facilidades de Descoberto e Cartões de Débito/Crédito.

Este segmento reflecte a actividade desenvolvida pela rede tradicional de agências e serviços centrais vocacionados para actividades comerciais com particulares e pequenas empresas.

Banca Comercial – Abrange a captação de recursos e produtos específicos para empresas e instituições, como sendo Factoring, Facilidades de Tesouraria e Créditos de Importação e Exportação. Este segmento reflecte a actividade desenvolvida pelos centros de empresas e serviços centrais vocacionados para actividades comerciais com empresas.

Tesouraria e Funções de Grupo – Abrange as operações de financiamento e de cedência de liquidez da instituição em mercados financeiros, assim como todas as operações realizadas com uma ou mais entidades do Grupo financeiro.

Outros – Abrange todas as operações não enquadráveis em nenhum dos segmentos operacionais definidos acima.

Os reportes utilizados pela Gestão têm essencialmente como base informação contabilística, não existindo diferenças entre as mensurações dos proveitos, das perdas, do activo e do passivo dos segmentos relatáveis.

Em 2011 foi utilizado uma taxa de transferência interna (TTI) média de 3,15% (1,62% em 2010), para valorização dos fundos inter-segmentos. O resultado desta valorização encontra-se registado na rubrica Margem Financeira inter-segmentos, na Demonstração de Resultados por segmento de negócio.

Os quadros comparativos de 2010 foram ajustados de acordo com os dados reexpressos, conforme Nota 3.2.

O reporting por áreas geográficas, nas quais a Sociedade desenvolve a sua actividade, inclui Portugal e Resto da União Europeia (Reino Unido).

Segmentos de negócio
31/12/2011

BALANÇO POR SEGMENTOS DE NEGÓCIO
EM DEZEMBRO DE 2011

ACTIVO	(montantes expressos em milhares Eur)				
	Banca de Retalho	Banca Comercial	Tesouraria e Funções de	Outros	TOTAL
Aplicações e Disponibilidades junto de Bancos Centrais e de Instituições de Crédito	-	-	1.807.571	-	1.807.571
Activos Financeiros Detidos para Negociação	-	-	8.140	-	8.140
Activos Financeiros ao Justo Valor	-	-	69.198	-	69.198
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	-	-	3.918.021	-	3.918.021
Empréstimos a Clientes (Líquido)	4.794.923	4.611.967	102.869	-	9.509.759
Activos com acordo de recompra	-	-	310.962	-	310.962
Investimentos Detidos até à Maturidade	-	-	-	-	-
Outros activos (dos quais):	35.813	3.659	839.544	223.192	1.102.208
Activos Tangíveis	34.670	1.290	12.129	-	48.089
Activos Intangíveis	1.143	2.369	3.673	-	7.185
TOTAL	4.830.736	4.615.626	7.056.305	223.192	16.725.659
PASSIVO	Banca de Retalho	Banca Comercial	Tesouraria e Funções de	Outros	TOTAL
Recursos de Bancos Centrais e Instituições de Crédito	-	-	2.985.823	-	2.985.823
Passivos Financeiros detidos para Negociação	-	-	8.361	-	8.361
Passivos Financeiros ao Justo Valor	-	-	-	-	-
Depósitos de clientes	6.849.450	1.038.905	29.801	-	7.918.156
Débitos representados por títulos	-	-	611.361	-	611.361
Passivos Subordinados	-	-	362.228	-	362.228
Outros Passivos	38.821	37.968	3.743.880	199.806	4.020.475
TOTAL	6.888.271	1.076.873	7.741.454	199.806	15.906.404

31/12/2010

BALANÇO POR SEGMENTOS DE NECÓCIO
EM DEZEMBRO 2010

(montantes expressos em milhares Eur)

ACTIVO	Banca de Retalho	Banca Comercial	Tesouraria e Funções de Grupo	Outros	TOTAL
Aplicações e Disponibilidades junto de Bancos Centrais e de Instituições de Crédito	-	-	1.173.745	-	1.173.745
Activos Financeiros Detidos para Negociação	-	-	3.911	-	3.911
Activos Financeiros ao Justo Valor	-	-	293.126	-	293.126
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	-	-	3.154.997	-	3.154.997
Empréstimos a Clientes (Líquido)	4.908.164	4.785.802	333.946	-	10.027.912
Activos com acordo de recompra	-	-	-	-	-
Investimentos Detidos até à Maturidade	-	-	-	-	-
Outros activos (dos quais):	44.134	1.930	265.138	96.161	407.363
Activos Tangíveis	42.785	1.583	12.107	-	56.475
Activos Intangíveis	1.349	347	5.490	-	7.186
TOTAL	4.952.298	4.787.732	5.224.883	96.161	15.061.054

PASSIVO	Banca de Retalho	Banca Comercial	Tesouraria e Funções de Grupo	Outros	TOTAL
Recursos de Bancos Centrais e Instituições de Crédito	-	-	2.663.505	-	2.663.505
Passivos Financeiros detidos para Negociação	-	-	16.990	-	16.990
Passivos Financeiros ao Justo Valor	-	-	4.957	-	4.957
Depósitos de clientes	6.327.187	824.811	6.297	-	7.158.295
Débitos representados por títulos	-	-	755.340	-	755.340
Passivos Subordinados	-	-	428.943	-	428.943
Outros Passivos	26.435	63.417	3.001.299	123.227	3.214.378
TOTAL	6.353.622	888.228	6.877.331	123.227	14.242.408

31/12/2011

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR SEGMENTOS DE NECÓCIO
EM DEZEMBRO DE 2011

(montantes expressos em milhares Eur)

ACTIVO	Banca de Retalho	Banca Comercial	Tesouraria e Funções de	Outros	TOTAL
Margem Financeira - Clientes Externos	(100.585)	198.090	99.932	-	197.437
Margem Financeira - Intersegmentos	133.163	(78.758)	(54.405)	-	-
Margem Financeira Total	32.578	119.332	45.527	-	197.437
Rendimento de instrumentos de capital	-	-	26.273	-	26.273
Rendimento de serviços e comissões	50.256	45.505	2.010	544	98.315
Encargos com serviços e comissões	(1.809)	(5.950)	(1.072)	(7.558)	(16.389)
Resultados de Activos e Passivos avaliados ao Justo Valor através de resultados	-	-	(8.163)	-	(8.163)
Resultados de Activos Financeiros disponíveis para Venda	-	-	(64)	-	(64)
Resultados de Reavaliação Cambial	-	-	976	-	976
Resultados de Alienação de Outros Activos	-	-	-	(1.808)	(1.808)
Outros Resultados de Exploração	11.684	1.964	29.457	342	43.447
Produto da Actividade	92.709	180.851	94.944	(8.480)	340.024
Custos com Pessoal	(68.513)	(32.724)	(14.100)	-	(115.337)
Outros gastos administrativos	(33.331)	(26.876)	(7.260)	-	(67.467)
Cash Flow de Exploração	(9.135)	101.251	73.584	(8.480)	157.220
Depreciações e Amortizações	(9.654)	(3.088)	(1.499)	-	(14.241)
Provisões líquidas de anulações	14.800	6.342	-	-	21.142
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(53.422)	(80.135)	-	-	(133.557)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	-	-	(43.626)	-	(43.626)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	-	-	-	(11.722)	(11.722)
Resultados antes de Impostos	(57.411)	24.370	28.459	(20.202)	(24.784)
Impostos	10.216	(4.337)	(389)	3.595	9.085
Resultado do Exercício	(47.195)	20.033	28.070	(16.607)	(15.699)

31/12/2010

 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR SEGMENTOS DE NEGÓCIO
 EM DEZEMBRO DE 2010

(montantes expressos em milhares Eur)

ACTIVO	Banca de Retalho	Banca Comercial	Tesouraria e Funções de	Outros	TOTAL
Margem Financeira - Clientes Externos	17.155	190.832	6.641	-	214.628
Margem Financeira - Intersegmentos	64.881	(70.674)	5.793	-	-
Margem Financeira Total	82.036	120.158	12.434	-	214.628
Rendimento de instrumentos de capital	-	-	17.190	-	17.190
Rendimento de serviços e comissões	41.414	38.721	3.116	832	84.083
Encargos com serviços e comissões	(642)	(4.830)	(593)	(6.858)	(12.923)
Resultados de Activos e Passivos avaliados ao Justo Valor através de resultados	-	-	(7.789)	-	(7.789)
Resultados de Activos Financeiros disponíveis para Venda	-	-	7.513	-	7.513
Resultados de Reavaliação Cambial	-	-	783	-	783
Resultados de Alienação de Outros Activos	-	-	-	4.074	4.074
Outros Resultados de Exploração	12.168	8.304	-	1.036	21.508
Produto da Actividade	134.976	162.353	32.074	(916)	329.087
Custos com Pessoal	(74.954)	(32.595)	(5.196)	727	(112.018)
Outros gastos administrativos	(39.407)	(30.480)	(2.834)	-	(72.721)
Cash Flow de Exploração	20.615	99.278	24.644	(189)	144.346
Depreciações e Amortizações	(10.754)	(2.920)	(524)	-	(14.198)
Provisões líquidas de anulações	1.704	730	-	-	2.434
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(49.270)	(73.906)	-	-	(123.176)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	-	-	(16.422)	-	(16.422)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	-	-	-	(1.539)	(1.539)
Resultados antes de impostos	(37.705)	23.182	7.698	(1.728)	(6.553)
Impostos	14.023	(6.039)	947	913	9.844
Resultado do Exercício	(23.682)	17.143	8.645	(815)	1.291

Segmentos geográficos

31/12/2011

 BALANÇO POR SEGMENTOS GEOGRÁFICOS
 EM DEZEMBRO DE 2011

(montantes expressos em milhares Eur)

ACTIVO	Portugal	Resto União Europeia	TOTAL
Aplicações e Disponibilidades junto de Bancos Centrais e de Instituições de Crédito	1.798.671	8.900	1.807.571
Activos Financeiros Detidos para Negociação	8.140	-	8.140
Activos Financeiros ao Justo Valor	69.198	-	69.198
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	3.916.852	1.169	3.918.021
Empréstimos a Clientes (Líquido)	9.478.174	31.584	9.509.758
Activos com acordo de recompra	310.962	-	310.962
Investimentos Detidos até à Maturidade	-	-	-
Outros activos (dos quais):	100.719	1.490	102.209
Activos Tangíveis	47.230	859	48.089
Activos Intangíveis	7.186	-	7.186
TOTAL	15.682.716	43.143	15.725.859
PASSIVO	Portugal	Resto União Europeia	TOTAL
Recursos de Bancos Centrais e Instituições de Crédito	2.964.227	21.596	2.985.823
Passivos Financeiros detidos para Negociação	8.361	-	8.361
Passivos Financeiros ao Justo Valor	-	-	-
Depósitos de clientes	7.908.179	9.977	7.918.156
Débitos representados por títulos	611.361	-	611.361
Passivos Subordinados	362.228	-	362.228
Outros Passivos	4.000.370	20.105	4.020.475
TOTAL	15.854.726	51.678	15.906.404

31/12/2010

BALANÇO POR SEGMENTOS GEOGRÁFICOS
EM DEZEMBRO 2010

ACTIVO	(montantes expressos em milhares Eur)		
	Portugal	Resto União Europeia	TOTAL
Aplicações e Disponibilidades junto de Bancos Centrais e de Instituições de Crédito	1.161.929	11.816	1.173.745
Activos Financeiros Detidos para Negociação	3.911	-	3.911
Activos Financeiros ao Justo Valor	293.126	-	293.126
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	3.153.871	1.126	3.154.997
Empréstimos a Clientes (Líquido)	10.016.158	11.754	10.027.912
Activos com acordo de recompra	-	-	-
Investimentos Detidos até à Maturidade	-	-	-
Outros activos (dos quais):	404.752	2.611	407.363
Activos Tangíveis	55.462	1.013	56.475
Activos intangíveis	7.186	-	7.186
TOTAL	15.033.747	27.307	15.061.054

PASSIVO	(montantes expressos em milhares Eur)		
	Portugal	Resto União Europeia	TOTAL
Recursos de Bancos Centrais e Instituições de Crédito	2.657.475	6.031	2.663.506
Passivos Financeiros detidos para Negociação	16.990	-	16.990
Passivos Financeiros ao Justo Valor	4.957	-	4.957
Depósitos de clientes	7.147.060	11.235	7.158.295
Débitos representados por títulos	755.341	-	755.341
Passivos Subordinados	428.943	-	428.943
Outros Passivos	3.201.488	12.888	3.214.376
TOTAL	14.212.254	30.154	14.242.408

31/12/2011

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR SEGMENTOS GEOGRÁFICOS
EM DEZEMBRO DE 2011

ACTIVO	(montantes expressos em milhares Eur)		
	Portugal	Resto União Europeia	TOTAL
Margem Financeira - Clientes Externos	761.153	1.600	762.753
Margem Financeira - Intersegmentos	(564.565)	(751)	(565.316)
Margem Financeira Total	196.588	849	197.437
Rendimento de instrumentos de capital	26.273	-	26.273
Rendimento de serviços e comissões	98.276	39	98.315
Encargos com serviços e comissões	(16.364)	(26)	(16.390)
Resultados de Activos e Passivos avaliados ao Justo Valor através de resultados	(8.147)	(16)	(8.163)
Resultados de Activos Financeiros disponíveis para Venda	(64)	-	(64)
Resultados de Reavaliação Cambial	933	43	976
Resultados de Alienação de Outros Activos	(1.808)	-	(1.808)
Outros Resultados de Exploração	43.422	26	43.448
Produto da Actividade	339.109	915	340.024
Custos com Pessoal	(113.229)	(2.108)	(115.337)
Outros gastos administrativos	(66.396)	(1.071)	(67.467)
Cash Flow de Exploração	159.484	(2.264)	157.220
Depreciações e Amortizações	(13.803)	(438)	(14.241)
Provisões líquidas de anulações	21.142	-	21.142
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(133.557)	-	(133.557)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(43.626)	-	(43.626)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(11.722)	-	(11.722)
Resultados antes de impostos	(22.082)	(2.702)	(24.784)
Impostos	9.085	-	9.085
Resultado do Exercício	(12.997)	(2.702)	(15.699)

31/12/2010

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR SEGMENTOS GEOGRÁFICOS
EM DEZEMBRO DE 2010

ACTIVO	(montantes expressos em milhares Eur)		
	Portugal	Resto União Europeia	TOTAL
Margem Financeira - Clientes Externos	532.929	970	533.899
Margem Financeira - Intersegmentos	(318.983)	(288)	(319.271)
Margem Financeira Total	213.946	682	214.628
Rendimento de instrumentos de capital	17.190	-	17.190
Rendimento de serviços e comissões	84.040	43	84.083
Encargos com serviços e comissões	(12.914)	(9)	(12.923)
Resultados de Activos e Passivos avaliados ao Justo Valor através de resultados	(7.769)	-	(7.769)
Resultados de Activos Financeiros disponíveis para Venda	7.513	-	7.513
Resultados de Reavaliação Cambial	695	88	783
Resultados de Alienação de Outros Activos	4.074	-	4.074
Outros Resultados de Exploração	21.642	(134)	21.508
Produto da Actividade	328.417	670	329.087
Custos com Pessoal	(110.033)	(1.985)	(112.018)
Outros gastos administrativos	(71.710)	(1.011)	(72.721)
Cash Flow de Exploração	146.674	(2.326)	144.348
Depreciações e Amortizações	(13.851)	(347)	(14.198)
Provisões líquidas de anulações	2.434	-	2.434
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(123.176)	-	(123.176)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(16.244)	(178)	(16.422)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(1.539)	-	(1.539)
Resultados antes de impostos	(5.702)	(2.851)	(8.553)
Impostos	9.844	-	9.844
Resultado do Exercício	4.142	(2.851)	1.291

6. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Caixa	44.498	52.885
Em Euros	38.242	45.792
Em divisas estrangeiras	6.256	7.093
Dépósitos à ordem no Banco de Portugal	220.821	39.727
	265.319	92.612

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal incluem os depósitos que visam satisfazer as exigências legais de constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 7/94 de 19 de Outubro, o coeficiente a aplicar ascende a 2% dos passivos elegíveis.

Estes depósitos passaram a ser remunerados a partir de 1 de Janeiro de 1999.

O acréscimo nos Depósitos à Ordem no Banco de Portugal, a 31 de Dezembro de 2011 deve-se a operações correntes de montantes elevados recebidos de diversos sistemas de liquidação e referentes a clientes.

7. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Cheques a cobrar	22.291	24.881
No país	22.280	24.833
No estrangeiro	11	48
Déposito à ordem	10.304	22.488
No país	721	1.261
No estrangeiro	9.583	21.227
	32.595	47.369

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no País em 31 de Dezembro de 2011 foram compensados na Câmara de Compensação nos primeiros dias úteis de Janeiro de 2012.

8. ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica é composta por instrumentos financeiros derivados, não enquadrados em operações de cobertura.

Descrição	31-12-2011			31-12-2010	
	Nacional	Justo Valor		Justo Valor	
		Positivo	Negativo	Positivo	Negativo
Contratos sobre taxas de câmbios					
Forwards					
- Compras	92.862	643	54	571	469
- Vendas	77.044				
Currency Swaps					
- Compras	305.021	7.348	925	3.094	6.990
- Vendas	298.708				
Contratos sobre taxas de juro					
Interest Rate Swaps	2.694.191	149	7.382	246	9.531
Contratos sobre acções / índices					
Equity / Index Swaps	-	-	-	-	-
		8.140	8.361	3.911	16.990

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados são reconhecidos no balanço em rubricas separadas do Activo e do Passivo. O justo valor positivo é reconhecido em “Activos financeiros detidos para negociação” e o justo valor negativo em “Passivos financeiros detidos para negociação”.

Os Interest Rate swaps correspondem exclusivamente a operações realizadas no âmbito de operações de titularização que envolvem uma entidade externa ao Grupo, o veículo de securitização e a Sociedade.

9. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Dívida pública portuguesa	-	-
Dívida não subordinada emitida por residentes	59.639	72.896
Dívida não subordinada emitida por não residentes	84	29.722
Dívida subordinada emitida por não residentes	-	-
Instrumentos de capital emitidos por residentes	8.877	190.013
Instrumentos de capital emitidos por não residentes	598	495
	69.198	293.126

Em 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

Natureza e espécie	Cotação	Quantidade	Valor de Balanço
Dívida não subordinada			
BANIF LEASING 05/15	100,00%	6.000	6.109
BANIF B.INVESTIMENTO TX VR 2016	100,00%	15.000	15.002
RENTIPAR SECUROS 2015	100,00%	24.500	24.681
RENTIPAR 2008/2012	100,00%	12.343	12.343
AÇOREANA TX VR DEZ 17	100,00%	1.502	1.504
BANIF FINANCE FLT DEZ 14	83,50%	100	84
Instrumentos de Capital			
FCP	0,48	11.446	5
INAPA - Inv. Part. Gestão	0,14	125.693	18
INFRA INVEST FEIA	41,30	60.980	2.519
FUNDO CAPITAL DE RISCO CAPVEN	1.516,03	150	227
NEW ENERGY FUND-FEIF	24.236,25	36	872
BANIF CAPITAL INFRASTRUCTURE FUND	4.188,57	1.250	5.236
BANIF FINANCE AÇ PRF PRP	1	350	350
PORTUGAL VENTURE CAPITAL INITIATIVE	1	249.750	248
			69.198

O valor do Balanço corresponde ao valor de cotação e aos juros corridos.

Para os títulos de dívida emitida por entidades do Grupo, registados ao valor nominal, existe um compromisso de recompra ao valor nominal por parte dos emitentes.

Conforme requerido na alínea c), nº 2, da Instrução nº 18/2005, do Banco de Portugal, os títulos que se vencem no prazo de um ano são:

Natureza e espécie	Valor de Balanço
RENTIPAR 2008/2012	12.343
	12.343

10. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010 Reexpresso	31-12-2010
Títulos			
Instrumentos de capital	25.563	4.870	4.869
Instrumentos de dívida	308.190	89.009	114.103
Adquiridos no âmbito de operações de securitização	3.653.872	3.086.754	333.530
Imparidade	(69.604)	(25.636)	(25.636)
	3.918.021	3.154.997	426.866

Em 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

Natureza e espécie	Quantidade	Valor de Balanço	Imparidade
BILHETES DO TESOURO 20ABR2012	75.000.000	73.971	-
BILHETES DO TESOURO 20JAN2012	175.000.000	174.650	-
OBRIG. TESOURO SETEMBRO 1998/2013	5.787.980	5.121	-
OBRIG. TESOURO 09/14JUN2019 4,75%	33.750.000	19.498	-
BES 5,625% 5JUN2014	5.000.000	4.138	-
CGD 3,625% JUL14	5.000.000	4.160	-
CGD 5,125% FEV14	3.750.000	3.543	-
BCP 3,625% 19JAN2012	5.000.000	5.156	-
AÇOREANA TX VR DEZ 17	345.000	345	-
RENTIPAR 2008/2012	1.450.000	1.450	-
BANIF SGPS 2010/2013	100.000	100	-
BCP 4,75% OUT14	5.000.000	4.009	-
BANIF BI SUBOR.PERP	142.000	142	-
Crécia 4,3% Mar 12	2.000.000	1.988	(941)
ATLANTE MTG Nº 1	61	19.558	(4.633)
ATLANTE MTG Nº 1 CL A	107	9.354	-
ATLANTE MTG Nº 2 CL A	2.834	210.517	-
ATLANTE MTG Nº 2 CL B	-	-	-
ATLANTE MTG Nº 2 CL C	-	-	-
ATLANTE MTG Nº 2 CL D	161	19.143	(5.050)
ATLANTE MTG Nº 3 CL A	5.586	449.273	-
ATLANTE MTG Nº 3 CL B	414	41.490	-
ATLANTE MTG Nº 3 CL C	577	66.634	(5.937)
ATLANTE MTG Nº 4 CL A	5.143	514.496	-
ATLANTE MTG Nº 4 CL B	358	35.769	-
ATLANTE MTG Nº 4 CL C	743	79.679	(2.872)
ATLANTE MTG Nº 5 CL A	4.550	455.777	-
ATLANTE MTG Nº 5 CL B	450	45.084	-
ATLANTE MTG Nº 5 CL C	663	69.189	(947)
AZOR MORTGAGES Nº1 PUBLIC LTD - CLASS D NOTES	50	6.967	(2.168)
AZOR MORTGAGES Nº.2 - CLASS A - (XS0378557234)	2.535	192.091	-
AZOR MORTGAGES Nº.2 - CLASS B - (XS0378557580)	465	46.719	-
AZOR MORTGAGES Nº.2 - CLASS C - (XS0378557663)	68	9.346	(4.244)
ATLANTES FIN Nº 3 CL A	2.085	51.125	-
ATLANTES FIN Nº 3 CL B	1.740	175.361	-
ATLANTES FIN Nº 3 CL C	180	23.445	(4.985)
ATLANTES SME 1 CLASS A	-	-	-
ATLANTES SME 1 CLASS B	5.328	534.642	-
ATLANTES SME 1 CLASS C	223	34.035	(30.906)
ATLANTE MTG Nº 7 CL A	3.398	340.430	-
ATLANTE MTG Nº 7 CL B	397	39.774	-
ATLANTE MTG Nº 7 CL C	636	67.518	(1.039)
ATLANTES FIN Nº 4 CL A	847	84.776	-
ATLANTES FIN Nº 4 CL B	90	9.010	-
ATLANTES FIN Nº 4 CL C	165	16.522	-
ATLANTES FIN Nº 4 CL D	55	6.151	(2.785)
BANIF FINANCE SUB DEZ 2019, Ltd	92.000	71	-
BANIF FINANCE FIN SUB DEZ14	500.000	418	-
BK IRLAND 4,625% SET14	2.500.000	2.156	-
CAJAMADRID 4,25% FEV 14	5.000.000	5.071	-
EURO INVEST FLOAT OUT12	1.777.000	1.539	-
EUROINVEST SERIE 03	296.000	215	-
BANIF FINANCE AÇ PRF PRP	827	827	-
BANIF FINANCE AÇ PRF 2009 USD	29	13	-
FUNDO FCR	20.000	12.238	-
NYSE EURONEXT - US6294911010	201	4	-
S.U.L.F.T.	14	11	-
VISA CLASS C	2.533	68	-
FINANCEST	526	535	(180)
SIBS,SA	103.436	445	-
UNICRE, SA	35.076	915	-
BANIF AÇOR PENSÕES-SOC.GESTORA FUNDOS PENSÕES, SA.	40.000	240	-
CEIM, LDA	800	4	-
COLISEU MICAELENSE, S A	83	-	-
DIDIER & OUIROZ, S.A.	50.000	150	(2)
GARVAL	500	1	-
IMOVALOR	19.890	281	-
LISCARANTE	500	1	-
MACEDO & COELHO	188	-	-
NORGARANTE	500	1	-
NORMA-AÇORES - SOC.ESTUD.APOIO DESENV. REC.	10.000	50	-
PRETÓRIA LDA	5.736	6	-
LUSITANIA SEGUROS	476	228	(129)
SC BRAGA SAD	20	-	-
SOGEO - SOC. GEOTERMICA DOS AÇORES, SA.	24.529	122	-
TEATRO MICAELENSE, S A	83	-	-
TRANSINSULAR (AÇORES) - TRASP. MARITI INSUL	2.000	11	-
ACT - C -INDÚSTRIA DE CORTIÇAS, S.A	170.410	852	(852)
SUBERCOR	28.137	140	(140)
VINOCOR	156.421	782	(782)
VNCORK	801	1	(1)
TAEM SGPS	125	-	-
CORKFOC	271.188	1.356	(423)
PAN ATLANTICA	950.000	589	(589)
FLIPTREL PORTUGAL SGPS	2.500	3	-
FLIPTREL II SA	577	1	-
ASCENDI NORTE	118.169	1.654	-
ASCENDI BEIRAS	70.775	3.311	-
ASCENDI OPERADORA BLA	139	-	-
ASCENDI OPERADORA NT	210	-	-
KALOUMA HOLDINGS LTD	143	722	-
GERMAN BOND OBL 1 3/4 10-09-2015	200.000	210	-
UK BOND UKT 4 3/4 09-07-2015	170.000	237	-
		3.987.625	(69.604)

Para os títulos de dívida emitida por entidades do Grupo, com a exceção dos emitidos no âmbito das operações de titularização, registados ao valor nominal, existe um compromisso de recompra ao valor nominal por parte dos emitentes.

Em 2011, a Sociedade reconheceu 941 milhares de euros de imparidade sobre a dívida grega, correspondente à reserva de reavaliação negativa em 31 de Dezembro de 2011, de acordo com a publicação nº 2011/397 da ESMA (Autoridade Europeia dos Mercados de Valores Mobiliários), sobre o entendimento do tratamento contabilístico das dívidas soberanas nas contas dos emitentes em 2011.

Natureza e espécie	Valor de Balanço	A caucionar
A CAUCIONAR OPERAÇÕES DE REFINANCIAMENTO DO EUROSISTEMA:		
Atlantes MTC N.º2 CL A	210.517	Pool BCE
Atlantes MTC N.º3 CL A	449.273	Pool BCE
Atlantes MTC N.º4 CL A	514.496	Pool BCE
Atlantes MTC N.º5 CL A	455.777	Pool BCE
Atlantes MTC N.º7 CL A	340.430	Pool BCE
Atlantes Finance N.º3 CL A	51.125	Pool BCE
Azor Mortgage N.2 CL A	192.091	Pool BCE
BCP 3,625% 19JAN2012	5.156	Pool BCE
BCP 4,75% 29OUT2014	4.009	Pool BCE
CGD 3,625% 21 JUL2014	4.160	Pool BCE
Atlantes MTC N.º 1 CL A	9.354	Pool BCE
Caja Madrid 4,25% 21 FEV 2014	5.071	Pool BCE
Bank of Ireland 4,625% 16 SET 2014	2.156	Pool BCE
Inapa 1ª Emissão, Grécia 4,3% Mar 12	20.960	Pool BCE
Grécia 4,3% Mar 12, BES 5,625% 5JUN 2014	1.047	Pool BCE
BES 5,625% 5JUN 2014	4.138	Pool BCE
CGD 5,125% 19FEV 2014	3.543	Pool BCE
Bilhetes do Tesouro 20Jan2012	174.650	Pool BCE
Bilhetes do Tesouro 17Fev2012	80.027	Pool BCE
Bilhetes do Tesouro 20Abr2012	71.505	Pool BCE
Obrigações do Tesouro Junho 2009/2019 OT JUN 4,75%	11.577	Pool BCE - Crédito Intradiário
Obrigações do Tesouro Setembro 1998/2013	2.230	Pool BCE - Crédito Intradiário
	2.613.292	
A CAUCIONAR COMPROMISSOS IRREVOGÁVEIS FUNDO GARANTIA DEPÓSITOS:		
Obrigações do Tesouro Junho 2009/2019 OT JUN 4,75%	7.044	FGD
Bilhetes do Tesouro 20Abr2012	2.466	FGD
Obrigações do Tesouro Setembro 1998/2013	2.027	FGD
	11.537	
A CAUCIONAR SISTEMA DE INDEMNIZAÇÃO AOS INVESTIDORES:		
Obrigações do Tesouro Setembro 1998/2013	740	SII
	740	
PENHOR COM A SOCIEDADE GARANTIA MÚTUA:		
Carval, Lisgarante e Norgarante	1,5	SCM
	2	

Não existem títulos a vencer no prazo de um ano.

11. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Mercado monetário interbancário	-	250.000
Empréstimos		
No país	647.142	342.716
No Estrangeiro	840.308	358.590
Outras Aplicações		
No país	19.368	34.177
No Estrangeiro	2.851	48.287
Perdas de imparidade	(13)	(6)
	<u>1.509.656</u>	<u>1.033.764</u>

As Aplicações sobre as IC's no estrangeiro são sobre os seguintes países:

País	Montante
BAHAMAS	295.834
BRASIL	64.920
CABO VERDE	8.547
CAYMAN	116.744
HUNGRIA	2.225
MALTA	153.490
NORUEGA	1.290
POLONIA	4.711
EUA	190.006
	<u>837.767</u>

A movimentação de imparidade de aplicações em instituições de crédito apresenta a seguinte evolução:

Descrição	Saldo em 31-12-2010	Reforços	Regularizações	Utilizações	Reposições e anulações	Saldo em 31-12-2011
Risco País - Aplicações OIC	6	24	-	-	(17)	13
	<u>6</u>	<u>24</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(17)</u>	<u>13</u>

12. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Crédito a Empresas		
Contas Correntes	1.831.721	2.203.574
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	179.675	279.235
Empréstimos	1.750.726	2.587.976
Descobertos	68.433	91.397
Factoring	173.331	164.791
Operações Locação Financeira	168.733	-
Operações de Compra com acordo de revenda	2.525	-
Outros	44.645	24.520
Crédito a Particulares		
Habitação	528.244	444.135
Consumo	75.815	155.617
Outras finalidades		
Empréstimos	400.465	411.685
Contas Correntes	115.926	129.234
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	10.675	17.877
Descobertos	31.741	38.887
Outros	55.768	54.238
Outros créditos e valores a receber (titulados)	165.457	334.878
Crédito a clientes - Titularizado	3.702.848	2.959.053
Crédito e juros vencidos	500.519	385.350
Rendimentos a receber	74.294	53.006
Despesas com rendimento diferido	12.787	12.723
Receitas com rendimento diferido	(12.893)	(14.435)
Provisões para crédito vencido e cobrança duvidosa	(371.676)	(305.829)
Total	9.509.759	10.027.912

Dos empréstimos a empresas, o montante de 94 milhões de euros está a ser utilizado como caução de operações de refinanciamento com o BCE, conforme Nota 22.

A rubrica “Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores” apresenta a seguinte evolução em 2011:

Descrição	Saldo em 31-12-2010	Integração Banif Co	Reforços	Regularizações	Utilizações	Reposições	Saldo em 31-12-2011
Crédito vencido	270.434	2.185	200.101	16.502	(93.973)	(62.404)	332.844
Crédito de Cobrança Duvidosa	35.374	1.143	41.970	13.694	(7.253)	(46.122)	38.806
Risco País - Crédito ao exterior	21	0	191	-	-	(186)	26
	305.829	3.328	242.262	30.196	(101.226)	(108.712)	371.676

Foram efectuadas “Utilizações” por write-off de crédito sem recuperabilidade, no montante de 82.909 milhares de euros.

As “Utilizações” incluem ainda o montante de 15.678 milhares de euros e as “Reposições e anulações” o montante de 57.063 milhares de euros relativos aos créditos cedidos no âmbito de operações de cedência, conforme descrito abaixo.

A Sociedade, nos exercícios de 2011 e 2010, realizou as seguintes cessões de crédito a outras entidades do Banif – Grupo Financeiro:

Contraparte	2011				
	Crédito	Juros	Provisões	Crédito e juros líquidos de provisões	Valor venda
Banif International Bank	141.878	7.232	73.741	75.369	133.432
	<u>141.878</u>	<u>7.232</u>	<u>73.741</u>	<u>75.369</u>	<u>133.432</u>
Contraparte	2010				
	Crédito	Juros	Provisões	Crédito e juros líquidos de provisões	Valor venda
Banif Cayman	33.397	1.243	15.081	19.559	22.985
Banif Forfaiting Company	30.154	2.891	19.995	13.050	28.990
Banif International Bank	14.323	1.019	9.139	6.203	13.842
	<u>77.874</u>	<u>5.153</u>	<u>44.215</u>	<u>38.812</u>	<u>65.817</u>

A coluna “Provisões” inclui provisões para crédito de cobrança duvidosa e para crédito vencido.

Estas operações de cessão tiveram os seguintes impactos nos rácios de crédito vencido e prudenciais:

Indicadores	2011		2010	
	Após Cessões	Antes Cessões	Após Cessões	Antes Cessões
Crédito Vencido / Crédito Total	5,1%	5,7%	3,7%	3,9%
Adequação de Fundos Próprios	11,4%	11,6%	14,1%	12,9%
Core Tier 1	10,1%	8,9%	10,1%	9,2%

A Sociedade cedeu ainda ao fundo de investimento FLIT-PTREL créditos pelo valor de 41.406 milhares de euros, líquidos de imparidades, mantendo o envolvimento e riscos sobre estes activos através da subscrição de Unidades de Participação (UP’s) no referido fundo e de Prestações Acessórias (PA’s) na entidade veiculo (SPV), que adquiriu os créditos, nos seguintes montantes:

UP’s Fundo:	28.594
PA’s (SPV):	<u>12.812</u>
	41.406

Em 31 de Dezembro de 2011, estes montantes encontravam-se registados na rubrica de Outros Activos.

13. ACTIVOS COM ACORDO DE RECOMPRA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Activos com acordo de recompra	310.962	-
	<u>310.962</u>	<u>-</u>

Em 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

Denominação	Quantidade	Valor balanço
ESPIRITO SANTO PROPERTY	50.000.000	51.283
ATLANTES SME 1 CLASS A	363	24.388
ATLANTES SME 1 CLASS B	225	22.578
ATLANTES SME 1 CLASS A	293	19.685
ATLANTE MTG Nº 2 CL B	184	18.022
ATLANTE MTG Nº 2 CL C	75	7.347
AZOR MTG 1 C	20	1.781
BANIF FINANCE 22/05/2012	24.000	22.475
ATLANTE MTG Nº 2 CL A	643	48.805
ATLANTES SME 1 CLASS A	1.408	94.597
		<u>310.962</u>

14. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

O movimento ocorrido no período foi:

Categoria de activo	Saldo em 31-12-2010	Movimento do exercício								Saldo em 31-12-2011
		Integração Banif Co		Aquisições	Transferências	Perdas de Imparidade reconhecidas	Amortização do exercício	Regularizações	Abates (líquido)	
		Valor Bruto	Imparidade							
Imóveis e equipamento	96.191	20.044	(924)	130.583	(9.980)	(6.944)	-	(625)	(5.153)	223.192
	<u>96.191</u>	<u>20.044</u>	<u>(924)</u>	<u>130.583</u>	<u>(9.980)</u>	<u>(6.944)</u>	<u>-</u>	<u>(625)</u>	<u>(5.153)</u>	<u>223.192</u>

No período de referência das demonstrações financeiras foram adquiridos, por meio de execução de garantias, o montante de 120.603 milhares de euros.

Durante o ano de 2011, a Sociedade alienou imóveis recebidos em dação em pagamento provenientes de reembolso de crédito próprio, no valor de 5.153 milhares de euros. As mais e menos valias realizadas com a alienação de Activos não correntes detidos para venda estão apresentados na Demonstração de Resultados na linha “Resultados de alienação de outros activos” (Nota 37).

Para efeitos de determinação de eventuais imparidades, as avaliações dos activos não correntes detidos para venda são realizadas por peritos especializados e independentes de acordo com os critérios e metodologias geralmente aceites para o efeito, que integram análises pelo método do custo e pelo método de mercado, sendo o justo valor definido pelo montante que pode ser razoavelmente

esperado pela transacção entre um comprador e um vendedor interessados, com equidade entre ambos, nenhum deles estando obrigado a vender ou a comprar e ambos estando conhecedores de todos os factores relevantes a uma determinada data.

O justo valor dos activos não correntes detidos para venda ascendia a 271.269 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2011 (106.911 milhares de euros em 2010).

15. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O movimento ocorrido no período foi:

Categoria de activo	Saldo em 31-12-2010	Movimento do exercício					Abates (líquido)	Saldo em 31-12-2011
		Aquisições	Transferências	Perdas de imparidade reconhecidas	Amortização do exercício	Regularizações		
Outras propriedades de investimento	28.924	22.157	9.980	(3.076)	(321)	(956)	(487)	56.221
	<u>28.924</u>	<u>22.157</u>	<u>9.980</u>	<u>(3.076)</u>	<u>(321)</u>	<u>(956)</u>	<u>(487)</u>	<u>56.221</u>

Para efeitos de determinação de eventuais imparidades, as avaliações das propriedades de investimento são realizadas por peritos especializados e independentes de acordo com os critérios e metodologias geralmente aceites para o efeito, que integram análises pelo método do custo e pelo método de mercado, sendo o justo valor definido pelo montante que pode ser razoavelmente esperado pela transacção entre um comprador e um vendedor interessados, com equidade entre ambos, nenhum deles estando obrigado a vender ou a comprar e ambos estando conhecedores de todos os factores relevantes a uma determinada data.

Os imóveis registados nesta categoria correspondem a imóveis recebidos por reembolso de crédito próprio, que se encontram arrendados ou com potencial de valorização (terrenos).

Durante o ano de 2011, a Sociedade alienou imóveis, provenientes de reembolso de crédito próprio, no valor de 487 milhares de euros. As mais-valias realizadas com a alienação de Propriedades de Investimento estão apresentadas na Demonstração de Resultados na linha “Resultados de alienação de outros activos” (Nota 36).

O justo valor das propriedades de investimento ascendia a 66.638 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2011 (31.242 milhares de euros em 2010).

16. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido no período foi:

Categoria de activo	Saldo em 31-12-2010		Integração Banif Co		Aumentos		Transfe- rências	Amortizações do exercício	Abates (líquido)	Valor líquido 31-12-2011
	Valor Bruto	Amortizações acumuladas	Valor Bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições	Reavaliações (líquido)				
Imóveis	62.718	(25.030)	656	(256)	740	-	1.327	(5.454)	(1.634)	33.067
Equipamento	59.462	(45.688)	257	(227)	1.575	-	29	(4.376)	(107)	10.925
Activos em locação operacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos em locação financeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos tangíveis em curso	2.302	-	-	-	820	-	(1.403)	-	-	1.719
Outros activos tangíveis	8.421	(5.710)	38	-	31	-	47	(400)	(50)	2.377
	132.903	(76.428)	951	(483)	3.166	-	-	(10.230)	(1.791)	48.088

Não ocorreram reavaliações em exercícios anteriores e no exercício e não existem amortizações excepcionais resultantes de medidas de carácter fiscal.

Não existem activos fixos tangíveis em regime de locação financeira ou em regime de locação operacional.

17. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido no período foi:

Categoria de activo	Saldo em 31-12-2010		Integração Banif Co		Aumentos		Amortizações do exercício	Abates (líquido)		Valor líquido 31-12-2011
	Valor Bruto	Amortizações acumuladas	Valor Bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições	Reavaliações (líquido)		Valor Bruto	Amortizações acumuladas	
Despesas de investigação e desenvolvimento	154	(154)	-	-	-	-	-	-	-	-
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	44.089	(37.517)	-	-	5.890	-	(3.581)	-	-	8.881
Trespases	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de estabelecimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos plurianuais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros activos	1.719	(1.452)	-	-	-	-	(110)	-	-	157
Activos intangíveis - em curso	347	-	-	-	2.022	-	-	-	-	2.369
	46.309	(39.123)	-	-	7.912	-	(3.691)	-	-	11.407

No exercício de 2011 não foram registadas perdas por imparidade em activos intangíveis.

18. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Instrumentos de capital		
No país	88.354	353
No estrangeiro	91	89
Imparidade	-	-
Total	88.445	442

Em 31 de Dezembro de 2011, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

Natureza e Especie	Valor de Balanço antes de Imparidade	Imparidade	% detida	Capitais Próprios	Resultado Líquido
Instrumentos de capital					
NUMBERONE SCPS, Lda	354	-	100%	352	25.638
BANIF IMOBILIÁRIA	88.000	-	44%	197.999	(3.456)
BANIF BRAZIL, LDA	13	-	20%	19	(5)
BANIF & COMERCIAL DOS AÇORES, INC.-S. JOSÉ CALIFÓRNIA	-	-	100%	(86)	(1)
BANIF & COMERCIAL DOS AÇORES, INC.-FALL RIVER	77	-	100%	77	-
BANIF FINANCE Ltd	1	-	1%	120.164	25.051
	88.445	-			

Na sociedade Banif Finance a percentagem detida corresponde a 1% do capital votante.

O investimento na Banif Imobiliária foi efectuado em 30 de Dezembro de 2011 e está inserido na estratégia de reorganização dos interesses do Grupo no sector imobiliário. Para este efeito, a Banif Imobiliária esta a ser redimensionada em termos operacionais e financeiros e passará a deter ou gerir os activos do Grupo no sector imobiliário de uma forma global. Neste contexto e face às novas perspectivas de actividade da Banif Imobiliária não se estima qualquer imparidade sobre este investimento.

19. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

19.1 Impostos diferidos

Os impostos diferidos activos e passivos apresentam a seguinte composição e movimento no exercício: 31/12/2011

Descrição	No Exercício anterior	Movimento do Exercício				Final do Exercício		
		Imposto Diferido (Líquido)	Integração Banif Co	Por resultados			Por reservas e resultados transitados	
				Custos	Proveitos		Aumentos	Diminuições
Activos por imposto diferido								
Outros riscos e encargos	36	-	-	-	-	36		
Provisões e imparidade tributadas	32.470	165	(9.948)	15.391	-	38.078		
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	201	-	(647)	487	-	41		
Benefícios de empregados	7.354	-	(102)	1.940	5.693	14.885		
Prejuízos fiscais	8.316	2.761	(11.748)	16.909	-	16.238		
Propriedades de investimento	134	-	-	1.052	-	1.186		
Activos disponíveis para venda	1.137	-	-	-	5.046	(1.187)		
Total	49.648	2.926	(22.445)	35.779	10.739	(1.187)		
Passivos por imposto diferido								
Total	-	-	-	-	-	-		
TOTAL	49.648	2.926	(22.445)	35.779	10.739	(1.187)		

31/12/2010

Descrição	No Exercício anterior	Movimento do Exercício				Final do Exercício	
		Imposto Diferido (Líquido)	Por resultados		Por reservas e resultados transitados		
			Custos	Proveitos	Aumentos		Diminuições
Activos por imposto diferido							
Outros riscos e encargos	100	-	(67)	3	-	36	
Provisões e imparidade tributadas	24.785	-	(9.883)	17.568	-	32.470	
Derivados Banif	8	-	(8)	-	-	-	
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	152	-	-	49	-	201	
Benefícios de empregados	7.933	-	(1.056)	477	-	7.354	
Prejuízos fiscais	4.588	-	(5.623)	9.351	-	8.316	
Comissões	331	-	(331)	-	-	-	
Propriedades de investimento	197	-	(77)	14	-	134	
Outros	563	-	(563)	-	-	-	
Activos disponíveis para venda	-	-	-	-	1.137	1.137	
Total	38.857	(17.608)	27.462	1.137	-	49.648	
Passivos por imposto diferido							
Derivados BBCA	(125)	-	-	125	-	-	
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	(249)	-	-	249	-	-	
Activos disponíveis para venda	(1)	-	-	-	1	-	
Total	(375)	-	-	-	-	-	
TOTAL	38.282	(17.608)	27.836	1.138	-	49.648	

Os impostos diferidos activos por prejuízos fiscais reportáveis, correspondem a:

Exercício	Prejuízos Fiscais	Imposto Diferido	Data Expiração
2009	19.105	4.776	2015
2010	19.328	4.832	2014
2011	26.520	6.630	2015
	64.953	16.238	

Os activos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis são considerados recuperáveis pela Sociedade face às projecções de evolução da actividade e resultados para os próximos anos constantes do "Funding and Capital Plan", que tem como principais pressupostos:

- Depósitos: Crescimento médio dos depósitos até 2015 estimado em cerca de 2,2%, assente em três vectores:
 - i) aproveitamento do potencial comercial da rede de balcões no Continente, atendendo à sua juventude;
 - ii) exploração do segmento da comunidade emigrante, quer nacional (Açores e Madeira) quer internacional; e
 - iii) reconversão de activos sob gestão.
- Crédito: Redução média do crédito concedido em cerca de 1,7%, por via da retenção de reembolsos previstos nalguns segmentos de crédito (hipotecário e consumo) e de uma maior selectividade nas condições de concessão de crédito;
- Produto da Actividade: Pese embora o recente incremento dos custos de funding assumir características estruturais, a margem financeira deverá beneficiar do aumento gradual das taxas Euribor, indexante ao qual está associada a quase totalidade da carteira de crédito do Banco, bem como de uma política recorrente de revisão de spreads. Por outro lado, existe potencial de aumento dos níveis de comissionamento, quer em termos de negócio bancário puro, como de bancassurance, aproveitando a parceria com a seguradora Companhia de Seguros Açoreana SA, uma expectativa já documentada por vários estudos de consultores externos. Por estes factores, é expectável que o Produto da Actividade apresente um crescimento anual médio de 1% ao longo do horizonte em análise;
- Custos: melhoria dos níveis de eficiência, resultante de uma gestão mais criteriosa da rede de balcões e do lançamento de uma plataforma de serviços partilhados transversal a todas as unidades domésticas do Banif-Grupo Financeiro, o que deverá permitir um incremento do rácio Cost-Income para níveis abaixo dos 50%.

Conforme referido na Nota 3.3, caso estas estimativas não se concretizem, existe o risco de causar ajustamento material no valor do activo por impostos diferidos em exercícios futuros.

19.2 Reconciliação da taxa normal de imposto com a taxa efectiva

31/12/2011

Descrição	Exercício Corrente			
	Impostos Correntes		Impostos Diferidos	
	Matéria Colectável	Colecta	Matéria Colectável	Colecta
Gastos com Imposto à Taxa Legal				
Resultado antes de impostos	(24.784)	-	-	-
IRC e correcção impostos exercícios anteriores	4.249	-	-	-
Imposto Diferido	(13.334)	-	-	-
Resultado Líquido do exercício	(15.699)	(2.608)	-	-
Taxa legal de imposto sobre rendimento	25,00%	-	-	-
Adicionais sobre taxa legal	3,71%	-	-	-
Carga fiscal normal	28,71%	-	-	-
Variações Patrimoniais				
A crescer	-	-	-	-
A retirar	-	-	-	-
Acréscimos	167.368	48.051	(129.797)	(37.265)
Multas	22	6	-	-
Provisões não dedutíveis	126.189	36.229	(129.797)	(37.265)
Amortizações não dedutíveis	44	13	-	-
Imputação de lucros de sociedades off-shore	26.050	7.479	-	-
Outros	15.063	4.325	-	-
Deduções	(168.388)	(48.344)	113.016	28.093
Mais valias contabilísticas	-	-	-	-
Menos valias fiscais	(2.100)	(603)	-	-
Dividendos não tributáveis de participadas	(25.950)	(7.450)	-	-
Eliminação da dupla tributação económica	(25.950)	(7.450)	-	-
Provisões não dedutíveis	(110.188)	(31.635)	107.175	30.770
Benefícios de empregados	(3.576)	(1.027)	6.398	(1.837)
Outros	(624)	(179)	(557)	160
Efeitos Fiscais de Benefícios Fiscais	(716)	(208)	-	-
Outros	(716)	(208)	-	-
Lucro Tributável (Prejuízo fiscal)	(28.520)	(3.107)	-	-
Dedução de prejuízos fiscais/ benefícios fiscais	-	-	-	-
Lucro fiscal ACE	-	-	-	-
Matéria Colectável	(28.520)	(3.107)	(20.848)	(5.162)
Colecta Total	-	(3.107)	-	-
Total de deduções à colecta	-	-	-	-
Imposto sobre pessoas colectivas liquidado	-	-	-	-
Retenções na fonte e pagamentos por conta - Activos por impostos correntes	-	(951)	-	-
Imposto sobre pessoas colectivas a pagar	-	31	-	-
Correcções impostos exercícios anteriores	-	-	-	-
Tributação autónoma	-	972	-	-
Carga Fiscal Total	-	-	-	-
Por Impostos correntes	-	4.249	-	-
Impostos correntes a pagar	-	1.003	-	-
Correcção de impostos relativos a exercícios anteriores	-	(30)	-	-
Contribuição Extraordinária Sector Bancário	-	3.276	-	-
Por Impostos diferidos	-	-	-	13.334
Impostos diferidos reconhecidos no exercício	-	-	-	13.334
Taxa Efectiva de Tributação	-	-	-	-

Em “Activos por impostos correntes” está contabilizado o montante de 951 milhares de euros de IRC a recuperar.

31/12/2010

Descrição	Exercício Corrente			
	Impostos Correntes		Impostos Diferidos	
	Matéria Colectável	Colecta	Matéria Colectável	Colecta
Gastos com Imposto à Taxa Legal				
Resultado antes de Impostos	(9.280)	-	-	-
IRC e correcção impostos exercícios anteriores	384	-	-	-
Imposto Diferido	(10.228)	-	-	-
Resultado Líquido do exercício	564	(2.746)	-	-
Taxa legal de imposto sobre rendimento	24,20%	-	-	-
Adicionais sobre taxa legal	3,70%	-	-	-
Carga fiscal normal	27,90%	-	-	-
Variações Patrimoniais	(2.021)	(564)	(2.021)	(564)
A acrescer	1.015	283	1.015	283
A retirar	(3.036)	(847)	(3.036)	(847)
Despesas não Dedutíveis	101.211	28.238	(79.116)	(22.073)
Multas	12	3	-	-
Provisões não dedutíveis	83.184	23.208	(83.184)	(23.208)
Amortizações não dedutíveis	56	16	-	-
Imputação de lucros de sociedades off-shore	14.265	3.980	-	-
Outros	3.694	1.031	4.068	1.135
Receitas não Tributáveis	(104.172)	(28.064)	57.713	16.102
Mais valias contabilísticas	(4.099)	(1.144)	-	-
Menos valias fiscais	(16)	(4)	-	-
Dividendos não tributáveis de participadas	(16.873)	(4.708)	-	-
Eliminação da dupla tributação económica	(16.900)	(4.715)	-	-
Provisões não dedutíveis	(62.350)	(17.396)	55.638	15.523
Benefícios de empregados	(3.095)	(864)	2.075	579
Outros	(839)	(234)	-	-
Efeitos Fiscais de Benefícios Fiscais	(1.045)	(292)	-	-
Outros	(1.045)	(292)	-	-
Lucro Tributável (Prejuízo fiscal)	(15.307)	(4.428)	-	-
Dedução de prejuízos fiscais/ benefícios fiscais	48	13	-	-
Lucro fiscal ACE	48	13	-	-
Matéria Colectável	(15.259)	(4.415)	(15.259)	(3.693)
Colecta Total	-	(4.415)	-	-
Total de deduções à colecta	-	-	-	-
Imposto sobre pessoas colectivas liquidado	-	-	-	-
Retenções na fonte e pagamentos por conta - Activos por impostos correntes	-	(467)	-	-
Imposto sobre pessoas colectivas a pagar	-	-	-	-
Correcções impostos exercícios anteriores	-	-	-	-
Tributação autónoma	-	404	-	-
Total a pagar (recuperar)	-	-	-	-
Carga Fiscal Total	-	384	-	-
Por Impostos correntes				
Impostos correntes a pagar	-	404	-	-
Correcção de Impostos relativos a exercícios anteriores	-	(20)	-	-
Contribuição Extraordinária Sector Bancário	-	-	-	-
Por Impostos diferidos	-	-	-	10.228
Impostos diferidos reconhecidos no exercício	-	-	-	10.228
Taxa Efectiva de Tributação	-	-	-	-

20. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010 Reexpresso	31-12-2010
Ouro	22	22	22
Outros metais preciosos, numismática e medalhística	500	525	525
Outras disponibilidades sobre residentes	1	1	1
	523	548	548
Bonificações a receber	12.260	10.335	10.335
	12.260	10.335	10.335
Suprimentos	137.827	6.985	6.985
Devedores diversos	143.196	80.204	80.204
Despesas com encargos diferidos - Fundo Pensões	2.468	4.150	4.150
Fundo Pensões	5.071	18.564	18.564
Outros activos	304.039	44.902	105.009
	592.601	154.805	214.912
Perdas de imparidade	(6.939)	(4.755)	(4.755)
	598.445	160.933	221.040

A rubrica “suprimentos” inclui o montante de 120 milhões de euros de suprimentos à Banif Imobiliária efectuados em Dezembro de 2011.

A rubrica “devedores diversos” inclui saldos com entidades relacionadas no montante de 40.625 milhares de euros (33.162 milhares de euros em 2010).

As “Despesas com custo diferido – Fundo de Pensões” referem-se ao regime transitório previsto no Aviso 12/2001 do Banco de Portugal (Nota 3.14).

A rubrica “outros activos” inclui 174.615 milhares de euros referentes a valores a receber da venda de fundos de investimentos imobiliários à Banif Imobiliária e 41.406 milhares de euros referente a valores a receber de cedências de créditos ao fundo de Investimento FLIT-PTREL.

21. IMPARIDADE DE ACTIVOS

A Imparidade de activos apresenta o seguinte movimento no exercício:

Descrição	Saldo em 31-12-2010	Integração Banif Co	Reforços	Regularizações	Utilizações	Reposições e anulações	Saldo em 31-12-2011
Activos Financeiros disponíveis para venda	25.636	-	44.283	-	-	(315)	69.604
Activos não correntes detidos para venda	3.206	1.158	8.583	24	(232)	(1.070)	11.669
Propriedades de investimento	311	-	3.128	956	-	(53)	4.342
Outros activos	4.755	99	1.688	1.291	-	(894)	6.939
	33.908	1.257	57.682	2.271	(232)	(2.332)	92.554

22. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Recursos em Bancos Centrais	2.125.000	1.650.000
Encargos Financeiros	2.193	965
	2.127.193	1.650.965

Os “Recursos de Bancos Centrais” correspondem a operações de refinanciamento com o Banco Central Europeu (BCE), no âmbito das operações de cedência de liquidez, garantidas por penhor de activos elegíveis, conforme indicado nas Notas 9, 10, 11 e 12. A gestão destas operações está explicada no ponto 12. Controlo dos Riscos da Actividade, do capítulo 02. do Relatório de Gestão.

As operações com o BCE têm os seguintes vencimentos:

Descrição	Data Início	Data Fim	Montante
Banco Central Europeu	11-08-2011	01-03-2012	250.000
Banco Central Europeu	01-12-2011	01-03-2012	225.000
Banco Central Europeu	14-12-2011	18-01-2012	500.000
Banco Central Europeu	22-12-2011	29-01-2012	500.000
Banco Central Europeu	28-12-2011	04-01-2012	650.000
			2.125.000

Estas tomadas referem-se a leilões efectuados pelo BCE não existindo quaisquer condições de renovação.

O valor contabilístico dos títulos colateralizados destas operações ascende a 2.613.292 milhares de euros.

23. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica é composta pela valorização (justo valor negativo) dos instrumentos financeiros derivados, descritos na Nota 8, deste anexo.

24. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Obrigações	-	4.930
Encargos Financeiros	-	27
	-	4.957

No primeiro semestre de 2011 foi reembolsada a seguinte emissão:

- BBCA 2006/2011 no montante de 4.957 milhares de euros

25. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
De Instituições de crédito do país		
Depósitos	136.256	193.992
Empréstimos	208.642	56.431
Outros	246.236	-
	591.134	250.423
De Instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	207.844	101.164
Empréstimos	51.431	651.478
Outros	5.454	4.811
	264.729	757.453
Encargos financeiros	2.767	4.664
	858.630	1.012.540

A rubrica “Outros” de Instituições de Crédito no País corresponde a operações de venda com acordo de recompra sobre títulos:

Denominação	quantidade	Valor balanço
ESPIRITO SANTO PROPERTY 5 EMISSAO	50.000.000	50.000
ATLANTES SME 1 CLASS A	363	16.436
ATLANTES SME 1 CLASS B	225	8.564
ATLANTES SME 1 CLASS A	293	19.671
ATLANTE MTG Nº 2 CL B	184	18.012
ATLANTE MTG Nº 2 CL C	75	7.342
AZOR MTG 1 C	20	2.000
BANIF FINANCE 22/05/2012	240	24.036
ATLANTE MTG Nº 2 CL A	643	28.860
ATLANTES SME 1 CLASS A	1.408	71.140
		246.062

26. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Depósitos		
À Vista	2.444.917	1.311.329
A prazo	4.892.444	5.303.627
Poupança	76.356	96.844
Outros	435.504	406.591
	7.849.221	7.118.391
Outros débitos		
Cheques e ordens a pagar	2.704	3.053
Encargos financeiros	66.231	36.851
	7.918.156	7.158.295

27. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Certificados de depósito	78.729	90.594
Obrigações	1.355.000	650.000
Obrigações Readquiridas	(835.000)	-
Encargos financeiros	12.037	12.454
Correcção de valor de passivos que sejam objecto de operações de cobertura	595	2.292
	611.361	755.340

As emissões de dívida classificadas nesta rubrica apresentam as seguintes características:

Denominação	Obrigações Emitidas					Obrigações Readquiridas
	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Taxa de Comissão de Garantia	Valor balanço	Valor balanço
Banif 2009 - 2012 com garantia República	08-05-2009	08-05-2012	3,25%	0,948%	500.000	-
Banif 2011	14-10-2011	13-01-2012	Euribor 3 meses + 4,5%	-	20.000	-
Banif Float 2014	29-07-2011	29-07-2014	Euribor 3 meses + 1,6%	-	85.000	(85.000)
Banif Float 2014	21-10-2011	21-10-2014	Euribor 3 meses + 1,6%	-	50.000	(50.000)
Banif 2011 200M Garantia	19-07-2011	19-07-2014	Euribor 3 meses + 4,95%	1,348%	200.000	(200.000)
Banif 2011 500M Garantia	22-12-2011	22-12-2014	Euribor 3 meses + 1,2%	0%	500.000	(500.000)
					1.355.000	(835.000)

Os custos reportados com comissões de garantias das emissões garantidas pela Republica Portuguesa, ascendiam a 5.949 milhares de euros em 2011 (4.806 milhares de euros em 2010).

As perspectivas de renovação de novas emissões garantidas pela República Portuguesa estão analisadas no Capítulo 02. do Relatório de Gestão.

28. PASSIVOS FINANCEIROS ASSOCIADOS A ACTIVOS TRANSFERIDOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010 Reexpresso	31-12-2010
Atlantes Mortgage N.º 2	288.614	302.992	-
Azor Mortgage N.º 1	68.626	77.792	77.792
Atlantes Mortgage N.º 1	166.451	184.979	184.979
Azor Mortgage N.º 2	237.142	247.923	-
Atlantes Mortgage N.º 3	489.254	517.664	-
Atlantes Mortgage N.º 4	546.125	543.190	-
Atlantes Mortgage N.º 5	496.258	492.087	-
Atlantes Finance N.º 3	131.429	193.820	-
Atlantes Mortgage N.º 7	374.070	388.912	-
Atlantes N.º 1	868.193	-	-
Atlantes Finance N.º 4	101.695	-	-
Receita com rendimento diferido	933	1.932	1.932
Despesas com custo diferido	(12.513)	-	-
Provisões	(62.749)	-	-
	3.693.528	2.951.291	264.703

A Sociedade realizou operações de titularização de crédito hipotecário, através da alienação desses activos a entidades de finalidades especiais (veículos) constituídos para o efeito.

As operações de titularização são apresentadas como segue:

Atlantes Mortgage N.º1

Na operação Atlantes Mortgage No. 1, foram cedidos apenas contratos de crédito à habitação do Banif, SA, no valor de 500 milhões de Euros. Ao abrigo da legislação em vigor, foi constituído um Fundo de Titularização de Créditos designado Atlantes Mortgage No.1 Fundo, que adquiriu ao cedente os contratos de crédito à habitação e emitiu unidades de participação subscritas pela sociedade de direito irlandês Atlantes Mortgage No. 1 Plc. Para se financiar, a sociedade Atlantes Mortgage No. 1 Plc emitiu Obrigações no valor global de 500 milhões de Euros.

Azor Mortgage N.º1

A Azor Mortgages, com início em Novembro de 2004, foi a primeira operação de securitização de créditos imobiliários levada a cabo pelo anterior BBKA (a 2ª do Grupo Banif) com um valor total de 281 milhões de Euros. Na Azor Mortgages, ao abrigo da legislação em vigor, os créditos cedidos inicialmente foram adquiridos pela Sagres - Sociedade de Titularização de Créditos, que emitiu as obrigações Azor Notes inteiramente subscritas por uma sociedade de direito irlandês denominada Azor Mortgages Plc. Para se financiar, a sociedade Azor Mortgages Plc emitiu Obrigações no valor global de 281 milhões de Euros.

Em Dezembro de 2006, no âmbito dos objectivos propostos para a constituída sociedade de titularização do Grupo Banif, Gamma STC, foram transferidas para esta sociedade as Azor Notes assim como os

respectivos direitos de recebimento dos créditos e deveres de pagamento ao veículo Azor Mortgages plc, originalmente pertencentes à Sagres STC. Esta transferência teve o acordo do originador dos créditos, da sociedade de securitização original, agências de rating, CMVM, dos investidores, e outras entidades envolvidas na operação, após avaliação da boa capacidade da Gamma para assegurar a gestão da mesma.

Atlantes Mortgage N.º 2

Na operação Atlantes Mortgage No. 2, foram cedidos apenas contratos de crédito à habitação do Banif, SA, no valor de 375 milhões de Euros. Ao abrigo da legislação em vigor, foi constituído um Fundo de Titularização de Créditos designado Atlantes Mortgage No.2 Fundo, administrado pela Gamma – Sociedade Titularização de Créditos, SA, que adquiriu ao cedente os contratos de crédito à habitação e emitiu unidades de participação subscritas pela Atlantes Mortgage No. 2 Plc. Para se financiar, a sociedade Atlantes Mortgage No. 2 Plc emitiu Obrigações no valor global de 375 milhões de Euros.

Azor Mortgage N.º 2

Em Julho de 2008, teve início a Azor Mortgages No. 2, uma emissão de obrigações titularizadas, colateralizadas por uma carteira de crédito imobiliário originado pelo anterior BBKA. Ao contrário de emissões anteriores que envolveram veículos sediados no estrangeiro, esta emissão foi realizada directamente pela Gamma STC, não envolvendo qualquer outro veículo fora do território nacional.

Nesta emissão, o BBKA cedeu à Gamma STC uma carteira de 300 milhões de Euros. Esta aquisição, bem como a constituição da necessária reserva de caixa, foram financiadas através da emissão das obrigações titularizada Azor Mortgages No. 2 Class A, B e C, num montante nominal total de 306,75 milhões de Euros.

Atlantes Mortgage N.º 3

No final de Outubro de 2008 foi concretizada uma nova operação, neste caso a Atlantes Mortgage No. 3, com a emissão de obrigações titularizadas, envolvendo uma carteira de crédito imobiliário originado pelo Banif, SA.

O Banco cedeu à Gamma uma carteira de crédito imobiliário, cujo valor ascendeu a 600 milhões de Euros. Esta aquisição, bem como a constituição da necessária reserva de caixa, foram financiadas através da emissão das obrigações titularizada Atlantes Mortgage No. 3 Class A, B e C com um valor nominal agregado de 623.7 milhões de Euros.

Atlantes Mortgage N.º 4

Em Fevereiro de 2009, foi concretizada a operação Atlantes Mortgage n.º4, no âmbito da qual o Banif cedeu à Gamma uma carteira de crédito imobiliário, cujo valor ascendeu neste caso a 550 milhões de Euros, que foram financiadas através da emissão de obrigações titularizadas Atlantes Mortgage N.º 4, Class A, B e C com um valor nominal agregado de 567,2 milhões de euros.

Atlantes Mortgage N.º5

Em Dezembro de 2009, foi concretizada a operação Atlantes Mortgage n.º5, no âmbito da qual o Banif cedeu à Gamma uma carteira de crédito imobiliário, cujo valor ascendeu neste caso a 500 milhões de Euros, que foram financiadas através da emissão de obrigações titularizadas Atlantes Mortgage N.º 5, Class A, B e C com um valor nominal agregado de 520,5 milhões de euros.

Atlantes Mortgage N.º7

Em Novembro de 2010, foi concretizada a operação Atlantes Mortgage n.º7, no âmbito da qual o Banif cedeu à Gamma uma carteira de crédito hipotecário residencial cujo valor ascendeu a 397 milhões de Euros, que foram financiadas através da emissão de obrigações titularizadas Atlantes Mortgage n.º7, Classe A, B e C com um valor nominal agregado de 460,55 milhões de euros.

Atlantes Finance N.º3

Em Julho de 2010, foi concretizada a operação Atlantes Finance n.º3, no âmbito da qual o Banif, Banco Mais e Banif Co cederam à Gamma uma carteira de crédito automóvel, leasing automóvel, aluguer de longa duração e crédito ao consumo, cujo valor ascendeu neste caso a 382,5 milhões de Euros, que foram financiadas através da emissão de obrigações titularizadas Atlantes Finance N.º 3, Classe A, B e C com um valor nominal agregado de 411,2 milhões de euros.

Atlantes N.º1

Em Abril de 2011, foi concretizada a operação Atlantes N.º1, no âmbito da qual o Banif cedeu à Gamma uma carteira de crédito a empresas cujo valor ascendeu a 1.110,6 milhões de Euros, que foram financiadas através da emissão de obrigações titularizadas Atlantes n.º1, Classe A, B e C com um valor nominal agregado de 1.132,9 milhões de euros.

Atlantes Finance N.º4

Em Dezembro de 2011, foi concretizada a operação Atlantes Finance n.º4, no âmbito da qual o Banif cedeu à Gamma uma carteira de crédito ao consumo cujo valor ascendeu a 110,2 milhões de Euros, que foram financiadas através da emissão de obrigações titularizadas Atlantes Finance n.º4, Classe A, B, C e D com um valor nominal agregado de 116,1 milhões de euros.

As obrigações emitidas no âmbito Atlantes Mortgage N.º2, Atlantes Mortgage N.º3, Atlantes Mortgage N.º4, Atlantes Mortgage N.º5, Atlantes Mortgage N.º7, Atlantes Finance N.º3, Azor Mortgage N.º2, Atlantes N.º1 e Atlantes Finance N.º4 estão detidas pela Sociedade, sendo utilizadas como caução em operações de refinanciamento junto do BCE.

29. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

Descrição	Saldo em 31-12-2010	Integração Banif Co	Reforços	Regularizações	Utilizações	Reposições e anulações	Saldo em 31-12-2011
Riscos Gerais de Crédito	84.322	552	1.732	7.604	(33)	(22.691)	71.486
Processos judiciais	346	-	49	-	(125)	(75)	195
Contingências fiscais	4.938	80	-	-	-	(157)	4.861
Outras provisões	246	-	-	-	-	-	246
	89.852	632	1.781	7.604	(158)	(22.923)	76.788

Atendendo à elevada incerteza quanto ao prazo de pagamento das situações contingentes provisionadas, não foi considerado qualquer desconto temporal.

Na rubrica de “provisões para riscos gerais de crédito”, encontra-se registado o montante de 8.156 milhares de euros na coluna de regularizações relativos a provisões de crédito titularizado, que não afecta resultados, bem como 552 milhares de euros resultantes da fusão Banif Co.

Na rubrica “provisões para contingências fiscais”, encontra-se registado o montante de 919 milhares de euros (1.076 milhares de euros em 2010) relativo ao diferendo sobre a adaptação do Sistema Fiscal às especificidades da Região Autónoma dos Açores, que exclui o sector financeiro do âmbito da aplicação da taxa reduzida de IRC nos Açores.

A natureza das obrigações reconhecidas como passivo são:

Contingências fiscais: existe a obrigação presente resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos relacionada com impostos sobre os lucros.

Outras provisões e processos judiciais: existe a obrigação presente resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos.

Os passivos contingentes que correspondem a processos judiciais em curso com perdas potenciais para a Sociedade, mas cuja probabilidade de ocorrência da perda se considera pouco provável (mais de 5%, mas menos de 50%), ascendiam a 15.467 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2011, não havendo para estes processos qualquer estimativa viável da eventual perda.

As garantias prestadas correspondem aos seguintes valores nominais registados em contas extrapatrimoniais:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Garantias prestadas (das quais:)		
Garantias e avales	756.715	1.222.346
Cartas de crédito stand-by	-	-
Créditos documentários abertos	65.852	202.921
	822.567	1.425.267

Outras contingências e compromissos assumidos perante terceiros, não reconhecidos nas Demonstrações Financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, apresentam a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Outras garantias prestadas (das quais:)		
Activos dados em Garantia	4.745.826	2.667.753
Compromissos perante terceiros (dos quais:)		
Compromissos irrevogáveis	166.156	263.473
Compromissos revogáveis	732.045	1.036.463
	5.644.027	3.967.689

Os “Activos dados em garantia” correspondem a Obrigações do Tesouro e obrigações associadas a operações de securitização, que se encontram a caucionar os compromissos irrevogáveis com o Fundo de Garantia de Depósitos, o Sistema de Indemnização aos Investidores, o Crédito Intradiário junto do Banco de Portugal, Sociedade Garantia Mútua e Banco Central Europeu.

30. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS E INSTRUMENTOS REPRESENTATIVOS DE CAPITAL

A rubrica de outros passivos subordinados tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Obrigações e empréstimos subordinados emitidas	421.369	433.868
Obrigações subordinadas readquiridas	(33.955)	(5.480)
Encargos financeiros	(25.186)	555
	362.228	428.943

Os encargos financeiros incluem os montantes de 25.612 milhares de euros relativo à diferença entre o valor nominal e o valor de colocação da emissão Banif 2012-2019, objecto da operação pública de troca (OPT) que está a ser reconhecido de acordo com o método do custo amortizado (taxa efectiva) até ao vencimento do passivo.

As emissões de dívida classificadas nesta rubrica apresentam as seguintes características:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor balanço	Readquiridas	Meta Vella recompra 2011
Banif - Banco Internacional do Funchal 2005 - 2015	30-12-2005	30-12-2015	até 30/12/2010: Euribor 3 meses acrescida 0,75%, restante período: Euribor 3 meses acrescida 1,25%	50.000	(29.251)	3.631
Banif - Banco Internacional do Funchal 2006 - perpétua	22-06-2006	perpétua	até 22/12/2014: Euribor 3 meses acrescida 1%, restante período: Euribor 3 meses acrescida 2%	30.272	-	-
Banif - Banco Internacional do Funchal 2006 - 2016	22-12-2006	22-12-2016	até 22/12/2011: Euribor 3 meses acrescida 0,75%, restante período: Euribor 3 meses acrescida 1,25%	38.040	-	-
Banif - Banco Internacional do Funchal SFE 2007	22-12-2007	perpétua	até 22/12/2016: Euribor 3 meses acrescida 1,37%, restante período: Euribor 3 meses acrescida 2,37%	23.057	-	-
Banif - Banco Internacional do Funchal SFE 2008	30-06-2008	perpétua	até 28/12/2017: Euribor 3 meses acrescida 3,0362%, restante período: Euribor 3 meses acrescida 4,0362%	15.000	-	-
Banif - Banco Internacional do Funchal SFE 2009 - 2019	31-12-2009	31-12-2019	6,473%	75.000	-	-
Banif - Banco Internacional do Funchal 2008 - 2018	18-08-2008	18-08-2018	1º ano: 6,25%; até 11º cupão: Euribor 6 meses acrescido 1%, restante período: Euribor 6 meses acrescido 1,15%	25.000	(1.860)	33
Banif - Banco Internacional do Funchal 2009 - 2019	30-06-2009	31-12-2019	até 30/06/2009: 4,5%, de 30/12/2009 até 30/06/2014: Euribor 6 meses acrescida 2,75%, restante período: Euribor 6 meses acrescida 3%	14.628	(1.890)	25.768
BBCA 2006 - 2016	23-10-2006	23-10-2016	primeiros 5 anos: Euribor 6 meses acrescido 1%, restantes anos: Euribor 6 meses acrescido 1,25%	20.000	(634)	17
BBCA 2007 - 2017	25-09-2007	25-09-2017	até ao 11º cupão: Euribor 6 meses acrescido 1%, restantes anos: Euribor 6 meses acrescido 1,25%	10.000	(320)	8
BBCA 2007 - perpétua	22-12-2007	perpétua	até 22/12/2016: Euribor 3 meses acrescida 1,37%, restante período: Euribor 3 meses acrescida 2,37%	25.000	-	-
BBCA 2008 - perpétua	30-06-2008	perpétua	até 28/12/2017: Euribor 3 meses acrescida 3,0362%, restante período: Euribor 3 meses acrescida 4,0362%	10.000	-	-
Banif 2012 - 2019	09-01-2012	09-01-2019	até 09/01/2017: taxa fixa de 6,875%, restante período: 7,875%	85.372	-	-
				421.369	(33.955)	29.457

A emissão Banif – Banco Internacional do Funchal 2009-2019 foi objecto de uma operação pública de troca (OPT) com a emissão Banif 2012-2019. Esta OPT encontrava-se em curso no final do exercício tendo sido reconhecidos em 2011 os montantes relativos às ordens firmes subscritas até 31 de Dezembro de 2011 (Nota 37).

Estes passivos subordinados, têm clausulas de reembolso antecipado por opção do emitente (“call option”), ao par, total ou parcialmente, mediante pré-aviso em qualquer data de pagamento de juros a partir do 5º ano, após autorização prévia do Banco de Portugal, ou quando estes instrumentos deixem de se qualificar para efeitos de fundos próprios complementares.

A rubrica “Instrumentos representativos de capital” corresponde à emissão de valores mobiliários Perpétuos Subordinados com juros condicionados, nas seguintes condições:

Emissão: 50 milhões de euros

Data emissão: 30/12/2009

Data maturidade: indeterminada

Taxa de juro: Com sujeição à tomada de deliberação nesse sentido pelo Conselho de Administração do Banif e às limitações ao vencimento de juros:

(i) Em relação aos dois primeiros períodos de pagamento de juros, o Emitente pagará um juro a uma taxa fixa de 6,25% p.a.;

(ii) Após o primeiro aniversário da Data de Emissão (exclusive), o Emitente pagará um juro a uma taxa variável correspondente à Euribor a 6 meses, cotada no segundo “Dia Útil Target” imediatamente anterior à data de início de cada período de juros, acrescida de 5,00% por ano.

Esta rubrica inclui 351 milhares de euros de juros corridos.

31. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010 Reexpresso	31-12-2010
Credores e Outros Recursos	46.875	18.896	18.896
Por gastos com pessoal	24.010	24.788	24.788
Posição cambial	552	145	145
Outros	127.368	78.993	72.733
	198.805	122.822	116.562

32. OPERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as rubricas de Capital Próprio apresentam a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010 Reexpresso	31-12-2010
Capital	794.500	780.000	780.000
Prémios de emissão	451	451	451
Outros instrumentos de capital	10.000	-	-
Reservas de reavaliação			
Reservas de reavaliação			
Títulos	(17.401)	(4.077)	(4.077)
Ganhos (perdas) actuariais	(22.464)	(27.458)	-
Reservas por imposto diferido			
Títulos	4.996	1.137	1.137
Ganhos (perdas) actuariais	5.693	7.127	-
Reserva Legal	19.200	19.143	19.143
Outras reservas e resultados transitados	40.179	41.032	39.125
(Acções próprias)	-	-	-
Resultado do exercício	(15.699)	1.291	564
(Dividendos antecipados)	-	-	-
	819.455	818.646	836.343

O capital social é constituído por 158.900.000 acções, de valor nominal de EUR 5,00 por acção, encontrando-se totalmente realizado.

Em 2011 foi efectuado um aumento de capital no montante de 14.500 milhares de euros que teve lugar no âmbito da operação de cisão-fusão da Banif Co – Instituição Financeira de Crédito, SA (Nota 4), realizada nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 118.º do Código das Sociedades Comerciais, pela qual a Sociedade integrou os activos e passivos relativos à actividade de leasing imobiliário da Banif Co. O aumento de capital resultou do património líquido integrado, com excepção das prestações suplementares, e o remanescente através de incorporação de reservas, no montante de 406 milhares de euros.

Conforme referido nas Notas 3.2 e Nota 3.14, a Sociedade efectuou a alteração da política contabilística de reconhecimento de ganhos e perdas actuariais que passaram a ser reconhecidas de forma imediata em reservas de reavaliação por ganhos e perdas actuariais.

A análise sobre capital regulamentar encontra-se apresentada no capítulo 03 do Relatório de Gestão.

33. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010 Reexpresso	31-12-2010
Juros e rendimentos similares			
Juros de disponibilidades de bancos centrais	1.700	-	-
Juros de disponibilidades de outras IC	267	1.351	1.351
Juros de aplicações em IC	77.391	44.178	44.178
Juros de crédito a clientes	352.602	328.275	328.275
Juros de crédito vencido	12.042	10.320	10.320
Juros e rendimentos similares de outros activos	312.919	142.932	135.986
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	5.832	6.843	6.843
	762.753	533.899	526.953
Juros e encargos similares			
Juros de recursos de bancos centrais	26.742	12.765	12.765
Juros de recursos de outras IC	68.285	49.911	49.911
Juros de recursos de clientes	380.407	181.584	181.584
Juros de empréstimos	-	-	-
Juros responsabilidades representadas por títulos sem caracter subordinado	22.363	19.729	19.729
Juros e encargos similares de outros passivos financeiros	27	1.485	1.485
Juros de passivos subordinados	19.892	17.097	17.097
Comissões pagas associadas ao custo amortizado	2.393	2.731	2.731
Outros	45.207	33.969	33.969
	565.316	319.271	319.271

O aumento na rubrica “Juros e rendimentos similares de outros activos” deve-se essencialmente às novas operações de titularização Atlantes n.º1 e Atlantes Finance n.º4 conforme identificado na Nota 28, aos juros relativos a operações com acordo de recompra, conforme Nota 13 e aos juros com activos disponíveis para venda que sofreram uma subida significativa de 2010 para 2011 (Nota 10).

A evolução dos juros de recursos de clientes resulta do aumento do volume de depósitos e das taxas de juros pagas conforme exposto no capítulo 03 do Relatório de Gestão.

A rubrica “Outros” em Juros e encargos similares apresenta um aumento explicado com a evolução das taxas Euribor aplicadas aos Interest Rate Swaps.

34. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Dividendos de activos financeiros disponíveis para venda	323	290
Dividendos de investimentos em filiais	25.950	16.900
	26.273	17.190

35. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Rendimentos com comissões		
Garantias prestadas	13.539	14.578
Depósito e guarda de valores	427	416
Cobrança de valores	11.211	7.931
Transferência de valores	970	1.448
Gestão de cartões	11.774	10.855
Anuidades	4.834	3.407
Operações de crédito	926	1.170
Outros serviços prestados	10.188	9.423
Outras comissões recebidas	44.446	34.855
	<u>98.315</u>	<u>84.083</u>
Encargos com comissões		
Garantias recebidas	5.950	4.806
Por outros serviços recebidos	9.840	7.810
Outras comissões pagas	600	307
	<u>16.390</u>	<u>12.923</u>

As outras comissões recebidas correspondem fundamentalmente a comissões de gestão de contas de Depósitos à Ordem e Contas Correntes, cujas condições de preçário foram actualizadas.

36. RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Ganhos em operações financeiras		
Ganhos em diferenças cambiais	70.110	67.010
Perdas em operações financeiras		
Perdas em diferenças cambiais	69.134	66.227
	<u>976</u>	<u>783</u>
Ganhos em operações financeiras		
Ganhos em activos financeiros disponíveis para venda	127	7693
Perdas em operações financeiras		
Perdas em activos financeiros disponíveis para venda	191	180
	<u>(64)</u>	<u>7.513</u>

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Canhos em operações financeiras		
Canhos em activos financeiros detidos para negociação	5.295	7.911
Canhos em outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	4.679	12.390
Canhos em derivados de cobertura	-	5.646
Perdas em operações financeiras		
Perdas em activos financeiros detidos para negociação	3.839	13.947
Perdas em outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	14.298	19.475
Perdas em derivados de cobertura	-	294
	(8.163)	(7.769)

37. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS E OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Resultados de alienação de outros activos têm a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Canhos na alienação de outros activos	1.358	5.289
Perdas na alienação de crédito a clientes	(531)	(26)
Perdas na alienação de outros activos	(2.635)	(1.189)
	(1.808)	4.074

Outros resultados de exploração têm a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Outros proveitos		
Prestação de Serviços	6.002	6.008
Recuperação de crédito e juros	6.357	10.146
Reembolso de despesas	10.019	11.497
Canhos em activos não financeiro	-	-
Outros	31.675	1.242
	54.053	28.893
Outros custos		
Quotizações e donativos	469	548
Contribuições para FGD e FCCAM	1.485	1.422
Outros impostos	1.866	1.602
Perdas em activos não financeiros	2.517	274
Outros	4.268	3.539
	10.605	7.385
	43.448	21.508

A rubrica "Outros" de Outros Proveitos inclui o montante de 29.457 milhares de euros relativos a ganhos com recompra de passivos subordinados, conforme Nota 30.

38. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010 Reexpresso	31-12-2010
Remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização	2.541	3.036	3.036
Remuneração de empregados	78.478	80.631	80.631
	<u>81.019</u>	<u>83.667</u>	<u>83.667</u>
Encargos sociais obrigatórios:			
Encargos relativos a remunerações	20.728	19.118	19.118
Encargos com pensões:			
- Banif	343	404	860
- Banco Banif e Comercial dos Açores	7.909	3.092	3.363
- Outros (Planos de contribuições definidas)	2.430	2.419	2.419
Outros encargos sociais	1.969	2.509	2.509
	<u>33.379</u>	<u>27.542</u>	<u>28.269</u>
Outros custos com pessoal	939	809	809
	<u>115.337</u>	<u>112.018</u>	<u>112.745</u>

39. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Água, energia e combustíveis	3.320	3.325
Material de consumo corrente	495	680
Rendas e alugueres	18.423	19.202
Comunicações	6.308	7.155
Deslocações, estadas e representação	1.205	1.480
Publicidade e edição de publicações	5.930	5.873
Conservação e reparação	2.669	2.968
Transportes	959	1.037
Formação de pessoal	215	568
Seguros	806	810
Serviços especializados	23.323	25.575
Outros	3.814	4.048
	<u>67.467</u>	<u>72.721</u>

A rubrica “serviços especializados” inclui o montante de 196,28 milhares de euros facturados durante o exercício de 2011 referentes a serviços de auditoria e 82,74 milhares de euros relativos a outros serviços de garantia e fiabilidade com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

40. RESULTADOS POR ACÇÃO

Resultados por acção básicos:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010 Reexpresso	31-12-2010
Resultado do exercício	(15.699)	1.291	564
Número médio ponderado de acções ordinárias emitidas	158.900.000	156.000.000	156.000.000
Canho por acção (EUR/acção)	<u>(0,10)</u>	<u>0,01</u>	<u>0,00</u>

Atendendo que o capital social da Sociedade é composto por acções ordinárias, apenas se apresentam os resultados por acção básicos.

41. ACTIVOS EM LOCAÇÃO OPERACIONAL

Os custos incorridos com os activos utilizados em regime de locação operacional são registados no exercício a que respeitam, na rubrica de “Rendas e alugueres” dos Custos Cerais Administrativos, referem-se principalmente a edifícios arrendados para instalação de balcões.

Outros activos em locação operacional	Pagamentos futuros mínimos em locação operacional não cancelável	Pagamentos mínimos em locação	Rendas contingentes reconhecidas em resultados
Maturidade Residual			
Inferior a 1 Ano	852	2.268	207
Entre 1 e 5 Anos	2.385	614	98
Superior a 5 Anos	-	-	-
Total	3.237	2.882	305

42. RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A análise sobre riscos de instrumentos financeiros encontra-se apresentada no capítulo 02 do Relatório de Gestão.

43. JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Instrumentos financeiros ao justo valor

Descrição	Valor de mercado ou cotação		Técnicas de avaliação				Total	
			Análise de mercado		Outras			
			2011	2010	2011	2010		
Activos								
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	8.140	3.911	-	-	8.140	3.911
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	8.877	187.456	248	105.670	60.073	-	69.198	293.126
Activos financeiros disponíveis para venda	302.973	68.915	-	19.610	3.615.048	3.066.472	3.918.021	3.154.997
Passivos								
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	8.361	16.990	-	-	8.361	16.990
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	4.957	-	-	-	4.957

Na análise do quadro acima, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Valores de mercado (Nível 1): nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercado activo;
- Análise de mercado (Nível 2): nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos utilizando inputs observáveis de mercado;
- Outras (Nível 3): esta coluna inclui os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos que incluem parâmetros de mercado não observáveis.

O justo valor segue as políticas definidas na Nota 3.7.2.

Não existem alterações, em relação a 2010, aos critérios valorimétricos relativos a activos financeiros que estão classificados como técnica de avaliação análise de mercado. A reconciliação entre saldos de abertura e saldos de fecho do nível 3 é a seguinte:

Descrição	Saldo em 31-12-2010	Aquisições	Alienações	Amortizações	Imparidade	Rendimentos	Variação Cambial	Repo's	Saldo em 31-12-2011
Activos Financeiros disponíveis para venda									-
Instrumentos de capital	4.323	20.669	-	-	(2.556)	-	25	-	22.461
Instrumentos de dívida	3.062.149	1.402.848	(348.900)	(272.264)	(48.746)	24.648	-	(235.422)	3.584.313
	3.066.472	1.423.517	(348.900)	(272.264)	(51.302)	24.648	25	(235.422)	3.606.774

Os instrumentos financeiros classificados no Nível 3 correspondem a:

- títulos emitidos no âmbito das operações de titularização, de todas as categorias, cujo valor está intrinsecamente dependente da performance das respectivas carteiras de crédito titularizado, por operação, dos swaps e outros encargos suportados pelas respectivas entidades do veículo (SPV);
- títulos de dívida emitida por entidades do Grupo para os quais existe um compromisso de recompra ao valor nominal por parte do emitente;
- instrumentos de capital não cotados.

Os instrumentos de capital não cotados, reconhecido em Activos financeiros disponíveis para venda ao custo de aquisição, por não ser possível determinar valorizações fiáveis, encontram-se na coluna "outros" (22.460 milhares de euros em 2011 e 4.321 milhares de euros em 2010).

O modelo de valorização para os passivos financeiros ao justo valor através de resultados, consiste na utilização para a componente financeira de técnicas de "discounted cash-flows" com base numa curva de taxa de juro de cupão zero, ajustada pelo spread implícito no passivo na data da respectiva emissão. O valor do derivado embutido é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes. O justo valor do instrumento é, assim, determinado pela soma das duas componentes, financeira e derivado embutido.

Nos modelos internos de valorização dos instrumentos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados, as taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pela Bloomberg, nomeadamente para os prazos até um ano são referentes às taxas de mercado do mercado monetário interbancário e para prazos superiores através das cotações dos swaps de taxa de juro. A curva de taxa de juro obtida é ainda ajustada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos são determinadas por métodos de interpolação. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

As taxas de juro utilizadas para apuramento da curva da taxa de juro com referência a 31 de Dezembro de 2011, para as moedas EUR e USD são as seguintes:

Prazo	EUR		USD	
	2011	2010	2011	2010
1 dia	0,40%	0,25%	0,10%	0,20%
7 dias	0,60%	0,35%	0,14%	0,23%
15 dias	0,67%	0,43%	0,17%	0,23%
1 mês	0,84%	0,62%	0,26%	0,23%
2 meses	1,06%	0,78%	0,39%	0,25%
3 meses	1,35%	0,96%	0,56%	0,29%
4 meses	1,44%	1,07%	0,64%	0,34%
5 meses	1,53%	1,16%	0,72%	0,40%
6 meses	1,63%	1,26%	0,81%	0,46%
7 meses	1,69%	1,31%	0,85%	0,51%
8 meses	1,76%	1,35%	0,91%	0,56%
9 meses	1,83%	1,40%	0,97%	0,62%
10 meses	1,88%	1,44%	0,87%	0,56%
11 meses	1,94%	1,48%	0,78%	0,51%
1 ano	2,00%	1,53%	0,68%	0,45%
2 anos	1,31%	1,56%	0,73%	0,83%
3 anos	1,36%	1,89%	0,82%	1,31%
4 anos	1,54%	2,23%	1,02%	1,76%
5 anos	1,72%	2,56%	1,22%	2,21%
6 anos	1,90%	2,75%	1,43%	2,54%
7 anos	2,07%	2,93%	1,64%	2,86%
8 anos	2,17%	3,06%	1,77%	3,04%
9 anos	2,28%	3,19%	1,90%	3,23%
10 anos	2,38%	3,32%	2,03%	3,41%
20 anos	2,69%	3,70%	2,52%	4,03%
30 anos	2,56%	3,50%	2,62%	4,13%

Instrumentos financeiros ao custo ou custo amortizado

Descrição	Valor de balanço		Justo valor	
	31-12-2011	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2010
Activos				
Aplicações e Disponibilidades em IC's	1.542.251	1.081.133	1.542.251	1.081.133
Créditos e outros valores a receber	9.509.759	10.027.912	9.509.759	10.027.912
Passivos				
Recursos de IC's	858.630	1.012.540	858.630	1.012.540
Recursos de clientes e outros empréstimos	7.918.156	7.158.295	7.918.156	7.158.295
Responsabilidade representadas por títulos	611.361	755.340	611.361	755.340

Para as disponibilidades, aplicações e créditos inferiores a um ano considerou-se que o valor registado em balanço é uma aproximação fiável do seu justo valor. Para créditos superiores a um ano com taxa indexada, considerou-se igualmente que o valor de balanço é uma aproximação fiável ao justo valor. Atendendo à pouca materialidade do crédito a taxa fixa superior a um ano, considerou-se que o valor de balanço é uma aproximação ao justo valor.

Para os recursos de clientes e responsabilidade representadas por títulos até um ano ou sem maturidade definida, nos quais se incluem depósitos sem taxa de juro associada, considerou-se que o montante reembolsável na data de reporte é uma aproximação fiável ao justo valor.

Os valores acima apresentados na rubrica “crédito e outros valores a receber” são apresentados líquidos de provisões de acordo com o normativo do Banco de Portugal.

44. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO: RESPONSABILIDADES COM PENSÕES DE REFORMA E SOBREVIVÊNCIA

44.1 Descrição Geral

Conforme descrito na Nota 3.14, o Banif - Banco Internacional do Funchal, SA (Sociedade) proporciona aos seus empregados diferentes planos de benefícios com pensões e assistência médica, que abrangem:

- Plano de Pensões I, de benefício definido (BD), que deu continuidade ao Plano de Pensões de BD anterior ao Acordo de Empresa (AE), integra não só os reformados, como decorre directamente da legislação aplicável, como também os colaboradores ao serviço activo da Sociedade que, à data de 31 de Dezembro de 2006, se encontravam a 5 ou menos anos da reforma por invalidez presumível (65 anos), com excepção dos integrados na sequência fusão por incorporação do BBKA, que não são abrangidos pelo AE;
- Plano de Pensões II, de contribuição definida (CD), integra todos os colaboradores admitidos ao serviço activo da Sociedade antes de 1 de Janeiro de 2007, que não tivessem falecido, reformado ou rescindido até à data de entrada em vigor do AE, com excepção dos integrados na sequência fusão por incorporação do BBKA, que não são abrangidos pelo AE. Relativamente aos empregados integrados neste Plano II, foi definido um plano específico de contribuições periódicas mensais, em função dos respectivos salários, e a atribuição de uma contribuição inicial, afectada às respectivas contas individuais, calculada em função (i) das pensões complementares de velhice estimadas na avaliação de responsabilidades efectuada pelo Actuário Responsável do Plano de Pensões em 31 de Dezembro de 2006 e devidamente reportada ao Instituto de Seguros de Portugal e ao Banco de Portugal, e (ii) do valor actual das contribuições futuras;
- Plano de Pensões III, também de contribuição definida (CD), que abrange todos os colaboradores admitidos ao serviço activo da Sociedade após 1 de Janeiro de 2007, que não tivessem falecido, reformado ou rescindido até à data de entrada em vigor do AE. Relativamente a estes, foi definido um plano específico de contribuições periódicas mensais em função dos respectivos salários;
- Plano de Pensões BBKA, de benefício definido (BD), que abrange os empregados integrados na sequência fusão por incorporação do BBKA, em 1 de Janeiro de 2009, e os reformados existentes à data da fusão por incorporação.

As responsabilidades com os referidos planos de pensões estão financiadas por dois Fundos de Pensões:

- Fundo de Pensões Banif, fundo fechado, constituído em 7 de Dezembro de 1989, que tem por objecto financiar as obrigações previstas nos Planos de Pensões I, II e III, que o integram;

- Fundo de Pensões BBKA (ex- Banco Banif e Comercial dos Açores, S.A.), fundo fechado, constituído em 29 de Dezembro de 1988, que tem por objecto financiar as obrigações do Plano de Pensões BBKA.

Para além dos Fundos de Pensões, existem dois contratos de seguro de rendas vitalícias para cobertura da pensão de reforma de um pensionista, efectuadas em duas Seguradoras distintas, que não estão em relação de grupo com a Sociedade. A pensão segura é fixa, paga 14 vezes por ano, sendo reversível em 40% por morte do pensionista nos termos do Plano de Pensões, sendo os respectivos acréscimos anuais suportados pelo Fundo de Pensões.

A entidade gestora dos Fundos de Pensões é a Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA, entidade relacionada, que subcontratou o Banif - Banco de Investimento, SA para a gestão financeira e a avaliação dos activos dos fundos.

Os estudos actuariais do valor actual das responsabilidades dos planos de benefícios definidos, efectuados com referência a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, são da responsabilidade da actuária Dr.ª Ana Marta Vasa, da Towers Watson (Portugal), Unipessoal Limitada.

44.2 Plano de Pensões I (benefício definido)

Em 31 de Dezembro de 2011, o Plano de Pensões I (benefício definido) abrangia uma população de 92 Pensionistas (90, em 2010) e 7 Activos (12, em 2010), beneficiários de pensões de reforma e SAMS, e 2.555 Activos (2.548, em 2010), para efeitos de responsabilidades com SAMS.

a) Pressupostos actuariais

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados para os cálculos efectuados foram os seguintes:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Método de Valorização Actuarial	Unit Credit Proj.	Unit Credit Proj.
Tábua de Mortalidade:		
- Homens	TV 73/77	TV 73/77
- Mulheres	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de Invalidez	EVK80	EVK80
Taxa de Desconto - Resp. com Pensões	5,00%	5,00%
Taxa de Desconto - Resp. com SAMS	5,50%	5,50%
Taxa de Rendimento dos Activos do Fundo	5,00%	5,00%
Taxa de Crescimento dos Salários	2,25%	3,00%
Taxa de Crescimento das Pensões	1,25%	2,00%
Taxa de 'turnover'	Não aplicada	Não aplicada

Relativamente à avaliação actuarial de 2010, mantiveram-se as taxas de desconto para actualização das responsabilidades com os benefícios de pensões de reforma do Plano de Pensões I e com o benefício do SAMS, também integrado no Plano de Pensões I. Estas taxas de desconto reflectem a

realidade económica cumprindo os requisitos estabelecidos pela Norma Internacional de Contabilidade IAS19. O valor das taxas de desconto corresponde à taxa de juro das obrigações de dívida privada com qualidade de crédito elevada (“AA”), e com a maturidade aproximada da maturidade das responsabilidades, determinadas com base na média de esperança de vida ponderada pelos pagamentos efectuados pelo fundo para cada um dos benefícios.

Dado que a população abrangida pelo benefício de pensões se encontra fechada a novas adesões e já se encontra na sua maioria a receber pensão, a duração das suas responsabilidades é apenas de 9 anos. Em contrapartida, para o benefício com o SAMS o plano não se encontra fechado a novas adesões e a duração das suas responsabilidades é de 17 anos.

A taxa global de rendimento esperado para o exercício reflecte as expectativas de retorno dos activos do fundo no termo do exercício anterior, tendo em consideração as características da carteira do fundo e as políticas de investimento.

A redução das taxas de crescimento dos salários e das pensões tem em consideração os ajustamentos em curso e as perspectivas de evolução futura da economia portuguesa e, em particular, do sector bancário

Não é aplicada qualquer taxa de “turnover” por uma opção de prudência e na medida em que a mesma não é possível determinar com fiabilidade.

b) Responsabilidades e Coberturas

As responsabilidades reconhecidas no Balanço eram:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010 Reexpresso	31-12-2010
Valor Actual das Responsabilidades:			
Pensões em pagamento	17.617	18.052	18.052
Serviços passados de activos	1.246	2.196	2.196
Encargos com SAMS	5.862	5.971	5.971
Total	<u>24.725</u>	<u>26.219</u>	<u>26.219</u>
Justo valor dos activos do Plano	(26.081)	(25.865)	(25.865)
Deficit (Superávit)	<u>(1.356)</u>	<u>354</u>	<u>354</u>
Ganhos (perdas) actuariais não reconhecidos			
"Corredor"	-	-	(3.549)
Excesso ao "Corredor"	-	-	(2.011)
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(5.560)</u>
Passivo (Activo) reconhecido no Balanço	<u>(1.356)</u>	<u>354</u>	<u>(5.206)</u>

Atendendo à alteração da política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, conforme explicado na Nota 3.2 e Nota 3.14, apresentam-se os dados comparativos de 2010 reexpressos.

A cobertura das responsabilidades obedece ao disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 12/2001 e de financiamento mínimo determinado pelo ISP (Instituto de Seguros de Portugal).

O Valor Actual da Responsabilidade por Serviços Futuros, à data de 31 de Dezembro de 2011, era de 2.974 milhares de euros (3.443 milhares de euros, em 2010).

Em 31 de Dezembro de 2011, o acréscimo, ou redução, de 1% na taxa de contribuição para o SAMS implicaria um acréscimo de responsabilidades de 935 milhares de euros (867 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2010), ou a redução de 935 milhares de euros (867 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2010) e um acréscimo nos custos do exercício (custo de serviço corrente e custo dos juros) de 27,5 milhares de euros (25,5 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2010), ou a redução 27,5 milhares de euros (25,5 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2010).

c) Ganhos e perdas actuariais

Na sequência da alteração da política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, conforme explicado na Nota 3.14, os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento do fundo de pensões passaram a ser reconhecidos na íntegra em capital próprio, numa conta de Reservas por Ganhos e Perdas Actuariais.

Os ganhos e perdas actuariais reconhecidos em capital próprio eram:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010 Reexpresso	31-12-2010
Reservas por Ganhos e (Perdas) actuariais início do ano	(7.538)	(7.458)	-
Ganhos (perdas) actuariais em responsabilidades	1.350	632	-
Ganhos (perdas) ganhos actuariais no fundo	(881)	(712)	-
Reservas por Ganhos e (Perdas) actuariais fim do ano	(7.069)	(7.538)	-

d) Custos reconhecidos no exercício

Nos exercícios de 2011 e 2010, a Sociedade reconheceu os seguintes custos com o Plano de Pensões:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010 Reexpresso	31-12-2010
Custo do serviço corrente	177	220	220
Custo dos juros	1.341	1.390	1.390
Rendimento esperado	(1.176)	(1.205)	(1.205)
Perdas actuarias reconhecidas no ano	-	-	456
Encargos suportados benef. / outros	-	-	-
Total gastos do exercício	342	405	860

O custo de serviço corrente do Plano de Pensões I (benefício definido) relativo a responsabilidades com pensões de Administradores do Grupo é nulo (nulo em 2010) na medida em que todos se reformaram por invalidez presumível (65 anos) em 2009. A não verificação deste pressuposto não invalida a não afectação de qualquer montante a título de custo de serviço corrente na medida em que a responsabilidade a financiar passa a ser calculado em função dos serviços totais.

e) Variação do valor actual das responsabilidades

O acréscimo anual das responsabilidades é assim composto:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Valor Actual das Responsabilidades iniciais	26.219	26.800
Custo do serviço corrente	177	220
Custo dos juros	1.341	1.390
Perdas (ganhos) actuariais	(1.350)	(632)
Pensões Pagas	(1.662)	(1.559)
Valor Actual das Responsabilidades finais	24.725	26.219

f) Variação do valor do fundo de pensões afecto ao Plano de Pensões I

A variação do justo valor dos activos do fundo foi:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Valor do Fundo no início do ano	25.865	26.930
Rendimento esperado	1.176	1.205
Ganhos (perdas) actuariais (financeiros)	(881)	(712)
Contribuição entregue ao fundo	1.584	-
Pensões pagas pelo fundo	(1.662)	(1.559)
Valor do Fundo no final do ano	26.081	25.865

As contribuições efectuadas em 2011 foram realizadas em numerário. Em 2010 não foram efectuadas contribuições para o Plano de Pensões I, na medida em que estavam cumpridos os níveis de financiamento requeridos pelo Aviso nº 12/2001, do Banco de Portugal, e Instituto de Seguros de Portugal.

Em 2012, a Sociedade prevê efectuar contribuições de 492 milhares de euros.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os activos do fundo estavam assim distribuídos:

Descrição	31-12-2011		31-12-2010	
	Montante	%	Montante	%
Acções	1.378	5,28%	871	3,37%
Fundos de Investimento	2.027	7,77%	5.302	20,50%
Dívida Pública	771	2,96%	1.614	6,24%
Obrigações diversas	4.426	16,97%	2.767	10,70%
Imóveis	9.333	35,78%	9.333	36,08%
Mercado monetário	7.456	28,59%	4.894	18,92%
Outros	690	2,65%	1.084	4,19%
Total	26.081	100,00%	25.865	100,00%

A Sociedade, ou outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo, utilizam, por arrendamento, imóveis que constituem activos do Fundo de Pensões, cujo valor ascende a 6.050 milhares de euros (6.049 milhares de euros, em 2010).

Dos activos do Fundo em 31 de Dezembro de 2011, 1.700 milhares de euros (2.510 milhares de euros, em 2010) correspondiam a títulos emitidos pela Sociedade, ou por outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo, e 2.526 milhares de euros (1.217 milhares de euros, em 2010) a depósitos junto da Sociedade, ou de outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo.

g) Outras informações

Os principais valores efectivamente verificados no exercício e no exercício anterior foram:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Taxa de Mortalidade	1,98%	1,94%
Taxa de Invalidez	0,00%	0,00%
Taxa de Rendimento do Fundo	1,18%	1,92%
Taxa Crescimento Salários	1,73%	0,81%
Taxa Crescimento Pensões	0,55%	0,33%
Taxa de 'turnover'	0,00%	0,00%

A evolução das responsabilidades e do valor do fundo afecto ao plano de benefício definido em 2011, e nos quatro anos anteriores, apresenta-se da seguinte forma:

Descrição	2011	2010	2009	2008	2007
Valor Actual das Responsabilidades	24.725	26.219	26.800	26.123	73.567
Valor do Fundo	26.081	25.865	26.930	25.913	71.140
(Déficit) Superávit	1.356	(354)	130	(210)	(2.427)
Canhos (perdas) actuariais em responsabilidades	1.350	632	(544)	(351)	4.888
Canhos (perdas) ganhos actuariais no fundo	(881)	(712)	(64)	(2.283)	(2.169)

44.3 Plano de Pensões II e III (contribuição definida)

No exercício de 2011, a Sociedade efectuou contribuições 2.430 milhares de euros (2.419 milhares de euros em 2010) para os Planos de Pensões II e III (contribuição definida), reconhecidas como custos do exercício.

O custo com contribuições para os Planos de Pensões II ou III, relativas a Administradores do Grupo, foram de 81 milhares de euros de contribuição corrente (76 milhares de euros em 2010).

44.4 Plano de Pensões BBKA (benefício definido)

Em 31 de Dezembro de 2011, o Fundo abrangia uma população de 267 Pensionistas (251, em 2010), 3 ex-trabalhadores conforme cláusula 137-A do ACT (0 em 2010) e 363 Activos (382, em 2010).

a) Pressupostos actuariais

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados para os cálculos efectuados foram os seguintes:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Método de Valorização Actuarial	Unit Credit Proj.	Unit Credit Proj.
Tábua de Mortalidade:		
- Homens	TV 73/77	TV 73/77
- Mulheres	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de Invalidez	EVK80	EVK80
Taxa de Desconto	5,50%	5,50%
Taxa de Rendimento dos Activos do Fundo	5,50%	5,50%
Taxa de Crescimento dos Salários	2,25%	3,00%
Taxa de Crescimento das Pensões	1,25%	1,75%
Taxa de 'turnover'	Não aplicada	Não aplicada

Relativamente à avaliação actuarial de 2010, mantiveram-se as taxas de desconto, que reflectem a realidade económica cumprindo os requisitos estabelecidos pela Norma Internacional de Contabilidade IAS19. O valor da taxa de desconto corresponde à taxa de juro das obrigações de dívida privada com qualidade de crédito elevada ("AA") e com a maturidade aproximada da maturidade das responsabilidades determinadas como a média de esperança de vida ponderada pelos pagamentos efectuados (19 anos).

A taxa global de rendimento esperado para o exercício reflecte as expectativas de retorno dos activos do fundo no termo do exercício anterior, tendo em consideração as características da carteira do fundo e as políticas de investimento.

A redução das taxas de crescimento dos salários e das pensões tem em consideração os ajustamentos em curso e as perspectivas de evolução futura da economia portuguesa e, em particular, do sector bancário

Não é aplicada qualquer taxa de "turnover" por uma opção de prudência e na medida em que a mesma não é possível determinar com fiabilidade.

b) Responsabilidades e Coberturas

As responsabilidades reconhecidas no Balanço eram:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010 Reexpresso	31-12-2010
Valor Actual das Responsabilidades:			
Pensões em pagamento	12.473	52.607	52.607
Serviços passados de activos	42.730	50.214	50.214
Encargos com SAMS	6.396	6.729	6.729
Subsídio por Morte	1.734	1.907	1.907
Total	63.333	111.457	111.457
Justo valor dos activos do Plano	(67.047)	(105.551)	(105.551)
Deficit (Superávit)	(3.714)	5.906	5.906
Canhos (perdas) actuariais não reconhecidos			
"Corredor"	-	-	(12.591)
Excesso ao "Corredor"	-	-	(6.673)
Total	-	-	(19.264)
Passivo (Activo) reconhecido no Balanço	(3.714)	5.906	(13.358)

Atendendo à alteração da política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, conforme explicado na Nota 3.14, apresentam-se os dados comparativos de 2010 reexpressos.

A cobertura das responsabilidades obedece ao disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 12/2001 e de financiamento mínimo determinado pelo ISP (Instituto de Seguros de Portugal).

O Valor Actual da Responsabilidade por Serviços Futuros, à data de 31 de Dezembro de 2011, era de 6.408 milhares de euros (8.647 milhares de euros, em 2010).

Conforme referido na Nota 3.14, na sequência do Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro, foi efectuada a transferência para o âmbito da Segurança Social de parte das responsabilidades com os reformados e pensionistas do BBCA, que se encontravam no regime de segurança social substitutivo constante do ACT do sector bancário e que abrangeu 228 reformados e pensionistas. Esta operação foi tratada como uma “líquidação”, nos termos da IAS 19, com um impacto de 6.833 milhares de euros em resultados do exercício (Nota 44.4, alínea d)) decorrente da diferença entre:

- 40.032 milhares de euros de redução das responsabilidades calculadas de acordo com os pressupostos em uso pela Sociedade numa base de continuidade (Nota 44.4, alínea e)); e
- 46.865 milhares de euros do recalculo das responsabilidades transferidas para a Segurança Social, de acordo com os pressupostos definidos no art.º 6º do Decreto-Lei nº 127/2011, e que correspondem à redução no justo valor dos activos do Fundo transferidos e a transferir para o Estado (Nota 44.4, alínea f)), em duas tranches:
 - 1ª tranche, efectuada em 30/12/2011, no montante de 26.156 milhares de euros;
 - e
 - 2ª tranche, a ser efectuada até 30/6/2012, no montante de 20.709 milhares de euros.

Os empregados no activo abrangidos por este Plano de Pensões passaram a estar integrados no Regime Geral da Segurança Social a partir de 1 de Janeiro de 2011, nos termos do Decreto-Lei nº 1-A/2011, de 3 de Janeiro. Esta integração conduziu a um decréscimo efectivo no valor actual dos benefícios totais reportados à idade normal de reforma (VABT) a suportar pelo fundo de pensões. Contudo, dado que não existe redução de benefícios na perspectiva do beneficiário, as responsabilidades por serviços passados mantiveram-se inalteradas. Desta forma, a Sociedade não registou qualquer impacto nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 em consequência da integração destes empregados no Regime Geral da Segurança Social, conforme orientação divulgada em Comunicado do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, anexo à Mensagem Fax nº 11/11/DSPDR, de 2011/01/26, do Banco de Portugal.

Em 31 de Dezembro de 2011, o acréscimo (ou redução) de 1% na taxa de contribuição para o SAMS implicaria um acréscimo de responsabilidades de 984 milhares de euros (1.034 milhares de euros, em 2010), ou redução de 984 milhares de euros (1.036 milhares de euros, em 2010) e um acréscimo nos

custos do exercício (custo de serviço corrente e custo dos juros) de 15 milhares de euros (20 milhares de euros, em 2010), ou redução de 16 milhares de euros (19 milhares de euros, em 2010).

A alteração de 1% na taxa de desconto resultaria num impacto estimado de cerca de 10,7 milhões de euros no valor actual das responsabilidades.

c) Canhos e perdas actuariais

Na sequência da alteração da política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, conforme explicado na Nota 3.14, os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento do fundo de pensões passaram a ser reconhecidos na íntegra em capital próprio, numa conta de Reservas por Canhos e Perdas Actuariais.

Os ganhos e perdas actuariais reconhecidos em capital próprio eram:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010 Reexpresso	31-12-2010
Reservas por Canhos e (Perdas) actuariais início do ano	(19.920)	(17.603)	-
Canhos (perdas) actuariais em responsabilidades	10.729	2.072	-
Canhos (perdas) ganhos actuariais no fundo	(6.204)	(4.389)	-
Reservas por Canhos e (Perdas) actuariais fim do ano	(15.395)	(19.920)	-

d) Custos reconhecidos no exercício

Nos exercícios de 2011 e 2010, a Sociedade reconheceu os seguintes custos com cobertura de responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010 Reexpresso	31-12-2010
Custo do serviço corrente	562	2.116	2.116
Custo dos juros	6.130	5.990	5.990
Rendimento esperado	(5.506)	(5.267)	(5.267)
Perdas actuarias reconhecidas no ano	-	-	271
Custos Reformas Antecipadas	-	382	382
Corte / liquidação (transferência Seg. Social)	6.833	-	-
Encargos suportados pelos beneficiários	(110)	(128)	(128)
Total gastos do exercício	7.909	3.092	3.363

Este plano não inclui quaisquer responsabilidades com Administradores do Grupo.

O gasto com "Corte / liquidação (transferência Seg. Social)" corresponde ao impacto em resultados da operação de transferência de responsabilidades para a Segurança Social, conforme descrito na Nota 44.4, alínea b).

e) Variação do valor actual das responsabilidades

O acréscimo anual das responsabilidades é assim composto:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Valor Actual das Responsabilidades iniciais	111.457	108.905
Custo do serviço corrente	562	2.116
Custo dos juros	6.130	5.990
Perdas (ganhos) actuariais	(10.729)	(2.072)
Acr. responsabilidades c/ reformas antecipadas	-	382
Corte / liquidação (transferência Seg. Social)	(40.032)	-
Pensões Pagas	(4.056)	(3.864)
Valor Actual das Responsabilidades finais	63.333	111.457

O “Corte / liquidação (transferência Seg. Social)” corresponde à redução das responsabilidades calculadas de acordo com os pressupostos em uso pela Sociedade numa base de continuidade, conforme descrito na Nota 44.4, alínea b).

f) Variação do valor do fundo de pensões

A variação do justo valor dos activos do fundo foi:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Valor do Fundo no início do ano	105.551	101.073
Rendimento esperado	5.506	5.267
Ganhos (perdas) actuariais (financeiros)	(6.204)	(4.389)
Contribuição entregue ao fundo	13.114	7.463
Corte / liquidação (transferência Seg. Social)	(46.864)	-
Pensões pagas pelo fundo	(4.055)	(3.864)
Valor do Fundo no final do ano	67.048	105.551

O “Corte / liquidação (transferência Seg. Social)” corresponde à redução no justo valor dos activos do Fundo transferidos e a transferir para o Estado, conforme descrito na Nota 44.4, alínea b).

As contribuições realizadas em 2011, no montante de 13.115 milhares de euros (7.463 milhares de euros, em 2010) foram realizadas em numerário.

Em 2012, a Sociedade prevê efectuar contribuições de 2.680 milhares de euros.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os activos do fundo estavam assim distribuídos:

Descrição	31-12-2011		31-12-2010	
	Montante	%	Montante	%
Acções	3.009	4,49%	3.083	2,92%
Fundos de Investimento	26.290	39,21%	39.223	37,16%
Dívida Pública	-	0,00%	8.384	7,94%
Obrigações diversas	14.315	21,35%	10.526	9,97%
Imóveis	13.973	20,84%	13.971	13,24%
Mercado monetário	27.213	40,59%	26.663	25,26%
Outros	(17.752)	-26,48%	3.700	3,51%
Total	67.048	100,00%	105.551	100,00%

Na rubrica “Outros” está deduzido o montante de 20.709 milhares de euros relativos à 2ª tranche a ser transferida para o Estado até 30/6/2012, conforme descrito na Nota 44.4, alínea b).

A Sociedade, ou outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo, utilizam, por arrendamento, imóveis que constituem activos do Fundo de Pensões, cujo valor ascende a 9.187 milhares de euros (9.185 milhares de euros, em 2010).

Dos activos do Fundo em 31 de Dezembro de 2011, 6.338 milhares de euros (9.459 milhares de euros, em, 2010) correspondiam a títulos emitidos pela Sociedade, ou por outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo, e 14.215 milhares de euros (11.134 milhares de euros, em 2010) a depósitos junto da Sociedade, ou de outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo.

g) Outras informações

Os principais valores efectivamente verificados no exercício foram:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Taxa de Mortalidade	1,59%	0,94%
Taxa de Invalidez	4,01%	0,26%
Taxa de Rendimento do Fundo	-0,63%	0,90%
Taxa Crescimento Salários	1,07%	2,91%
Taxa Crescimento Pensões	-0,95%	0,41%
Taxa de 'turnover'	0,54%	0,52%

A evolução das responsabilidades e do valor do fundo afecto ao plano de benefício definido em 2011, e nos quatro anos anteriores, apresenta-se da seguinte forma:

Descrição	2011	2010	2009	2008	2007
Valor Actual das Responsabilidades	63.333	111.457	108.905	102.855	98.670
Valor do Fundo	67.047	105.551	101.073	92.046	97.597
(Déficit) Superávit	3.714	(5.906)	(7.832)	(10.809)	(1.073)
Ganhos (perdas) actuariais em responsabilidades	10.729	2.072	(322)	2.752	9.477
Ganhos (perdas) ganhos actuariais no fundo	(6.204)	(4.389)	(591)	(16.456)	(2.575)

45. SALDOS E TRANSAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Descrição	Elementos chaves de gestão		Membros próximos dos elementos chaves de gestão		Empresas do grupo		Outras Entidades	
	31-12-2011	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2010
Activo								
Crédito e aplicações	2.544	2.582	267	247	1.963.210	1.536.894	65.574	99.141
Activos financeiros	-	-	-	-	3.536.070	2.939.106	-	-
Suprimentos	-	-	-	-	125.000	5.000	-	1.970
Outros activos	-	-	-	-	324.804	43.083	-	-
Sub-total	2.544	2.582	267	247	5.949.084	4.524.083	65.574	101.111
Passivo								
Passivos financeiros	-	-	-	-	230.382	951.166	-	-
Depósitos	6.292	5.949	472	780	1.038.656	908.180	20.382	37.111
Outros passivos	-	-	-	-	74.184	28.221	-	-
Sub-total	6.292	5.949	472	780	1.343.222	1.087.567	20.382	37.111
ExtraPatrimonial								
Garantias prestadas	-	-	-	-	472.869	487.995	3.611	-
Sub-total	-	-	-	-	472.869	487.995	3.611	-
Demonstração Resultados								
Juros e encargos similares	(191)	(122)	(22)	(13)	(188.468)	(56.324)	(1.607)	(1)
Juros e rendimento similares	41	30	9	3	71.078	105.535	1.441	-
Rendimento em instrumentos de capitais	-	-	-	-	-	16.900	-	-
Rendimentos de serviços e comissões	11	21	5	-	10.427	5.203	1.091	-
Encargos com serviços e comissões	-	-	-	-	(50)	(470)	(157)	-
Resultados financeiros	-	-	-	-	(2.204)	(578)	-	-
Gastos gerais administrativos	40	-	-	-	(14.969)	(15.411)	(8)	-
Outros resultados	-	-	-	-	1.439	3.160	-	-
Sub-total	(99)	(71)	(8)	(10)	(122.747)	58.015	760	(1)
Venda de Activos								
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	7.591	-	-
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	-	-	5.112	-	-
Correções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações) (Nota 12)	-	-	-	-	58.063	27.005	-	-
Sub-total	-	-	-	-	58.063	39.708	-	-
Líquido de impostos (taxa de imposto 2011:25%;2010:27,9%)	-	-	-	-	43.547	28.629	-	-

As transacções com entidades relacionadas são analisadas de acordo com os critérios aplicáveis a operações similares e são realizadas em condições normais de mercado. Estas operações estão sujeitas à aprovação da Comissão Executiva.

No exercício findo, não foram constituídas provisões específicas para saldos com entidades relacionadas.

Remunerações dos órgãos de gestão:

2011: 2.490 milhares de euros

2010: 3.060 milhares de euros

As partes relacionadas são as seguintes:

Elementos chave de gestão:

Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos

Dr. Carlos David Duarte de Almeida

Dr. António Manuel Rocha Moreira

Dr. José Marques de Almeida

Dr. Manuel Isidoro Martins Vaz

Dr. José António Machado de Andrade

Dr. João Manuel da Silva Machado dos Santos

Engº Diogo António Rodrigues da Silveira

Dr. João Paulo Pereira Marques de Almeida
Dr. Vítor Farinha Nunes
Dr. Artur Manuel da Silva Fernandes
Dr. Fernando José Inverno da Piedade
Dr. José António Vinhas Mouquinho
Sr. Vítor Hugo Simons
Dra. Maria Teresa Henriques Moura Roque Dal Fabbro
Dra. Paula Cristina Moura Roque

Membros próximos da família dos Elementos chave de gestão:

Lina Inês de Couveia Marques dos Santos
Inês de Couveia Marques dos Santos Henriques Pires
Filipe Couveia Marques dos Santos
Maria Luísa Cardoso da Silva Maçanita de Almeida
Pedro David Maçanita Duarte de Almeida
Maria João da Silva Sá dos Reis Rocha Moreira
Joana Sá Reis Rocha Moreira
Guilherme Sá Reis Rocha Moreira
Maria Alice Pereira de Almeida
Maria José Pereira Marques de Almeida
Maria João Pereira Marques de Almeida
Maria de Jesus Pereira dos Santos Amador Vaz
Ana Cristina Amador Vaz Ribeiro
Maria da Luz Pedrosa Duarte de Andrade
Ana Leonor Duarte de Andrade
Diogo Duarte de Andrade
Cristina Maria Cunha Guillot de Carvalho Machado dos Santos
João Abel Guillot Machado dos Santos
Catherine Thérèse Laurence da Silveira
Alexandre Tiago da Silveira
Héloïse Maria da Silveira
Gaspar Antoine da Silveira
Helena Veiga Martins de Almeida
Catarina Martins Marques de Almeida
Margarida Martins Marques de Almeida
Ana Cristinados Santos de Figueiredo e Sousa Nunes
Sofia Farinha de Figueiredo e Sousa Nunes
Tomás Farinha de Figueiredo e Sousa Nunes
Francisco Farinha de Figueiredo e Sousa Nunes
Sandra Margarida Amaro de Oliveira Boarotto
Artur Rangel Fernandes

Nicole Rangel Fernandes
 Mateus Boarotto Fernandes
 Luísa Maria Campina Pinto da Piedade
 Carolina Pinto Inverno da Piedade
 Leonor Pinto Inverno da Piedade
 Domingas da Conceição Clérigo Barradas Mouquinho
 Inês Sofia Barradas Mouquinho
 Ana Bela Delgado Courinha e Ramos Simons
 Nídia da Mota Simons
 João Pedro da Mota Simons
 Daniel Hugo Courinha Ramos Simons
 Lorenzo Roque Dal Fabbro
 Bianca Maria Roque Dal Fabbro

Entidades do Grupo:

RENTIPAR FINANCEIRA, SCPS
 RENTICAPITAL

 BANIF - SCPS
 SOCIEDADE IMOBILIARIA PIEDADE
 BANIF IMOBILIARIA
 BANIF BANK (MALTA)
 BANCO CABOVERDIANO DE NEGÓCIOS
 BANIF HOLDING (MALTA), LTD
 BANIF MAIS-SCPS
 BANCO MAIS, S.A.
 TECNICRÉDITO ALD, ALUGUER DE AUTOMÓVEIS, S.A.
 BANK PLUS BANK ZÁRTKÖRŰEN MŰKÖDŐ RÉSZÉNYTÁRSASÁG
 MARGEM MEDIAÇÃO DE SEGUROS, LDA
 TCC INVESTMENTS LUXEMBOURG SARL
 BANIEUROPA HOLDING
 BANIF COMERCIAL-SCPS
 BANIF-BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL
 NUMBERONE SCPS
 BANIF FINANCE LTD
 BANIF AÇORES, SCPS
 INVESTAÇOR, SCPS
 INVESTAÇOR HÓTEIS
 AÇORTUR
 TUROTEL
 HOTEL PICO
 BANIF & COMERCIAL AÇORES, INC FALL RIVER
 BANIF & COMERCIAL AÇORES, INC SAN JOSÉ
 BANIF RENT

BANCO BANIF BRASIL
BANIF - INVESTIMENTOS SGPS
BANIF BANCO DE INVESTIMENTO
BANIF (CAYMAN)
BANIF BANCO DE INVESTIMENTO (BRASIL)
BANIF GESTÃO DE ACTIVOS (BRASIL)
BETA SECURITIZADORA
BANIF INT. ASSET MANAGEMENT
BANIF GESTÃO DE ACTIVOS
BANIF AÇOR PENSOES
BANIF (BRASIL)
BANIF INTERN. HOLDINGS LTD
BANIF SECURITIES HOLDINGS
ECONOFINANCE
BANIF FINANCIAL SERVICES
BANIF SECURITIES INC.
BANIF FINANCE (USA) CORP.
BANIF FORFAITING COMPANY
BANIF INTERNATIONAL BANK
BANIF CAPITAL - SOC DE CAPITAL DE RISCO
BANIF MULTIFUND
GAMMA
BANIF TRADING INC
BANIF ECOPROGRESSO TRADING
ATLANTES MORTGAGE
ATLANTES MORTGAGE 2
ATLANTES MORTGAGE 3
ATLANTES MORTGAGE 4
ATLANTES MORTGAGE 5
ATLANTES MORTGAGE 6
ATLANTES MORTGAGE 7
ATLANTES FINANCE 3
ATLANTES FINANCE 4
AZOR MORTGAGE
AZOR MORTGAGE 2
ATLANTES SME 1
EURO INVEST S3A, S3B, S8, S9
FIP BANIF REAL ESTATE
BANIF US REAL ESTATE
ART INVEST
BANIF FORTUNY
SPE PANORAMA
IMOGEST
CAPVEN

INFRA INVEST FEIA
BANIF INV CONSERVADOR
BANIF INV MODERADO
BANIF RENDA HABITAÇÃO
BANIF GESTÃO IMOBILIÁRIA
BANIF GESTÃO PATRIMONIAL
GESTARQUIPARK
BANIF GESTÃO ACTIVA
BANIF EUROPA LESTE
BANIF REAL ESTATE POLSKA
TINER POLSKA
IMOPREDIAL
KOMODO
BANIF PROPERTY
WORLDVILAS
ACHALA

Outras entidades:

ESPAÇO 10
RENTIPAR SEGUROS, SGPS, SA
BANCA PUEYO
BANKPIME
IMOBILIARIA VEGAS ALTAS
MCO2
PEDIDOS LIZ
CENTAURUS REALITY GOUP
COMPANHIA DE SEGUROS AÇOREANA
RENTIPAR INVESTIMENTOS, SGPS
RENTIPAR INDUSTRIA SGPS
RENTIGLOBO, SGPS
EMPRESA MADEIRENSE DE TABACOS
SIET SAVOY
VITECAF – FABRICA RAÇÕES DA MADEIRA
RAMA – RAÇÕES PARA ANIMAIS
SODIPRAVE – SOC. DIST. DE PRODUTOS AVÍCOLAS
AVIATLÂNTICO
SOIL, SGPS
RENTIMUNDI – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS
MUNDIGLOBO – HABITAÇÃO E INVESTIMENTOS
HABIPREDE – SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES
GENIUS – MEDIAÇÃO DE SEGUROS
RENTIMEDIS – MEDIAÇÃO DE SEGUROS
FUNDOS DE PENSÕES DE COLABORADORES DO GRUPO
DUALIMO – COMÉRCIO DE VESTUÁRIO E REPRESENTAÇÕES, LDA

GESCONFER – GESTÃO E CONTABILIDADE, LDA

46. RECONCILIAÇÃO DAS CONTAS EM NCA COM AS IAS/IFRS (conforme disposto na alínea d) do nº 2 da Instrução do Banco de Portugal nº 18/2005)

Caso as demonstrações financeiras individuais da Sociedade fossem elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) apresentariam as seguintes alterações (ver Nota 3.1):

46.1 Descrição das alterações de políticas contabilísticas

a) Crédito a clientes

As políticas contabilísticas para crédito a clientes, de acordo com as IAS/IFRS, correspondem ao descrito no ponto “Empréstimos e contas a receber” da Nota 3.7.2 com excepção do regime de provisionamento de crédito do Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal, que é substituído por imparidade determinada de acordo com o modelo descrito abaixo, e da realização de eliminações (write-off), que não são considerados nas contas em base IAS/IFRS, desde a transição em 1 de Janeiro de 2005.

A Sociedade avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade no crédito concedido e de valores a receber. As perdas por imparidade identificadas são relevadas por contrapartida de resultados.

Sempre que num período subsequente, se registre uma diminuição do montante da perda por imparidade estimada, o montante previamente reconhecido é revertido pelo ajustamento da conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração de resultados na mesma rubrica.

Um crédito, ou uma carteira de crédito sobre clientes, definida como um conjunto de créditos de características de risco semelhantes, está em imparidade sempre que:

- exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e,
- quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros do crédito ou carteira de créditos sobre clientes, e cuja mensuração possa ser estimada com razoabilidade.

Para determinação das perdas por imparidade são utilizados dois métodos de análise:

i) Análise individual

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é realizada através de uma análise casuística da situação de clientes com exposição total de crédito considerada

significativa. Para cada cliente a Sociedade avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objectiva de imparidade, considerando nomeadamente os seguintes factores:

- situação económico-financeira do cliente;
- exposição global do cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento no Grupo e no sistema financeiro;
- informações comerciais relativas ao cliente;
- análise do sector de actividade em que o cliente se integra, quando aplicável;
- as ligações do cliente com o Grupo em que se integra, quando aplicável, e a análise deste relativamente às variáveis anteriormente referidas em termos do cliente individualmente considerado.

Na determinação das perdas por imparidade em termos individuais são considerados os seguintes factores:

- A viabilidade económico financeira do cliente gerar meios suficientes para fazer face ao serviço da dívida no futuro;
- O valor das garantias reais associadas e o montante e prazo de recuperação estimados;
- O património do cliente em situações de liquidação ou falência e a existência de credores privilegiados.

Os créditos analisados individualmente, para os quais não se tenha verificado a existência objectiva de imparidade, são agrupados tendo por base características de risco semelhantes e avaliados colectivamente para efeitos de imparidade.

Os créditos analisados individualmente para os quais se tenha estimado uma perda por imparidade não são incluídos para efeitos da avaliação colectiva.

Sempre que seja identificada uma perda de imparidade nos créditos a clientes avaliados individualmente, o montante da perda é determinado pela diferença entre o valor contabilístico desse crédito e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro original do contrato. Para créditos com taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada para determinar qualquer perda por imparidade é a taxa de efectiva anual, determinada pelo contrato.

O cálculo do valor actual dos cash flows futuros estimados de um crédito com garantias reais reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e alienação do colateral, deduzido dos custos inerentes à sua recuperação e venda.

ii) Análise colectiva

Os créditos avaliados numa base colectiva são agrupados por segmentos com características e riscos similares. As perdas por imparidade para estes créditos são estimadas considerando a experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante, a envolvente económica e sua influência sobre o nível de perdas históricas. A Sociedade procede, com uma periodicidade regular, à actualização dos parâmetros históricos utilizados para estimar as perdas na análise colectiva.

Sempre que um crédito é considerado incobrável, sendo a sua perda por imparidade estimada de 100% do valor do crédito, é efectuada a respectiva anulação contabilística por contrapartida do valor da perda. O crédito é assim abatido ao activo.

Se forem recuperados créditos abatidos, o montante recuperado é creditado em resultados na mesma rubrica de “Imparidade do crédito líquida de recuperações e reversões” acima referida.

b) Propriedades de investimento

Nas contas individuais em base IAS/IFRS, a Sociedade adoptou a opção do justo valor para valorização subsequente das propriedades de investimento, atendendo que esta foi a opção adoptada nas contas consolidadas do Banif – Grupo Financeiro.

Assim, a política contabilística relativa à valorização subsequente, descrita na Nota 3.9, seria substituída pela seguinte.

Subsequente ao reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são registadas ao justo valor, que reflecte as condições de mercado na data de balanço. Os ganhos e perdas resultantes das alterações no justo valor das propriedades de investimento são incluídos nos resultados do ano a que respeitam.

c) Outros activos tangíveis

Nas contas individuais em base IAS/IFRS, a Sociedade adoptou a opção do justo valor para valorização subsequente dos imóveis de serviço próprio, atendendo que esta foi a opção adoptada nas contas consolidadas do Banif – Grupo Financeiro.

Assim, a política contabilística relativa à valorização subsequente dos imóveis de serviço próprio, descrita na Nota 3.10, seria substituída pela seguinte.

Os imóveis de serviço próprio são valorizados ao justo valor, determinado com base em avaliações de peritos independentes, deduzido de subseqüentes amortizações e perdas por imparidade. Os imóveis de serviço próprio da Sociedade são avaliados com a regularidade necessária, para que os valores contabilísticos não difiram significativamente do seu justo valor na data do balanço, utilizando-se como referência um período de três anos entre reavaliações.

As variações positivas de justo valor são creditadas em reservas de reavaliação, incluídas em capital próprio, excepto e até à medida que essa variação constitua reversão de perdas do mesmo activo reconhecidas em resultados, em que essa variação positiva deve ser reconhecida em resultados.

As variações negativas do justo valor são reconhecidas em resultados, excepto e na medida em que possam ser compensados com reservas de reavaliação positivas existentes para o mesmo activo.

d) Benefícios aos empregados

Conforme descrito na Nota 3.14, o Aviso do Banco de Portugal nº 12/2001 permitiu que, nas contas individuais em NCA's:

- o reconhecimento, em resultados transitados, do impacte, apurado com referência a 31 de Dezembro de 2004, decorrente da transição para as (NCA) fosse diferido, conforme nº 13º-A do Aviso;
- o limite do "corredor" fosse temporariamente alargado com uma percentagem decrescente dos impactos decorrentes alterações dos pressupostos actuariais relativos à tábua de mortalidade, conforme nº 13º-B do Aviso.

Nas contas em base IAS/IFRS, a totalidade do impacto de transição é reconhecido em resultados transitados e o limite do "corredor" é de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões, dos dois o maior, reportados não final do ano anterior. Deste modo, o limite do "corredor" em IAS/IFRS difere do apurado em NCA, com implicações no montante de amortizações do excesso ao "corredor" a reconhecer anualmente em custos com o pessoal.

Conforme descrito nas notas 3.2 e 3.14, a Sociedade alterou a política contabilística de reconhecimento por ganhos e perdas actuariais em 2011 tendo abandonado o "método de corredor". Deste modo, de 2011 em diante deixa de haver diferença entre as contas em base NCA e em base IAS no que se refere ao tratamento dos ganhos e perdas actuarias.

e) Activos financeiros disponíveis para venda

A rubrica de Activos financeiros disponíveis para venda inclui os residuais certificates emitidos no âmbito das operações de securitização e detidos pela Sociedade. Nas contas em base NCA, estão deduzidas a estes activos a imparidade apurada sobre os créditos das respectivas operações de securitização.

Nas contas em base IAS/IFRS, esta imparidade foi reclassificada para imparidade sobre Crédito a clientes, em coerência com a política descrita na alínea a) desta Nota.

46.2 Estimativas dos ajustamentos materiais e reconciliação do balanço, demonstração de resultados e demonstração de variações em capitais próprios

As estimativas dos ajustamentos materiais que decorreriam das alterações de políticas contabilísticas, referidas no ponto anterior, e a reconciliação do balanço, da demonstração de resultados e da demonstração de variações nos capitais próprios em base NCA para as que resultam da aplicação das IAS/IFRS são apresentados nos quadros seguintes.

RECONCILIAÇÃO do BALANÇO em NCA e IAS/IFRS, em 31 de DEZEMBRO de 2011 e 2010

	31-12-2011			31-12-2010 Reexpresso		
	NCA	Ajust.	IFRS	NCA	Ajust.	IFRS
	Valor líquido		Valor líquido	Valor líquido		Valor líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	265.319	-	265.319	92.612	-	92.612
Disponibilidades em outras instituições de crédito	32.595	-	32.595	47.369	-	47.369
Activos financeiros detidos para negociação	8.140	-	8.140	3.911	-	3.911
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	69.198	-	69.198	293.126	-	293.126
Activos financeiros disponíveis para venda	3.918.021	61.105	3.979.126	3.154.997	24.544	3.179.541
Aplicações em instituições de crédito	1.509.656	13	1.509.669	1.033.764	6	1.033.770
Crédito a clientes	9.509.759	(45.031)	9.464.728	10.027.912	44.312	10.072.224
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	-	-	-
Activos com acordo de recompra	310.962	-	310.962	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda	223.192	-	223.192	96.161	-	96.161
Propriedades de investimento	56.221	5.222	61.443	28.924	2.453	31.377
Outros activos tangíveis	48.088	1.374	49.462	56.475	1.376	57.851
Activos intangíveis	11.407	-	11.407	7.186	-	7.186
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	88.445	-	88.445	442	-	442
Activos por impostos correntes	951	-	951	467	-	467
Activos por impostos diferidos	75.460	7.749	83.209	56.775	(35.381)	21.394
Outros activos	598.445	(2.468)	595.977	160.933	(19.264)	141.669
Total do Activo	16.725.859	27.964	16.753.823	15.061.054	18.046	15.079.100
Recursos de Bancos Centrais	2.127.193	-	2.127.193	1.650.965	-	1.650.965
Passivos financeiros detidos para negociação	8.361	-	8.361	16.990	-	16.990
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	4.957	-	4.957
Recursos de outras instituições de crédito	858.630	-	858.630	1.012.540	-	1.012.540
Recursos de clientes e outros empréstimos	7.918.156	-	7.918.156	7.158.295	-	7.158.295
Responsabilidades representadas por títulos	611.361	-	611.361	755.340	-	755.340
Passivos financeiros associados a activos transferidos	3.693.528	62.749	3.756.277	2.951.291	2.371	2.953.662
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	-
Provisões	76.788	(68.508)	8.280	89.852	(82.486)	7.366
Passivos por impostos correntes	1.003	-	1.003	404	-	404
Passivos por impostos diferidos	-	19.400	19.400	-	7.889	7.889
Instrumentos representativos de capital	50.351	-	50.351	50.009	-	50.009
Outros passivos subordinados	362.228	-	362.228	428.943	-	428.943
Outros passivos	198.805	-	198.805	122.822	-	122.822
Total do Passivo	15.906.404	13.641	15.920.045	14.242.408	(72.228)	14.170.182
Capital	794.500	-	794.500	780.000	-	780.000
Prémios de emissão	451	-	451	451	-	451
Outros instrumentos de capital	10.000	-	10.000	-	-	-
Acções próprias	-	-	-	-	-	-
Reservas de reavaliação	(29.176)	1.036	(28.140)	(23.271)	1.036	(22.235)
Outras reservas e resultados transitados	59.379	84.242	143.621	60.175	53.419	113.594
Resultado do exercício	(15.699)	(70.955)	(86.654)	1.291	35.817	37.108
Dividendos antecipados	-	-	-	-	-	-
Total do Capital	819.455	14.323	833.778	818.646	90.272	908.818
Total do Passivo + Capital	16.725.859	27.964	16.753.823	15.061.054	18.046	15.079.100

RECONCILIAÇÃO da DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS em NCA e IAS/IFRS, em 31 de DEZEMBRO de 2011 e 2010

	31-12-2011			31-12-2010 Reexpresso		
	NCA	Ajust.	IFRS	NCA	Ajust.	IFRS
	Valor líquido		Valor líquido	Valor líquido		Valor líquido
Juros e rendimentos similares	762.753	-	762.753	533.899	-	533.899
Juros e encargos similares	(565.316)	-	(565.316)	(319.271)	-	(319.271)
Margem financeira	197.437	-	197.437	214.628	-	214.628
Rendimentos de instrumentos de capital	26.273	-	26.273	17.190	-	17.190
Rendimentos de serviços e comissões	98.315	-	98.315	84.083	-	84.083
Encargos com serviços e comissões	(16.390)	-	(16.390)	(12.923)	-	(12.923)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(8.163)	-	(8.163)	(7.769)	-	(7.769)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	(64)	-	(64)	7.513	-	7.513
Resultados de reavaliação cambial	976	-	976	783	-	783
Resultados de alienação de outros activos	(1.808)	-	(1.808)	4.074	(1.788)	2.286
Outros resultados de exploração	43.448	4.506	47.954	21.508	1.523	23.031
Produto bancário	340.024	4.506	344.530	329.087	(285)	328.822
Custos com pessoal	(115.337)	-	(115.337)	(112.018)	-	(112.018)
Castos gerais administrativos	(67.467)	-	(67.467)	(72.721)	-	(72.721)
Amortizações do exercício	(14.241)	319	(13.922)	(14.198)	(236)	(14.434)
Provisões líquidas de reposições e anulações	21.142	(20.265)	877	2.434	(2.459)	(25)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	(133.557)	(112.239)	(245.796)	(123.176)	42.857	(80.319)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(43.626)	36.560	(7.066)	(16.422)	12.701	(3.721)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(11.722)	(2.060)	(13.782)	(1.539)	-	(1.539)
Resultado antes de impostos	(24.784)	(93.170)	(117.954)	(8.553)	52.598	44.045
Impostos	9.085	22.224	31.309	9.844	(16.781)	(6.937)
Correntes	(4.249)	-	(4.249)	(384)	-	(384)
Diferidos	13.334	22.224	35.558	10.228	(16.781)	(6.553)
Resultado após impostos	(15.699)	(70.955)	(86.654)	1.291	35.817	37.108
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	(15.699)	(70.955)	(86.654)	1.291	35.817	37.108

RECONCILIAÇÃO das DEMONSTRAÇÕES DE VARIAÇÕES EM CAPITALS PRÓPRIOS em NCA e IAS/IFRS, em 31 de DEZEMBRO de 2011 e 2010

	(montantes expressos em milhares Eur)						
	Capital	Prémios de Emissão	Outros Instrumentos de capital	Reservas de Reavaliação	Outras Reservas e Resultados Transferridos	Resultado do Exercício	Total
Saldos em 31-12-2011 - NCA	794.500	451	10.000	(29.176)	59.379	(15.699)	819.455
Imparidade de crédito	-	-	-	-	117.791	(95.945)	21.846
- Ajustamento face às provisões regulamentares	-	-	-	-	(32.834)	23.039	(9.795)
- Impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-
Valorização imóveis de serviço próprio	-	-	-	1.375	(19)	321	1.357
- Aplicação do justo valor	-	-	-	-	-	-	321
- Correção amortizações	-	-	-	-	-	-	(339)
- Impostos diferidos	-	-	-	(339)	-	-	-
Valorização propriedades de investimento	-	-	-	-	2.455	2.446	4.901
- Aplicação do justo valor	-	-	-	-	(683)	(816)	(1.499)
- Impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-
Benefícios aos empregados	-	-	-	-	(2.468)	-	(2.468)
- Custos Diferidos transição para NCA's	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31-12-2011 - IFRS	794.500	451	10.000	(28.140)	143.621	(96.654)	833.778
Saldos em 31-12-2010 - NCA Reexpresso	780.000	451	-	(23.271)	60.175	1.291	818.646
Imparidade de crédito	-	-	-	-	73.992	53.099	127.091
- Ajustamento face às provisões regulamentares	-	-	-	-	(18.590)	(16.866)	(35.456)
- Impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-
Valorização imóveis de serviço próprio	-	-	-	1.376	(19)	-	1.357
- Aplicação do justo valor	-	-	-	-	-	-	-
- Correção amortizações	-	-	-	-	-	-	(340)
- Impostos diferidos	-	-	-	(340)	-	-	-
Valorização propriedades de investimento	-	-	-	-	2.954	1.523	4.477
- Aplicação do justo valor	-	-	-	-	(768)	(2.024)	(2.792)
- Correção amortizações	-	-	-	-	-	85	85
- Impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-
Benefícios aos empregados	-	-	-	-	(4.150)	-	(4.150)
- Custos Diferidos transição para NCA's	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31-12-2010 - IFRS Reexpresso	780.000	451	-	(22.238)	113.594	37.108	908.818

47. Condições especiais sobre o risco soberano de Grécia, Irlanda e Portugal

Três países europeus, Grécia, Irlanda e Portugal, sofreram uma deterioração das suas finanças públicas num contexto adverso de conjuntura económica e financeira desfavorável. Esta situação levou os agentes do mercado a não adquirirem títulos de dívida pública emitidos por estes países para financiarem os défices públicos.

As políticas de solidariedade europeias previstas para estas situações levaram os países da zona euro em conjunto com o Fundo Monetário Internacional a porem em prática um conjunto de mecanismos de apoio, levando à formulação e implementação de planos de ajustamento na Grécia, e posteriormente para a Irlanda e Portugal.

Em Maio de 2010, os governos da zona euro e o FMI comprometeram-se num programa de auxílio de 110 milhares de milhões de euros à Grécia em troca de um compromisso de redução do défice do sector público. Durante o primeiro semestre de 2011, as autoridades europeias reafirmaram o seu apoio à Grécia, o que levou a conversações para a implementação de um segundo programa de auxílio com o apoio do sector privado. Esta evolução conduziu à aprovação pelos 17 membros da zona euro de um segundo programa de apoio à Grécia no valor conjunto de 130 milhares de milhões de euros. Este plano incluiu a reestruturação da dívida grega de acordo com uma oferta de troca de obrigações cujos termos representam um perdão estimado de capital e juros de aproximadamente 77%.

Esta operação implicará uma perda adicional de cerca de 520 milhares de euros, para além da imparidade de 941 milhares de euros reconhecida em 2011.

O plano de apoio à Irlanda foi adoptado em Novembro de 2010, no valor de 85 milhares de milhões de euros e o plano para Portugal foi adoptado em Maio de 2011 e prevê um total de 78 milhares de milhões de euros de apoio.

Todos estes planos estão a ser acompanhados por um conjunto de medidas que visam uma redução significativa dos desequilíbrios das contas públicas dos países visados.

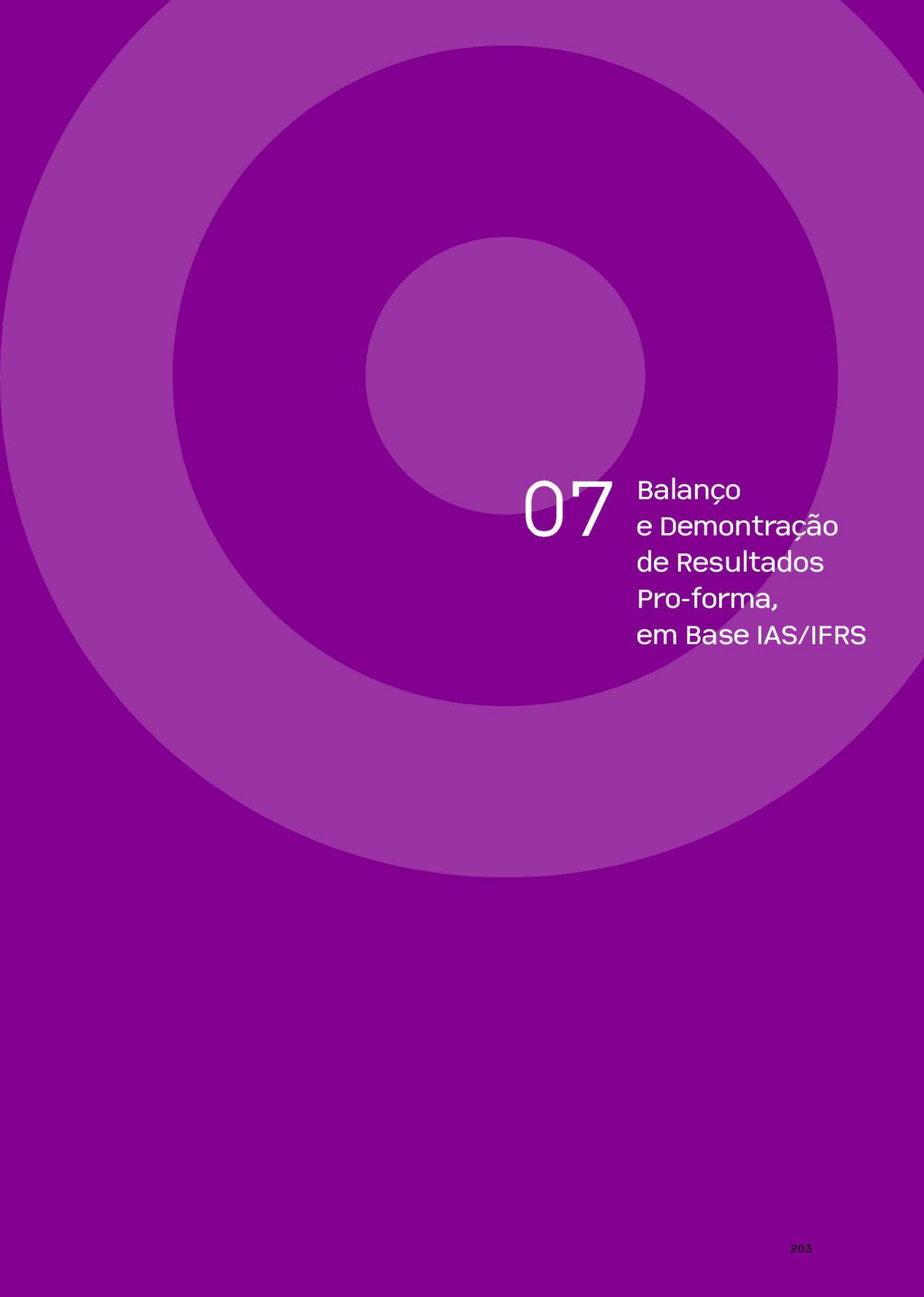
Com base nas medidas adoptadas, o Grupo não prevê perdas de imparidade para as exposições directas ao risco da Irlanda e Portugal.

	Prazo Residual					Total	Provisões / Imparidade	Reserva JV	Líquido
	1 ano	2 anos	3 anos	5 anos	> 5 anos				
Portugal									
Activos financeiros Disp Venda									
Governos Central	273.241	-	-	-	-	273.241	-	(13.751)	259.490
Governos Locais e Regionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos	5.156	-	15.851	-	-	21.007	-	(3.191)	17.816
Empresas Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>278.397</u>	<u>-</u>	<u>15.851</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>294.248</u>	<u>-</u>	<u>(16.942)</u>	<u>277.306</u>
Investimentos detidos até maturidade									
Governos Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Governos Locais e Regionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empresas Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Crédito									
Governos Central	2.094	695	1.387	3.858	71.158	79.192	-	-	79.192
Governos Locais e regionais	15.400	30.250	15.000	-	20.000	80.650	-	-	80.650
Bancos	151.599	-	-	-	-	151.599	-	-	151.599
Empresas Públicas	14.359	-	865	-	29.834	45.158	-	-	45.158
	<u>183.452</u>	<u>30.945</u>	<u>17.252</u>	<u>3.858</u>	<u>121.092</u>	<u>356.599</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>356.599</u>
	<u>461.849</u>	<u>30.945</u>	<u>33.103</u>	<u>3.858</u>	<u>121.092</u>	<u>650.847</u>	<u>-</u>	<u>(16.942)</u>	<u>633.905</u>
Grécia									
Activos financeiros Disp Venda									
Governos Central	1.047	-	-	-	-	1.047	(941)	-	106
Governos Locais e Regionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empresas Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>1.047</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.047</u>	<u>(941)</u>	<u>-</u>	<u>106</u>
Investimentos detidos até maturidade									
Governos Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Governos Locais e Regionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empresas Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Crédito									
Governos Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Governos Locais e regionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empresas Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>1.047</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.047</u>	<u>(941)</u>	<u>-</u>	<u>106</u>
Irlanda									
Activos financeiros Disp Venda									
Governos Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Governos Locais e Regionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos	-	-	2.156	-	-	2.156	-	(231)	1.925
Empresas Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.156</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.156</u>	<u>-</u>	<u>(231)</u>	<u>1.925</u>
Investimentos detidos até maturidade									
Governos Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Governos Locais e Regionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empresas Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Crédito									
Governos Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Governos Locais e regionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empresas Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.156</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.156</u>	<u>-</u>	<u>(231)</u>	<u>1.925</u>

48. EVENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

À data de aprovação das presentes Demonstrações Financeiras pelo Conselho de Administração da Sociedade, não se verificava nenhum acontecimento subsequente a 31 de Dezembro de 2011, data de referência das referidas Demonstrações Financeiras, que exigissem ajustamentos ou modificações dos valores dos activos e dos passivos.

Em Assembleia Geral da Sociedade realizada em 23 de Março de 2012, foram eleitos novos Órgãos Sociais para o triénio 2012-2014.



07 Balanço
e Demonstração
de Resultados
Pro-forma,
em Base IAS/IFRS

07

Balanço e Demonstração de Resultados pró-forma, em base IAS/IFRS

Apresentamos supletivamente, para efeitos informativos, um balanço e uma demonstração de resultados pró-forma preparados com base em princípios contabilísticos baseados em IAS/IFRS. Este balanço e demonstração de resultados pró-forma não são demonstrações financeiras completas preparadas com base em IAS/IFRS, uma vez que não são apresentadas todas as divulgações obrigatórias de acordo com as IAS/IFRS.

1 - Balanço

BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, S.A

BALANÇO - PRO - FORMA IAS/IFRS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

	31-12-2011			(montantes expressos em milhares Eur)	
	Valor antes de provisões e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido	31-12-2010	31-12-2010
				Valor líquido Reexpresso	Valor líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	265.319	-	265.319	92.612	92.612
Disponibilidades em outras instituições de crédito	32.595	-	32.595	47.369	47.369
Activos financeiros detidos para negociação	8.140	-	8.140	3.911	3.911
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	69.198	-	69.198	293.126	293.126
Activos financeiros disponíveis para venda	3.987.625	(8.499)	3.979.126	3.179.541	451.410
Aplicações em instituições de crédito	1.509.669	-	1.509.669	1.033.770	1.033.770
Crédito a clientes	9.953.083	(488.355)	9.464.728	10.072.224	10.072.224
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	-	-
Activos com acordo de recompra	310.962	-	310.962	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda	234.861	(11.669)	223.192	96.161	96.161
Propriedades de investimento	61.443	-	61.443	31.377	31.377
Outros activos tangíveis	133.583	(84.121)	49.462	57.851	57.851
Activos intangíveis	54.222	(42.815)	11.407	7.186	7.186
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	88.445	-	88.445	442	442
Activos por impostos correntes	951	-	951	467	467
Activos por impostos diferidos	83.209	-	83.209	21.394	21.039
Outros activos	602.916	(6.939)	595.977	141.669	193.769
Total do Activo	17.398.921	(642.398)	16.753.823	15.079.100	12.402.714
Recursos de Bancos Centrais	-	-	2.127.193	1.650.965	1.650.965
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	8.361	16.990	16.990
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	4.957	4.957
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	858.630	1.012.540	1.012.540
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	7.918.156	7.158.295	7.158.295
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	611.361	755.340	755.340
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	3.756.277	2.953.662	267.074
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-
Provisões	-	-	8.280	7.366	7.366
Passivos por impostos correntes	-	-	1.003	404	404
Passivos por impostos diferidos	-	-	19.400	7.889	7.889
Instrumentos representativos de capital	-	-	50.351	50.009	50.009
Outros passivos subordinados	-	-	362.228	428.943	428.943
Outros passivos	-	-	198.805	122.822	116.562
Total do Passivo	-	-	15.920.045	14.170.182	11.477.334
Capital	-	-	794.500	780.000	780.000
Prémios de emissão	-	-	451	451	451
Outros instrumentos de capital	-	-	10.000	-	-
Acções próprias	-	-	-	-	-
Reservas de reavaliação	-	-	(28.140)	(22.235)	(1.904)
Outras reservas e resultados transitados	-	-	143.621	113.594	110.657
Resultado do exercício	-	-	(86.654)	37.108	36.176
Dividendos antecipados	-	-	-	-	-
Total do Capital	-	-	833.778	908.818	925.380
Total do Passivo + Capital	-	-	16.753.823	15.079.100	12.402.714

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

2 – Demonstração de Resultados

BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, SA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - PRO FORMA IAS/IFRS

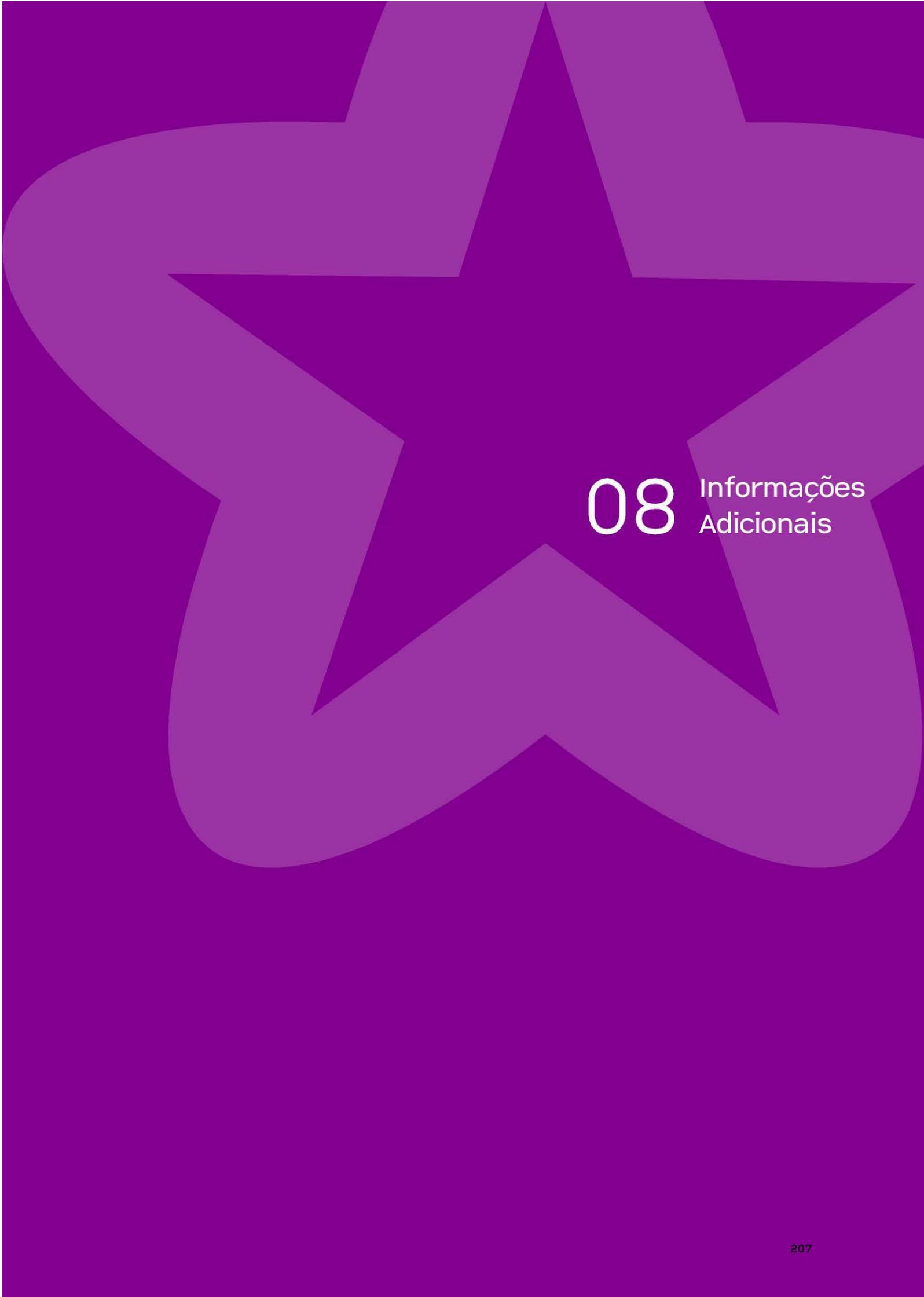
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(montantes expressos em milhares Eur)

	31-12-2011	31-12-2010 Reexpresso	31-12-2010
Juros e rendimentos similares	762.753	533.899	533.899
Juros e encargos similares	(565.316)	(319.271)	(319.271)
Margem financeira	197.437	214.628	214.628
Rendimentos de instrumentos de capital	26.273	17.190	17.190
Rendimentos de serviços e comissões	98.315	84.083	84.083
Encargos com serviços e comissões	(16.390)	(12.923)	(12.923)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(8.163)	(7.769)	(7.769)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	(64)	7.513	7.513
Resultados de reavaliação cambial	976	783	783
Resultados de alienação de outros activos	(1.808)	2.286	2.286
Outros resultados de exploração	47.954	23.031	23.031
Produto bancário	344.530	328.822	328.822
Custos com pessoal	(115.337)	(112.018)	(112.950)
Castos gerais administrativos	(67.467)	(72.721)	(72.721)
Amortizações do exercício	(13.922)	(14.434)	(14.434)
Provisões líquidas de reposições e anulações	877	(25)	(25)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	(245.796)	(80.319)	(80.319)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(7.066)	(3.721)	(3.721)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(13.782)	(1.539)	(1.539)
Resultado antes de impostos	(117.963)	44.045	43.113
Impostos	31.309	(6.937)	(6.937)
Correntes	(4.249)	(384)	(384)
Diferidos	35.558	(6.553)	(6.553)
Resultado após impostos	(86.654)	37.108	36.176
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas	-	-	-
Resultado líquido do exercício	(86.654)	37.108	36.176
Número de acções em circulação	158.900.000	156.000.000	156.000.000
Resultados por acção (Euro / acção)	(0,55)	0,24	0,23

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração



08 Informações
Adicionais

08

Informações adicionais

1. Informação nos termos do art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais

Informação sobre as acções e obrigações previstas no art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais, com referência a 31 de Dezembro de 2011, incluindo o movimento de acções e obrigações realizado durante o respectivo exercício.

. Joaquim Filipe Marques dos Santos

Pessoalmente, era titular de 1.714.113 acções da Banif SGPS, SA.

Era titular, ainda, de 1 acção do Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA, 1 acção do Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA e 1 acção da Banif - Corretora de Valores e Câmbio, SA (acções preferenciais sem direito a voto), 1 acção da Banif Brasil (Holdings), SA e 1 acção da Centaurus Realty Group – Investimentos Imobiliários, SA.

Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pelo Banif – Banco Internacional do Funchal, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com elas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

. Carlos David Duarte de Almeida

Pessoalmente, era titular de 144 acções da Banif SGPS, SA.

Era titular, ainda, de 1 acção do Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA, 1 acção do Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA e 1 acção da Banif - Corretora de Valores e Câmbio, SA (acções preferenciais sem direito a voto), e 1 acção da Centaurus Realty Group – Investimentos Imobiliários, SA.

Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pelo Banif – Banco Internacional do Funchal, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com elas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

. António Manuel Rocha Moreira

Pessoalmente, era titular de 177.675 acções da Banif SGPS, SA, 125 Obrigações Banif SGPS, SA 2010-2013, no valor unitário de € 1.000,00, 50 Obrigações Banif SGPS, SA 2011-2013, no valor unitário de € 1.000,00, 15 Obrigações Rentipar Financeira, SGPS – 2008/2012.

Durante o exercício de 2011, foram-lhe reembolsados 37.000 Euros de Obrigações Banif – SGPS, S.A. 2008/2011, e subscreveu 50.000 Obrigações Banif – SGPS, S.A. 2011/2013, no valor unitário de 1.000 Euros.

. Manuel Isidoro Martins Vaz

Pessoalmente, era titular de 82.536 acções da Banif SGPS, SA.

Era titular de 10.000 euros Obrigações Banif 2009/2019 Subordinadas.

Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pelo Banif – Banco Internacional do Funchal, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com elas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

. José Marques de Almeida

Pessoalmente era titular de 1.117.440 acções da Banif SGPS, SA.

Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pelo Banif – Banco Internacional do Funchal, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com elas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

. José António Machado de Andrade

Era titular de 100.000 Obrigações Banif CX Sub. 08/18 e 270 Unidades de Participação de Fundo Especial de Investimento Fechado – Banif Property.

O cônjuge era titular de 30 Obrigações Acções Preferenciais Banif Finance e 55 Unidades de Participação de Fundo Especial de Investimento Mobiliário aberto – Banif Conservador, tendo efectuado em mercado secundário, a alienação de 62 Unidades de Participação de Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado – Banif Property em 10-08-2011, pelo valor de 1.000 Euros cada.

. João Manuel da Silva Machado dos Santos

Não é titular, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), de quaisquer valores mobiliários emitidos pelo Banif – Banco Internacional do Funchal, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo.

Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pelo Banif – Banco Internacional do Funchal, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

.º Diogo António Rodrigues da Silveira

Não é titular, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), de quaisquer valores mobiliários emitidos pela Banif SCPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo.

Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pelo Banif – Banco Internacional do Funchal, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

. João Paulo Pereira Marques de Almeida

Pessoalmente, era titular de 24.807 acções da Banif SCPS, SA.

Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pelo Banif – Banco Internacional do Funchal, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

. Vítor Manuel Farinha Nunes

A **FN Participações, SCPS, SA**, sociedade por si detida, era titular de 1.836.504 acções da Banif - SCPS, SA, de 1.820.000 valores mobiliários obrigatoriamente convertíveis em acções da Banif SCPS, SA e de 2.638 Obrigações de Caixa Subordinadas “Banco Mais 2004/2011”, no valor nominal unitário de 50,00 euros.

Em 15 de Março de 2011, foram reembolsadas 2.638 Obrigações de caixa Subordinadas 2004-2011 detidas pela FN Participações SCPS, SA, no valor total de 131.900,00 Euros.

. Nuno José Roquette Teixeira

Não é titular, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), de quaisquer valores mobiliários emitidos pela Banif SCPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo.

Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pelo Banif – Banco Internacional do Funchal, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

CONSELHO FISCAL

Prof. Doutor Fernando Mário Teixeira de Almeida

Pessoalmente era titular de 213.847 acções da Banif SCPS, SA.

A sociedade **Quinta do Sourinho - Agricultura e Turismo, Lda**, integralmente detida pelo próprio e pelas pessoas previstas nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, era titular de 220.238 acções da Banif SCPS, SA.

Dr. António Ernesto Neto da Silva

Não é titular, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), de quaisquer valores mobiliários emitidos pela Banif SCPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo.

Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pelo Banif – Banco Internacional do Funchal, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

Dr. José Lino Tranquada Gomes

Não é titular, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), de quaisquer valores mobiliários emitidos pela Banif SCPS, SA (incluindo acções e/ou instrumentos financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo.

Não transaccionou, directamente ou através de entidade(s) relacionada(s), valores mobiliários emitidos pelo Banif – Banco Internacional do Funchal, SA (incluindo acções e/ou instrumentos

financeiros com estas relacionados) e/ou por sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, no período em referência.

Informação referente às transacções de acções e obrigações por sociedades em que os membros dos órgãos de administração e fiscalização exercem funções, nos termos da alínea d) do n.º 2 do art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais:

(Valores em Euros, excepto quando indicada outra moeda)

Banif - SGPS, SA

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/11	
	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Acções Banif Mais, SGPS, SA					17.500.000	216.741.739,51
Acções Banif - Investimentos SGPS, SA					1.998.000	9.968.963,20
Acções Banif Comercial, SGPS, SA					47.488.000	239.324.646,71
Acções Banif - Imobiliária, SA	Aumento Capital Social Banif Imobiliária	30-12-11	15.850.000	79.250.000,00	16.000.000	80.235.375,25
Acções Rentipar Seguros, SGPS, SA					12.930.529	72.243.800,49
Acções Banco Caboverdiano de Negócios, SA					465.182	5.129.647,00
Acções Preferenciais Banif Bank Malta PLC	Aumento Capital Social Banif Bank Malta	28-02-11	7.500.000	7.500.000,00	7.500.000	7.500.000,00
Acções Banif Bank Malta PLC					17.999.999	17.999.999,60
Acções Banca Pueyo, SA					9.996.000	49.363.497,59
Acções Bankpime					25.169.037	2.120.840,00
Banif Holding (Malta) PLC	Aumento Capital Social Banif Holding (Malta)	30-09-11	9.990.000	9.990.000,00	9.991.998	9.991.998,00
Acções Banieuropa, SL					100.000	100.000,00
Acções Inmobiliária Vegas Altas					669	2.499.632,58
Acções Banif Finance Ltd	Compra Venda Compra	30-12-11 30-12-11 30-12-11	20.000 20.000 20.000	12.000.000,00 12.000.000,00 12.000.000,00	20.000	12.000.000,00
Acções Banif Finance Ltd	Compra Venda Compra	30-12-11 30-12-11 30-12-11	20.000 20.000 20.000	(USD) 12.000.000,00 (USD) 12.000.000,00 (USD) 12.000.000,00	20.000	(USD) 12.000.000,00

Banif Comercial, SGPS, SA

VALORES	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/11	
	MOBILIÁRIOS	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.
Obrigações Banif 2009 Float Perp Cond	Compra	08-04-11	10.000.00	10.000.000,00		
	Venda	30-12-11	10.000.000	10.000.000,00		
					0	0
Acções Banif (Açores) SGPS, SA					4.016.983	20.735.497,00
Acções Banif Banco Internacional do Funchal SA	Aumento do Capital Social do Banif, SA, incluído na operação de fusão com a Banif Co	30.12.11	2.900.000	18.427.860,12	2.900.000	18.427.860,12
Acções Banif Banco Internacional do Funchal SA					156.000.000	775.338.574,25
Acções Banco Banif Mais, SA	Aquisição incluída na operação de fusão com a Banif Co	30.12.11	1.000.000	1.223.847,10	1.000.000	1.223.847,10
Acções Banif Rent					60.000	500.000,00
Acções Banif Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA	Aumento do Capital Social do Banif (Brasil), SA	28-07-11			253.363.365	60.937.120,83
Acções Banif Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA					45.312.757	10.897.573,06
Acções Banif International Bank, Ltd					25.000	25.000,00
Acção Banif Bank Malta PLC					1	0,40

Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

Valores Mobiliários	Movimentos				Posição 31/12/2011	
	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Acções Preferenciais:						
<i>Acções Pref Banif Finance FLT PRP</i>	Entrada	25-01-2011	520	520.000		
	Entrada	24-10-2011	10	9.500		
	Entrada	15-11-2011	38	36.100		
	Entrada	22-11-2011	15	13.500		
	Saída	29-12-2011	10	5.000	1.177	1.177.000
<i>Acções Pref Banif Finance 2009 USD</i>	Entrada	04-02-2011	29	12.577	29	13.448
Obrigações Não Residentes:						
Obrigações Banif Finance FLT DEZ 14					600.000	501.135
Obrigações Banif Finance Sub DEZ 19					92.000	71.070
Obrigações Banif Fin. 5% NOV 13 USD	Saída	03-01-2011	9.196.000	9.196.000 USD		
	Saída	07-01-2011	105.000	105.000 USD		
	Saída	11-02-2011	162.000	162.000 USD	0	0
Obrigações Banif Fin. 6% NOV 13	Saída	03-01-2011	7.359.000	7.359.000		
	Saída	26-01-2011	51.000	51.000	0	0
Obrigações Residentes:						
Obrigações Banif 05/15 (ex-Leasing)					6.000.000	6.1.09.290
Obrigações INV.TX VR 2016					15.000.000	15.002.332
Obrigações Rentipar 2008/2012	Entrada	28-03-2011	10.000	10.000	24.685.000	24.685.000
	Entrada	30-06-2011	2.764.000	2.611.980		
	Entrada	26-07-2011	10.000	9.450		
	Entrada	16-08-2011	25.000	23.625		
	Entrada	14-09-2011	20.000	18.900		
	Entrada	28-09-2011	50.000	47.250		
	Entrada	29-09-2011	1.000	800		
	Entrada	10-11-2011	20.000	18.900		
	Amortização	30-12-2011	13.792.500	13.792.500	13.792.500	13.792.500
Obrigações Açoreana TX VR DEZ 17	Entrada	10-01-2011	4.000	3.220	1.502.000	1.503.443,41
	Entrada	12-01-2011	10.000	8.050		
	Entrada	25-01-2011	4.000	3.200		
	Entrada	13-04-2011	100.000	95.000		
	Entrada	08-06-2011	25.000	22.500		
	Entrada	10-11-2011	2.000	1.610		
	Entrada	17-10-2011	200.000	200.000	1.847.000	1.849.059
Rentipar Seguros 2015	Saída	03-01-2011	5.000.000	5.000.000	24.500.000	24.681.028
Obrigações Banif SGPS 2008/2011	Entrada	11-01-2011	1.000	975		
	Entrada	24-01-2011	6.000	5.790		
	Entrada	08-02-2011	4.000	3.900		
	Entrada	29-03-2011	187.000	185.130		

	Entrada	15-06-2011	33.000	32.670		
	Entrada	30-06-2011	644.000	630.476		
	Reembolso	08-07-2011	1.808.000	1.808.000	0	0
<i>Obrigações Banif SCPS 2010/2013</i>	Entrada	28-03-2011	100.000	100.000	100.000	100.133
Fundos Residentes Abertos:						
Infrainvest FEIA					60.980	2.518.541
Fundos Residentes Fechados:						
Fundo de Capital de Risco Capven					150	227.404
Banif Renda Habitação	Saída	31-12-2011	10.000	10.213.431	0	0
Banif Imogest	Saída	31-12-2011	1.788.535	71.820.948	0	0
Banif Cestão Imobiliária	Saída	31-12-2011	25.000	22.274.955	0	0

Banif (Açores), SCPS, SA

VALORES	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/11	
MOBILIÁRIOS	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Obrigações Açoreana TX VR DEZ17					950.000	950.000,00
Obrigações Rentipar Seguros 2010/2015					4.000	4.000.000,00
Obrigações Banif 08/18 CX SUB					546.000	546.000,00
Obrigações Euroinvest 8 2007 / 2012	Aquisição	29/06/11	8.833.000	8.666.056,30	8.833.000	8.666.056,30
Investador SCPS, SA					1.183.900	9.376.488,00
Habiprede, SA					5.000	1.250.000,00

Banif Investimentos, SCPS, SA

VALORES	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/11	
MOBILIÁRIOS	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Quota Espaço Dez					1	1.250,00
Acções Banif - Banco de Investimento, SA	Aumento do Capital Social	30-12-11	6.000.000	30.000.000,00		
					17.000.000	85.000.000,00
Acções Banif Comercial, SCPS, SA					8.512.000	42.560.000,00
Acções Banif (Cayman), Ltd					26.000.000	29.640.000,00
Acções Banif Brasil, Ltda					120.000	58.800,00
Acções Banif Securities Holding, Ltd					2.108	2.391.926,52
Acções Banif International Bank, Ltd					24.975.000	24.975.000,00
Acções Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA	Aumento do Capital Social do BBI Brasil	28-07-11	21.768.680	3.370.029,21		
					208.853.246	2.088.532,46
Acções Banif International Holdings					15.008.874	15.008.874

Banif Açor Pensões, SA

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				Quantidade / Valor Nominal em 31/12/2011
	Operação	Data	Quantidade	Valor	
Banif Banco de Investimento 2007-2049	Alienação	22-12-11	250.000,00	125.000	0

Banif International Asset Management

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				Quantidade / Valor Nominal em 31/12/2011
	Operação	Data	Quantidade	Valor	
Acções Banif Multifund, Ltd					100 USD

Numberone, SCPS, Lda

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				Quantidade / Valor em 31/12/2011
	Operação	Data	Quantidade	Valor	
Acções Banif Finance, Ltd.					99.000 / 68.721,37 EUR

Banif – Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS					Moeda
	Posição 31/12/11	Operação	Data	Quantidade	Valor	
<i>Obrigações BANIF 08/18 CX SUB</i> <i>PTBAFOX0003</i>	507.000,00					EUR
<i>Obrigações CX BCA 2007/2017</i> <i>PTBCAIXE0004</i>	612.800,00					EUR
<i>Obrigações BANIF 01/11 CX SUB</i> <i>PTBAFCXE0003</i>	0	Reembolso Final	18-07-11	8.720.000,00	8.720.000,00	EUR
<i>Obrigações CX BCA 2007/2017</i> <i>PTBCAFXE0007</i>	1.488.250,00					EUR
<i>Obrigações BANIF FIN FLT DEZ14</i> <i>XS0208463306</i>	650.000,00					EUR
<i>Obrigações BANIF FIN FLT DEZ2015</i> <i>XS0239804445</i>	0	Venda	02-08-11	12.125.000,00	8.972.500,00	EUR
<i>Acções BANIF FIN ACC PRF 07</i> <i>XS0337503154</i>	3.661					EUR
<i>Acções BANIF FIN ACC PRF 09</i> <i>XS0433814158</i>	683					USD
<i>Acções BANIF FIN ACC PRF 09</i> <i>XS0433827994</i>	7.173	Compra	08-07-11	1.438	1.394.860,00	USD
<i>Acções BANIF FIN ACC PRF 08</i> <i>XS0407145886</i>	25.000	Compra	30-12-11	25.000	25.000.000,00	EUR
<i>Acções BANIF FIN ACC PRF 08</i> <i>XS0406452929</i>	288					

Banif International Bank, Ltd (Bahamas)

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/11	
	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Obrigações BANIF FIN SUB DEZ14 XS0208463306	Venda	1-12-11	274.000	228.790,00	0	
Obrigações BANIF FIN SUB 3% DEZ19 XS0476077366	Venda	28-09-11	2.681.000	1.957.130,00		
	Venda	29-09-11	1.068.000	779.640,00		
	Venda	30-09-11	6.240.000	4.555.200,00		
	Venda	03-10-11	1.165.000	850.450,00		
	Venda	04-10-11	840.000	613.200,00		
	Venda	06-10-11	880.000	642.400,00		
	Venda	07-10-11	415.000	302.950,00		
	Venda	11-10-11	268.000	195.640,00		
	Venda	12-10-11	1.111.000	811.030,00		
	Venda	13-10-11	163.000	118.990,00		
	Venda	14-10-11	668.000	487.640,00		
	Venda	17-10-11	1.216.000	887.680,00		
	Venda	18-10-11	481.000	351.130,00		
	Venda	19-10-11	307.000	224.110,00		
	Venda	20-10-11	1.003.000	732.190,00		
	Venda	21-10-11	15.000.000	11.925.000,00		
	Venda	27-10-11	175.000	127.750,00		
	Venda	28-10-11	212.000	154.760,00		
	Venda	31-10-11	265.000	193.450,00		
	Venda	02-11-11	550.000	401.500,00		
	Venda	03-11-11	284.000	207.320,00		
	Venda	04-11-11	40.000	29.200,00		
	Venda	08-11-11	132.000	96.360,00		
	Venda	10-11-11	20.000	14.600,00		
	Venda	21-11-11	20.000	14.600,00		
	Venda	22-11-11	315.000	229.950,00		
	Venda	23-11-11	207.000	151.110,00		
	Venda	25-11-11	245.000	178.850,00		
	Venda	01-12-11	52.418.000	40.492.905,00		
	Compra	06-12-11	50.000	36.500,00		
	Venda	06-12-11	50.000	36.500,00		
	Compra	12-12-11	100.000	73.000,00		
	Venda	12-12-11	100.000	73.000,00		
	Compra	13-12-11	1.015.000	507.500,00		

	Venda	13-12-11	1.015.000	507.500,00		
	Compra	15-12-11	355.000	177.500,00		
	Venda	15-12-11	355.000	177.500,00		
	Compra	19-12-11	1.284.000	642.000,00		
	Venda	19-12-11	1.284.000	642.000,00		
	Compra	20-12-11	1.807.000	903.500,00		
	Venda	20-12-11	1.807.000	903.500,00		
	Compra	22-12-11	1.240.000	620.000,00		
	Venda	22-12-11	1.240.000	620.000,00		
	Compra	23-12-11	1.034.000	517.000,00		
	Venda	23-12-11	1.034.000	517.000,00		
	Compra	27-12-11	7.052.000	3.526.000,00		
	Venda	27-12-11	7.052.000	3.526.000,00		
	Compra	28-12-11	11.673.000	5.836.500,00		
	Venda	28-12-11	11.673.000	5.836.500,00		
	Compra	29-12-11	2.694.000	1.347.000,00		
	Venda	29-12-11	2.694.000	1.347.000,00		
	Compra	30-12-11	6.910.000	3.455.000,00		
	Venda	30-12-11	6.910.000	3.455.000,00		
					0	0,0
Acções BANIF FIN ACC PRF 04 XS0208508845	Compra	22-12-11	450	225.000,00		
	Compra	27-12-11	1.050	525.000,00		
	Compra	28-12-11	244	122.000,00		
	Compra	28-12-11	1.336	668.000,00		
	Compra	29-12-11	1.222	611.000,00		
	Compra	30-12-11	50	25.000,00		
	Compra	30-12-11	165	82.500,00		
	Compra	30-12-11	50	25.000,00		
	Compra	30-12-11	4.567	2.283.500,00		
					0	0,0
Obrigações BANIF FIN SUB PERP XS0280064204	Compra	21-12-11	586.000	321.200,00		
	Compra	28-12-11	250.000	137.500,00		
	Compra	28-12-11	863.000	474.650,00		
	Compra	30-12-11	400.000	220.000,00		
	Compra	30-12-11	1.164.000	640.200,00		
	Compra	30-12-11	250.000	137.500,00		
	Venda	30-12-11	3.511.000	1.931.050,00		
					0	0,0
Acções BANIF ACC PRF 07 XS0337503154	Compra	21-12-11	100	50.000,00		
	Compra	15-12-11	530	265.000,00		
	Compra	16-12-11	355	177.500,00		
	Compra	22-12-11	240	120.000,00		

	Compra	27-12-11	190	95.000,00		
	Compra	28-12-11	515	257.500,00		
	Compra	28-12-11	723	361.500,00		
	Compra	29-12-11	5.408	2.704.000,00		
	Compra	30-12-11	4.696	2.348.000,00		
	Compra	30-12-11	358	179.000,00		
	Compra	30-12-11	1.911	955.500		
	Compra	30-12-11	332	166.000,00		
	Compra	30-12-11	51	25.500,00		
	Compra	30-12-11	339	169.500,00		
	Venda	30-12-11	15.748	7.874.000,00		
					0	0,0
Acções BANIF FIN ACC PRF 09 XS0433827994	Compra	28-12-11	250	125.000,00		
	Compra	29-12-11	252	126.000,00		
	Compra	30-12-11	150	75.000,00		
	Compra	30-12-11	61	30.500,00		
	Compra	30-12-11	50	25.000,00		
	Compra	30-12-11	150	75.000,00		
	Compra	30-12-11	500	250.000,00		
	Venda	30-12-11	1.413	706.500,00		
					0	0,0

Banif Holding (Malta) PLC

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/11	
	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Acções Banif Investimentos, SCPS, SA PREF.S/VOTO					2	10.000,00

Banif Bank Malta PLC

VALORES MOBILIÁRIO	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/11	
	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Obrigações Banif SCPS 2008/2011 PTBNFLOE0002	Reembolso Final	15-07-11	920.000	892.400,00	0	0
OBRIGAÇÕES BANIF FIN FLT MAI12 XS0300795746	Compra	08-08-11	1.000.000	872.500,00		
	Compra	11-08-11	3.000.000	2.610.000,00	4.000.000	3.482.500
OBRIGAÇÕES BANIF FIN 6% NOV 13 XS0568463367	Compra	03-01-11	7.359.000	7.359.000,00		
	Venda	05-01-11	59.000	59.000,00		
	Venda	06-01-11	292.000	292.000,00		
	Venda	07-01-11	201.000	201.000,00		
	Venda	07-01-11	150.000	150.000,00		

	Venda	10-01-11	70.000	70.000,00		
	Venda	11-01-11	100.000	100.000,00		
	Venda	12-01-11	280.000	280.000,00		
	Venda	13-01-11	75.000	75.000,00		
	Venda	13-01-11	240.000	240.000,00		
	Venda	18-01-11	255.000	255.000,00		
	Venda	21-01-11	250.000	250.000,00		
	Venda	26-01-11	334.000	334.000,00		
	Venda	27-01-11	68.000	68.000,00		
	Venda	31-01-11	170.000	170.000,00		
	Venda	01-02-11	463.000	463.000,00		
	Venda	03-02-11	338.000	338.000,00		
	Venda	04-02-11	300.000	300.000,00		
	Venda	10-02-11	60.000	60.000,00		
	Venda	14-02-11	125.000	125.000,00		
	Venda	15-02-11	50.000	50.000,00		
	Venda	22-02-11	350.000	350.000,00		
	Venda	23-02-11	200.000	200.000,00		
	Venda	24-02-11	300.000	300.000,00		
	Venda	25-02-11	100.000	100.000,00		
	Venda	01-03-11	80.000	80.000,00		
	Venda	04-03-11	211.000	211.000,00		
	Venda	09-03-11	178.000	178.000,00		
	Venda	10-03-11	69.000	69.000,00		
	Venda	5-03-11	504.000	504.000,00		
	Venda	16-03-11	110.000	110.000,00		
	Venda	18-03-11	62.000	62.000,00		
	Venda	22-03-11	79.000	79.000,00		
	Venda	23-03-11	65.000	65.000,00		
	Venda	24-03-11	65.000	65.000,00		
	Venda	25-03-11	135.000	135.000,00		
	Venda	07-04-11	58.000	58.000,00		
	Venda	15-04-11	50.000	50.000,00		
	Venda	27-04-11	50.000	50.000,00		
	Venda	04-05-11	70.000	70.000,00		
	Venda	09-05-11	50.000	50.000,00		
	Venda	11-05-11	9.000	9.000,00		
	Venda	08-06-11	163.000	163.000,00		
	Venda	28-06-11	250.000	250.000,00		
					271.000	271.000,00
Obrigações BANIF FIN 5% NOV 13 XS0568466030	Compra	30-01-11	9.196.000	(USD) 9.196.000,00		
	Venda	14-01-11	160.000	(USD) 160.000,00		
	Venda	18-01-11	163.000	(USD) 163.000,00		
	Venda	21-01-11	107.000	(USD) 107.000,00		

	Venda	11-02-11	138.000	(USD) 138.000,00		
	Venda	14-02-11	110.000	(USD) 110.000,00		
	Venda	15-02-11	479.000	(USD) 479.000,00		
	Venda	17-02-11	100.000	(USD) 100.000,00		
	Venda	28-02-11	190.000	(USD) 190.000,00		
	Venda	04-03-11	460.000	(USD) 460.000,00		
	Venda	17-03-11	100.000	(USD) 100.000,00		
	Venda	18-03-11	293.000	(USD) 293.000,00		
	Venda	23-03-11	924.000	(USD) 924.000,00		
	Venda	25-03-11	113.000	(USD) 113.000,00		
	Venda	18-04-11	452.000	(USD) 452.000,00		
	Venda	20-04-11	108.000	(USD) 108.000,00		
	Venda	04-05-11	2.000.000	(USD) 2.000.000,00		
	Venda	11-05-11	100.000	(USD) 100.000,00		
	Venda	28-06-11	255.000	(USD) 255.000,00		
	Venda	06-07-11	597.000	(USD) 597.000,00		
	Venda	14-07-11	100.000	(USD) 100.000,00		
	Venda	20-07-11	194.000	(USD) 194.000,00		
	Venda	29-08-11	109.000	(USD) 109.000,00		
	Venda	05-09-11	157.000	(USD) 157.000,00		
	Venda	12-10-11	223.000	(USD) 223.000,00		
					1.564.000	1.564.000,00

Banif Finance Ltd

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/11	
	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Obrigações Banif Float 30 DEZ 2015	Venda	30-06-11	9.390	9.390.000,00	0	0
Obrigações Banif Float 30 DEZ 2015	Venda	30-06-11	2.736	2.257.200,00	0	0
Obrigações Banif SFE 09 FIT PRP					10.000	10.000.000,00
Obrigações BIB 6,5% PERP					10.000	10.000.000,00

Banif Mais - SGPS, SA

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/11	
	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Acções Banco Mais, SA					100.000.000	100.000.000,00
Acções Tecnigrédico ALD – Aluguer de Automóveis, SA					200.000	1.000.000,00
Quotas Margem – Mediação de Seguros, Lda.					3	6.234,97
Acções TCC Investments Luxembourg SARL					100	12.500,00
Obrigações de Caixa Subordinadas com	Reembolso	15-03-11	2	100,00		

Juro Suplementar Banco Mais 2004 / 2011						0
---	--	--	--	--	--	---

Banco Banif Mais, SA

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/11	
	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Acções Banif Plus Bank Zártkoruen Mukodo Reszvenytársaság					1.500.000	3.000.000.000 HUF
Obrigações BMORE 4 Class E	Amortização Parcial	21-02-11		548.727,38		
	Amortização Parcial	20-05-11		447.635,71		
	Amortização Parcial	22-08-11		358.141,25		
	Amortização Parcial	22-11-11		279.538,14	757.224,60	757.224,60
Obrigações BMORE 5 Class B					41.250.000	41.250.000,00
Acções TCC Investments Luxemburg SARL	Aumento Capital Social	04-02-11	900	112.500,00	900	112.500,00
Banco Mais, SA 3Y Floating Rate Government Guaranteed Notes	Operação Reforço Liquidez	19-07-11	250	25.000.000,00	250	100.000,
Obrigações de Caixa Subordinadas – Banif Leasing, SA 2005 / 2015	Incorporação da BanifCo	30-12-11	6.000	6.000.000,00	6.000	6.000.000,00
Obrigações Atlantes Finance 3 Class C					1	6.125.173,00
Obrigações Atlantes Finance 4 Class D	Investimento Financeiro	21-12-11	69,02	6.901.526,75	69,02	

TCC Investments Luxembourg, SARL

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/11	
	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Obrigações BMORE 4 Class D	Amortização Parcial	21-11-11	22,31	1.000.000,00	57,69	3.000.000,00
Obrigações BMORE 4 Classe E	Amortização Parcial	21-02-11		243.386,85		
	Amortização Parcial	20-05-11		198.547,86		
	Amortização Parcial	22-08-11		158.852,78		
	Amortização Parcial	22-11-11		123.988,54	300.052,71	2.534.419,03
Obrigações BMORE 5 Class C					2.750.000	2.750.000,00

Banif - Banco de Investimento, SA

Entidade	Valor Mobiliário	Movimentos				Quantidade / valor nominal em 31/12/11
		Tipo de Transacção	Data	Quantidade	Valor	
BANIF - BANCO DE INVESTIMENTO, SA	Banif Gestão de Activos, SA					400.000
	Banif Açor Pensões, SA	Aquisição	30-12-11	10.000	106.800	199.000
	Banif Capital, SA					150.000
	Centro Venture	Alienação	29-06-11	382.500	165.007	0
	Gamma STC, SA					250.000
	Banif International Asset Management					USD 50.000
	Acções Banif SCPS	Aquisição	10-01-2011	8.000	6.450	
	Acções Banif SCPS	Alienação	12-01-2011	8.000	6.720	
	Acções Banif SCPS	Alienação	17-01-2011	8.000	7.150	
	Acções Banif SCPS	Aquisição	17-01-2011	5.000	4.250	
	Acções Banif SCPS	Alienação	19-01-2011	4.000	3.840	
	Acções Banif SCPS	Aquisição	25-01-2011	4.000	3.760	
	Acções Banif SCPS	Aquisição	27-01-2011	13.000	12.350	
	Acções Banif SCPS	Aquisição	28-01-2011	3.000	2.760	
	Acções Banif SCPS	Aquisição	31-01-2011	2.000	1.880	
	Acções Banif SCPS	Aquisição	11-02-2011	2.500	2.375	
	Acções Banif SCPS	Aquisição	15-02-2011	2.500	2.400	
	Acções Banif SCPS	Alienação	16-02-2011	15.000	14.850	
	Acções Banif SCPS	Aquisição	16-02-2011	15.000	14.700	
	Acções Banif SCPS	Aquisição	10-03-2011	1.000	930	
	Acções Banif SCPS	Aquisição	11-03-2011	19.000	17.267	
	Acções Banif SCPS	Aquisição	15-03-2011	2.500	2.200	
	Acções Banif SCPS	Aquisição	16-03-2011	10.000	8.645	
	Acções Banif SCPS	Aquisição	17-03-2011	100	86	
	Acções Banif SCPS	Alienação	23-03-2011	2.212	1.858	
	Acções Banif SCPS	Aquisição	23-03-2011	5.000	4.220	
	Acções Banif SCPS	Aquisição	30-03-2011	5.000	4.055	
	Acções Banif SCPS	Alienação	01-04-2011	5.000	4.195	
	Acções Banif SCPS	Alienação	06-04-2011	5.000	4.008	
	Acções Banif SCPS	Aquisição	15-04-2011	6.000	4.566	
	Acções Banif SCPS	Aquisição	18-04-2011	3.612	2.655	
	Acções Banif SCPS	Aquisição	26-04-2011	5.000	3.591	
	Acções Banif SCPS	Aquisição	27-04-2011	2.115	1.459	
	Acções Banif SCPS	Aquisição	04-05-2011	4	3	

Acções Banif SCPS	Aquisição	20-05-2011	3.885	2.681
Acções Banif SCPS	Alienação	24-05-2011	28.019	20.813
Acções Banif SCPS	Aquisição	01-06-2011	10.749	7.793
Acções Banif SCPS	Aquisição	14-06-2011	2.500	1.815
Acções Banif SCPS	Aquisição	15-06-2011	3.770	2.709
Acções Banif SCPS	Aquisição	16-06-2011	5.000	3.500
Acções Banif SCPS	Aquisição	17-06-2011	12.500	8.280
Acções Banif SCPS	Alienação	22-06-2011	9.997	6.638
Acções Banif SCPS	Aquisição	22-06-2011	9.997	6.518
Acções Banif SCPS	Aquisição	23-06-2011	10.000	6.298
Acções Banif SCPS	Alienação	04-07-2011	10.000	6.490
Acções Banif SCPS	Aquisição	06-07-2011	5.000	3.075
Acções Banif SCPS	Aquisição	11-07-2011	10.022	5.812
Acções Banif SCPS	Alienação	12-07-2011	7.500	4.343
Acções Banif SCPS	Aquisição	12-07-2011	7.478	3.993
Acções Banif SCPS	Aquisição	14-07-2011	5.000	2.750
Acções Banif SCPS	Aquisição	15-07-2011	5.000	2.595
Acções Banif SCPS	Aquisição	18-07-2011	2.000	988
Acções Banif SCPS	Alienação	20-07-2011	1.000	519
Acções Banif SCPS	Aquisição	20-07-2011	1.000	490
Acções Banif SCPS	Alienação	21-07-2011	1.000	520
Acções Banif SCPS	Aquisição	21-07-2011	1.000	501
Acções Banif SCPS	Alienação	22-07-2011	5.000	2.695
Acções Banif SCPS	Aquisição	25-07-2011	73	37
Acções Banif SCPS	Alienação	26-07-2011	4	2
Acções Banif SCPS	Aquisição	27-07-2011	10.000	5.150
Acções Banif SCPS	Alienação	29-07-2011	12.500	6.698
Acções Banif SCPS	Aquisição	02-08-2011	5.000	2.595
Acções Banif SCPS	Aquisição	03-08-2011	12.119	6.302
Acções Banif SCPS	Aquisição	05-08-2011	5.000	2.500
Acções Banif SCPS	Aquisição	08-08-2011	7.500	3.453
Acções Banif SCPS	Aquisição	11-08-2011	8.300	3.498
Acções Banif SCPS	Alienação	12-08-2011	8.300	3.602
Acções Banif SCPS	Aquisição	17-08-2011	4.855	2.000
Acções Banif SCPS	Alienação	18-08-2011	10.000	4.100
Acções Banif SCPS	Aquisição	18-08-2011	15.780	6.528
Acções Banif SCPS	Alienação	19-08-2011	5.780	2.393
Acções Banif SCPS	Aquisição	22-08-2011	500	205
Acções Banif SCPS	Aquisição	26-08-2011	7.953	3.380
Acções Banif SCPS	Alienação	29-08-2011	7.500	3.510
Acções Banif SCPS	Aquisição	01-09-2011	7.500	3.441
Acções Banif SCPS	Aquisição	05-09-2011	7.500	3.240
Acções Banif SCPS	Aquisição	06-09-2011	5.000	2.000
Acções Banif SCPS	Aquisição	07-09-2011	1.000	401
Acções Banif SCPS	Alienação	13-09-2011	2.500	1.020
Acções Banif SCPS	Aquisição	13-09-2011	1.000	393
Acções Banif SCPS	Alienação	19-09-2011	1.000	428
Acções Banif SCPS	Aquisição	19-09-2011	1.000	412
Acções Banif SCPS	Aquisição	21-09-2011	10.000	3.990
Acções Banif SCPS	Alienação	27-09-2011	18.000	7.354
Acções Banif SCPS	Alienação	03-10-2011	100	40
Acções Banif SCPS	Aquisição	03-10-2011	200	80

Acções Banif SCPS	Alienação	04-10-2011	1.100	419	
Acções Banif SCPS	Aquisição	04-10-2011	2.500	943	
Acções Banif SCPS	Alienação	06-10-2011	1.500	578	
Acções Banif SCPS	Alienação	21-10-2011	6.104	2.215	
Acções Banif SCPS	Aquisição	21-10-2011	6.104	2.136	
Acções Banif SCPS	Aquisição	25-10-2011	3.146	1.041	
Acções Banif SCPS	Aquisição	26-10-2011	5.000	1.585	
Acções Banif SCPS	Alienação	07-12-2011	10.000	3.400	
Acções Banif SCPS	Alienação	09-12-2011	5.000	1.940	
Acções Banif SCPS	Aquisição	09-12-2011	5.000	1.830	EUR 152.146
Banif Imobiliária, SA	Aquisição	30-12-2011	6.400.000	32.000.000	EUR 6.400.000
Trade Invest LTD Var 06/11	Reembolso	20-06-2011	742.000	742.000	0
Trade Invest 06/11	Reembolso	20-06-2011	5.750.000	5.750.000	0
Euro Invest 12/29/49	Aquisição	24-10-2011	110.000	88.000	EUR 110.000
Euro Invest Ltd Euro I 5 12/29/49	Alienação	29-06-2011	296.000	277.056	0
Banif Finance Cayman 2004-2014	Aquisição	28-06-2011	750.000	562.500	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Alienação	28-06-2011	4.010.000	2.991.524	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Aquisição	28-06-2011	2.000.000	1.500.000	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Aquisição	28-06-2011	260.000	169.000	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Aquisição	28-06-2011	1.000.000	750.000	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Aquisição	18-10-2011	1.000.000	750.000	
Banif Finance Cayman 2004-2014	Alienação	18-10-2011	1.000.000	750.000	0
Banif Finance Cayman 2004-2049	Aquisição	06-09-2011	1.112.000	333.600	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Aquisição	28-09-2011	1.000.000	300.000	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Alienação	30-09-2011	2.112.000	633.600	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Aquisição	19-10-2011	2.947.000	1.237.740	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Aquisição	19-10-2011	2.053.000	862.260	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Alienação	19-10-2011	5.000.000	2.100.000	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Aquisição	25-10-2011	900.000	405.000	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Alienação	25-10-2011	1.197.000	508.950	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Aquisição	25-10-2011	539.000	242.550	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Alienação	25-10-2011	539.000	242.550	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Aquisição	25-10-2011	67.000	23.450	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Alienação	26-10-2011	145.000	65.250	

Banif Finance Cayman 2004-2049	Aquisição	26-10-2011	145.000	65.250	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Alienação	27-10-2011	220.000	99.000	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Aquisição	27-10-2011	450.000	202.500	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Alienação	02-11-2011	220.000	77.000	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Aquisição	02-11-2011	220.000	77.000	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Aquisição	10-11-2011	98.000	34.300	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Alienação	15-11-2011	98.000	34.300	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Aquisição	17-11-2011	60.000	21.000	
Banif Finance Cayman 2004-2049	Alienação	17-11-2011	60.000	21.000	0
Banif SA 2005-2010	Aquisição	29-06-2011	1.000.000	740.000	
Banif SA 2005-2010	Aquisição	29-06-2011	965.000	714.100	
Banif SA 2005-2010	Aquisição	29-06-2011	3.000.000	2.175.000	
Banif SA 2005-2010	Aquisição	30-06-2011	250.000	162.500	
Banif SA 2005-2010	Alienação	30-06-2011	5.715.000	4.124.115	
Banif SA 2005-2010	Aquisição	30-06-2011	500.000	325.000	0
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	27-06-2011	70.000	31.500	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	28-06-2011	7.000.000	3.500.000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	28-06-2011	500.000	250.000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Alienação	28-06-2011	7.570.000	3.800.428	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Alienação	30-06-2011	196.000	98.000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	30-06-2011	25.000	12.500	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	30-06-2011	171.000	85.500	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	01-07-2011	25.000	12.500	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	20-09-2011	481.000	226.070	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	27-09-2011	40.000	18.000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	28-09-2011	63.000	28.350	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Alienação	30-09-2011	609.000	284.951	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	24-10-2011	38.000	20.900	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Alienação	24-10-2011	38.000	20.900	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Alienação	25-10-2011	5.126.000	2.426.700	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	25-10-2011	1.688.000	759.600	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	25-10-2011	400.000	220.000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	25-10-2011	800.000	440.000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	25-10-2011	600.000	270.000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Alienação	25-10-2011	600.000	270.000	

Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	25-10-2011	2.238.000	1.007.100	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	26-10-2011	112.000	61.600	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	26-10-2011	332.000	149.400	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	26-10-2011	1.138.000	625.900	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	26-10-2011	175.000	96.250	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Alienação	26-10-2011	2.791.000	1.398.450	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	26-10-2011	1.034.000	465.300	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	27-10-2011	285.000	128.250	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Alienação	27-10-2011	435.000	210.750	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	27-10-2011	50.000	27.500	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	27-10-2011	100.000	55.000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	28-10-2011	130.000	58.500	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Alienação	02-11-2011	500.000	225.000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	02-11-2011	50.000	22.500	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	02-11-2011	70.000	31.500	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	02-11-2011	250.000	112.500	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	07-11-2011	160.000	72.000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Alienação	07-11-2011	250.000	112.500	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	07-11-2011	90.000	40.500	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	14-11-2011	200.000	90.000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Alienação	14-11-2011	200.000	90.000	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	21-12-2011	586.000	263.700	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Alienação	21-12-2011	586.000	263.700	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Alienação	30-12-2011	29.000	13.050	
Banif Finance Cayman 2006-2049	Aquisição	30-12-2011	29.000	13.050	0
Banif Finance 2006-2016	Aquisição	09-12-2011	100.000	65.000	
Banif Finance 2006-2016	Alienação	20-12-2011	100.000	65.000	0
Banif Finance Ltd 05/12	Aquisição	14-01-2011	700.000	588.000	
Banif Finance Ltd 05/12	Alienação	04-02-2011	700.000	602.000	
Banif Finance Ltd 05/12	Alienação	09-03-2011	5.000.000	4.200.000	
Banif Finance Ltd 05/12	Aquisição	07-03-2011	5.000.000	4.175.000	
Banif Finance Ltd 05/12	Alienação	09-03-2011	5.000.000	4.200.000	
Banif Finance Ltd 05/12	Aquisição	08-03-2011	5.000.000	4.175.000	

Banif Finance Ltd 05/12	Alienação	03-05-2011	300.000	256.500	
Banif Finance Ltd 05/12	Aquisição	03-05-2011	300.000	255.000	
Banif Finance Ltd 05/12	Aquisição	25-05-2011	300.000	255.000	
Banif Finance Ltd 05/12	Alienação	25-05-2011	300.000	256.500	
Banif Finance Ltd 05/12	Alienação	26-05-2011	300.000	259.500	
Banif Finance Ltd 05/12	Aquisição	26-05-2011	300.000	258.000	
Banif Finance Ltd 05/12	Alienação	08-06-2011	300.000	258.000	
Banif Finance Ltd 05/12	Aquisição	08-06-2011	300.000	256.500	
Banif Finance Ltd 05/12	Alienação	15-06-2011	100.000	87.000	
Banif Finance Ltd 05/12	Aquisição	15-06-2011	550.000	475.750	
Banif Finance Ltd 05/12	Alienação	15-06-2011	50.000	43.500	
Banif Finance Ltd 05/12	Alienação	15-06-2011	400.000	348.000	
Banif Finance Ltd 05/12	Aquisição	22-06-2011	1.000.000	825.000	
Banif Finance Ltd 05/12	Aquisição	24-06-2011	150.000	123.000	
Banif Finance Ltd 05/12	Aquisição	27-06-2011	1.000.000	820.000	
Banif Finance Ltd 05/12	Aquisição	27-06-2011	2.000.000	1.650.000	
Banif Finance Ltd 05/12	Alienação	29-06-2011	4.150.000	3.428.373	
Banif Finance Ltd 05/12	Aquisição	30-06-2011	5.000.000	4.262.500	
Banif Finance Ltd 05/12	Aquisição	30-06-2011	6.953.000	5.927.433	
Banif Finance Ltd 05/12	Alienação	30-06-2011	11.953.000	10.189.933	
Banif Finance Ltd 05/12	Alienação	08-08-2011	3.000.000	2.610.000	
Banif Finance Ltd 05/12	Aquisição	08-08-2011	3.000.000	2.610.000	0
Banif Banco de investimento 2007-2049	Aquisição	13-12-2011	510.000	255.000	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Aquisição	22-12-2011	250.000	125.000	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Aquisição	19-12-2011	600.000	300.000	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Aquisição	20-12-2011	1.241.000	620.500	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Aquisição	27-12-2011	3.680.000	1.840.000	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Aquisição	27-12-2011	200.000	100.000	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Aquisição	30-12-2011	3.825.000	1.912.500	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Aquisição	28-12-2011	730.000	365.000	

Banif Banco de investimento 2007-2049	Aquisição	28-12-2011	236.000	118.000	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Aquisição	29-12-2011	183.000	91.500	
Banif Banco de investimento 2007-2049	Aquisição	30-12-2011	734.000	367.000	
Banco Comercial dos Açores Float 03/11	Reembolso	31-03-2011	210.000	210.000	0
Banco Comercial dos Açores Float 10/16	Alienação	29-06-2011	185.750	178.692	0
Banco Comercial dos Açores Float 09/17	Alienação	29-06-2011	164.000	155.800	0
Banif Float 07/11	Alienação	29-06-2011	644.000	630.476	0
Banif SA 2008-2018	Aquisição	05-01-2011	10.000	10.000	
Banif SA 2008-2018	Alienação	05-01-2011	10.000	10.000	EUR 10.000
Banif Finance 2009-2019	Aquisição	19-09-2011	375.000	187.500	
Banif Finance 2009-2019	Aquisição	28-09-2011	70.000	33.600	
Banif Finance 2009-2019	Alienação	30-09-2011	445.000	221.121	
Banif Finance 2009-2019	Alienação	24-10-2011	38.000	19.000	
Banif Finance 2009-2019	Aquisição	24-10-2011	38.000	19.000	
Banif Finance 2009-2019	Alienação	25-10-2011	485.000	242.500	
Banif Finance 2009-2019	Alienação	25-10-2011	440.000	220.000	
Banif Finance 2009-2019	Alienação	25-10-2011	880.000	440.000	
Banif Finance 2009-2019	Alienação	25-10-2011	810.000	405.000	
Banif Finance 2009-2019	Aquisição	25-10-2011	2.130.000	1.065.000	
Banif Finance 2009-2019	Aquisição	25-10-2011	485.000	242.500	
Banif Finance 2009-2019	Alienação	26-10-2011	112.000	56.000	
Banif Finance 2009-2019	Alienação	26-10-2011	1.000.000	450.000	
Banif Finance 2009-2019	Alienação	26-10-2011	192.000	96.000	
Banif Finance 2009-2019	Alienação	26-10-2011	135.000	67.500	
Banif Finance 2009-2019	Aquisição	26-10-2011	1.603.000	801.500	
Banif Finance 2009-2019	Aquisição	26-10-2011	1.000.000	450.000	
Banif Finance 2009-2019	Alienação	26-10-2011	1.164.000	582.000	
Banif Finance 2009-2019	Alienação	27-10-2011	405.000	202.500	
Banif Finance 2009-2019	Alienação	27-10-2011	50.000	25.000	
Banif Finance 2009-2019	Alienação	27-10-2011	110.000	55.000	

Banif Finance 2009-2019	Aquisição	27-10-2011	565.000	282.500	
Banif Finance 2009-2019	Aquisição	19-12-2011	450.000	180.000	
Banif Finance 2009-2019	Alienação	19-12-2011	450.000	180.000	
Banif Finance 2009-2019	Aquisição	27-12-2011	200.000	100.000	
Banif Finance 2009-2019	Alienação	27-12-2011	200.000	100.000	
Banif Finance 2009-2019	Aquisição	28-12-2011	4.061.000	2.030.500	
Banif Finance 2009-2019	Alienação	28-12-2011	3.825.000	1.912.500	
Banif Finance 2009-2019	Alienação	28-12-2011	236.000	118.000	0
Banif Invest. Brasil 5 1/4 03/12	Alienação	28-03-2011	903.000	882.683	0
Banif Invest. Brasil 03/26/12	Aquisição	25-01-2011	60.000	58.500	
Banif Invest. Brasil 03/26/12	Aquisição	04-03-2011	195.000	189.930	
Banif Invest. Brasil 03/26/12	Aquisição	24-03-2011	50.000	49.000	
Banif Invest. Brasil 03/26/12	Aquisição	23-03-2011	50.000	48.875	
Banif Invest. Brasil 03/26/12	Alienação	28-03-2011	5.037.000	4.936.260	
Banif Invest. Brasil 03/26/12	Aquisição	28-03-2011	60.000	58.800	
Banif Invest. Brasil 03/26/12	Alienação	28-03-2011	50.000	48.875	
Banif Invest. Brasil 03/26/12	Aquisição	28-03-2011	60.000	58.650	
Banif Invest. Brasil 03/26/12	Aquisição	31-03-2011	200.000	195.500	
Banif Invest. Brasil 03/26/12	Aquisição	31-03-2011	100.000	97.750	
Banif Invest. Brasil 03/26/12	Aquisição	31-03-2011	150.000	146.625	
Banif Invest. Brasil 03/26/12	Aquisição	31-03-2011	60.000	58.650	
Banif Invest. Brasil 03/26/12	Aquisição	06-04-2011	130.000	128.050	
Banif Invest. Brasil 03/26/12	Aquisição	06-04-2011	50.000	49.250	
Banif Invest. Brasil 03/26/12	Aquisição	11-04-2011	210.000	205.275	
Banif Invest. Brasil 03/26/12	Aquisição	11-04-2011	80.000	78.200	
Banif Invest. Brasil 03/26/12	Alienação	06-05-2011	100.000	99.400	
Banif Invest. Brasil 03/26/12	Aquisição	03-06-2011	500.000	487.500	
Banif Invest. Brasil 03/26/12	Alienação	16-06-2011	250.000	247.500	
Banif Invest. Brasil 03/26/12	Aquisição	22-06-2011	50.000	47.000	
Banif Invest. Brasil 03/26/12	Aquisição	03-11-2011	20.000	19.180	
Banif Invest. Brasil 03/26/12	Aquisição	25-11-2011	50.000	48.250	EUR 1.615.000
Banif SCPS 2009-2012	Alienação	24-08-2011	5.000.000	4.707.500	
Banif SCPS 2009-	Aquisição	24-08-2011	5.000.000	4.694.000	EUR 48.186.000

	2012					
	Banif Banco de investimento Float 07/14	Emissão	19-07-2011	55.000.000	55.000.000	
	Banif Banco de investimento Float 07/14	Subscrição	25-07-2011	55.000.000	55.000.000	0
	Banif Banco de investimento Float 12/14	Emissão	22-12-2011	95.000.000	95.000.000	
	Banif Banco de investimento Float 12/14	Subscrição	22-12-2011	95.000.000	95.000.000	0

2. Informação nos termos da alínea e) do n.º 5 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais

Em 31 de Agosto de 2011, O Conselho de Administração autorizou um reforço, no montante de € 75.000,00, do crédito à habitação concedido ao Presidente da Comissão Executiva, Dr. Carlos David Duarte de Almeida, ao abrigo do ACT para o Sector Bancário e do n.º 4 do art.º 85.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, com vista à realização de obras e melhoramentos no imóvel que corresponde à sua habitação própria permanente

Em 29 de Novembro de 2011, o Conselho de Administração aprovou um reforço, no montante de € 50.000,00, a um financiamento concedido ao Administrador Executivo Dr. João Manuel da Silva Machado dos Santos em 30 de Setembro de 2009, ao abrigo do ACT para o Sector Bancário e do n.º 4 do art.º 85.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, com vista à realização de obras de beneficiação do imóvel que constitui a respectiva habitação própria permanente.

No exercício de 2011 não foram concedidas quaisquer outras autorizações, nos termos do n.º 4 do art.º 397.º do Código das Sociedades Comerciais, para negócios entre a sociedade e os seus Administradores.

3. Acções Próprias e Participações Sociais Qualificadas

A totalidade das 158.900.000 acções do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA, representativas de 100% do respectivo Capital Social, é detida pela sociedade Banif Comercial SCPS, SA., pelo que não se verifica a existência de acções próprias ou de outras participações qualificadas.

09

Recomendações
do FSF e do CEBS
Relativas
à Transparência
de Informação
e à Valorização
de Activos

09

RECOMENDAÇÕES DO FSF E DO CEBS RELATIVAS À TRANSPARÊNCIA DE INFORMAÇÃO E À VALORIZAÇÃO DE ACTIVOS

A informação que segue, relativa à transparência da informação e à valorização dos activos, consubstancia o cumprimento do disposto na Carta-Circular nº 46/08/DSBDR, de 15/7/2008, Carta-Circular nº 97/2008/DSB, 3/12/2008, e Carta-Circular nº 58/2009/DSB, de 5/8/2009, do Banco de Portugal, sobre a “Adopção das recomendações do FSF e do CEBS relativas à transparência da informação e à valorização de activos”.

I. Modelo de Negócio

1. Descrição do modelo de negócio (i.e., razões para o desenvolvimento das actividades/negócios e respectiva contribuição para o processo de criação de valor) e, se aplicável, das alterações efectuadas (por exemplo, em resultado do período de turbulência).

O modelo de negócio do Banco encontra-se pormenorizadamente descrito na parte “02. ACTIVIDADE DO BANIF – Banco Internacional do Funchal, SA em 2011” do Relatório de Gestão.

2. Descrição das estratégias e objectivos (incluindo as estratégias e objectivos especificamente relacionados com a realização de operações de titularização e com produtos estruturados).

As estratégias e objectivos especificamente relacionados com a realização de operações de titularização e com produtos estruturados encontram-se descritos nas notas “28. PASSIVOS FINANCEIROS ASSOCIADOS A ACTIVOS TRANSFERIDOS” e “24. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS”, respectivamente, do ponto “6. Anexo às Demonstrações Financeiras”, da parte “06 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS”.

3. Descrição da importância das actividades desenvolvidas e respectiva contribuição para o negócio (incluindo uma abordagem em termos quantitativos).

As actividades desenvolvidas pelo Banco e respectiva contribuição para o negócio encontram-se pormenorizadamente descritas na parte “02. ACTIVIDADE DO BANIF – Banco Internacional do Funchal, SA em 2011” do Relatório de Gestão.

4. Descrição do tipo de actividades desenvolvidas, incluindo a descrição dos instrumentos utilizados, o seu funcionamento e critérios de qualificação que os produtos/investimentos devem cumprir.

O tipo de actividades desenvolvidas, instrumentos e produtos/investimentos encontram-se pormenorizadamente descritos na parte “02. ACTIVIDADE DO BANIF – Banco Internacional do Funchal, SA em 2011” do Relatório de Gestão.

5. Descrição do objectivo e da amplitude do envolvimento da instituição (i.e. compromissos e obrigações assumidos), relativamente a cada actividade desenvolvida.

Os objectivos e envolvimento do Banco relativamente a cada actividade desenvolvida encontram-se descritos na parte “02. ACTIVIDADE DO BANIF – Banco Internacional do Funchal, SA em 2011” do Relatório de Gestão.

II. Riscos e Gestão dos Riscos

6. Descrição da natureza e amplitude dos riscos incorridos em relação a actividades desenvolvidas e instrumentos utilizados.

A natureza e amplitude dos riscos incorridos nas diversas actividades desenvolvidas e instrumentos utilizados pelo Banco encontram-se pormenorizadamente descritos no ponto “12. Controlo dos Riscos de Actividade” da parte “02. ACTIVIDADE DO BANIF – Banco Internacional do Funchal, SA em 2011” do Relatório de Gestão.

7. Descrição das práticas de gestão de risco (incluindo, em particular, na actual conjuntura, o risco de liquidez) relevantes para as actividades, descrição de quaisquer fragilidades/fraquezas identificadas e das medidas correctivas adoptadas.

As práticas de gestão de risco encontram-se pormenorizadamente descritas no ponto “12. Controlo dos Riscos de Actividade” da parte “02. ACTIVIDADE DO BANIF – Banco Internacional do Funchal, SA em 2011” do Relatório de Gestão.

III. Impacto do período de turbulência financeira nos resultados

8. Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados, com ênfase nas perdas (quando aplicável) e impacto dos “write-downs” nos resultados.

Não aplicável.

9. Decomposição dos “write-downs”/perdas por tipos de produtos e instrumentos afectados pelo período de turbulência, designadamente, dos seguintes: commercial mortgage-backed securities (CMBS), residential mortgage-backed securities (RMBS), collateralised debt obligations (CDO), asset-backed securities (ABS).

Não aplicável.

10. Descrição dos motivos e factores responsáveis pelo impacto sofrido.

Não aplicável.

11. Comparação de i) impactos entre períodos (relevantes) e de ii) demonstrações financeiras antes e depois do impacto do período de turbulência.

Não aplicável.

12. Decomposição dos “write-downs” entre montantes realizados e não realizados.

Não aplicável.

13. Descrição da influência da turbulência financeira na cotação das acções da entidade.

Não aplicável.

14. Divulgação do risco de perda máxima e descrição de como a situação da instituição poderá ser afectada pelo prolongamento ou agravamento do período de turbulência ou pela recuperação do mercado.

Não aplicável.

15. Divulgação do impacto que a evolução dos “spreads” associados às responsabilidades da própria instituição teve em resultados, bem como dos métodos utilizados para determinar este impacto.

As operações realizadas sobre responsabilidades da própria instituição e os resultados obtidos encontram-se descritos na nota “30. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS E INSTRUMENTOS REPRESENTATIVOS DE CAPITAL” do ponto “6. Anexo às Demonstrações Financeiras”, da parte “06 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS”.

IV. Níveis e tipos das exposições afectadas pelo período de turbulência

16. Valor nominal (ou custo amortizado) e justo valor das exposições “vivas”.

Não aplicável.

17. Informação sobre mitigantes do risco de crédito (e.g. através de credit default swaps) e o respectivo efeito nas exposições existentes.

Não aplicável.

18. Divulgação detalhada sobre as exposições, com decomposição por:

- Nível de senioridade das exposições/tranches detidas;
- Nível da qualidade de crédito (e.g. ratings, vintage);
- Áreas geográficas de origem;

- Sector de actividade;
- Origem das exposições (emitidas, retidas ou adquiridas);
- Características do produto: e.g. ratings, peso/parcela de activos sub-prime associados, taxas de desconto, spreads, financiamento;
- Características dos activos subjacentes: e.g. vintages, rácio “loan-to-value”, privilégios creditórios; vida média ponderada do activo subjacente, pressupostos de evolução das situações de pré-pagamento, perdas esperadas.

Não aplicável.

19. Movimentos ocorridos nas exposições entre períodos relevantes de reporte e as razões subjacentes a essas variações (vendas, “write-downs”, compras, etc.).

Não aplicável.

20. Explicações acerca das exposições (incluindo “veículos” e, neste caso, as respectivas actividades) que não tenham sido consolidadas (ou que tenham sido reconhecidas durante a crise) e as razões associadas.

Não aplicável.

21. Exposição a seguradoras de tipo “monoline” e qualidade dos activos segurados:
- Valor nominal (ou custo amortizado) das exposições seguradas bem como o montante de protecção de crédito adquirido;
 - Justo valor das exposições “vivas”, bem como a respectiva protecção de crédito;
 - Valor dos “write-downs” e das perdas, diferenciado entre montantes realizados e não realizados;
 - Decomposição das exposições por rating ou contraparte.

Não aplicável.

V. Políticas contabilísticas e métodos de valorização

22. Classificação das transacções e dos produtos estruturados para efeitos contabilísticos e o respectivo tratamento contabilístico.

A política de classificação de instrumentos financeiros está descrita na nota “3.7 Instrumentos financeiros” do ponto “6. Anexo às Demonstrações Financeiras”, da parte “06 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS”.

23. Consolidação das Special Purpose Entities (SPE) e de outros “veículos” e reconciliação destes com os produtos estruturados afectados pelo período de turbulência.

Os SPE e outros “veículos” utilizados pelo Banco são relativos a operações de securitização, conforme descrito na nota “28. PASSIVOS FINANCEIROS ASSOCIADOS A ACTIVOS TRANSFERIDOS” do ponto “6. Anexo às Demonstrações Financeiras”, da parte “06 DEMONSTRAÇÕES

FINANCEIRAS”, que são integrados nas contas consolidadas da casa-mãe, a Banif-SCPS, S.A.. Não existe qualquer relação destes veículos com produtos estruturados afectados pelo período de turbulência.

24. Divulgação detalhada do justo valor dos instrumentos financeiros:

- Instrumentos financeiros aos quais é aplicado o justo valor;
- Hierarquia do justo valor (decomposição de todas as exposições mensuradas ao justo valor na hierarquia do justo valor e decomposição entre disponibilidades e instrumentos derivados bem como divulgação acerca da migração entre níveis da hierarquia);
- Tratamento dos “day 1 profits” (incluindo informação quantitativa);
- Utilização da opção do justo valor (incluindo as condições para a sua utilização) e respectivos montantes (com adequada decomposição).

Os critérios de determinação do justo valor de instrumentos financeiros e restante informação solicitada estão descritos na nota “3.7 instrumentos financeiros” e na nota “43. JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS” do ponto “6. Anexo às Demonstrações Financeiras”, da parte “06 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS”.

25. Descrição das técnicas de modelização utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros, incluindo informação sobre:

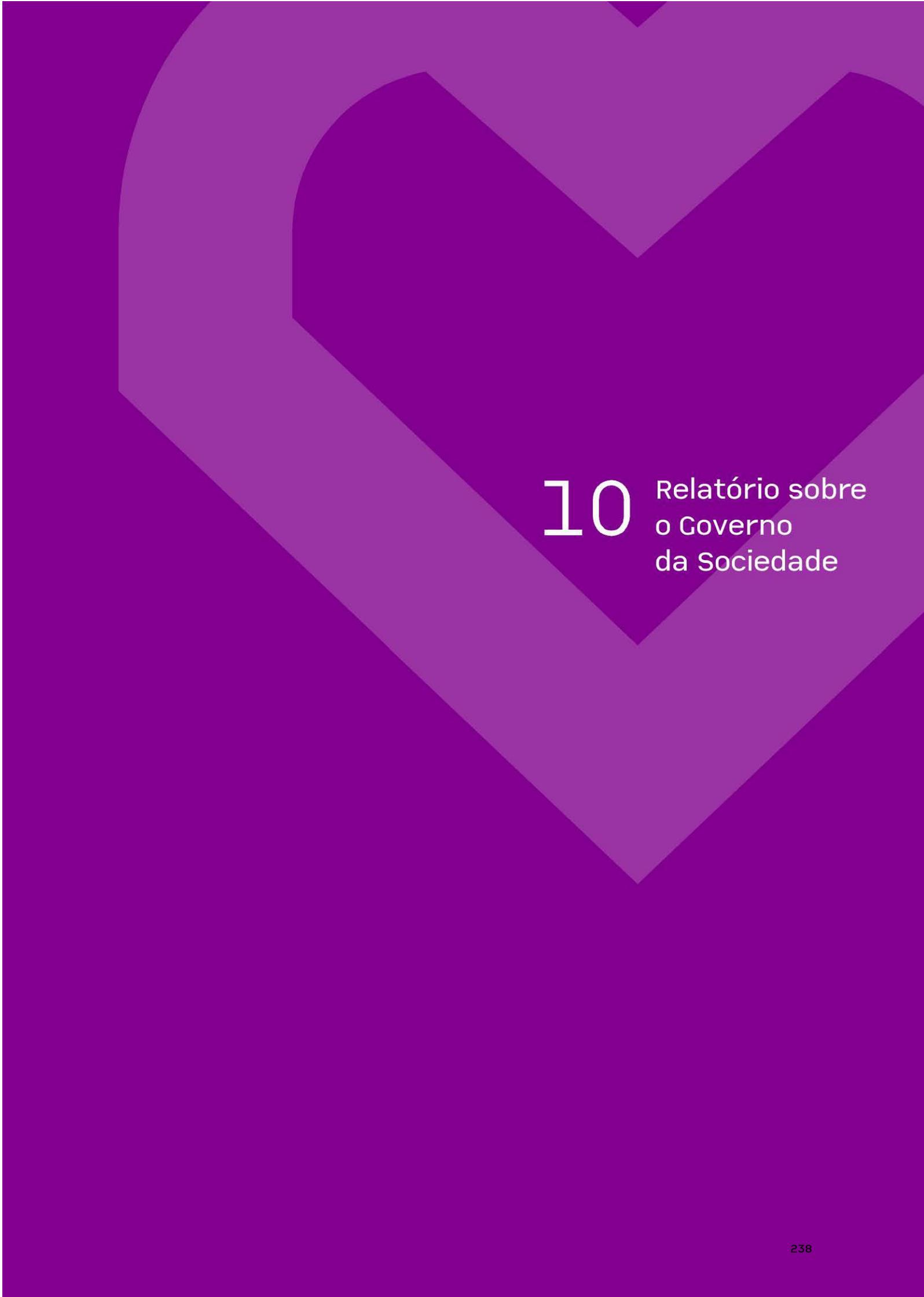
- Técnicas de modelização e dos instrumentos a que são aplicadas;
- Processos de valorização (incluindo em particular os pressupostos e os inputs nos quais se baseiam os modelos);
- Tipos de ajustamento aplicados para reflectir o risco de modelização e outras incertezas na valorização;
- Sensibilidade do justo valor (nomeadamente a variações em pressupostos e inputs chave);
- Stress scenarios.

Informação incluída no ponto anterior.

VI. Outros aspectos relevantes na divulgação

26. Descrição das políticas de divulgação e dos princípios que são utilizados no reporte das divulgações e do reporte financeiro.

As políticas, princípios e procedimentos de divulgação de informação financeira estão subordinados às orientações da casa-mãe, a Banif-SCPS, S.A..



10 Relatório sobre
o Governo
da Sociedade

10

RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE

A informação que segue, relativa ao Governo da Sociedade, consubstancia o cumprimento do disposto no nº 4 do art.º 245º-A do Código de Valores Mobiliários, na alínea b) do nº 2 do art.º 70º do Código das Sociedades Comerciais, e no artigo 3º da Lei nº 28/2009, de 19 de Junho.

Salvo indicação expressa em contrário, todas as informações prestadas são reportadas à data de 31 de Dezembro de 2011.

I. Estrutura e Práticas de Governo Societário

I.1 Estrutura de *Governance*.

A sociedade está estruturada de acordo com o Modelo Latino (Reforçado), nos termos previstos na alínea a) do n.º 1 do art.º 278.º do Código das Sociedades Comerciais ('CSC').

A administração da sociedade está confiada a um Conselho de Administração (art.º 20.º e seguintes do Contrato de Sociedade) constituído por um mínimo de 3 e um máximo de 11 elementos, eleitos por mandatos de 3 anos. O Conselho de Administração é designado pela Assembleia Geral, de acordo com o n.º 1 do art.º 20.º do Contrato de Sociedade e com o n.º 1 do art.º 391.º do CSC.

A fiscalização da sociedade está confiada a um Conselho Fiscal (art.º 27.º e seguintes do Contrato de Sociedade), constituído por um mínimo de 3 membros efectivos eleitos por mandatos de 3 anos, e a uma sociedade de revisores oficiais de contas, de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 1 do art.º 413.º do Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho Fiscal é eleito pela Assembleia Geral, em conformidade com o n.º 2 do art.º 27.º do Contrato de Sociedade e com o n.º 1 do art.º 415.º do Código das Sociedades Comerciais.

O revisor oficial de contas é igualmente designado pela Assembleia Geral, sob proposta do Conselho Fiscal, de acordo com o n.º 4 do artigo 27.º do Contrato de Sociedade e com n.º 1 do art.º 446.º do CSC.

A gestão corrente da sociedade está delegada numa Comissão Executiva, constituída no seio do Conselho de Administração, conforme previsto no n.º 1 do art.º 24.º do Contrato de Sociedade e do n.º 3 do art.º 407.º do Código das Sociedades Comerciais.

I.2 Assembleia Geral

I.2.1 Identificação dos membros da mesa da Assembleia Geral.

A Mesa da Assembleia Geral é constituída, de acordo com o art.º 14.º, n.º 1 do Contrato de Sociedade, por um Presidente e por um ou dois Secretários. Estas funções são exercidas, actualmente, pelos membros que abaixo se discriminam.

Presidente: Lugar vago desde Março de 2011, data em que produziu efeitos a renúncia ao cargo apresentada pelo Professor Doutor Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha.

Secretário: Dr. Miguel José Luís de Sousa

I.2.2 Indicação da data de início e termo dos respectivos mandatos.

A eleição dos membros da Mesa da Assembleia Geral foi objecto de deliberação na Assembleia Geral de 31 de Março de 2009, para o mandato trienal 2009 – 2011, com termo em 31 de Dezembro de 2011.

I.2.3 Indicação da antecedência exigida para o bloqueio das acções para a participação na assembleia-geral.

De acordo com o disposto no art.º 17.º do Contrato de Sociedade, “Têm direito a estar presentes na Assembleia Geral e aí discutir e votar os accionistas que, segundo a lei e o contrato, tiverem direito a, pelo menos, um voto”, sendo que, “a cada 100 (cem) acções corresponde 1 (um) voto na Assembleia Geral”.

Ainda nos termos da referida norma, “a participação e o exercício do direito de voto dos accionistas nas Assembleias Gerais, uma vez satisfeitos os demais requisitos da lei, dependem da escrituração em seu nome de acções que confirmam direito a, pelo menos, um voto, até 8 (oito) dias, inclusive, antes da data marcada para a respectiva reunião, devendo as respectivas acções manter-se averbadas ou registadas, pelo menos, até ao encerramento da reunião da Assembleia Geral”.

Assim, “não são consideradas para efeito de participação na Assembleia Geral as transmissões de acções da sociedade efectuadas nos 7 (sete) dias que precedem a reunião de cada assembleia, em primeira convocação”.

I.2.4 Indicação das regras aplicáveis ao bloqueio das acções em caso de suspensão da reunião da assembleia-geral.

De acordo com o art.º 17.º do Contrato de Sociedade, os accionistas devem manter as acções de que são titulares averbadas ou registadas em seu nome, pelo menos, até ao encerramento da reunião da Assembleia Geral.

I.2.5 Número de acções a que corresponde um voto.

Nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 17.º do Contrato de Sociedade, a cada 100 (cem) acções corresponde 1 (um) voto.

De acordo com o n.º 1 do art.º 19.º do Contrato de Sociedade “os accionistas possuidores de um número de acções inferior ao exigido no presente contrato, para participação na Assembleia Geral podem agrupar-se para perfazer aquele número, fazendo-se representar por um deles ou por qualquer outro accionista com direito a voto”.

I.2.6 Indicação de accionistas titulares de direitos especiais e descrição desses direitos.

Não existem accionistas titulares de direitos especiais. O capital social da sociedade está integralmente realizado e está representado por 158.900.000 (cento e cinquenta e oito milhões e novecentas mil) acções ordinárias.

I.2.7 Indicação das regras estatutárias que prevejam a existência de acções que não confirmam o direito de voto ou que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só accionista ou por accionistas com ele relacionados.

O n.º 4 do artigo Quinto do Contrato de Sociedade prevê a emissão de acções preferenciais sem voto e outras acções preferenciais, nos termos seguintes:

“A sociedade poderá emitir quaisquer categorias de acções, nomeadamente acções preferenciais sem voto e outras acções preferenciais, remíveis ou não, podendo a remissão ser efectuada pelo valor nominal, acrescido ou não da concessão de um prémio, mediante deliberação do órgão competente”.

Não existem regras estatutárias que limitem a contagem dos direitos de voto.

I.2.7 Existência de regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto, incluindo sobre quóruns constitutivos e deliberativos ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

As regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto, designadamente no que se refere a quóruns constitutivos e deliberativos, acompanham o regime legal do Código das Sociedades Comerciais, existindo uma identidade entre o regime estatutário (previsto no art.º 18.º, n.º 1 do Contrato de Sociedade) e o regime legal (previsto, v.g. nos art.º 383.º e 386.º do Código das Sociedades Comerciais). Não existem regras estatutárias sobre sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

I.2.8 Existência de regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto por correspondência.

Não existem regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto por correspondência.

I.2.9 Exercício do direito de voto por meios electrónicos.

Não está previsto o exercício do direito de voto por meios electrónicos.

I.2.10 Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de acções, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

Sem prejuízo do referido nos pontos anteriores, nomeadamente no ponto I.2.5, não existem restrições em matéria de direito de voto.

I.2.11 Informação sobre a intervenção da assembleia-geral no que respeita à política de remuneração da sociedade e dos membros do órgão de administração e outros dirigentes.

A remuneração dos membros dos órgãos sociais é estabelecida por uma Comissão de Remunerações, cujos membros (3) são eleitos directamente pela Assembleia Geral (art.º 31.º, n.º 1 do Contrato de sociedade). Além disso, a Assembleia Geral poderá deliberar, sob proposta do Conselho de Administração, sobre a distribuição de lucros a quadros e empregados da sociedade (art.º 31.º, n.º 4 do Contrato de Sociedade). Adicionalmente, em conformidade com o n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, a Comissão de Remunerações submete anualmente, para apreciação pela Assembleia Geral, uma declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização.

I.2.12 Informação sobre a intervenção da assembleia-geral na aprovação das principais características do sistema de benefícios de reforma de que beneficiem os membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do art. 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários.

A concessão aos membros dos órgãos sociais de pensões de reforma e de sobrevivência ou de pensões complementares de reforma e de sobrevivência depende de deliberação da Assembleia Geral (art.º 31.º, n.º 6 do Contrato de Sociedade). No entanto, a Assembleia Geral poderá delegar na Comissão de Remunerações os poderes para o efeito.

I.2.13 Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade.

Não existem regras específicas, designadamente de natureza estatutária, aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade, sendo integralmente aplicável o regime legal previsto, designadamente, no Código das Sociedades Comerciais.

I.2.14 Participações Qualificadas no capital da sociedade

A totalidade das 158.900.000 (cento e cinquenta e oito milhões e novecentas mil) acções do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA, representativas de 100% do respectivo Capital Social, são detidas pela sociedade Banif Comercial SGPS, SA.

I.3 Conselho de Administração

I.3.1 Identificação dos membros do Conselho de Administração.

Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos (Presidente)

Dr. Carlos David Duarte de Almeida (Vice-Presidente)

Dr. António Manuel Rocha Moreira

Dr. Manuel Isidoro Martins Vaz

Dr. José Marques de Almeida

Dr. José António Machado de Andrade

Dr. João Manuel da Silva Machado dos Santos

Eng.º Diogo António Rodrigues da Silveira

Dr. João Paulo Pereira Marques de Almeida

Dr. Vítor Manuel Farinha Nunes

Dr. Nuno José Roquette Teixeira

I.3.2 Indicação da data de início e termo dos respectivos mandatos.

A eleição dos membros do Conselho de Administração foi objecto de deliberação na Assembleia Geral de 31 de Março de 2009, para o mandato trienal 2009 – 2011, com termo em 31 de Dezembro de 2011.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de Outubro de 2009, foi alterado o número de membros para integrar o Conselho de Administração no mandato correspondente ao triénio 2009-2011, de dez para onze, tendo sido eleito, para o exercício de funções no referido mandato, o Sr. Dr. Vítor Manuel Farinha Nunes.

No dia 19 de Maio de 2010, faleceu o então Presidente do Conselho de Administração, Sr. Comendador Horácio da Silva Roque. Em 30 de Junho de 2010, o Conselho de Administração deliberou designar, para as referidas funções, o Sr. Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos, o qual, até esta data, exercia as funções de Vice-Presidente daquele órgão.

Ainda em 30 de Junho de 2010, o Conselho de Administração deliberou cooptar, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 3 do artigo 393.º do Código das Sociedades Comerciais, o Sr. Dr. Nuno José Roquette Teixeira, o qual, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 69.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, apenas iniciou funções em 21 de Julho de 2010, após a conclusão do processo de registo junto do Banco de Portugal.

I.3.3 Poderes do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento de capital.

As competências do Conselho de Administração estão previstas no art.º 22.º do Contrato de Sociedade.

De acordo com a referida norma estatutária, ao Conselho de Administração cabe a responsabilidade de “assegurar a gestão dos negócios sociais”, dispondo, para o efeito, de competência para deliberar “sobre qualquer assunto da sociedade, que não seja, por força da lei ou do contrato de sociedade, da competência exclusiva de outro órgão e designadamente:

- a) Realizar quaisquer operações relativas ao seu objecto social;
- b) Representar a sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, propor e seguir acções, confessar, desistir, transigir e comprometer-se em arbitragem;
- c) Adquirir, alienar, locar ou permutar ou, por qualquer forma, onerar bens ou direitos, móveis ou imóveis, incluindo acções e obrigações próprias ou alheias, bem como participações no capital de outras sociedades, ainda que com objecto social diverso;
- d) Constituir mandatários;
- e) Deliberar sobre a oportunidade e condições da emissão de obrigações e outros títulos de dívida da sociedade;
- f) Designar os membros da Comissão Executiva;
- g) Elaborar o Relatório Anual de Gestão, o Balanço e as Contas do Exercício, submetendo-os à apreciação da Assembleia Geral;
- h) Deliberar que sejam efectuados aos accionistas adiantamentos sobre os lucros, com observância do disposto no artigo 297º CSC”.

Não está estatutariamente contemplada a possibilidade de aumento de capital da sociedade por deliberação do Conselho de Administração (nomeadamente nos termos previstos no art.º 456.º do CSC).

I.3.4 Informação sobre as regras aplicáveis à designação e à substituição dos membros do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração é formado por um número mínimo de três e máximo de onze administradores, conforme o que for deliberado em Assembleia Geral, podendo ser eleitos

administradores suplentes, até número igual a um terço do número de administradores efectivos que venham a ser eleitos (art.º 20.º, n.º 1 e 2 do Contrato de Sociedade).

Os membros do Conselho de Administração são designados pela Assembleia Geral para o exercício de um mandato de três anos, sem prejuízo da sua reeleição, cabendo, na sua primeira reunião de cada mandato, a designação, de entre os seus membros, de um Presidente e um ou mais Vice-Presidentes.

O Contrato de Sociedade prevê que a falta de um Administrador a 3 reuniões do Conselho de Administração, seguidas ou interpoladas, sem que exista justificação aceite por aquele órgão, implica a respectiva falta definitiva do referido Administrador, susceptível de ser declarada por aquele órgão (art.º 23.º, n.º 8, do Contrato de Sociedade).

O Contrato de Sociedade não prevê qualquer regime específico relativo à substituição de membros do Conselho de Administração, pelo que esta se processa nos termos previstos no n.º 3 do artigo 393.º do Código das Sociedades Comerciais.

Não está formalizada uma política de rotação de pelouros no Conselho de Administração.

I.3.5 Funções que os membros do órgão de administração exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo.

- Joaquim Filipe Marques dos Santos

A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SGPS, SA

Presidente do Conselho de Administração

- Banif - SGPS, SA
- Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA
- Banif - Corretora de Valores e Câmbio, SA
- Banco Banif Mais, SA
- Banif (Açores) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
- Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA
- Banif - Banco de Investimento, SA
- Banif Comercial, SGPS, SA
- Banif - Investimentos - SGPS, SA
- Banif Brasil (Holdings), SA
- Banif International Holdings, Ltd.
- Banif Imobiliária, SA

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

- Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA
- Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA
- Banif - Corretora de Valores e Câmbio, SA

Presidente da Mesa da Assembleia Geral e Membro da Comissão de Vencimentos

- BCN - Banco Caboverdiano de Negócios, SA (em representação da Banif SGPS, SA)

Presidente do Conselho de Supervisão

- Banif Plus Bank Co, Ltd

Membro da Comissão de Vencimentos

- Banif Açor Pensões, Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA,
- Banif Cestão de Activos, SA
- Banif Capital - Sociedade de Capital de Risco, SA

B) Outras entidades**Presidente do Conselho de Administração**

- Centaurus Realty Group - Investimentos Imobiliários, SA
- Companhia de Seguros Açoreana, SA

Conselheiro

- Conselho Económico e Social (CES) (em representação da Associação Portuguesa de Bancos)

Membro do Conselho Consultivo

- Banif - Banco de Investimento, SA

Membro do Conselho de Governadores

- St. Dominic's International School

- Carlos David Duarte de Almeida**A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira, SGPS, SA****Presidente do Conselho de Administração**

- Banif Forfaiting Company, Ltd
- Banif Finance (USA) Corp.
- Banif Financial Services, Inc.
- Banif Trading, Inc.
- Banif Holding (Malta), Ltd.
- BanifServ - Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação, ACE
- Banif Finance, Ltd.
- Banif International Bank, Ltd
- Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd.

Vice-Presidente do Conselho de Administração

- Banif – SCPS, SA

Vice-Presidente do Conselho de Administração

- Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA
- Banif International Holdings, Ltd.
- Banif Imobiliária, SA

Vogal do Conselho de Administração

- Banif Comercial SCPS, SA
- Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA
- Banif (Açores) SCPS, SA
- Banif Investimentos SCPS, SA
- Banif Bank (Malta), PLC
- Banif Plus Bank Company, Ltd.
- Banif Brasil (Holdings), SA

B) Outras entidades**Vice-Presidente do Conselho de Administração**

- Centaurus Realty Group - Investimentos Imobiliários, SA

Vogal de Direcção

- Associação Portuguesa de Bancos (em representação do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA)

- António Manuel Rocha Moreira**A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SCPS, SA****Presidente do Conselho de Administração**

- Banif Rent - Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, SA

Vice-Presidente do Conselho de Administração

- BCN - Banco Caboverdiano de Negócios, SA
- Banco Banif Mais, SA

Vogal do Conselho de Administração

- Banif – SCPS, SA
- Banif Comercial SCPS, SA

- Banif (Açores) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
- Banif International Bank, Ltd.
- Banif Plus Bank Company Limited

Membro da Comissão de Vencimentos

- Investador SCPS, SA (em representação do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA)

B) Outras entidades**Presidente do Conselho Fiscal**

- Zon TV Cabo Madeirense, SA (em representação do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA)

- Manuel Isidoro Martins Vaz**A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SCPS, SA****Presidente do Conselho de Administração**

- Banieuropa Holding, SL

Vogal do Conselho de Administração

- Banif Rent - Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, SA
- Banif Imobiliária, SA

B) Outras entidades**Vogal do Conselho de Administração**

- Banca Pueyo, SA

- José Marques de Almeida**A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SCPS, SA****Administrador**

- Banif - SCPS, SA
- Rentipar Financeira SCPS, SA

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

- Banif Comercial SCPS, SA
- Banif Rent - Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, SA
- Rentipar Investimentos SCPS, SA
- Rentiglobo SCPS, SA

- Renticapital – Investimentos Financeiros, SA
- Rentipar Indústria SCPS, SA
- Soil SCPS, SA

Membro da Comissão de Vencimentos

- Banif Imobiliária, SA
- Banif – Banco de Investimento, SA (em representação da Rentipar Financeira SCPS, SA)

B) Outras entidades**Presidente do Conselho de Administração**

- Vestiban - Gestão e Investimentos, SA

- José António Machado de Andrade**A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SCPS, SA****Vogal do Conselho de Gerência**

- Numberone, SCPS, Lda

B) Outras entidades**Administrador**

- Zon Tv Cabo Madeirense, SA (em representação do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA)

- João Manuel da Silva Machado dos Santos**A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SCPS, SA****Presidente da Comissão Executiva**

- BanifServ – Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação, ACE

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

- Banif (Açores), SCPS, SA

B) Outras entidades**Vogal do Conselho de Administração**

- SIBS, SCPS, SA (em representação do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA)
- SIBS Forward Payment Solutions, SA (em representação do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA)

Membro do Conselho Consultivo

- ESC – Sociedade Capital de Risco, SA, Entidade Gestora do FCR – Fundo de Recuperação

- Diogo António Rodrigues da Silveira

A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira, SGPS, SA

Presidente da Comissão Executiva

- Companhia de Seguros Açoreana, SA

Administrador

- Banif SGPS, SA
- Banif Imobiliária, SA
- Sociedade Imobiliária Piedade, SA

B) Outras entidades

Conselheiro

- Conselho Consultivo da Reditus SGPS, SA

Vogal de Direcção

- Associação Portuguesa de Seguradores (em representação da Companhia de Seguros Açoreana, SA)

Sócio

- Firma Shilling Capital Partners, SGPS

- João Paulo Pereira Marques de Almeida

A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SGPS, SA

Vogal do Conselho de Administração

- BanifServ – Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação, ACE
- Banif Finance, Ltd

- Vitor Manuel Farinha Nunes

A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SGPS, SA

Vogal do Conselho de Administração

- Banif SGPS, SA
- Banif Mais, SGPS, SA
- Banco Banif Mais, SA
- Banif Rent, SA
- Tecnicrédito ALD – Aluguer de Automóveis, SA
- Banif Plus Bank Company, Ltd.
- TCC Investments Luxembourg, SARL

Gerente

- Margem – Mediação de Seguros, Lda

B) Outras entidades**Administrador Único**

- FN Participações, SGPS, SA

Gerente

- Core Investimentos, Consultoria e Serviços, Lda

- Nuno José Roquette Teixeira**A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira, SGPS, SA****Vogal do Conselho de Administração**

- Banif - SGPS, SA
- Companhia de Seguros Açoreana, SA
- Banif - Banco de Investimento, SA
- Banieuropa Holding, SL
- Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA
- Banif Corretora Valores e Câmbio, SA
- Banif Securities, Inc
- Banif Finance, Ltd
- Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd

Membro da Comissão de Vencimentos

- Banif Capital - Sociedade de Capital de Risco, SA
- Banif Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA

B) Outras entidades**Membro do Conselho Directivo**

- APC - Associação Portuguesa de Sociedades Corretoras Financeiras de Corretagem

I.4 Comissão Executiva

I.4.1 Identificação dos membros da Comissão Executiva

Dr. Carlos David Duarte de Almeida (Presidente)

Dr. António Manuel Rocha Moreira

Dr. Manuel Isidoro Martins Vaz

Dr. José António Machado de Andrade

Dr. João Manuel da Silva Machado dos Santos

Dr. João Paulo Pereira Marques de Almeida

Dr. Nuno José Roquette Teixeira

A Comissão Executiva do Conselho de Administração foi constituída por deliberação deste órgão de 1 de Abril de 2009. Nesta data, foi designado Presidente da Comissão Executiva o Sr. Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos, o qual manteve as referidas funções até 30 de Junho de 2010, data em que foi nomeado Presidente do Conselho de Administração, cessando então as suas funções naquela Comissão.

Ainda em 30 de Junho de 2010, o Conselho de Administração deliberou integrar na Comissão Executiva o então cooptado Administrador Sr. Dr. Nuno José Roquette Teixeira e nomear para Presidente da mesma o Sr. Dr. Carlos David Duarte de Almeida.

I.4.2 Poderes da Comissão Executiva.

A Comissão Executiva do Conselho de Administração exerce competências delegadas deste órgão, nos termos da deliberação de delegação de competências aprovada em reunião do Conselho de Administração de 1 de Abril de 2009 (Acta n.º 05/2009).

De acordo com a referida deliberação, a Comissão Executiva dispõe dos “mais amplos poderes de administração e gestão estabelecidos na lei e no Contrato de Sociedade”, com exclusão dos seguintes:

- a. cooptação de Administradores;
- b. aprovação dos Relatórios do Conselho de Administração e das Contas Anuais;
- c. pedidos de convocação de Assembleias Gerais;
- d. aprovação da prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela Sociedade, com excepção de garantias e avales bancários que se relacionem com o seu negócio;
- e. aprovação da mudança da Sede e de aumentos do Capital Social nos termos previstos no Contrato de Sociedade;
- f. aprovação da abertura e encerramento de filiais, de sucursais, de agências e delegações ou de outras formas de representação social no estrangeiro;

- g. aprovação dos projectos de fusão, de cisão e de transformação da Sociedade;
- h. aprovação dos planos e orçamentos anuais;
- i. aprovação da emissão de empréstimos obrigacionistas;
- j. aprovação das propostas de alteração do Contrato de Sociedade;
- k. decisão sobre operações/limites de crédito (por desembolso e extrapatrimoniais) que envolvam exposições de crédito globais de clientes ou grupos de clientes, que não sejam Instituições de Crédito, superiores a 15 milhões de euros. São, no entanto, delegados na Comissão Executiva os poderes necessários no que concerne a decisões de utilização alternativa de modalidades de crédito, no âmbito do valor global das linhas ou limites em vigor, das taxas de juro ou comissões, bem como para a realização de operações extra-limite ou pontuais que não excedam, na sua totalidade, 10% do limite máximo aprovado para um cliente ou grupo de clientes;
- l. decisão sobre investimentos, projectos de investimento ou desinvestimentos de montante superior a 2.500 milhares de euros e a aquisição ou alienação de participações financeiras qualificadas ou que envolvam um montante superior ao atrás referido;
- m. contratação de empregados com a categoria de Director e a designação ou destituição de responsáveis de Órgãos de primeira linha da estrutura do Banco;
- n. atribuição de patrocínios e donativos de montante superior a 25 milhares de euros;
- o. relacionamento institucional com os titulares de valores mobiliários emitidos pelo Banco, sem prejuízo das competências próprias do Representante para as Relações com o Mercado;
- p. indicação de membros para os órgãos sociais das empresas onde o Banco participe e onde tenha essa prerrogativa;
- q. qualquer outro assunto sobre o qual algum Administrador requeira a deliberação do Conselho de Administração.

Na deliberação de delegação de competências, está ainda contemplado que as competências previstas nas alíneas d., f., i., k., l. e m. são passíveis de ratificação pelo Conselho de Administração sempre que, por motivo de urgência ou manifesto interesse para o Banco, as mesmas devam ser exercidas pela Comissão Executiva que, para o efeito, as não poderá delegar.

I.4.3 Informação sobre as regras aplicáveis à designação e à substituição dos membros da Comissão Executiva.

A Comissão Executiva é constituída pelo número de Administradores que for deliberado pelo Conselho de Administração (art.º 24.º, n.º 1 do Contrato de Sociedade), não se encontrando previsto qualquer regime estatutário específico para a designação ou substituição dos respectivos membros.

Não está formalizada uma política de rotação de pelouros entre os membros da Comissão Executiva.

I.5 Conselho Fiscal

I.5.1 Identificação dos membros do Conselho Fiscal.

À data de referência, 31 de Dezembro de 2011, o Conselho Fiscal do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA é composto pelos seguintes membros:

Fernando Mário Teixeira de Almeida (Presidente)

António Ernesto Neto da Silva (Vogal Efectivo)

José Lino Tranquada Gomes (Vogal Efectivo)

José Pedro Lopes Trindade (Vogal Suplente)

I.5.2 Indicação da data de início e termo dos respectivos mandatos.

A eleição dos membros do Conselho Fiscal foi objecto de deliberação na Assembleia Geral de 31 de Março de 2009, para o mandato trienal 2009 – 2011, com termo em 31 de Dezembro de 2011.

I.5.3 Informação sobre as regras aplicáveis à designação e à substituição dos membros do Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal é composto por um número mínimo de três membros efectivos, e por um ou dois suplentes, nos termos legais (art.º 28.º, n.º 1 do Contrato de Sociedade).

O Conselho Fiscal deve ser constituído com respeito pelo regime de incompatibilidades legalmente previsto, devendo, pelo menos um dos seus membros ter curso superior adequado ao exercício das suas funções, conhecimentos em auditoria ou contabilidade, e ser considerado independente nos termos da lei (art.º 28.º, n.º 2 do Contrato de Sociedade e art.º 3.º, n.º 2 do Decreto-lei n.º 225/2008 de 20 de Novembro).

O Presidente do Conselho Fiscal será designado pela Assembleia Geral ou, caso tal não se verifique, pelos próprios membros do órgão (art.º 414.º-B do Código das Sociedades Comerciais).

O Contrato de Sociedade não prevê qualquer regime específico relativo à substituição de membros do Conselho Fiscal, pelo que esta se processa nos termos previstos no artigo 415.º do Código das Sociedades Comerciais.

I.5.4 Funções que os membros do conselho fiscal exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo.

- Fernando Mário Teixeira de Almeida

A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SGPS, SA

Presidente do Conselho Fiscal

- Banif Comercial SGPS, SA
- Banif - Banco de Investimento, SA

B) Outras entidades

Presidente do Conselho Fiscal

- Companhia de Seguros Açoreana, SA

- António Ernesto Neto da Silva

A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SGPS, SA

Vogal do Conselho Fiscal

- Banif Comercial SGPS, SA

B) Outras entidades

Presidente do Conselho de Administração

- Deimos Engenharia, SA

Director-Geral

- Financetar - Sociedade de Serviços Financeiros, Empresariais e imobiliários, SA

- José Lino Tranquada Gomes

A) Sociedades do Grupo Rentipar Financeira SGPS, SA

Vogal do Conselho Fiscal

- Banif Comercial SGPS, SA

B) Outras entidades

Gerente

- Tranquada Gomes & Coito Pita - Sociedade de Advogados, RL
- Netanarium - Consultadoria e Gestão, Unipessoal, Lda

I.5.5 Referência ao facto de o conselho fiscal avaliar anualmente o auditor externo e à possibilidade de propor à assembleia-geral a destituição do auditor com justa causa.

O Conselho Fiscal avalia anualmente o auditor externo. O auditor externo em funções foi nomeado pela Assembleia Geral, em 31 de Março de 2011, pelo prazo de 1 ano, sob proposta do Conselho Fiscal, em conformidade com o previsto no n.º 4 do art.º 27.º do Contrato de Sociedade.

O Conselho Fiscal tem presente a possibilidade, que lhe é reconhecida, de propor à Assembleia Geral a destituição do auditor externo, com justa causa.

I.5.6 Referência ao facto de os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal incluírem a descrição sobre a actividade de fiscalização desenvolvida referindo eventuais constrangimentos detectados, e serem objecto de divulgação no sítio da Internet da sociedade, conjuntamente com os documentos de prestação de contas.

Os Relatórios Anuais do Conselho Fiscal incluem a descrição sobre a actividade de fiscalização desenvolvida, referindo eventuais constrangimentos detectados (se existentes) e são objecto de divulgação no sítio de internet da sociedade, conjuntamente com os documentos de prestação de contas.

I.5.7 Descrição dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade, designadamente, quanto ao processo de divulgação de informação financeira.

No último exercício, o Banco continuou a promover o desenvolvimento do seu Sistema de Controlo Interno, fomentando sinergias com as actividades de Risco Operacional e mantendo como objectivos a atingir e melhorar:

- Estabelecer o nível do Ambiente de Controlo da organização, conferindo disciplina e estrutura às bases da Função de Controlo Interno, disseminando essa cultura pela organização;
- Promover a efectividade e eficiência nas operações;
- Assegurar que a informação reportada é objectiva, fidedigna e correcta;
- Cumprir com os normativos legais e regulamentares definidos.

A metodologia de implementação de Controlo Interno assenta nos princípios internacionais e num framework desenvolvido pelo Grupo, pretendendo-se garantir a prossecução de cinco componentes essenciais:

- Ambiente de Controlo – Estabelecendo o grau em que o Grupo influencia a consciência de controlo dos seus colaboradores conferindo-lhe disciplina e estrutura.
- Avaliação do Risco – Identificando e analisando os riscos relevantes (internos e externos), por forma a que os objectivos da organização sejam alcançados e que seja criada uma base adequada para a gestão dos riscos.
- Actividades de Controlo – Assentando em políticas e procedimentos adequados com o objectivo de assegurar que as premissas estabelecidas pela gestão são seguidas e permitem que as acções necessárias sejam realizadas para identificar os riscos inerentes às actividades do Grupo.
- Informação & Comunicação – Garantindo a identificação, captura e comunicação de informação pertinente e relevante que permita a tomada de decisões e que garanta a adequada execução.
- Monitorização - Avaliando a qualidade da performance do Controlo Interno.

Ao nível da função de Controlo Interno do Banco, foram acompanhadas e promovidas, em 2011, diversas iniciativas, quer de gestão quer regulamentares que cumpre destacar:

- Foi efectuada a auto-avaliação do cumprimento dos requisitos exigidos para as funções de estrutura pelo Aviso n.º 5/2008 do Banco de Portugal, de 1 de Julho de 2008, utilizando para o efeito os questionários completos de *Self-Assessment*;
- Em cumprimento do disposto no referido Aviso n.º 5/2008, foi elaborado durante o primeiro semestre o Relatório de Controlo Interno do Banco;
- Apresentação do Projecto de Remediação junto dos órgãos do Banco e definição das Acções a realizar;
- Elaboração dos Project Charters (Documento de compromisso dos órgãos do Banco);
- Execução de acções de *Follow-Up* dos Projectos de Remediação, através da realização de reuniões de acompanhamento na presença da Comissão Executiva e da formalização bimestral da evolução dos mesmos.

Em linha com as orientações regulamentares e em particular do Aviso n.º 5/2008 do Banco de Portugal, o Banco promoveu o desenvolvimento de uma aplicação informática que sustenta a monitorização e controlo das acções realizadas nesta matéria. Assim, em cada momento, é possível saber o status de cada deficiência e de cada acção de remediação, as quais são devidamente acompanhadas dos documentos e evidências consideradas necessárias. Trata-se de um sistema de comunicação dinâmico entre o Órgão de Controlo e as Direcções envolvidas no processo de remediação.

O Grupo promove com regularidade análises de sensibilidade e de cenários, elaborando testes idiossincráticos e de carácter sistémico por forma a avaliar o seu impacto nas principais rubricas e indicadores da actividade ao nível consolidado, onde o Banif assume particular importância pelo seu peso relativo e materialidade dos riscos associados. O resultado destes testes, quando relevante, é considerado como input para as decisões de gestão, avaliando-se as vulnerabilidades detectadas e as medidas correctivas mais adequadas para a sua mitigação. No decurso de 2011 o Grupo participou em vários exercícios desta índole, definidos pelo banco de Portugal, nomeadamente o “*bottom-up stress test*” realizado entre os meses de Setembro e Outubro, e o “SIP-WS3” realizado nos meses de Novembro e Dezembro.

Dando continuidade ao desenvolvimento das iniciativas referentes ao Acordo de Basileia II foi, em Março de 2011, elaborado o Relatório intercalar sobre o Processo de Auto-Avaliação da Adequação do Capital Interno (adiante designado ICAAP) em conformidade com a Instrução n.º 15/2007, cumprindo-se assim os requisitos estabelecidos pelo Acordo para o Pilar II, complementando-se a visão regulamentar com a perspectiva económica dos riscos e da respectiva alocação de capital.

Este processo veio permitir ao Grupo e, conseqüentemente, ao Banco, criar condições para a realização de um planeamento de capital económico, adequado à sua estratégia de risco, acompanhado pela realização de exercícios que permitem a quantificação de perdas inesperadas para a globalidade do seu activo, e a conseqüente adequação da estrutura organizacional do governo, processos e controlos. A especificação do perfil de riscos do Grupo permite a criação de cenários de avaliação do seu capital económico em conjunturas adversas, adoptando planos de contingências de capital para mitigar a exposição aos riscos com impactos na solvabilidade do Grupo, constituindo-se o Banif como a entidade mais relevante quer no processo de quantificação de riscos quer nos recursos financeiros disponíveis.

É objectivo do Grupo não só a identificação de todos os riscos que incorre, mas também a definição e consolidação do modelo interno de avaliação das necessidades de capital económico e da sua afectação aos diferentes riscos e linhas de negócio, constituindo factores essenciais:

- Na garantia da solvabilidade financeira;
- Na criação de valor aos accionistas;
- Na preparação da organização face às adversidades da actual conjuntura económica;
- Na utilização do ICAAP, como um elemento central de suporte às decisões estratégicas.

A concretização dos objectivos acima descritos assume particular importância no contexto actual, não apenas pelo facto da crise financeira internacional ter vindo reforçar a preocupação das Instituições Financeiras quanto à identificação e medição de riscos a que estão sujeitos, como no seu controle e mitigação. Adicionalmente, a crescente tendência de sofisticação do mercado e a futura emissão de novos requisitos regulamentares, reforçam os desafios, que serão colocados a todos intervenientes do sector financeiro.

Uma vez integrado num Grupo financeiro, o Banif divulga numa perspectiva agregada, no âmbito do enquadramento normativo nacional do Pilar III – Disciplina de Mercado de Basileia II, informação detalhada sobre a solvabilidade, sobre os riscos incorridos, os processos e sistemas de avaliação e gestão instituídos nas Entidades do Grupo, tendo assim, disponibilizado ao mercado, um conjunto mais vasto de elementos para a tomada de decisões pelos agentes económicos, contribuindo para uma maior transparência, estabilidade e solidez do sistema financeiro.

I.5.8 Responsabilidade do órgão de administração e do órgão de fiscalização na criação e no funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos da sociedade, bem como na avaliação do seu funcionamento e ajustamento às necessidades da sociedade.

O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal reconhecem a importância que têm para a organização os Sistemas de Gestão de Riscos e de Controlo Interno, promovendo as condições humanas e tecnológicas que resultem num ambiente de controlo proporcional e adequado aos riscos da actividade. Os Órgãos de Gestão mantêm um acompanhamento regular e periódico sobre a evolução e mitigação das deficiências identificadas ao nível do Sistema de Controlo Interno do Grupo acompanhando e dinamizando reuniões regulares promovidas com a direcção do Banco para a identificação, monitorização, quantificação e gestão dos riscos, que lhes permitem tomar as medidas correctivas necessárias ao adequado funcionamento da sociedade. O Conselho Fiscal avalia anualmente, através de relatório próprio, a eficácia do sistema de controlo interno ajustado às necessidades da Sociedade, recomendando, quando aplicável, as melhorias que considera pertinentes.

II. Remunerações ¹

II.1 Descrição da política de remunerações dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho.

Na Assembleia Geral Ordinária de 31 de Março de 2011, em conformidade com o disposto no artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, foi aprovada uma declaração sobre política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização, apresentada pela Comissão de Remunerações, com o seguinte teor:

“Considerando:

- que, nos termos do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho e do Aviso n.º 1/2010 do Banco de Portugal, a Comissão de Remunerações do Banif – Banco Internacional do*

¹ Informação prestada em cumprimento do disposto no artigo 3.º da Lei n.º 28/2009 de 19 de Junho e dos artigos 16.º e seguintes do Aviso n.º 10/2011 do Banco de Portugal

- Funchal, S.A. deve submeter, anualmente, a aprovação da Assembleia Geral, uma declaração sobre a política de remuneração dos membros dos respectivos órgãos de administração e de fiscalização;*
- *que a Comissão de Remunerações do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. tem, nos termos do art.31, n.º 1 dos Estatutos, competência para fixar as remunerações dos membros dos órgãos sociais da sociedade, sem prejuízo das recomendações das autoridades de supervisão e das directrizes transversais às sociedades do Banif – Grupo Financeiro;*
 - *que a Comissão de Remunerações exerce tal competência nos termos do mandato que lhe foi conferido pela Assembleia Geral;*

A Comissão de Remunerações do Banif – Banco Internacional do Funchal S.A. submete a aprovação da Assembleia Geral a seguinte declaração sobre a política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização:

1. Objectivos da Política de Remuneração dos órgãos de administração e fiscalização do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA ('Política de Remuneração')

A Política de Remuneração tem como objectivos:

- *permitir, em permanência, ao Banco, tendo em conta o ambiente concorrencial em que opera, atrair, motivar e fidelizar quadros dirigentes de alto nível e que apresentem um elevado potencial;*
- *incentivar a consecução de objectivos de performance coincidentes com os interesses do Banco e dos seus accionistas, a curto, médio e longo prazo.*
- *estimular e recompensar os contributos individuais relevantes e a boa performance colectiva;*
- *evitar uma excessiva exposição ao risco e potenciais conflitos de interesses, promovendo os objectivos, valores e interesses de longo prazo da instituição.*

e visa estabelecer:

- *Os níveis e a estrutura da remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização;*
- *Os mecanismos de alinhamento dos interesses dos membros dos órgãos sociais com os interesses societários;*

2. Aprovação da Política de Remuneração

A Política de Remuneração foi aprovada em reunião da Comissão de Remunerações do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A., no dia 10 de Março de 2011, por deliberação unânime dos respectivos membros.

A Comissão de Remunerações foi eleita em Assembleia Geral de 31 de Março de 2009, para um mandato de 3 anos, até ao final de 2011, e tem a seguinte composição:

Rentipar Financeira, SGPS, S.A., representada pelo Dr. Fernando José Inverno da Piedade.

Fernando José Inverno da Piedade é licenciado em Cestão de Empresas pelo Instituto Superior de Línguas e Administração (1982). Entre 1981 e 1988 integrou a Executive Team junto da Arthur Andersen em Portugal. Actualmente exerce cargos de administração em várias empresas do sector financeiro, sendo Presidente dos Conselhos de Administração das holdings Rentipar Financeira – SGPS, SA, Rentipar Indústria – SGPS, SA, Rentipar Investimentos – SGPS, SA e Rentipar Seguros – SGPS, SA.

Fundação Horácio Roque, representada pela Dr.ª Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque Dal Fabbro

Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque Dal Fabbro é licenciada em Política, Filosofia e Economia pela Universidade de Oxford (Reino Unido), Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Johns Hopkins (Bolonha, Itália) e candidata a Doutoramento junto Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa. Presentemente exerce cargos de administração em várias empresas do Grupo Rentipar, sendo de destacar as holdings Rentipar Financeira – SGPS, SA, Rentipar Indústria – SGPS, SA, Rentipar Investimentos – SGPS, SA e Rentipar Seguros – SGPS, SA.

Renticapital – Investimentos Financeiros, S.A., representava pelo Sr. Vitor Hugo Simons

Vitor Hugo Simons é Presidente dos Conselhos de Administração da Mundiglobo – Habitação e Investimentos, SA (desde 1981) e da Habiprede – Sociedade de Construções, SA (desde 1989), sendo igualmente vogal dos conselhos de administração de várias empresas do Grupo Rentipar.

Nenhum dos representantes designados pelas entidades membros da Comissão de Remunerações para exercício efectivo de funções, acima identificados, é membro dos órgãos de administração ou de fiscalização do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A., ou tem com algum daqueles quaisquer vínculos familiares ou dependência de qualquer natureza.

A Comissão de Remunerações não recorreu a quaisquer peritos, consultores ou entidades externas com vista à preparação, elaboração e aprovação da Política de Remuneração, tendo tomado em consideração as práticas de remuneração das empresas em geral e as práticas de remuneração no sector financeiro e de outros Bancos portugueses que operam nos mercados nacional e internacional.

3. Descrição da Política de Remuneração

3.1 Conselho de Administração

3.1.1. Presidente do Conselho de Administração

O Presidente do Conselho de Administração auferirá uma remuneração fixa, paga com periodicidade mensal, 14 vezes por ano, ou seja, com pagamento de duas mensalidades nos meses de Abril e Novembro de cada ano.

3.1.2. Membros da Comissão Executiva ('Administradores Executivos')

a. Composição da Remuneração

A remuneração dos Administradores Executivos tem como referência um conceito de 'Remuneração Global' que compreende 3 elementos chave:

Uma 'Remuneração Fixa'	A remuneração de base (salário base)
Uma 'Remuneração Variável'	O prémio de desempenho
Um mecanismo de alinhamento dos interesses dos membros executivos do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade	Diferimento de parte da remuneração variável
	Limitação do montante da remuneração variável

A Remuneração Global, acima referida, poderá ser formalizada, relativamente a cada membro executivo do órgão de administração, num contrato que contempla, nomeadamente, o nível e a estrutura da remuneração (componentes fixa e variável); o respectivo termo e modalidades de rescisão, cláusulas de confidencialidade, não-concorrência e exclusividade e eventuais limitações contratuais para a compensação a pagar por destituição sem justa causa.

A Remuneração Fixa constitui a parte mais significativa da Remuneração Global, estimando-se que possa representar, numa situação de cumprimento pleno dos objectivos delineados, cerca de 70% da Remuneração Global dos Administradores Executivos.

Através dela, pretende-se remunerar os membros executivos do órgão de administração pelas responsabilidades inerentes às suas funções e pelas suas competências específicas.

Por sua vez, a Remuneração Variável, referida ao desempenho, deverá constituir a parte menor da Remuneração Global, estimando-se que possa representar, numa situação de cumprimento pleno dos objectivos delineados, cerca de 30% daquela.

A Remuneração Variável – Prémio de Desempenho - consiste unicamente num montante em **cash**, uma vez que o Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. não tem acções admitidas à negociação, e, por esta razão, não se considera adequada a implementação de planos de atribuição de acções ou de opções de aquisição de acções a membros do órgão de administração.

Subjacente à Remuneração Variável está o objectivo de reconhecer e recompensar o contributo de cada Administrador Executivo, bem como a sua performance enquanto membro do colectivo dirigente do Banco. Os montantes atribuídos a título de prémio de desempenho dependem directamente do desempenho efectivo da instituição, aferido a objectivos qualitativos e quantitativos pré-determinados. Estes objectivos são determinados em função das estratégias delineadas (estratégia global do Banif - Grupo Financeiro e estratégias específicas para o Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.).

b. Determinação e forma de pagamento da Remuneração Fixa

A Remuneração Fixa é estabelecida com uma periodicidade anual, pela Comissão de Remunerações, relativamente a cada um dos Administradores Executivos, tendo em atenção os níveis praticados no mercado para funções equivalentes. Não existem mecanismos de ajustamento automático aos referidos níveis de mercado.

A Remuneração Fixa é paga com periodicidade mensal, 14 vezes por ano, ou seja, com pagamento de duas mensalidades nos meses de Abril e Novembro de cada ano.

c. Condições, critério para a determinação e forma de pagamento da Remuneração Variável²

A Retribuição Variável correspondente a um determinado ano/exercício ('Exercício de Referência') é determinada/atribuída anualmente, pela Comissão de Remunerações, até ao final do mês de Abril do ano/exercício seguinte, de acordo com o seguinte critério e sujeita às seguintes condições:

Definições e respectivas abreviaturas:

Remuneração Variável	('RV')	Componente da Remuneração Global calculada com base em critérios de desempenho
Exercício de Referência	('Exerc. Ref.')	Exercício/ano a que diz respeito o desempenho que está na base da atribuição da Remuneração Variável (em regra, o exercício anterior àquele em que tem lugar a deliberação de atribuição de Remuneração Variável)
Referência de Atribuição (1)	('Ref. 1')	Valor Médio da Taxa Euribor a 12 meses ao longo do Exercício de Referência, acrescido de 2%

² Todos os indicadores financeiros são considerados de acordo com a sua contabilização em IAS/IFRS, nos termos do seu contributo para o resultado global do Banif – Grupo Financeiro.

<i>Referência de Atribuição (2)</i>	<i>('Ref. 2')</i>	<i>Valor Médio da Taxa Euribor a 12 meses ao longo do Exercício de Referência, acrescido de 6%</i>
<i>Orçamento de Referência</i>	<i>('Orçamento')</i>	<i>Orçamento para o Exercício de Referência, aprovado pelo Conselho de Administração e validado pela Comissão de Vencimentos, com base no qual são estabelecidos os objectivos de desempenho dos Administradores Executivos.</i>
<i>Indicadores Seleccionados</i>	<i>('Iss')</i>	<i>Indicadores financeiros considerados relevantes para efeito da avaliação do desempenho dos Administradores Executivos e, conseqüentemente, cálculo da respectiva Remuneração Variável (actualmente os indicadores de Return on Equity e Cost-to-)</i>
<i>Return on Equity</i>	<i>('ROE')</i>	<i>Return on Equity do Banco no Exercício de Referência³</i>
<i>Objectivo de Return on Equity</i>	<i>()</i>	<i>Valor previsto para o indicador Return on Equity no Orçamento de _</i>
<i>Cost-to-Income</i>	<i>('CtI')</i>	<i>Cost-to-Income do Banco no Exercício de _</i>
<i>Objectivo de Cost-to-Income</i>	<i>()</i>	<i>Valor previsto para o indicador Cost-to-Income no Orçamento de _</i>
<i>Resultado Líquido</i>	<i>('RL')</i>	<i>Resultado Líquido do Banco no Exercício de _</i>
<i>Objectivo de Resultado Líquido</i>	<i>()</i>	<i>Valor previsto para o Resultado Líquido do Banco no Orçamento de _</i>
<i>Objectivo de Remuneração Variável</i>	<i>('')</i>	<i>Remuneração Variável devida em caso de cumprimento a 100% dos objectivos estabelecidos, correspondente a 30% da Remuneração Global</i>

c. (i) Condição Preliminar de Atribuição da Remuneração Variável

Apenas haverá lugar ao pagamento de Remuneração Variável caso o indicador Return on Equity do Banco, no Exercício de Referência, seja superior ao valor médio anual da taxa Euribor a 12 meses durante esse mesmo ano, acrescido de 2% ('Ref. 1').

[RV > 0 se ROE > Ref. 1]

³ Valores calculados em base IAS/IFRS

- c. (ii) *Fórmula de Cálculo da Remuneração Variável caso o Return on Equity seja superior a Ref. 1 e inferior a Ref. 2.*

$$RV = \left[\frac{RL}{CtI} \times \frac{ROE}{Ref.2} \right] \times$$

- c. (iii) *Condição de Atribuição da Remuneração Variável em montante superior a 30% da Remuneração Global*

Como referido supra, de acordo com a estrutura de remuneração proposta, numa situação de cumprimento pleno dos objectivos delineados (isto é, concretização a 100% dos Indicadores Seleccionados do Orçamento de Referência), a Remuneração Variável dos Administradores Executivos corresponderá a 30% da Remuneração Global.

Caso o valor real/efectivo dos Indicadores Seleccionados venha a ser mais positivo do que o valor previsto no Orçamento de Referência (cumprimento acima de 100%), o montante da Remuneração Variável de cada Administrador Executivo apenas poderá vir a ser superior a 30% da sua Remuneração Global caso o Return on Equity do Banco, no Exercício de Referência, seja superior ao Valor Médio da Taxa Euribor a 12 meses ao longo do Exercício de Referência, acrescido de 6%.

$$[RV > \underline{se} ROE > Ref. 2]$$

- c. (iv) *Fórmula de cálculo da Remuneração variável caso o Return on Equity seja superior a Ref.2*

$$RV = \left[\frac{RL}{CtI} \right] \times$$

- c. (v) *Limitações ao montante global da Remuneração Variável*

- O montante de Remuneração Variável atribuído a cada Administrador Executivo, calculado nos termos das alíneas anteriores, não pode exceder 36% da respectiva Remuneração Global.

- O montante global atribuído à totalidade dos (7) membros da Comissão Executiva a título de Remuneração Variável não pode exceder o montante correspondente a 5% do Resultado Líquido do Exercício de Referência, caso em que o montante a pagar será reduzido a esse limite e rateado na proporção das respectivas remunerações fixas.⁴

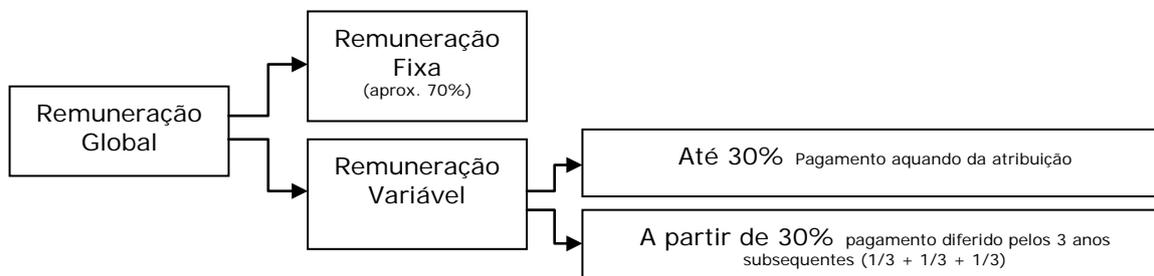
⁴ Valor calculado em base NCA

c. (vi) Forma de pagamento da Remuneração Variável

No momento presente, tendo em conta a expressão, considerada moderada, que as componentes de remuneração variável assumem na política remuneratória do Banco, bem como a significativa longevidade que tem vindo a caracterizar as relações que a generalidade dos membros do órgão de administração mantêm com a instituição (são, na sua grande maioria, quadros oriundos da estrutura de Direcção do Banco, ao qual se encontram vinculados por contrato de trabalho), não se vislumbra necessidade de proceder ao diferimento de uma parte substancial das Remunerações Variáveis.

Não obstante, em linha com a política de remunerações aprovada na Assembleia Geral Anual de 2010, a Comissão de Remunerações deliberou estabelecer que, caso a Remuneração Variável, calculada nos termos das alíneas anteriores, venha a exceder os 30% da Remuneração Global, o pagamento do montante correspondente a tal excedente será diferido para após o apuramento das contas de cada um dos três exercícios subsequentes (havendo lugar ao pagamento de um terço do montante em cada um dos mesmos).

Por outro lado, em cada um dos três exercícios seguintes, apenas haverá lugar ao pagamento previsto no parágrafo anterior caso se verifiquem resultados que, de acordo com a Política de Remuneração em vigor em cada um dos mesmos, permitam a atribuição de Remuneração Variável.



3.1.3 Vogais do Conselho de Administração (Administradores Não Executivos)

A remuneração dos membros vogais, não executivos, do Conselho de Administração é exclusivamente constituída por senhas de presença, de valor fixo, nas reuniões do referido órgão.

Estes elementos poderão ser remunerados por outras sociedades do Grupo onde exerçam funções, nos casos em que os níveis e a complexidade das respectivas actividades, as práticas de mercado ou outras circunstâncias relevantes o justifiquem.

3.2 Conselho Fiscal

A fim de garantir a isenção e o rigor na acção fiscalizadora do Conselho Fiscal, a remuneração dos seus membros é estabelecida exclusivamente em função das respectivas presenças nas reuniões

daquele órgão, não estando, por qualquer forma, dependente ou relacionada com os resultados da sociedade.

4. Informações em cumprimento do disposto na Lei n.º 28/2009 de 19 de Junho

a. Mecanismos que permitam o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses da sociedade;

A Comissão de Remunerações considera que a presente Política de Remuneração integra diversos mecanismos que permitem o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses da sociedade, na medida em que:

- (i) A atribuição de uma Retribuição Variável aos Administradores Executivos está dependente de um Resultado Líquido do exercício substancialmente positivo, uma vez que, no Exercício de Referência, o indicador *Return on Equity* terá que ser superior à média da taxa Euribor 12 meses acrescida de 2%;
- (ii) A conjugação dos indicadores seleccionados para efeito da avaliação de desempenho dos Administradores Executivos faz relevar, não só a componente de resultado do exercício (*Return on Equity*), mas também a optimização da estrutura de custos e o nível de eficiência da organização (*Cost-to-Income*), factor considerado da maior importância para o desenvolvimento sustentável da instituição, a médio e longo prazo;
- (iii) A existência de duas “hurdles” de referência (Ref. 1 e Ref. 2), que o *Return on Equity* da sociedade terá que superar a fim de que haja lugar à atribuição de uma Remuneração Variável aos Administradores Executivos, por um lado, e para que esta possa atingir um montante superior a 30% da Remuneração Global, por outro, bem como o facto de que ambas estas “hurdles” dependem de indicadores externos à sociedade, previnem o risco de um aumento desproporcionado da Remuneração Variável decorrente da aprovação de um objectivo/orçamento pouco ambicioso;
- (iv) No mesmo sentido da alínea anterior, aponta a exigência de a Comissão de Remunerações validar o Orçamento de Referência, apresentado pelo Conselho de Administração, bem como o facto de poder anualmente rever a percentagem da Remuneração Global a que corresponde o Objectivo de Remuneração Variável.
- (v) A existência de limites máximos à remuneração variável (36% da Remuneração Global e 5% do Resultado Líquido do Exercício) obvia situações de assunção de riscos excessivos;
- (vi) O diferimento do pagamento da Remuneração Variável, na componente em que exceda o Objectivo de Remuneração Variável (30% da Remuneração Global) e o seu condicionamento à continuidade dos resultados positivos da sociedade permitem acautelar o risco da atribuição de montantes extraordinariamente elevados num determinado exercício, que se traduzam em reduções substanciais dos resultados nos exercícios seguintes.
- (vii) A inexistência de Remuneração Variável para os Administradores Não Executivos, desligando a respectiva remuneração do nível de desempenho da sociedade em determinado exercício,

potencia a sua função de controlo e supervisão da actividade dos Administradores Executivos, numa perspectiva de desenvolvimento prudente e sustentável da sociedade.

b. Critérios de definição da componente variável da remuneração;

Os critérios para a definição da componente variável da remuneração estão descritos na alínea c. do Ponto 3.1.2. supra.

c. Existência de planos de atribuição de acções ou de opções de aquisição de acções por parte de membros dos órgãos de administração e de fiscalização;

O Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. não tem em vigor ou em perspectiva quaisquer planos de atribuição de acções ou de opções de aquisição de acções por parte de membros dos órgãos de administração e fiscalização. Considerando que o Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. não tem acções admitidas à negociação em mercado regulamentado e sendo o seu capital social integralmente detido por um accionista único, não se considera adequada ou viável a implementação de planos de atribuição de acções ou de opções de aquisição de acções a membros dos órgãos de administração e fiscalização.

d. Possibilidade de o pagamento da componente variável da remuneração, se existir, ter lugar, no todo ou em parte, após o apuramento das contas de exercício correspondentes a todo o mandato;

A forma como o pagamento de parte da Remuneração Variável poderá ter lugar após o apuramento das contas de exercício correspondentes a todo o mandato está descrita na alínea c. (v) do ponto 3.1.2 supra.

e. Mecanismos de limitação da remuneração variável, no caso de os resultados evidenciarem uma deterioração relevante do desempenho da empresa no último exercício apurado ou quando esta seja expectável no exercício em curso.

O mecanismo de limitação da Remuneração Variável (na parte cujo pagamento haja sido diferido), no caso de os resultados evidenciarem uma deterioração relevante do desempenho da empresa está previsto o último parágrafo da alínea c. (v) do ponto 3.1.2 supra.”

II.2. Indicação do montante anual da remuneração auferida individualmente pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável.

Montante anual das remunerações auferidas individualmente pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade:

Conselho de Administração

Valores em Euros

Conselho de Administração	Remunerações fixas (Inclui senhas de presença)	Remunerações variáveis
Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos	302.757,50	1.944,84
Dr. Carlos David Duarte de Almeida	350.354,94	4.504,98
Dr. António Manuel Rocha Moreira	293.903,62	4.186,86
Dr. Manuel Isidoro Martins Vaz	270.050,76	3.899,52
Dr. José Marques de Almeida	55.380,00	0,00
Dr. José António Machado de Andrade	275.323,26	3.899,52
Dr. João Manuel da Silva Machado dos Santos	270.050,76	3.899,52
Eng.º Diogo António Rodrigues da Silveira	59.640,00	0,00
Dr. João Paulo Pereira Marques de Almeida	270.841,65	3.899,52
Dr. Vítor Farinha Nunes	46.860,00	0,00
Dr. Nuno José Roquette Teixeira	266.790,89	1.949,76
Total	2.461.953,38	28.184,52

Conselho Fiscal

(A remuneração auferida diz respeito, exclusivamente, a senhas de presença)

Conselho Fiscal	Senhas de presença
Prof. Doutor Fernando Mário Teixeira de Almeida	30.000,00
Dr. António Ernesto Neto da Silva	10.000,00
Dr. José Lino Tranquada Gomes	10.000,00
Total	50.000,00

II.3 Informações em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 16.º do Aviso n.º 10/2011 do Banco de Portugal

- a. Processo utilizado na definição da política de remuneração, incluindo, se for caso disso, a indicação do mandato e da composição da comissão de remuneração, bem como a identificação dos consultores externos cujos serviços foram utilizados para determinar a política de remuneração e dos serviços adicionais prestados por estes consultores à sociedade ou aos membros dos órgãos de administração e fiscalização;

A Política de Remuneração referente ao exercício de 2011 foi aprovada em reunião da Comissão de Remunerações do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A., no dia 10 de Março de 2011, por deliberação unânime dos respectivos membros.

A Comissão de Remunerações foi eleita em Assembleia Geral de 31 de Março de 2009, para um mandato de 3 anos, até ao final de 2011, e tem a seguinte composição:

- Rentipar Financeira, SCPS, S.A., representada pelo Dr. Fernando José Inverno da Piedade;
- Fundação Horácio Roque, representada pela Dr.ª Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque Dal Fabbro;
- Renticapital – Investimentos Financeiros, S.A., representava pelo Sr. Vitor Hugo Simons.

Nenhum dos representantes designados pelas entidades membros da Comissão de Remunerações para exercício efectivo de funções, acima identificados, é membro dos órgãos de administração ou de fiscalização do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A., ou tem com algum daqueles quaisquer vínculos familiares ou dependência de qualquer natureza.

A Comissão de Remunerações não recorreu a quaisquer peritos, consultores ou entidades externas com vista à preparação, elaboração e aprovação da Política de Remuneração, tendo tomado em consideração as práticas de remuneração das empresas em geral e as práticas de remuneração no sector financeiro e de outros Bancos portugueses que operam nos mercados nacional e internacional.

- b. Relativamente à componente variável da remuneração, as diferentes componentes que lhe deram origem, a parcela que se encontra diferida e a parcela que já foi paga;

Não há lugar ao pagamento de remuneração variável referente ao exercício de 2011, designadamente aos Administradores Executivos, na medida em que não se encontra cumprida a “Condição Preliminar de Atribuição de Remuneração Variável”, prevista no ponto c. (i) da Política de Remuneração aprovada, a qual prevê que “Apenas haverá lugar ao pagamento de Remuneração Variável caso o indicador Return on Equity do Banco, no Exercício de Referência, seja superior ao valor médio anual da taxa Euribor a 12 meses durante esse mesmo ano, acrescido de 2% (‘Ref. 1’)”.

- c. Informação sobre o modo como a política de remuneração em vigor permite, de forma adequada, atingir os objectivos de alinhar os interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da instituição e desincentivar uma assunção excessiva de riscos, bem como sobre os critérios utilizados na avaliação de desempenho.

A Informação em referência consta da Declaração sobre a Política de Remunerações aprovada na Assembleia Geral da Sociedade de 31 de Março de 2011, transcrita no ponto II.1 supra.

- d. Relativamente à remuneração dos Administradores Executivos:

- i. Os órgãos competentes da instituição para realizar a avaliação de desempenho individual;

Não existem órgãos da instituição com competência específica para avaliação de desempenho dos Administradores Executivos. A Comissão de Remunerações avalia o desempenho da generalidade dos membros da Comissão Executiva por aplicação dos critérios estabelecidos na Política de Remunerações, para efeito de cálculo da respectiva Remuneração Variável. Não obstante, é à estrutura accionista, nomeadamente ao órgão de administração do accionista único, Banif Comercial, SGPS, S.A. e ao órgão de administração da Banif – SGPS, S.A., holding de topo do Banif – Grupo Financeiro que cabe a avaliação do desempenho dos Administradores Executivos.

- ii. Os critérios predeterminados para a avaliação de desempenho individual em que se baseie o direito a uma componente variável da remuneração;

A Informação em referência consta da Declaração sobre a Política de Remunerações aprovada na Assembleia Geral da Sociedade de 31 de Março de 2011, transcrita no ponto II.1 supra. Conforme ali se refere, os critérios para determinação da Remuneração variável são aplicados ao desempenho da Comissão Executiva e não a cada Administrador individualmente considerado.

- iii. A importância relativa das componentes variáveis e fixas da remuneração dos Administradores Executivos, assim como os limites máximos para cada componente;

A Informação em referência consta da Declaração sobre a Política de Remunerações aprovada na Assembleia Geral da Sociedade de 31 de Março de 2011, transcrita no ponto II.1 supra. Complementarmente ao referido, informa-se que, considerando os montantes da remuneração fixa paga aos Administradores Executivos durante o exercício de 2011 e o montante de remuneração variável estabelecido com referência ao mesmo exercício,

indicado na alínea b). supra, a remuneração fixa representará 100% e a remuneração variável representará 0% da remuneração global dos Administradores Executivos.

- iv. Informação sobre o diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento;

Resposta prejudicada pela inexistência de remuneração variável referente ao exercício de 2011.

- v. O modo como o pagamento da remuneração variável está sujeito à continuação do desempenho positivo da instituição ao longo do período de diferimento;

Resposta prejudicada pela inexistência de remuneração variável referente ao exercício de 2011.

- vi. Os critérios em que se baseia a atribuição de Remuneração Variável em acções, bem como sobre a manutenção, pelos Administradores Executivos, das acções da instituição a que tenham acedido, e informações sobre a eventual celebração de contratos relativos a essas acções, designadamente contratos de cobertura (*hedging*) ou de transferência de risco, respectivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual;

O Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. não tem em vigor ou em perspectiva quaisquer planos de atribuição de acções a membros dos órgãos de administração e fiscalização.

- vii. Os critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício;

O Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. não tem em vigor ou em perspectiva quaisquer planos de opções de aquisição de acções por parte de membros dos órgãos de administração e fiscalização.

- viii. Os principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários;

Não existem quaisquer prémios anuais, para além da componente variável da retribuição dos Administradores Executivos (cujos parâmetros e fundamentos constam da Declaração sobre Política de Remunerações aprovada pela Assembleia Geral, acima transcrita, e que não teve lugar relativamente a 2011) ou outros benefícios não pecuniários relevantes.

- ix. A remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e ou participação nos lucros foram concedidos;

Não existe remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e ou de pagamento de prémios, para além da componente variável da retribuição dos Administradores Executivos, a qual não teve lugar com referência ao exercício de 2011.

- x. As compensações e indemnizações pagas ou devidas a membros do órgão de administração devido à cessação das suas funções durante o exercício;

Não foram pagas nem são devidas a ex-membros executivos do órgão de administração quaisquer quantias/indemnizações decorrentes da cessação das suas funções durante o exercício de 2011.

- xi. Informação sobre a existência de instrumentos jurídicos nos termos do art.º 10.º do Aviso n.º 10/2011 do Banco de Portugal;

Sem prejuízo do regime legal aplicável, não existem instrumentos jurídicos específicos tendentes a assegurar que não será paga qualquer compensação ou indemnização, incluindo pagamentos relacionados com a duração de um período de pré-aviso ou cláusula de não-concorrência, nos casos em que a destituição do membro do órgão de administração, ou a resolução do seu contrato por acordo, resultar de um inadequado desempenho das suas funções.

- xii. Os montantes pagos a qualquer título por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo;

Montantes pagos a cada um dos Administradores Executivos do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A., a qualquer título, por outras sociedades em relação de domínio ou de Grupo:

Valores em Euros

Comissão Executiva	Remunerações auferidas em outras sociedades do Banif – Grupo Financeiro
Dr. Carlos David Duarte de Almeida	305.763,20
Dr. António Manuel Rocha Moreira	182.797,28
Dr. Manuel Isidoro Martins Vaz	144.450,00
Dr. José António Machado de Andrade	59.600,00
Dr. João Manuel da Silva Machado dos Santos	60.500,00
Dr. João Paulo Pereira Marques de Almeida	60.000,00
Dr. Nuno José Roquette Teixeira	143.800,00

- i. As principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada, com indicação se foram sujeitas a apreciação pela Assembleia Geral;

Os Administradores Executivos do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA estão abrangidos por Fundos de Pensões complementares à Segurança Social. A seis dos sete Administradores Executivos, aplica-se o Acordo de Empresa, publicado no BTE, n.º 32, 1.ª Série, de 29 de Agosto de 2008, e, em concreto, as suas cláusulas 12.ª a 26.ª.

Estes Administradores - Dr. Carlos David Duarte de Almeida, Dr. António Manuel Rocha Moreira, Dr. Manuel Isidoro Martins Vaz, Dr. João Manuel da Silva Machado dos Santos, Dr. José António Machado de Andrade e Dr. João Paulo Pereira Marques de Almeida – são participantes do Plano de Contribuição Definida do Fundo de Pensões Banif, gerido pela Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA.

O Administrador Executivo Dr. Nuno José Roquette Teixeira é, também, participante do Plano de Contribuição Definida do Fundo de Pensões do Banif – Banco de Investimento, S.A gerido pela Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA.

Estes Fundos são complementares à Segurança Social.

Sendo as suas participações nos Fundos idênticas à dos restantes empregados participantes do Fundo, este assunto não foi sujeito à apreciação da Assembleia Geral.

- ii. A estimativa do valor dos benefícios não pecuniários relevantes considerados como remuneração não abrangidos nas situações anteriores;

Não existem benefícios não pecuniários relevantes considerados como remuneração.

- iii. A existência de mecanismos que impeçam a utilização pelos membros do órgão de administração de seguros de remuneração ou responsabilidade, ou quaisquer outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às suas modalidades de remuneração.

Não estão definidos mecanismos com vista ao propósito descrito.

- iv. Relativamente à remuneração dos Administradores Não Executivos, referência à inclusão de alguma componente variável.

A remuneração dos Administradores Não Executivos referente ao exercício de 2011 não inclui qualquer componente variável (entendendo-se como tal, uma componente associada ao desempenho da sociedade).

II.4 Remuneração dos colaboradores que, não sendo membros dos órgãos de administração ou de fiscalização cumpram algum dos seguintes critérios:

- a. Desempenhem funções com responsabilidade na assunção de riscos por conta da instituição ou dos seus clientes, com impacto material no perfil de risco da instituição;
- b. A sua remuneração total os coloque no mesmo escalão de remuneração que os membros dos órgãos de administração ou fiscalização;
- c. Exerçam as funções de controlo previstas no Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008.

a. Trabalhadores abrangidos

Consideram-se abrangidos no ponto II.4 os colaboradores do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (i) responsáveis por órgãos da 1.ª linha da estrutura do Banco, na medida em que exercem uma actividade profissional com impacto no perfil de risco da instituição e os que (ii) integrando o quadro directivo da instituição (Directores, Directores-Adjuntos e Subdirectores), desempenham funções nas áreas de auditoria, *compliance* e risco, sendo que não existem colaboradores “cuja remuneração total os coloque no mesmo escalão de remuneração que os membros dos órgãos de administração ou fiscalização” que não se encontrem desde logo enquadrados num dos pressupostos anteriores.

- b. O processo utilizado na definição da política de remuneração e identificação dos consultores externos cujos serviços foram utilizados para determinar a política de remuneração e dos serviços adicionais prestados por estes consultores à sociedade ou aos membros dos órgãos de administração e fiscalização.

A “Política de Remuneração dos Colaboradores do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.” (‘PRCBNF’) foi proposta pelos serviços do Banco e aprovada pelo Conselho de Administração em reunião de 29 de Junho de 2011.

Não foram utilizados serviços de quaisquer peritos, consultores ou entidades externas, tendo sido tomada em consideração a prática seguida pela instituição e as práticas seguidas no sector financeiro e por outros bancos portugueses que operam no mercado nacional e internacional.

- c. **Relativamente à componente variável da remuneração, as diferentes componentes que lhe deram origem, a parcela que se encontra diferida e a parcela que já foi paga;**

Não foi paga aos colaboradores qualquer remuneração variável referente ao exercício de 2011.

- d. **Informação sobre o modo como a política de remuneração em vigor permite, de forma adequada, atingir os objectivos de alinhar os interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da instituição e desincentivar uma assunção excessiva de riscos, bem como sobre os critérios utilizados na avaliação de desempenho.**

A PRCBNF não contempla uma remuneração variável cujo montante esteja associado ao desempenho da sociedade e calculada com base em com critérios pré-determinados.

A remuneração destes colaboradores é constituída exclusivamente por uma quantia fixa, composta pelo vencimento base e outros complementos atribuídos à generalidade dos trabalhadores da instituição (v.g. diuturnidades, subsídios), não havendo, nesta medida, qualquer incentivo à assunção excessiva de riscos por parte dos mesmos.

A PRCBNF prevê ainda o pagamento de uma “*remuneração variável, constituída, apenas, por um prémio de desempenho*”, o qual “*não representa, em regra, mais do que 10% da remuneração global, estando a sua atribuição e respectivo montante dependentes de decisão discricionária do Conselho de Administração da instituição*”.

Deste modo, pretende-se promover e motivar um melhor desempenho individual de cada colaborador, no contexto das funções que lhe estão confiadas, sem associar directamente este (eventual) prémio aos resultados da sociedade, nomeadamente aos resultados no curto prazo.

Dada a componente pouco substancial da remuneração variável na remuneração global dos colaboradores, entende-se que a política remuneratória existente não compromete os interesses de longo prazo da instituição e desincentiva a assunção excessiva de riscos.

Não foi deliberado e/ou distribuído qualquer prémio, nos termos descritos, com referência ao exercício de 2011.

Os critérios utilizados na avaliação dos colaboradores responsáveis por órgãos da 1.ª linha da estrutura do Banco, são critérios de desempenho e de conduta cuja aplicação é concretizada através da relação directa entre estes e o próprio órgão de administração. No que se refere aos colaboradores não integrados no grupo anterior, os quais desempenham funções nas áreas de auditoria, *compliance* e risco, os critérios são os constantes do processo de avaliação de desempenho em vigor no Banco, realizado pelas respectivas hierarquias.

e. Órgãos competentes para a realização da avaliação de desempenho individual

O órgão competente para a avaliação dos colaboradores responsáveis por órgãos da 1.ª linha da estrutura do Banco é o próprio órgão de administração, na pessoa dos responsáveis dos respectivos pelouros. No que se refere aos colaboradores não integrados no grupo anterior, os quais desempenham funções nas áreas de auditoria, *compliance* e risco, a sua avaliação é realizada nos termos do processo normal de avaliação de desempenho em vigor no Banco, pelas respectivas hierarquias.

f. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho individual nos quais se baseie o direito a uma componente variável de remuneração.

Como se referiu *supra*, a atribuição de um prémio de desempenho decorre sempre de uma eventual e discricionária decisão do Conselho de Administração, pelo que não existem critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho individual nos quais se baseie qualquer direito (no sentido de um direito adquirido), a uma componente variável de remuneração, por parte de qualquer colaborador.

g. O modo como o pagamento da remuneração variável está sujeito à continuação do desempenho positivo da instituição.

Tendo em conta a expressão reduzida que a componente de remuneração variável (prémio de desempenho) assume na política remuneratória do Banco, bem como a longevidade que habitualmente caracteriza as relações laborais, não se vislumbra necessidade de proceder ao diferimento do pagamento daquela.

- h. Os critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período do diferimento e do preço de exercício;

A PRCBNF não prevê a atribuição de remuneração variável em opções.

- i. Os principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários

Além do prémio de desempenho, cujos termos de atribuição foram oportunamente descritos nos pontos anteriores, não existe qualquer sistema de prémios anuais. Os outros benefícios prestados aos colaboradores do Banco, todos previstos na PRCBNF são os seguintes:

- Seguro de vida, de acordo com a cláusula 142.º do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário ('ACT');
- Serviços de Assistência Médica ('SAMS'), nos termos da cláusula n.º 114.º do ACT;
- Seguro de Acidentes de Trabalho, nos termos da cláusula 38.º do ACT;
- Fundo de Pensões, que confere pensão complementar, conforme cláusula 13.ª do acordo de empresa.

II.5 Divulgação de Informação quantitativa, em cumprimento do disposto no art.º 17.º do Aviso do banco de Portugal n.º 10/2011

- i. O montante anual agregado das remunerações auferidas pelos colaboradores e o número de beneficiários

Outros Colaboradores

Valores em Euros

Valores Globais Anuais	Remunerações fixas	Remunerações variáveis
Todos os colaboradores	3.199.188,36	0,00

Número de beneficiários abrangidos – 35.

- ii. Os montantes e os tipos de remuneração variável, separados por remuneração pecuniária, acções, instrumentos *share-linked* e outros tipos

Resposta prejudicada pela inexistência de remuneração variável referente ao exercício de 2011.

- iii. O montante da remuneração diferida não paga, separada por componentes investidas e não investidas

Resposta prejudicada pela inexistência de remuneração variável referente ao exercício de 2011.

- iv. Os montantes anuais da remuneração diferida devida, paga ou objecto de reduções resultantes de ajustamento introduzidos em função do desempenho individual dos colaboradores

Resposta prejudicada pela inexistência de remuneração variável referente ao exercício de 2011.

- v. O número de novas contratações efectuadas no ano a que respeita

Não foram efectuadas novas contratações no ano de 2011.

- vi. O montante dos pagamentos efectuados ou devidos anualmente em virtude da rescisão antecipada do contrato de trabalho com colaboradores, o número de beneficiários desses pagamentos, e o maior pagamento atribuído a um colaborador.

Não foi efectuada qualquer rescisão antecipada do contrato de trabalho dos colaboradores em referência.

- vii. O montante anual agregado das remunerações auferidas pelos colaboradores, discriminada por área de actividade

Outros Colaboradores

Valores em Euros

Valores Globais Anuais	Remunerações fixas	Remunerações variáveis
Funções de Responsabilidade	2.574.262,43	0,00

Outros Colaboradores

Valores em Euros

Valores Globais Anuais	Remunerações fixas	Remunerações variáveis
------------------------	--------------------	------------------------

Funções de Controlo (Compliance)	118.968,43	0,00
-------------------------------------	------------	------

Outros Colaboradores

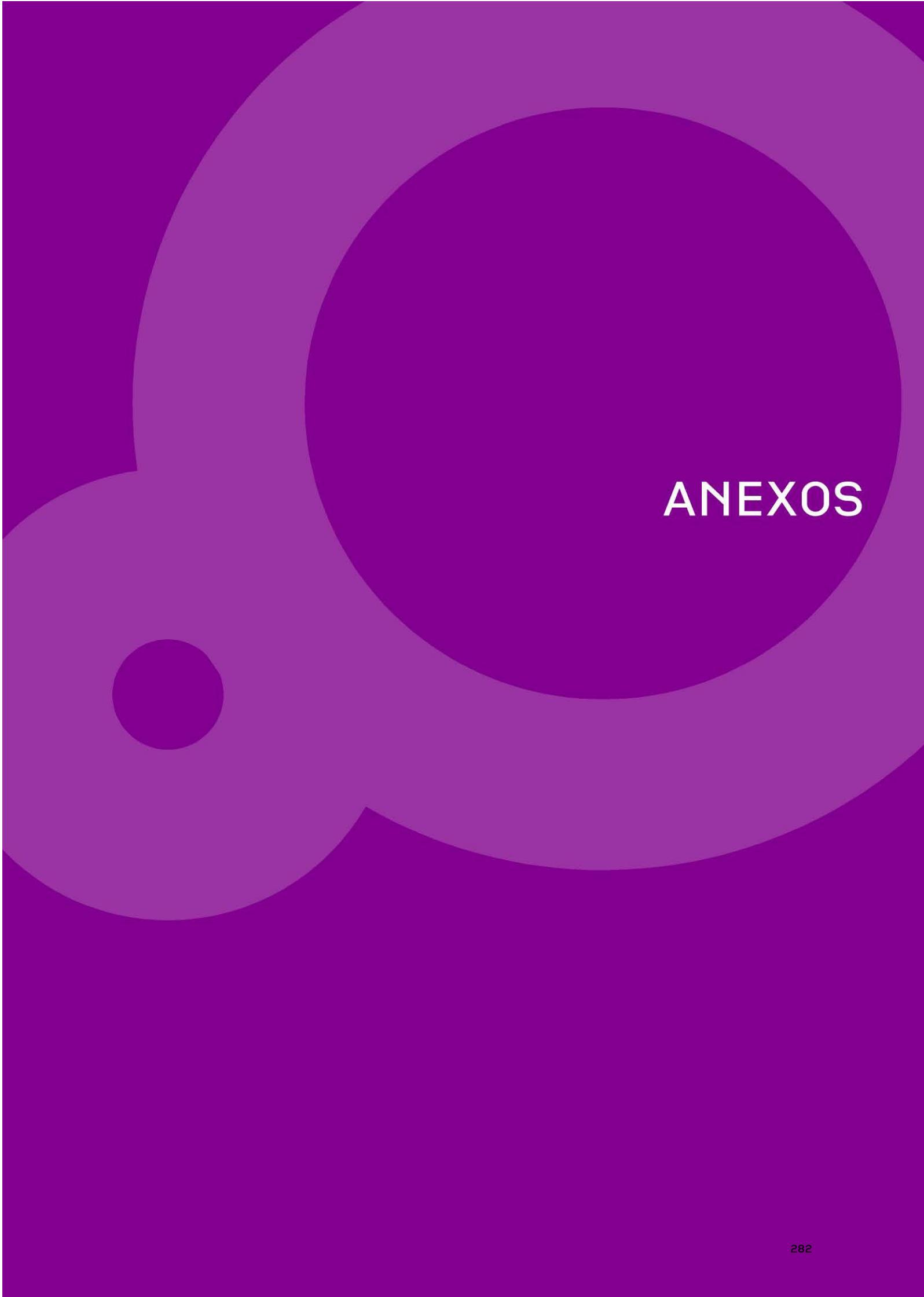
Valores em Euros

Valores Globais Anuais	Remunerações fixas	Remunerações variáveis
Funções de Controlo (Gestão de Risco)	387.200,42	0,00

Outros Colaboradores

Valores em Euros

Valores Globais Anuais	Remunerações fixas	Remunerações variáveis
Funções de Controlo (Auditoria)	118.757,08	0,00

The background is a solid purple color. It features several overlapping circles of varying sizes and shades of purple. A large, dark purple circle is positioned in the upper right quadrant. To its left, a medium-sized, lighter purple circle overlaps it. Further left, another medium-sized, lighter purple circle overlaps the previous one. In the lower left, a small, dark purple circle is visible. The word "ANEXOS" is written in white, uppercase, sans-serif font, centered within the large dark purple circle.

ANEXOS

Índice de Abreviaturas

AE	Área do Euro
APB	Associação Portuguesa de Bancos
APS	Associação Portuguesa de Seguradores
Banif	Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.
BanifServ	BanifServ - Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação, A.C.E.
Banif SCPS	Banif - SCPS, S.A.
BCE	Banco Central Europeu
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
CSpA	Credit Support Annex
DAJ	Direcção de Assessoria Jurídica (Banif)
DCA	Direcção de Canais Agenciados (Banif)
DCO	Direcção de <i>Compliance</i>
DGRAM	Direcção Comercial da Região Autónoma da Madeira (Banif)
DCRAA	Direcção Comercial da Região Autónoma dos Açores (Banif)
DEO	Direcção do Executivo de Operações (Banif)
DEP	Direcção de Empresas e Banca Privada (Banif)
DF	Direcção Financeira (Banif)
DGR	Direcção de Gestão Global de Risco (Banif)
DI	Direcção Internacional (Banif)
DMC	Direcção de Marketing e Comunicação (Banif)
DME	Direcção de Marketing Estratégico (Banif)
DMIF	Directiva de Mercados e Instrumentos Financeiros
Dólares	Dólares norte-americanos (USD)
DOQ	Direcção de Organização e Qualidade (Banif)
DPC	Direcção de Private Clients
DRA	Direcção da Rede de Agências (Banif)
DRE	Direcção de Residentes no Exterior (Banif)
DRD	Direcção de Rede Directa (Banif)
FATF/GAFI	Financial Action Task Force / Group d'Action Financière
FC	Funding & Capital Plan
FED	Reserva Federal Norte-americana (Federal Reserve)
FMI	Fundo Monetário Internacional
FX	Foreign Exchange
GC	Gabinete de Compliance
GCC	Gabinete de Controlo de Cumprimentos
GIA	Gabinete de Inspeção e Auditoria (Banif Açores)
GPBC-FT	Gabinete de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo

GRII	Gabinete de Relações com Investidores e Institucionais (Banif)
Grupo	Banif - Grupo Financeiro
IAPMEI	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação
IFB	Instituto de Formação Bancária
INE	Instituto Nacional de Estatística
Interbolsa	Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, SA
ISDA	International Swaps and Derivatives Association, Inc.”
LPFP	Liga Portuguesa de Futebol Profissional
PBC - FT	Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo
RAA	Região Autónoma dos Açores
RAM	Região Autónoma da Madeira
RERAM	Rede de Agências da Região Autónoma da Madeira (Banif)
RCE	Rede de Centros de Empresas
RPI	Rede de Particulares e Institucionais
SEPA	<i>Single Euro Payments Área (Área Única de Pagamentos em Euros)</i>
VaR	Value-at-Risk

Nota Ambiental

Tomando consciência que as alterações climáticas são um dos principais desafios globais, o Banif, SA acredita que pode fazer a diferença.

Numa atitude de responsabilidade climática, o Banif, SA decidiu neutralizar as emissões de todo o ciclo de vida deste relatório através da aquisição de créditos de carbono associados ao projecto “Biomassa Brasil”, verificados de acordo com o standard VCS (Verified Carbon Standard) por entidades acreditadas pelas Nações Unidas. Este projecto visa substituir a utilização de combustíveis fósseis por resíduos de madeira e, desta forma, reduzir as emissões de gases com efeito de estufa na produção de electricidade. A biomassa é um combustível considerado neutro em carbono por sequestrar dióxido de carbono da atmosfera durante o seu crescimento.

Assim, este relatório é Carbonfree®, ou seja, neutro em carbono.



Banif – Banco internacional do Funchal, SA
Sede Social: Rua de João Tavira, 30 - 9004-509 Funchal
Capital Social: 794.500.000 Euros
Número Único de Matrícula e Pessoa Colectiva: 511 202 008



Conselho Fiscal

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas,

1. Dando cumprimento ao disposto na alínea g) do Artº 420º do Código das Sociedades Comerciais, elaborou o Conselho Fiscal o presente relatório sobre a sua acção fiscalizadora durante o exercício de 2011, emitindo o seu parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas pela Administração do BANIF – BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, SA.
2. O Conselho Fiscal manteve, como habitualmente, um diálogo permanente com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com os Quadros Superiores e com a Administração da Sociedade, essenciais para que muitos dos aspectos fundamentais da acção fiscalizadora possam ser levados a cabo.
3. Nesse contexto, o Conselho Fiscal solicitou às referidas entidades todas as informações e documentos referentes à sociedade, nos diversos aspectos e áreas da sua actividade, tendo igualmente solicitado e obtido todos os esclarecimentos complementares que, em cada momento, entendeu necessários ou convenientes, não tendo experimentado quaisquer dificuldades ou constrangimentos nessa matéria.
4. O Presidente do Conselho Fiscal esteve presente na generalidade das reuniões do Conselho de Administração, teve acesso a toda a documentação que instruiu as referidas reuniões, acompanhou o processo de formação das deliberações tomadas e tomou conhecimento do teor das respectivas actas.
5. Pelas razões expostas, o Conselho Fiscal está em condições de atestar que o Relatório do Conselho de Administração descreve pormenorizadamente o que foi a actividade do BANIF – BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, SA durante o exercício de 2011.
6. O Conselho Fiscal analisou o Relatório da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e a Certificação Legal das mesmas, com que declara concordar, para os efeitos do disposto no nº 2 do Art.º 452.º do Código das Sociedades Comerciais.

7. Pelo exposto, e em conformidade com o disposto no Art.º 245.º, n.º 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, aplicável por remissão da alínea a) do n.º 1 do Art.º 8.º do Regulamento da CMVM nº 5/2008, cada um dos membros do Conselho Fiscal, signatários do presente documento, *infra* identificados, declara, sob sua responsabilidade própria e individual, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou por regulamento, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do BANIF – BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, SA e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do BANIF – BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, SA, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defronta.
8. Em conclusão, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:
- a) Aprove o Relatório do Conselho de Administração relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011;
 - b) Aprove as Contas relativas a esse exercício;
 - c) Aprove a Proposta de Aplicação de Resultados feita no Relatório do Conselho de Administração, a qual se encontra de acordo com o regime legal aplicável.
 - d) Nos termos do Art.º 455.º do Código das Sociedades Comerciais, proceda à apreciação da administração e fiscalização do Banco; e
 - e) Manifeste o seu apreço aos empregados do Banco, pela colaboração dada aos Órgãos Sociais no exercício das respectivas funções.

Lisboa, 05 de Abril de 2012

Dr. FERNANDO MÁRIO TEIXEIRA DE ALMEIDA – Presidente _____

Dr. ANTÓNIO ERNESTO NETO DA SILVA _____

Dr. THOMAZ PAES DE VASCONCELOS _____

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, do BANIF - Banco Internacional do Funchal, S.A., as quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 16.725.859 milhares de euros e um total de capital próprio de 819.455 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 15.699 milhares de euros), a Demonstração de Resultados, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração de Variações em Capital Próprio e a Demonstração de Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa;
 - b) a informação financeira histórica, preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º dos Códigos das Sociedades Comerciais.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do BANIF - Banco Internacional do Funchal, S.A. em 31 de Dezembro de 2011, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas tal como definidas no Aviso 1/2005 do Banco de Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos à atenção para o seguinte:

- As perspectivas e visão da nova gestão para o Banif Grupo Financeiro, conforme referido no final do capítulo 3 do Relatório de Gestão, a estratégia de financiamento referida em 12.7.1.2 do capítulo 2 do Relatório de Gestão e os principais pressupostos utilizados nas projecções de evolução da actividade e resultados do Banco para os próximos anos, constantes do *Funding and Capital Plan*, referidos na Nota 19.1 do Anexo às Demonstrações Financeiras.
- Conforme indicado na Nota 45 do Anexo às Demonstrações Financeiras e detalhado na Nota 12, o Banco realizou, para além de outras operações recorrentes, vendas de activos a partes relacionadas, designadamente crédito a clientes, que geraram um resultado positivo líquido de impostos no valor de 43.547 milhares de euros (28.629 milhares de euros em 2010).
- Conforme referido na Nota 3.2 do Anexo às Demonstrações Financeiras, foi alterada a apresentação dos saldos com obrigações de titularização emitidas sobre créditos originados na própria entidade, tendo se procedido à reexpressão dos comparativos com incremento dos activos e passivos no valor de 2.686.588 milhares de euros com referência a 31 de Dezembro de 2010. Adicionalmente, foi alterada a política contabilística de reconhecimento de ganhos e perdas actuariais, deixando de utilizar o método do corredor e passando a reconhecer os ganhos e perdas actuariais no capital próprio. Esta alteração originou a redução do capital próprio, com referência a 31 de Dezembro de 2010, no valor de 17.697 milhares de euros.
- Conforme referido na Nota 3.14 e 44.4, na sequência do Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro, foi efectuada a transferência para o âmbito da Segurança Social de parte das responsabilidades com os reformados e pensionistas do ex. Banco Banif e Comercial dos Açores, que se encontravam no regime de segurança social substitutivo constante do acordo colectivo de trabalho do sector bancário e que abrangeu 228 reformados e pensionistas. Esta operação foi tratada como uma “liquidação”, nos termos da IAS 19, com um impacto negativo de 6.833 milhares de euros em resultados do exercício.
- Conforme referido na Nota 4, em 28 de Dezembro de 2011 foi formalizada a cisão-fusão da Banif GO, IFIC, S.A., com efeitos a 1 de Janeiro de 2011, nos termos da qual foi integrada no Banco a carteira de leasing imobiliário daquela instituição. Em 31 de Dezembro de 2011, os

efeitos líquidos da fusão traduziram-se no incremento do capital próprio do Banco em 14.428 milhares de euros (incluindo a redução do resultado líquido em 9.666 milhares de euros).

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e que o Relatório do Governo das Sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 4 de Abril de 2012

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Registada na CMVM com o n.º 9011
Representada por:

Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)

Banif – Banco internacional do Funchal, SA
Sede Social: Rua de João Tavira, 30 - 9004-509 Funchal
Capital Social: 794.500.000 Euros
Número Único de Matrícula e Pessoa Colectiva: 511 202 008



BANIF – BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, SA
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Funchal
Sede Social: Rua de João Tavira, 30, 9004 – 509 Funchal
Capital Social: 794.500.000 Euros * Número único de matrícula e pessoa colectiva: 511 202 008

EXCERTO DE ACTA

(Relativo aos pontos 1 e 2 da Acta n.º 2/2012, correspondente à reunião da Assembleia Geral Anual da sociedade, ocorrida em 5 de Abril de 2012).

-----TRANSCRIÇÃO-----

Aos **5 dias do mês de Abril de dois mil e doze**, pelas dez horas e quinze minutos, no lugar da sua domiciliação em Lisboa, sita à Avenida José Malhoa, n.º 22, reuniu-se, nos termos do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais, com dispensa de formalidades prévias, a **Assembleia Geral Anual** da Sociedade anónima denominada **Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.** com o capital social de setecentos e noventa e quatro milhões e quinhentos mil euros, com o número único de matrícula e pessoa colectiva n.º 511 202 008, tendo como Ordem do Dia a seguinte:

1. Deliberar sobre o Relatório de Gestão e sobre as Contas, respeitantes ao Exercício de 2011, do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.;
2. Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados, do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A., referente ao Exercício de 2011;

(...)

Em virtude da ausência do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Dr. Miguel José Luís de Sousa, a reunião foi presidida pelo Secretário da Mesa, Dr. Bruno Miguel dos Santos de Jesus e secretariada pelo Secretário Suplente da Sociedade, Dra. Ângela Maria Simões Cardoso Seabra Lourenço.

Foi elaborada a lista de presenças nos termos legais, tendo-se verificado estar presente o accionista único, Banif Comercial SGPS, S.A., titular de cento e cinquenta e oito milhões e novecentas mil acções, no valor nominal unitário de cinco euros, que representam cem por cento do capital social, representado pelo vogal do Conselho de Administração daquela sociedade, Sr. Dr. José António Vinhas Mouquinho, o qual aprovou a Ordem do Dia e manifestou concordância em deliberar sobre todos os assuntos dela constantes, nos termos do art.º 54.º do Código das Sociedades Comerciais.

Estiveram presentes os membros da Comissão Executiva do Conselho de Administração em exercício, bem como o Presidente do Conselho Fiscal, Professor Doutor Fernando Mário Teixeira de Almeida. Estiveram ainda presentes a Dra. Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto, em representação do Revisor Oficial de Contas, Ernst & Young Audit & Associados,

SROC, S.A. e o Sr. Dr. Fernando José Inverno da Piedade, em representação da Comissão de Remunerações da sociedade.

Tendo-se verificado estarem preenchidos os requisitos para que a Assembleia pudesse validamente constituir-se e deliberar, foi, pela Presidência da Mesa, declarada aberta a sessão, passando-se de seguida à apreciação dos assuntos constantes da ordem de trabalhos:

1. Deliberar sobre o Relatório de Gestão e sobre as Contas, respeitantes ao Exercício de 2011, do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.

O Presidente da Mesa submeteu à apreciação da Assembleia Geral o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2011, referentes ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A., os quais, submetidos a votação, foram aprovados pelo accionista único.

2. Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados, do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A., referente ao Exercício de 2011

O Presidente da Mesa submeteu à apreciação da Assembleia Geral uma proposta que foi apresentada pelo Conselho de Administração, com o seguinte teor:

“Considerando que:

No exercício de 2011, o Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. obteve, no âmbito da sua actividade, um resultado negativo de EUR 15.699.305,96;

O Conselho de Administração propõe:

Nos termos e para os efeitos da alínea b) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, que o resultado negativo de EUR 15.699.305,96 seja levado a Resultados Transitados.”

Admitida a referida proposta, foi a mesma submetida a apreciação e votação, tendo sido aprovada pelo accionista único.

(...)

Nada mais havendo a tratar, a Presidência da Mesa da Assembleia Geral deu por encerrada a reunião, pelas dez horas e quinze minutos, dela tendo sido lavrada a presente acta, à qual ficam anexos, como sua parte integrante, todos os documentos e propostas que, no seu decurso, foram objecto de apreciação e análise, e que depois de lida e aprovada é assinada por quem nela interveio como Presidente e Secretário da Mesa da Assembleia Geral.

(assinatura)

O Secretário da Mesa da Assembleia Geral

(Em substituição do respectivo Presidente, nos termos do n.º3 do art.º 374.º do CSC)

Dr. Bruno Miguel dos Santos de Jesus

(assinatura)

A Secretária da Sociedade Suplente

(Em efectividade de funções, nos termos do n.º4 do art.º 446.º-A e da alínea a) do n.º1 do art.º 446.º-B, ambos do CSC)

Dra. Ângela Maria Simões Cardoso Seabra Lourenço

(Assinatura)

-----FIM DE TRANSCRIÇÃO-----

CERTIFICAÇÃO

O excerto de acta transcrito corresponde à redacção da Acta n.º 2/2012, que consta do Livro de Actas de Assembleia Geral da Sociedade a fls. 47 v.º a 48 v.º, referente à reunião de Assembleia Geral Anual de 5 de Abril de 2012, na parte relativa aos pontos 1 e 2 da ordem de trabalhos.

A presente certificação é feita pelo Secretário da Sociedade, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 446.º-B do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 5 de Abril de 2012

O Secretário da Sociedade

Bruno Santos de Jesus